

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas

Adilson Francelino Alves

Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná)

Florianópolis, 23 de abril de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas

Adilson Francelino Alves

Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Humanas - Área de Concentração: Sociedade e meio ambiente da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Júlia Silvia Guivant  
Co-orientador: Dr. Luiz Carlos Mior

Florianópolis, 23 de abril de 2008.



Universidade Federal de Santa Catarina  
 Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
 Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado

**“Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (PR)”**

Por  
**ADILSON FRANCELINO ALVES**

Orientadora Profa Dra. Júlia Silvia Guivant  
 Co-orientador Prof. Dr. Luiz Carlos Mior

Esta tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do título de *Doutor em Ciências Humanas* e aprovada em sua forma final no dia 23 de abril de 2008, atendendo as normas da legislação vigente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado.

Prof. Dra. Carmen Silvia Rial – Coordenadora do Programa

**Banca Examinadora:**

Prof. Dra. Júlia Silvia Guivant (orientadora - presidente) - UFSC

Prof. Dr. Marcos Aurelio Saquet - UNIOESTE

Prof. Dr. Sergio Schneider - UFRGS

Prof. Dra. Carmen Rial - UFSC

Prof. Dra. Lígia Helena Hahn Lückmann - UFSC

Prof. Dr. Luiz Carlos Mior (co-orientador – EPAGRI - SC)

Florianópolis, 23 de abril de 2008.

**Aos meus pais  
Euvino Francelino Alves e Iara Maria de Mello Alves**

## Agradecimentos

Devo um agradecimento especial a minha orientadora Julia Silvia Guivant, não apenas pelas orientações recebidas durante a pesquisa, ou pelas colaborações teórico-metodológicas necessárias para um trabalho acadêmico, mas, sobretudo ao grande e generoso espírito de companheirismo e respeito. A Professora Júlia me ensinou mais do que pensa, sua forma de conduzir sua presteza e franqueza intelectual foram essenciais para o desenvolvimento da tese. Devo todos os acertos a ela. Bem como a Luiz Carlos Mior pelo apoio na construção da pesquisa.

A CAPES pelo apoio financeiro através de bolsa de estudos entre 2006 e 2007.

Agradeço também à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sobretudo ao Doutorado Interdisciplinar de Ciências Humanas (DICH), pela possibilidade de fazer o doutorado em uma universidade pública e gratuita. Com isso quero estender minha gratidão aos professores do doutorado com os quais tive o prazer de debater.

Aos componentes da banca de defesa da tese, por terem aceitado compartilhar seus conhecimentos e experiências profissionais na avaliação deste estudo.

A professora Maria José Reis e Clécio Azevedo da Silva por terem aceitado serem membros da banca no Exame de Qualificação.

À pronta e constante atenção da secretária Liana, não me esquecendo, claro, do Jorge e, ultimamente do Ângelo.

Aos Colegas do Grupo de Estudos Territoriais (GETERR) e do Núcleo Interdisciplinar em Sustentabilidade e Redes Agroalimentares (NISRA) pelas constantes trocas e estímulos.

Um agradecimento mais que especial à Luiz Carlos Flávio e à Roseli Alves dos Santos pelas intermináveis conversas que tiveram de suportar quando eu discutia “minhas teorias”. Também a Walter Marschner pelos valiosos arquivos cedidos.

Aos funcionários, técnicos e diretores da Assesoar pelas informações e receptividade.

Aos agricultores da comunidade de Jacutinga pela acolhida e receptividade.

Aos colegas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) pelo apoio especialmente nas pessoas de José Maria Ramos, Romilda de Souza Lima, Lirane Ferreto, Benedita Almeida e Catarina Nurnberg. Também da Unioeste, à Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação na pessoa de Sonia Lemanski pelo acompanhamento sempre competente das questões burocráticas.

Ao João Gabriel Israel, Denise Queiza Medeiros, Luciano Carneiro, Augustinho Sauer, e Vaneza Poplauski Carneiro pela colaboração na coleta dos dados.

Em último lugar, mas de importância fundamental um agradecimento muito especial a Adriana e a Ana Luiza, meus amores e companheiras nessa jornada. À Adriana por ter suportado e “segurado as pontas” durante as viagens e a pesquisa de campo e principalmente a Ana Luiza que, em cinco dos seus seis anos, teve o pai “fazendo doutorado” ou “fazendo mestrado”.

## **RESUMO**

O tema da tese focaliza uma experiência de desenvolvimento rural sustentável no Sudoeste do Estado do Paraná, uma das regiões com maior concentração de agricultores familiares do sul do Brasil. O caso analisado é a trajetória do Projeto Vida na Roça (PVR), desenvolvido entre 1996 e 2006, na localidade de Jacutinga, um distrito rural da cidade de Francisco Beltrão. Esta comunidade, como outras da região, passava por uma série de dificuldades de geração de renda, viabilidade econômica, acesso a crédito, assistência e ausência de políticas para a agricultura familiar. Diante desse quadro, a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) resolveu articular uma rede para a implantação do PVR, envolvendo a comunidade local, universidade, prefeitura e outros atores. Para a sua análise, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, centramo-nos nas relações de poder entre os atores envolvidos em projetos de desenvolvimento rural. Do ponto de vista teórico, esta tese procura contribuir na perspectiva sedimentada na crítica a métodos reducionistas de análise, que observam os atores apenas pelos aspectos econômicos ou por questões ideológicas generalizantes, cujas interpretações simplificam as decisões dos agricultores. Para isso propomos o diálogo entre três abordagens teórico-metodológicas: as de Karl Mannheim, as de Norman Long e as de Bruno Latour e Michel Callon, autores cuja contribuição em suas áreas de pesquisa tem sido amplamente evidenciada. Em nosso entendimento, a reunião de alguns dos aspectos teóricos tratados por eles podem ser articulados para iluminar o entendimento da questão sobre como se constituem e transformam as redes de desenvolvimento rural. Assim, esta tese tem como um de seus principais objetivos estabelecer um diálogo visando esboçar respostas para a problemática da inter-relação entre implementadores e agricultores em projetos de desenvolvimento rural. A pesquisa mostrou a complexificação das relações sociais, políticas e econômicas na agricultura familiar no Sudoeste do Paraná. As redes que se desenharam neste período, durante a execução do PVR apontam para a existência de uma maior heterogeneidade de atores disputando a hegemonia no espaço rural. Neste novo cenário a mediação/representação/tradução fornecida pelas entidades representativas dos agricultores deverá ser repensada.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar, desenvolvimento rural, sustentabilidade.

## ABSTRACT

The thesis' theme focus on an rural sustainable development experience that took place in the Southwest area of Paraná State, a region with one of the highest concentrations of family agriculture farms in Southern Brazil. The object of study is the Project "Vida na Roça" (PVR), implemented between 1996 and 2006, in Jacutinga, a rural district of Francisco Beltrão City. That community, as many others in the region, was going through a series of difficulties related to income generation, economic viability, credit access and absence of policies for family agriculture. Faced with this scenario, the Association for Rural Studies, Orientation and Assistance (ASSESOAR), decided to articulate a network for the implementation of the PVR, involving the local community, university, the municipal administration, among other participants. For such study, based on an interdisciplinary perspective, we centered our attention on the relations of power between the protagonists involved in the rural development projects. From a theoretical point of view, this thesis, aims to contribute to a perspective based on the critic towards reductionistic methods of study that analysis the participants only considering economic aspects or through generalized ideological questions, which interpretations simplify the farmers' decisions. To this end, we propose a dialogue between three theoretical and methodological approaches: by Karl Mannheim, by Norman Long and by Bruno Latour and Michel Callon. Authors which contributions in their fields of research have been amply evident. We understand that the collection of some theoretical aspects considered by them can be used to shed some light on the question about how the networks of rural development are constituted and transformed. Therefore, one of the main goals of this thesis is to initiate a dialogue leading to solutions to the problematic of the interrelation between farmers and rural development projects' agents. The research revealed the complexity involving the social, political and economic relations of the family agriculture system in Southwest Paraná. The networks established during the period of implementation of PVR, points out the heterogeneity of protagonists disputing for hegemony in the country side. In this new scenario the mediation/representation/translation offered by the organizations representing the farmers will be reevaluated.

**Key words:** Family Agriculture, rural development, sustainability.

## LISTA DE SIGLAS

**ABONG** - Associação Brasileira de ONGs  
**ASSESOAR** - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural  
**AMSOP** - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná  
**BIRD** - Banco Mundial  
**CUT** - Central Única dos Trabalhadores  
**CAPA** - Centrais de Associações de Pequenos Agricultores  
**CCAP** - Centro de Comercialização e Abastecimento Popular  
**GANGO** - Companhia Agrícola General Osório  
**CANG** - Colônia Agrícola Nacional de Goiás  
**CPT** - Comissão Pastoral da Terra  
**CITLA** - Companhia Clevelândia Industrial Territorial Ltda  
**EFSPRG** - Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande  
**CEB's** - Comunidades Eclesiais de Base  
**CNBB** - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
**CEPE** - Conselho de Ensino e Pesquisa  
**CSN** - Conselho de Segurança Nacional  
**CRAPA** - Coordenação Regional de Associações de Pequenos Agricultores  
**Sisclaf** - Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária  
**CRESOL** - Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária  
**DESER** - Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais  
**DISOP** - Desenvolvimento Integral do Sudoeste Paranaense  
**DRR** - Diagnóstico Rural Rápido  
**ECA** - Escola Comunitária de Agricultores  
**EMATER** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
**EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
**DESER** - Estudos Sócio-Econômicos Rurais  
**FACIBEL** - Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco  
**RURECO** - Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná  
**FCR** - Fundo de Crédito Rotativo  
**FMI** - Fundo Monetário Internacional  
**FNMA** - Fundo Nacional do Meio Ambiente  
**GETSOP** - Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná  
**IAPAR** - Instituto Agrônomo do Paraná  
**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**DISOP** - Instituto de Cooperação Belgo-Brasileira para o Desenvolvimento Social  
**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
**INIC** - Instituto Nacional de Imigração e Colonização  
**IPARDES** - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
**MDA** - Ministério de Desenvolvimento Agrário  
**MSCJ** - Missionários do Sagrado Coração de Jesus  
**MASTES** - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná  
**MASTRO** - Movimento do Agricultor Sem Terra do Oeste do Paraná  
**MST** - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
**FAO** - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação  
**PT** - Partido dos Trabalhadores  
**PTB** - Partido Trabalhista Brasileiro  
**PSD** - Partido Social Democrático  
**PVR** - Projeto Vida na Roça  
**PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
**PRONERA** - Programa Nacional de Educação na Reforma agrária  
**AS-PTA** - Rede de Tecnologias Alternativas  
**RAIS** - Relação Anual de Informações Sociais  
**SCJ** - Sagrado Coração de Jesus



**SEBRAE** - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
**SENAR** - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
**SISCLAF** - Sistema das Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar  
**SEIPU** - Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União  
**TAR** - Teoria Ator-Rede  
**TIDE** - Tempo Integral de Dedicação Exclusiva  
**UNICAFES** - União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e de Economia Solidária  
**UPF** - Unidades de Produção Familiar  
**UNICAMP** - Universidade Estadual de Campinas  
**UEL** - Universidade Estadual de Londrina  
**UEM** - Universidade Estadual de Maringá  
**UEPG** - Universidade Estadual de Ponta Grossa  
**UNIOESTE-FB** - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão  
**UFPR** - Universidade Federal do Paraná  
**UNICENTRO** - Universidade Estadual do Centro do Paraná  
**UENP** - Universidade Estadual do Norte do Paraná  
**UNICAFES** - União nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### LISTA DE BOX

Box 1: Princípios da agricultura sustentável .....	35
Box 2: Critérios para se tornar sócio da Assesoar .....	133
Box 3: A concepção de participação política para a Assesoar .....	153
Box 4: Visão da Assesoar sobre o desenvolvimento ideal .....	154
Box 5: Posição a respeito do Convênio para a Formação de Professor@s do Campo de Francisco Beltrão .....	191

### LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema de funcionamento do PVR .....	109
Figura 2: Redes por onde circulam os agricultores de Jacutinga .....	110
Figura 3: Esquema de funcionamento do PVR na fase I .....	115
Figura 4: Esquema de funcionamento do PVR nas fases II e III .....	119
Figura 5: Debate dos rumos do desenvolvimento .....	134
Figura 6: Assesoar como ponto de passagem obrigatório .....	141
Figura 7: Capas dos Volumes I, II e III do PVR .....	168
Figura 8: Prioridade na Produção .....	203
Figura 9: Entrega de cheques do Pronafinho Comunidade de Jacutinga .....	211

### LISTA DE FOTOS

FOTO 1: Quadrilátero de instituições .....	71
--	----

### LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Defensores da agricultura familiar segundo os agricultores de Jacutinga .....	215
--	-----

### LISTA DE TABELAS E QUADROS

QUADRO 1: Principais modelos de desenvolvimento e paradigmas dominantes 1950 a 2000 .....	29
QUADRO 2: Modelos de desenvolvimento rural .....	31
QUADRO 3: Evolução do número de habitantes na área atendida pela CANGO entre 1947-1956 .....	80
QUADRO 4: Resumo sinóptico das fases I e II da Assesoar .....	90
QUADRO 5: Atividades desenvolvidas na fase 1 do PVR (1996-1999) .....	114
QUADRO 6: Fase II (2000 – 2004) expansão do PVR .....	118
QUADRO 7: Fase II (2005 – 2007) crise e esvaziamento .....	123
QUADRO 8: Resumo sinóptico das fases III e IV da Assesoar .....	131
QUADRO 9: As redes e parceiros da ASSESOAR .....	145
QUADRO 10: Distribuição de associados ativos por município .....	146
QUADRO 11: Principais financiadoras da Assesoar .....	148
QUADRO 12: Idéias, atores e objetivos centrais dos cenários apresentados .....	155
QUADRO 13: Quadro sinóptico dos papéis atribuídos do PVR e seus deslocamentos .....	158
QUADRO 14: Realidade agropecuária (localidade de Jacutinga 1996) .....	209
QUADRO 15: Ingresso de membros da localidade de Jacutinga no sistema CRESOL .....	212

### LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Localização do Sudoeste do Paraná .....	74
MAPA 2: Caminhos e localidades do Sudoeste do Paraná em 1938 .....	79
MAPA 3: Colônias e glebas do Sudoeste do Paraná .....	83
MAPA 4: Localização da comunidade de Jacutinga .....	106

## SUMÁRIO

RESUMO .....	vi
ABSTRACT .....	vii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....	x
LISTA DE BOX .....	x
LISTA DE FIGURAS .....	x
LISTA DE FOTOS .....	x
LISTA DE GRÁFICOS .....	x
LISTA DE TABELAS E QUADROS .....	x
LISTA DE MAPAS .....	x
Introdução .....	14
Capítulo 1 -Atores, redes, discursos e traduções: um foco sobre projetos de desenvolvimento rural...	24
1.1 - Superando dicotomias: novas contribuições para o estudo do desenvolvimento rural .....	24
1.1.1 – Endógeno versus exógeno: paradigmas do desenvolvimento rural em conflito .....	25
1.1.2 - Confluências entre o modelo endógeno e exógeno.....	31
1.1.2.1 - Desenvolvimento neo-endógeno.....	34
1.2 - A agricultura sustentável e desenvolvimento exógeno e endógeno.....	34
1.2.1.1 - Aproximação aos atores e suas redes.....	36
1.3 – Norman Long e a dimensão do conflito nas arenas de conhecimento .....	39
1.3.1 – Conceitos centrais da análise ator-orientada.....	41
1.3.2 - Desconstruindo a intervenção planejada .....	43
1.3.3 - A contribuição da categoria “interface” na análise de programas de desenvolvimento .....	47
1.4 - Método de análise documentária de Karl Mannheim .....	49
1.5 - Atores, redes, discursos e traduções os desafios da Teoria Ator-rede .....	60
1.6 – Amarrando e recortando: o enfoque dado aos autores e suas contribuições para o entendimento do desenvolvimento rural.....	68
Capítulo 2 - Especificidades Históricas da Região Sudoeste: a luta pela posse da terra, a construção do <i>ethos</i> e de instituições da agricultura familiar .....	70
2.1 – As instituições do Sudoeste do Paraná: suas formações históricas, culturais e políticas .....	70
2.2 – Dados estatísticos do Sudoeste do Paraná.....	72
2.3 – Os atores e o cenário inicial da colonização do Sudoeste do Paraná .....	75
2.3.1 - Os caboclos.....	75
2.3.2 - Preencher a fronteira com gente e construir uma classe média próspera e dócil: a tarefa da CANGO .....	77
2.3.2.1 - Esgotamento da capacidade da CANGO para organizar o processo de colonização .....	80
2.3.3 – A revolta de 1957.....	81
2.3.3.1 – No braço com armas, a formação do <i>ethos</i> regional: um patrimônio mobilizado pelos atores.....	81
2.3.3.2 - Os embriões da Revolta de 1957 .....	82
2.3.3.3 - A situação dos colonos frente à nova situação das terras .....	85

2.3.4 - A regularização das terras pelo GETSOP, o esgotamento do modelo colonizador e a criação da Assesoar .....	85
2.3.5 – o contexto histórico de criação da Assesoar .....	87
2.3.5.1 - Aspectos da constituição histórica da Assesoar.....	89
2.3.5.2 – A ação pastoral e a relação Igreja e Estado – aspectos da primeira fase (1966/1978).....	90
2.3.5.3 - Movimentos sociais e profissionalização as marcas da segunda fase (1979/1990):.....	95
2.4 - Transformações econômicas da década de 1980 e 1990: o cenário dos novos desafios para a agricultura familiar.....	99
2.4.1 – Aspectos da economia do Sudoeste paranaense pós GETSOP .....	100
2.4.2 – Enfoques agroindustriais no sudoeste paranaense.....	102
Capítulo 3 - Gênese, constituição e crise: as três fases do PVR.....	105
3.1 - Da concepção à criação do Projeto Vida na Roça: aspectos da matriz teórico-metodológicos ...	105
3.2 Como o PVR se organizava .....	111
3.3 As fases do PVR.....	113
3.3.1 Fase I: 1996-1999 – da constituição à expansão.....	113
3.3.2 - Fase II – 2000-2004: da expansão à crise.....	117
3.3.3 - Terceira fase (2005– 2006) – Esvaziamento .....	123
Capítulo 4 - <u>É</u> a Assesoar o Ator-mundo do PVR?.....	125
4.1 – A Assesoar no contexto regional: sua gênese, desafios e potencialidades.....	125
4.2 - Lançando luz sobre alguns princípios organizativos da Assesoar .....	129
4.3 - Traduzir e propor, impactos da profissionalização na elaboração de referências para a agricultura familiar (Terceira fase (1991/1999): .....	131
4.3.1 - Reorganizando a tradução: o discurso da fase III.....	137
4.4 - Quarta fase (2000 -): da crise da geração de referências para abordagens para o desenvolvimento à transição para propostas pedagógicas.....	142
4.5 - Planejamentos do trienal 2005-2008, apontando os rumos da consolidação da formação como um dos eixos prioritários de atuação .....	144
4.5.1 - Aspectos financeiros da Assesoar.....	146
Capítulo 5 - A crise do PVR e o esvaziamento da rede: uma análise à luz de suas interfaces.....	150
5.1 Atores, interface e poder na dinâmica do PVR .....	150
5.2 - Compreensões da Assesoar sobre os atores envolvidos no PVR.....	151
5.2.1 - A capacidade dos atores .....	151
5.3 - FACIBEL e UNIOESTE.....	159
5.3.1 – FACIBEL – regularidade e <i>harmonia</i> .....	160
5.3.2 – Qual o papel reservado à FACIBEL no PVR?.....	164
5.3.3 - Para além das relações acadêmicas: a política.....	168
5.3.4 UNIOESTE: novos atores em cena.....	170
5.3.5 O cronograma da mudança .....	171
5.3.6 A visão da Assesoar sobre a crise com a Universidade .....	174
5.4 - A interface com a prefeitura: a leitura da Assesoar sobre política pública.....	177
5.4.1 Primeira fase: 1997 a 2000 – Boas relações e uma agenda positiva de trabalho .....	178

5.4.2 - Segunda e terceira fases.....	182
5.4.2.1 - Pontos de deslocamento da Rede.....	183
5.4.2.1.1 Tentativa de instrumentalizar politicamente o PVR.....	184
5.4.2.1.2 - Os temas geradores no epicentro da crise.....	185
5.5 – A interface com os agricultores.....	193
5.5.1 - O processo de interessamento dos agricultores.....	193
5.5.1.1 - Reconstruindo algumas etapas do interessamento.....	193
5.5.2 - Da coleta à divulgação dos <i>dados</i> : a tentativa de tradução da realidade dos agricultores de Jacutinga.....	196
5.5.3 – <i>A prioridade será a produção</i> – a geração de renda como o desafio central para consolidação do Projeto Vida na Roça.....	202
6 - Considerações finais.....	218
7 - Referências.....	225
8 - Bibliografias consultadas.....	231
9 - Sites.....	233

## **Introdução**

A dinâmica da vida rural vem se transformando intensamente nos últimos vinte anos. Nesse espaço observam-se os mesmos processos que caracterizam a sociedade contemporânea: fluidez nas relações sociais, incorporação de novos atores, novos sistemas culturais, novas dimensões da racionalidade produtiva, novas tecnologias e o aumento da competição com mercados cada vez mais globalizados.

Na esteira dessas transformações, o espaço rural tem sido objeto de intensos debates acadêmicos, bem como palco de diversos projetos de desenvolvimento. Tais debates e experiências visam imprimir novas formas de compreender, organizar e gerir o mundo rural, procurando rediscutir suas diversas interfaces e conexões com outros setores da sociedade. Nas discussões vinculadas especificamente à agricultura familiar, um dos focos privilegiados deste debate está ligado a questões conectadas ao desenvolvimento rural sustentável e para agricultores com baixa inserção nos mercados ou com pouca capacidade competitiva frente a mercados cada vez mais complexos e globalizados. Contudo, para alguns implementadores, tais experiências se conectam não a mecanismos de inserção aos mercados, mas à construção de espaços de resistência ao avanço da revolução verde.

De modo geral, tais debates focam suas críticas ao modelo de desenvolvimento rural promovido pela revolução verde nos últimos 60 anos, sobretudo, no que tange às tecnologias caras e excludentes, à dependência de insumos químicos, ao estímulo às monoculturas, à falta de políticas de crédito, à perda da autonomia dos agricultores, dentre outros fatores.

Neste cenário, um número significativo de novos atores tem emergido e se lançado na elaboração e execução de projetos de desenvolvimento rural, interferindo nas agendas de desenvolvimento ou propondo caminhos para pensá-lo. A ampliação do papel dos agentes no espaço rural permitiu que diversas ONGs desempenhassem importante função na determinação do foco dos problemas, na organização das populações rurais e na propositura de alternativas para o desenvolvimento rural localmente pensado.

A natureza da atuação destas entidades está conectada ao movimento de contestação ao desenvolvimento exógeno. No geral, embora em graus variáveis, estas entidades estão ligadas a idéias vindas do movimento ambiental e da agroecologia e adotam, em suas atividades, parte dos preceitos desses movimentos como alternativa para se contraporem ao modelo de desenvolvimento da revolução verde.

Estas entidades tendem a assumir uma postura de rigorosa crítica aos processos e técnicas desenvolvidos pela modernização da agricultura, mas muito indulgente e pouco reflexiva sobre sua própria atuação. No geral, elas agem como porta-vozes naturais dos interesses dos agricultores, e, ao efetuarem uma tradução dos seus “interesses”, elas o fazem organizando os discursos e as práticas das comunidades e possibilitando, através disso, uma ação em conjunto para a solução dos problemas. Entretanto, esse processo não é tão simples e linear. Os projetos de desenvolvimento produzem uma intrincada teia de relações que envolvem atores que circulam por diversas arenas e possuem interesses conflitantes. Contudo, grosso modo, embora os interesses, características e necessidades dos agricultores sejam bastante diferentes entre si, eles são conceitualmente reduzidos a uma categoria homogênea. Paralelo a isto, ocorre a identificação dos interesses dos agricultores com os interesses das ONGs. Este último movimento se dá pela tradução das necessidades em uma agenda de desenvolvimento, cujo roteiro obedece, de um modo geral, a critérios e interesses que estão fora das comunidades locais.

No Brasil, a eficácia desses projetos e a atuação destas entidades são temas pouco estudados. No caso dos projetos, no geral, parte-se da idéia de que basta “vontade política” e disposição para “pensar diferente”, para que sua execução se efetive com sucesso e, no caso da atuação das ONGs, há uma identificação, quase imediata e, muitas vezes, artificial, entre os seus interesses e os dos agricultores. Além disso, pouco se tem discutido sobre a capacidade técnica destas entidades para proporem e executarem projetos de desenvolvimento, bem como sobre a mensuração da eficácia dos resultados obtidos durante a execução de tais iniciativas.

Diante desse quadro, e dada a complexidade de agentes e processos envolvidos, a análise de projetos de desenvolvimento rural exige um enfoque inovador que evite a redução do mundo rural a apenas algumas questões macroestruturais ou de questões ideológicas. O desafio epistemológico de analisar o mundo rural sob este prisma tem sido enfrentado nas duas últimas décadas com pesquisas bastante fecundas, que apontam para um conjunto de questões que precisam ser respondidas: 1) a análise dos projetos em si; 2) o arcabouço conceitual e metodológico adotados para sua análise; 3) a diversidade de interesses e enfoques preocupados com as questões ligadas ao desenvolvimento rural; 4) os resultados efetivamente alcançados por esses projetos; 5) os diversos tipos de conhecimentos em embate nas arenas dos projetos; e 6) as relações conflitantes e potencialmente complementares entre o desenvolvimento exógeno e endógeno.

Diante da impossibilidade de estudar todas estas questões em sua magnitude, nesta tese nosso desafio será o de focar o estudo sobre metodologias de análise que procuram elucidar as inter-relações entre processos endógenos e exógenos em projetos de desenvolvimento local.

Para esse fim, o eixo estruturador da pesquisa consiste na análise das atividades realizadas durante a elaboração, implantação e execução do Projeto Vida na Roça (PVR) na localidade de Jacutinga<sup>1</sup>, um distrito rural distante 35 km da sede do município de Francisco Beltrão<sup>2</sup>, distante 485 km de Curitiba e localizado no Sudoeste do Paraná. Esse projeto se propôs a atuar em vários aspectos da comunidade: desenvolvimento agropecuário, educacional, saúde, saneamento, cultura e lazer e, na sua versão original, o PVR foi concebido com o intuito de combater as causas da baixa produtividade agrícola, êxodo de jovens do campo, debater a educação oferecida nas escolas rurais, questionar a lógica da agricultura para o mercado imposta pela revolução verde e o empobrecimento das famílias.

Outra característica do PVR foi a construção de seu alinhamento político, incluindo questões do discurso da sustentabilidade, construção de uma experiência vinculada à ampliação do poder local, proposição de políticas públicas, questões de gênero, educação, agroecologia. Todas essas questões foram interpretadas e problematizadas pelo crivo da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), uma ONG que, em 1996, contava com 30 anos de atuação na região e executara, nas décadas anteriores, um grande trabalho de organização dos agricultores, sobretudo na formação de lideranças. Dessa forma, o PVR incorporava em sua proposta uma série de questões que tentam se contrapor ao modelo hegemônico de desenvolvimento rural, caracterizado, dentre outros aspectos, pela distância dos atores locais do centro das decisões. A dinâmica proposta para o Projeto implicaria mudar o que a Assesoar chamava de lógica de submissão, em que um grupo ou entidade externa dita as políticas e as técnicas, e os agricultores, por não conseguirem se pensar (refletir sobre o processo), submetem-se quase que passivamente aos processos ditados em gabinetes. A proposta visava empoderar e ampliar a compreensão dos agricultores sobre a sua própria realidade que era, segundo a Assesoar, privilégio dos técnicos das outras entidades (prefeitura, EMATER e outros órgãos do governo). Apesar desses ambiciosos

---

<sup>1</sup> A micro-região de Francisco Beltrão abrange 19 municípios (IBGE, 2000). A comunidade rural de Jacutinga, localizada no município de Francisco Beltrão, insere-se no distrito de Jacutinga, que abrange outras comunidades, como a de Barrinha, Alto Jacutinga e os moradores das proximidades do trevo de Salgado Filho.

<sup>2</sup> Francisco Beltrão tinha, na época da implantação do PVR, uma população de 67.132, sendo que 12.301 residiam no campo; o Distrito do Jacutinga possuía uma população de 1.682, com aproximadamente 1.527 residindo no campo (Fonte IBGE 2000).



objetivos, inicialmente o projeto deveria estar circunscrito apenas ao Jacutinga, cuja população constituía-se de 133 famílias, na maioria agricultores, mas que contava também com pequenos comerciantes, pequenos industriais (serrarias e marcenarias) e funcionários públicos.

Embora a proposta do PVR estabelecesse como princípio fundamental a participação e a equidade entre os parceiros, o papel desenvolvido pela Assesoar, através dos seus dirigentes e técnicos, era determinante. Já no convênio para a constituição do projeto, quando foram estabelecidas as regras de atuação de cada um dos parceiros, esta entidade foi identificada como ordenadora, no sentido de dispor os recursos pertinentes para a organização das atividades. Do ponto de vista regional o sucesso do PVR e a atuação da Assesoar nele significavam o reposicionamento desta ONG em um cenário de intensa movimentação social na defesa da agricultura familiar. No que se refere a esta questão, o sudoeste do Paraná vinha, ao longo dos anos 1980 e 1990, aumentando do número de entidades rurais que disputavam com a Assesoar a representação dos agricultores. Estas associações, paralelamente à Assesoar, estavam desenvolvendo um conjunto expressivo de experiências, cujo enfoque principal, muitas vezes, era a agricultura familiar, conflitando com a visão da Assesoar. O sucesso do PVR significava para esta entidade um reforço na sua capacidade de liderança regional. É necessário lembrar que, durante este processo, alguns atores se destacaram. Como indicativo disso, atualmente, nos níveis estadual e nacional, é possível encontrar diversos representantes políticos regionais vinculados direta ou indiretamente a esses movimentos. Estes atores se projetaram nesse cenário como *policy makers*<sup>3</sup> em diversos níveis de poder, traduzindo algumas das expectativas dos grupos locais em propostas de política pública para a agricultura familiar.

Vale destacar que o processo aqui estudado se realizou em uma região em que uma das características mais marcantes é a forte combatividade em torno da agricultura familiar e do minifúndio. Basso (2004) destaca que, em 1990, havia 150 pequenas associações ligadas à agricultura familiar localizadas em 19 dos 37 municípios da mesorregião. Destas, 130

---

<sup>3</sup> Podem-se citar deputados federais e estaduais membros da Emater e do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. Um exemplo desse processo de confecção de políticas públicas é o projeto de lei federal 3952 – 2004, que institui a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Este projeto é de autoria, dentre outros, do Deputado Assis Miguel do Couto. Além desse Projeto de Lei, o deputado é também da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar e um dos parlamentares que estiveram a frente da criação da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e de Economia Solidária - UNICAFES. Esta entidade congregará 195 cooperativas familiares, 23 federações sindicais, 118 sindicatos e associações locais e 16 entidades de apoio. Couto foi eleito deputado pelo PT em 2003. Foi também presidente da ALESSOAR no período de 1992 a 1995 e, depois, entre 1996 e 2002, presidiu as Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL de Francisco Beltrão.

estavam articuladas em torno das Centrais de Associações de Pequenos Agricultores (CAPA) e da Coordenação Regional de Associações de Pequenos Agricultores (CRAPA). Atualizando esses dados para 2006, segundo a EMATER existiam mais de 1200 associações de agricultores. Apenas a CRAPA tinha mais de 200 associações de agricultores espalhadas em 12 municípios da região; a CAPA, por sua vez, congregava aproximadamente 300 associados, e o Sistema das Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar (SISCLAF) contava, em 2005, com 3750 associados em 22 cooperativas municipais.

Nesse ambiente politicamente rico e combativo na defesa da agricultura familiar, a Assesoar pretendia que o PVR se firmasse como uma referência para as associações e movimentos sociais da região, tanto pela forma como foi constituído, pela rede que conseguia mobilizar, como pelos resultados que ela pretendia atingir. Desde a concepção inicial do PVR, a Assesoar tinha como objetivo o que chamava de “geração de referência para políticas públicas”. O PVR deveria traduzir a materialização deste objetivo, sendo capaz de ser mostrado como um modelo de desenvolvimento para o conjunto dos movimentos sociais vinculados à agricultura familiar do Sudoeste do Paraná. Entretanto, apesar de todo o esforço, dos recursos dispensados, do alinhamento inicial dos parceiros com o PVR, anos de trabalho com diversas atividades empreendidas etc., o projeto efetivamente não atingiu os objetivos propostos.

Assim, a proposta de estudo está focada na contribuição para a compreensão dos processos de construção e articulação das arenas de embate em torno deste projeto, considerando a construção das redes de conhecimento e poder, articulação dos nós desta rede, os conflitos sociais, as possibilidades exploradas pelos agricultores e pelos parceiros do PVR no que se referem aos aspectos ambientais, políticos, técnicos, sociais e legais.

### **A trajetória da pesquisa**

O tema começou a chamar nossa atenção em 2002, com o início de nossas atividades como professor na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão). Naquela oportunidade, entramos em contato com o PVR. Inicialmente, interessamo-nos pelo Projeto porque ele se propunha a discutir temas relativos ao meio ambiente e à sustentabilidade, questões que faziam eco com nossas pesquisas desenvolvidas durante o mestrado (ALVES, 2001). Em agosto de 2002, começamos a travar contato com os parceiros, com as atividades desenvolvidas e com os agricultores da comunidade de Jacutinga. E depois, também com agricultores das outras comunidades rurais atendidas pelo PVR. Já nos

primeiros meses dessa participação, os processos que se desenvolviam foram se revelando complexos e contraditórios. Aos poucos, o olhar crítico começou a funcionar, e uma série de questões, como atritos, disputas internas, interesses e conflitos, políticas públicas, jogos de acomodação e disputas de poder chamavam a atenção para os processos que se desenrolavam.

Essas questões revelavam diversas contradições entre discursos e práticas. A par disso, ou em função desses acontecimentos, o Projeto foi se tornando cada vez mais instigante, pois se constituía em um interessante “campo de batalha” (LONG,1992), onde atores (com discursos oriundos de diferentes mundos, ideologias e modos de vida) se encontravam para realizar um projeto de desenvolvimento. A evidência mais óbvia eram os conflitos entre as posições teóricas, políticas e ideológicas que polarizavam as discussões realizadas nos espaços reservados aos implementadores (corredores, comentários entre membros, grupos de trabalho etc.) que deixavam transparecer uma crise latente entre os parceiros do Projeto. Contudo, na arena pública (onde a maioria dos agricultores estava presente) estas questões praticamente desapareciam. Para os agricultores, ao invés dos conflitos, um quadro mais otimista era apresentado.

Desse modo, estudar como o PVR foi pensado, gestado e articulado é uma tentativa de elaboração dos instrumentos que reconstruam e problematizem os modos pelos quais as redes articuladas em torno do Projeto foram concebidas e implementadas. Além disso, objetivamos averiguar as estratégias desenvolvidas pelos atores nas negociações de defesa dos seus interesses e como se processaram as estratégias de obtenção de poder dentro do Projeto. Esperamos, assim, contribuir para a elaboração de uma metodologia de análise de projetos de desenvolvimento rural que leve em conta a construção territorial, os atores, as instituições e os discursos envolvidos em seu planejamento e execução.

As hipóteses que nortearam a pesquisa são as seguintes:

- 1) Juntamente ao projeto de desenvolvimento rural sustentável proposto pela Assesoar, diversos processos, dinâmicas e transformações no mundo rural estavam em andamento e sinalizavam para alterações profundas no campo brasileiro e na agricultura familiar, particularmente. Nesse novo cenário, que se agudizou durante a implantação do PVR, o patrimônio político, os pressupostos, as práticas e histórias de luta desta ONG não se mostraram aptos a elaborar respostas e a compreender as mudanças em curso, o que levou a conflitos e transformações nas interfaces do projeto. Contudo, na nossa avaliação, isto não se deveu necessariamente a falhas da

ONG ou a desvios de condutas dos agricultores, mas também a outros fatores, como os encontrados na dinâmica da implementação de projetos deste tipo, bem como à complexidade inerente às transformações vivida pelos atores do mundo contemporâneo.

- 2) Nesse processo, os agentes locais já sedimentados, como a Assesoar, passam a competir não somente com os novos atores externos, mas também com a capacidade de agência de agricultores e parceiros frente às novas possibilidades abertas pelas políticas públicas, pelo mercado globalizado etc. Todos esses atores se inserem num mosaico de redes de interesses que interagem mediante formas dinâmicas nas interfaces criadas pelos projetos que aumentam e complexificam a tarefa dos implementadores de tais iniciativas.

O nosso objetivo geral é identificar e analisar as trajetórias do PVR, focando a discussão nas redes e nas interfaces que ocorreram no interior de sua execução. Ao mesmo tempo, ao construirmos essa análise, pretendemos esboçar um método de análise de projetos de desenvolvimento rural.

Os objetivos específicos da pesquisa são os seguintes:

- 1) Apresentar e discutir, dentro da teoria social contemporânea, os processos de projetos de desenvolvimento rural sustentável, propondo, através deste arcabouço teórico, alternativas para a superação de algumas das lacunas presentes nas abordagens teóricas que tratam do tema;
- 2) Analisar as redes e as relações de poder no PVR em relação a outros atores sociais, como a ASSESOAR;
- 3) Analisar as estratégias de ação da Assesoar, no que se refere ao seu re-posicionamento frente às entidades vinculadas à agricultura familiar da região analisada. Além disso, em relação aos agricultores, verificar a influência da emergência destes novos agentes regionais na interface com a ONG.

Pretendemos, com esta pesquisa, contribuir para a construção de uma interpretação original da problemática, a partir de um novo referencial teórico-metodológico. A partir dos itens anteriores, procuramos mostrar o caminho para uma agenda de pesquisa de projetos de desenvolvimento rural, utilizando as noções de campo de batalha do conhecimento, visão de

mundo, redes sócio-técnicas e tradução, para identificar as trajetórias destes projetos, olhando-os como integrantes de um processo complexo.

Nossa opção metodológica pautou-se pela escolha de autores da teoria social contemporânea que possibilitassem olhar o espaço rural e suas relações de poder sob um ângulo que procura lançar luz sobre as complexas interações que vêm ocorrendo no campo. Para isso, escolhemos três bases conceituais. A primeira, assentada nas contribuições do antropólogo inglês Norman Long; a segunda, baseada no método documentário proposto pelo sociólogo húngaro Karl Mannheim, e a terceira, ligada às contribuições dos franceses Bruno Latour (sociólogo) e Michel Callon (engenheiro) sobre a construção e constituição de redes socio-técnicas. Cada um desses autores contribuirá com conceitos específicos de suas obras para a elaboração desta tese, de modo que não nos utilizamos de todo o arsenal de que dispõem.

A tese está estruturada em cinco capítulos, que procuram responder aos objetivos específicos acima elencados. No primeiro capítulo discutimos as bases teórico-metodológicas adotadas para compreender as propostas de desenvolvimento local, e seu objetivo é alinhar elementos para compreender as causas e conseqüências que as propostas de desenvolvimento local podem ocasionar em uma comunidade rural. A partir dessa abordagem, será considerada a complexidade da rede que se desenhou no entorno do PVR, com a articulação de diversos atores, discursos e visões ideológicas, e resultando numa formulação do que é o “rural”. A abordagem utilizada procura problematizar as relações de poder, as redes e as visões de mundo encontradas no PVR. O capítulo está organizado em três partes complementares: na primeira, tratamos da abordagem proposta por Norman Long a respeito de projetos de desenvolvimento rural; em seguida, apresentamos uma leitura de Karl Mannheim sobre a construção das Visões de Mundo; e, finalmente, discutimos a Teoria ator-rede, de Michel Callon e Bruno Latour. Da primeira abordagem, particularmente com os conceitos de campos de batalha do conhecimento e de interface, problematizamos os projetos de desenvolvimento rural. Na segunda abordagem, interessa-nos particularmente, o conceito de “visão de mundo”. Na última abordagem serão utilizados os conceitos de rede, ator-mundo, tradução e a noção de simetria generalizada. Estes parâmetros teórico-metodológicos iluminam os caminhos a seguir na construção do objeto da tese.

Com o capítulo 2 objetivamos apresentar o cenário histórico do surgimento dos atores do Projeto, bem como as especificidades do Sudoeste do Paraná, sobretudo descrever alguns aspectos e componentes que atuaram na constituição do ethos do Sudoeste do Paraná. O

acesso a estes elementos permitirá identificar a base social, cultural e histórica construída no processo de colonização. A intenção é verificar quais destes elementos constitutivos da história são mobilizados pelos atores, e como o são, para construir as suas estratégias de atuação no cenário presente. Não se pretende esgotar todas as variáveis da constituição dessa história, mas, sim, acessar alguns ângulos que consideramos relevantes para a análise em foco, bem como verificar os aspectos eleitos e utilizados pelos atores para a sua interpretação dessa história. Na parte final deste capítulo focaremos a análise na constituição da Assesoar como o Ator-mundo do PVR e nos desafios apresentados pelo cenário econômico da década de 1990.

No capítulo 3, intitulado “Gênese, constituição e crise: as três fases do PVR”, descrevemos de forma sucinta as fases pelas quais o Projeto Vida na Roça de Francisco Beltrão transitou: desde a articulação inicial da rede, que redundou na assinatura do convênio que lhe deu origem, em 1996, até seu desmantelamento em 2006. Para esse fim, elaboramos uma periodização do PVR em três fases. A identificação destas fases é produto da análise documental, das entrevistas e de observações empíricas feitas durante o trabalho de campo e tem o objetivo de possibilitar um entendimento do processo desenvolvido pelo Projeto Vida na Roça, entre 1996 e 2006, período de nossa análise.

O objetivo do capítulo 4 é analisar as evidências que apontam para entender a criação do PVR como resultado também de transformações internas da Assesoar. Estas transformações ocorrem em dois momentos: primeiramente, na interface com as outras entidades da agricultura familiar e, depois, em mudanças qualitativas do seu corpo técnico. Na propositura do PVR, encontramos elementos de decisão política que interferiram diretamente na constituição da sua agenda, bem como na redefinição do seu papel regional, pelo qual a relação e a disputa com outros atores locais a impulsionaram a propor uma estratégia de viabilização da sua continuidade institucional. Para esse fim, o capítulo procura analisar os recursos utilizados pela Assesoar que possibilitaram a proposição do PVR. Procura também compreender os desdobramentos dessas decisões na produção das diferentes fases na entidade. Isto permitirá evidenciar a cadeia lógica, na qual o desenvolvimento do Projeto Vida na Roça (PVR) está inserido. A pergunta central desse capítulo procura responder aos motivos que levaram a Assesoar a propor esse Projeto. Para esse fim, o capítulo procura analisar os recursos utilizados pela Assesoar que possibilitaram a proposição do PVR e procura também compreender os desdobramentos dessas decisões na produção das diferentes fases da

entidade. Com isso pretendemos evidenciar que a cadeia de eventos do PVR está fortemente articulada aos interesses da ONG.

Finalmente, o capítulo 5 tem como objetivo descrever as relações de poder ocorridas no PVR. Serão analisadas três interfaces: com a universidade, com a prefeitura e com os agricultores da localidade de Jacutinga. Cada um desses atores é convidado a participar do PVR em momentos distintos, obedecendo a um calendário específico determinado pela Assesoar. Primeiramente, os agricultores, depois, a universidade e, posteriormente, a prefeitura. Todos tinham interesses específicos no Projeto: na Assesoar, além das questões e disputas internas, seu foco estava na continuidade de seu papel de vanguarda regional, por isso, a geração de referências para os movimentos sociais, através do PVR, era uma questão estratégica para ela; na universidade, o processo era conduzido por docentes com vinculações com os movimentos sociais e com Partido dos Trabalhadores; além disso, o Projeto abria a possibilidade de pesquisa e possibilitava a produção acadêmica, fundamental para a construção das suas carreiras; a prefeitura, a depender do grupo político a sua frente, manifestava interesses variados que transitaram do apoio à disputa com a Assesoar; os agricultores, no geral, aderem ao projeto por este propor uma agenda de desenvolvimento e, além disso, eles eram os destinatários finais das ações do PVR. Desse modo, da sua permanência, atuação e crença na viabilidade do Projeto dependia o sucesso dos parceiros. Este capítulo também procura evidenciar alguns deslocamentos realizados pelos atores em suas ações e reflexões e tem como objetivo central responder a pergunta: o que ocorreu na rede para que esta se desfizesse?

A pesquisa empírica desenvolveu-se entre 2005 e 2007. Foram analisados 10 anos de arquivos do Jornal de Beltrão, todos os documentos públicos produzidos e divulgados pela Assesoar e pelos parceiros durante a execução do PVR, todas as atas, memorandos e relatórios produzidos pela Unioeste desde a incorporação do Projeto em 2000, e materiais produzidos pela Prefeitura municipal de Francisco Beltrão. Em 2007 participamos como ouvinte do Processo de Avaliação Externada da Assesoar realizada em três oficinas entre 2006 e 2007. Foram realizadas ainda 37 entrevistas com agricultores, técnicos, políticos e professores, sendo que, deste total, nove entrevistas foram analisadas com a utilização do método documentário. Utilizamos também de entrevistas realizadas por Walter Roberto Marschner em 2002 com técnicos da ALESSOAR e com agricultores de Jacutinga participantes do PVR.

## **Capítulo 1**

### **Atores, redes, discursos e traduções: um foco sobre projetos de desenvolvimento rural**

“A realidade evolui mais rapidamente do que a nossa capacidade de sistematizar a sua compreensão. Assim, somos obrigados às vezes a olhá-la como um quadro impressionista: com uma certa distância, conscientes de que a imagem que vemos se baseia em pontos de impressão, e de que existem mais pontos do que somos capazes de observar. Não há dúvida de que são frágeis estas gestalt's teóricas, saltos intuitivos onde o detalhe é parcial e a metodologia freqüentemente difusa. E, ainda assim, esta intuição nos diz que o que vemos é uma boa forma, algo que tem pé e cabeça”. Ladislau Dowbor, 1997a.

#### **1.1 - Superando dicotomias: novas contribuições para o estudo do desenvolvimento rural**

Nas duas últimas décadas, em resposta às externalidades negativas da modernização da agricultura, projetos de desenvolvimento rural sustentável tem sido implementados em diversos países onde o Brasil, devido à importância da sua agricultura e do forte movimento social no campo, tem um lugar de destaque. Tais experiências têm articulando agricultores de pequenas comunidades locais e atores vinculados a ONGs, grupos de pressão, e setores do governo. Estas propostas de desenvolvimento tendem a apoiar-se, no geral, em três princípios básicos: a) à valorização da vida em comunidade; b) a capacidade de protagonismo dos agricultores; c) a idéia de que, a partir das forças internas (solidariedade, identidade, espírito comunitário, valorização do saber-fazer local etc.) estas comunidades poderiam se contrapor à estandardização das técnicas agrícolas modernas. A estes princípios podemos agregar outros dois importantes aspectos: 1) o debate sobre as relações entre agricultura familiar e a questão ambiental e 2) a dicotomização do mundo em duas esferas distintas e contraditórias: o local e o global.

Estas e outras questões fizeram com que a “questão agrária” (considerada superada por setores da pesquisa acadêmica brasileira) ressurgisse como tema de pesquisa nas agendas de institutos e universidades, possibilitado um fecundo debate, em que, novos e promissores estudos direcionam o olhar sobre a intensa transformação que a agricultura vem experimentando (Abramovay, 1992; Jalcione, 1999; Tedesco, 1999; Schneider, 2003; Petry, 1995; Buttel, 1990, 1994 dentre outros). Contudo, são poucos os trabalhos que focam sua análise nos processos endógenos e entre estes, ainda mais raros são os trabalhos que exploram



novos caminhos ou arranjos metodológicos para entender o entrelaçamento das problemáticas do local e do global no desenvolvimento rural.

A partir do início de nossa pesquisa consideramos central a reflexão sobre novos métodos de investigação e novos diálogos entre a sociologia rural e a teoria social para entender as complexidades envolvidas nos projetos de desenvolvimento rural sustentável. Por isto, do ponto de vista teórico, esta tese não visa apenas estudar um projeto de desenvolvimento rural sustentável (no caso, o PVR) a partir de uma determinada perspectiva conceitual já estruturada. A tese apóia-se na procura de uma perspectiva epistemológica sedimentada na crítica a métodos reducionistas de análise, que observam os atores sociais apenas pelos aspectos econômicos ou por questões ideológicas assumidas pelos pesquisadores de forma acrítica, identificando-se com os objetos de estudo.

A superação desse tipo de perspectiva está num enfoque interdisciplinar, que será apresentado neste capítulo, através de um dialogo que estabelecemos entre três correntes de pensamento representados por Norman Long, Karl Mannheim e Michel Callon e Bruno Latour. Antes de abordar as teses destes autores faremos uma breve apresentação do estado da arte dos estudos sobre desenvolvimento rural, mas sem entrar numa revisão exaustiva da bibliografia produzida sobre o tema, já que isto tem sido realizado por diversos autores (Clark e Lowe, 1992; Van der Ploeg, 1992; Marsden, 1993; Guivant, 1997, 2002; Mior, 2004; Ward et. alli, 2005 dentre outros). Desse modo, cabe enfatizar que a análise em tela retoma apenas aspectos das teorias e não o conjunto de suas contribuições.

### **1.1.1 – Endógeno versus exógeno: paradigmas do desenvolvimento rural em conflito**

As propostas que tratam do desenvolvimento rural têm, no geral, orbitado ao redor de dois paradigmas básicos: o desenvolvimento exógeno e o desenvolvimento endógeno. As abordagens do desenvolvimento exógeno, em que se pauta a revolução verde, confluem para uma proposta de articulação subordinada das atividades desenvolvidas no espaço rural pelas implementadas nas economias urbanas. Nessa visão, o aspecto dinâmico da economia (com desenvolvimento de produtos, serviços e pesquisas) ocorreria no espaço urbano. Ao rural caberia o papel de receptáculo de tecnologia e insumos e de fornecedor de matérias-primas e de alimentos para nutrir a máquina produtiva urbana.

Inicialmente (na década de 1950) o crescimento e desenvolvimento agrícola eram vistos principalmente em termos de segurança alimentar, e essa idéia era reforçada pela experiência europeia durante a Segunda Guerra Mundial. Contudo um processo de reconceitualização do desenvolvimento agrícola permitiu reconfigurar o setor, de modo que a modernização da agricultura não só permitisse aumentar a disponibilidade de alimentos, mas também de se constituir como um poderoso instrumento de desenvolvimento econômico ao possibilitar a ligação de uma enorme cadeia de *inputs* e *outputs* com o setor não-agrícola ao servir de vaso receptor para os insumos industrialmente produzidos e fornecer matérias primas para a indústria e alimentos baratos para as populações urbanas.

Os desenvolvimentos urbanos e rurais estariam integrados não apenas entre si mas à lógica de expansão econômica cujo fomento dependia da ajuda externa. Esta política foi amplamente utilizada a partir da década de 1960 nos projetos da revolução verde e conseguiram imprimir um enorme dinamismo no setor agrícola tornando-o mais moderno e articulado. Os princípios essenciais deste modelo estavam localizados em economias de escala e de concentração. Os centros urbanos eram considerados como pólos de crescimento e de desenvolvimento econômico das “zonas rurais”. Nesse cenário os problemas de desenvolvimento das regiões agrícolas eram diagnosticados como os da marginalidade, pois estavam distante técnica, econômica e culturalmente dos principais centros urbanos de atividade e em todos estes aspectos eram considerados atrasados (WARD, et alli. 2005). Este modelo continua como o paradigma central do rural até finais dos anos 1970, quando o modelo exógeno começa a cair em descrédito. As zonas rurais são então apresentadas como altamente dependentes de subsídios e distantes das arenas de decisão política. Este discurso ainda hoje é um elemento central dos argumentos e críticas efetuados por ONGs vinculadas à questão rural, dentre as quais a Assesoar não foge à regra.

A proposta do desenvolvimento exógeno tem sofrido alterações desde sua implantação na década de 1950. Inicialmente, segundo Ellis e Biggs (2001), a idéia central de desenvolvimento rural estava baseada na percepção de que a grande massa dos agricultores chamados de ‘tradicionais’ ou de ‘subsistência’ não ofereciam perspectivas para o desenvolvimento econômico ou para o aumento da produtividade, já que eram categorizados como economicamente irracionais. Dessa forma, a estes agricultores caberia apenas um papel passivo no processo de desenvolvimento econômico (fornecedores de recursos para o setor moderno da economia) e que, com o tempo, eles seriam suplantados pela expansão de agentes

econômicos mais dinâmicos. O setor moderno, que surgiria em substituição ao antigo, era visto como constituído por grandes áreas produtivas mais aptas a utilizar os recursos econômicos com eficiência que as pequenas propriedades. Esta visão sobre o rural foi também importante para os países socialistas, pois estas estratégias de desenvolvimento agrícola foram praticadas intensivamente na União Soviética nas décadas de 1960 e 1970.

Este modelo, que se estendeu quase inalterado até meados da década de 1980, foi desenvolvido por poderosas redes de pesquisa e financiamento, desenvolvimento, extensão e comercialização. Nas redes que se conectam ao desenvolvimento exógeno, encontramos as instituições representantes das dimensões científica, tecnológica e política construídas no processo de difusão da modernização da agricultura mundial. Para essa ótica de desenvolvimento o conhecimento tradicional e local deveria ser substituído por um conhecimento científico e globalizado, o que por sua vez foi realizado através de novas relações sociais no meio rural. A agricultura proposta pela revolução verde pode ser resumida como a implantação de um sistema dependente de *inputs* externos à propriedade, caracterizados pela alta densidade tecnológica viabilizada por enormes investimentos públicos e privados em pesquisa e desenvolvimento. Essa rede procurava a estandardização em tecnologias a ser aplicada potencialmente a qualquer ecossistema. Nesse processo os centros de decisão se afastam do espaço de sua aplicação gerando longas redes verticais de poder e controle. Em outras palavras, a construção da rede de ciência permite que esta tenha uma ação a distância, ao contrário do conhecimento local, que se organiza em redes menores restritas ao contexto doméstico (GUIVANT 1997).

Mas nos anos de 1960 e 1970, o paradigma da revolução verde sofreu uma grande alteração. Uma primeira mudança no desenvolvimento rural ocorreu em meados dos anos de 1960, quando emerge outra abordagem que passa a considerar as pequenas propriedades agrícolas como motor do crescimento e do desenvolvimento. No entanto, esta perspectiva política e acadêmica não se fez sentir de imediato nas políticas públicas. Nos países desenvolvidos isto começou a ocorrer apenas em meados da década de 1970. Essa mudança foi responsável por integrar a agricultura de pequena escala à dinâmica de desenvolvimento com a abertura de linhas de crédito e políticas de assistência técnica destinada à difusão das técnicas e práticas da revolução verde. As pequenas propriedades começam a se tornar responsáveis por um aumento no desempenho no crescimento econômico global. Isto ocorreu

porque o aumento da produtividade agrícola estimulou a procura de serviços não-agrícolas, bem como a criação de um mercado interno consumidor de bens industriais.

As principais mudanças nos paradigmas de desenvolvimento rural nesse período foram (Ellis e Biggs, 2001 p. 441-442): 1) os pequenos agricultores são considerados agentes econômicos racionais, capazes de tomar decisões eficientes ; 2) os pequenos agricultores são tão capazes, como grandes agricultores, de produzirem variedades vegetais, uma vez que as combinações de *inputs* necessários a produção são agentes neutros (sementes, fertilizantes, água); 3) existe uma relação inversa entre dimensão das explorações e da eficiência econômica, de tal forma que os pequenos agricultores são mais eficientes do que os grandes agricultores, devido à intensidade do seu uso abundante de trabalho, em combinação com as pequenas explorações baixos requisitos de capital escasso; 4) a combinação desses três fatores levam em direção a uma estratégia agrícola que favorece as pequenas propriedades familiares, em vez de uma estratégia que apostava na força de um setor agrícola moderno composto de grandes fazendas; e finalmente 4) a crescente produção agrícola nas pequenas propriedades estimula o crescimento da mão-de-obra em atividades não-agrícolas na zonas rurais. Este último fator seria fundamental na estratégia de diminuição da pobreza, que se constituirá em um dos elementos chave da proposta de desenvolvimento endógeno nas décadas seguintes.

Em contraponto à revolução verde, surgem debates paralelamente a difusão do conceito de sustentabilidade (especialmente no Relatório Bruntland) sobre qual agricultura é desejável, social e ecologicamente sustentável, e apta a oferecer para as populações padrões de segurança alimentar, ambiental e social. Deste questionamento surge boa parte do arcabouço teórico do desenvolvimento endógeno. Este está ancorado no pressuposto de que os recursos específicos de um local (natural, humano e cultural) são a chave para viabilizar o desenvolvimento sustentável. O principal desafio que o desenvolvimento endógeno deve enfrentar a longo prazo é a valorização das diferenças e especificidades locais frente a um cenário mundial onde dominavam as técnicas e processos produtivos promovidos pelas instituições e políticas públicas favorecendo a modernização da agricultura como único modelo possível de desenvolvimento, a pesar dos problemas ambientais e sociais cada vez mais evidentes (WARD, et. Alli, 2005). O principal objetivo desta perspectiva de desenvolvimento seria o de melhorar as circunstâncias econômicas e sociais locais através da mobilização dos recursos internos disponíveis, garantindo aos atores parcelas maiores de decisão sobre os modelos técnicos e produtivos.

**Quadro 1: Principais modelos de desenvolvimento e paradigmas dominantes 1950 a 2000**

		<b>Características dos principais modelos de desenvolvimento</b>	<b>Paradigmas dominantes</b>
<b>s e p e c e p</b>	<b>1950</b>	Modelo de dupla modernização da econômica e desenvolvimento de comunidade: idéia de camponeses preguiçosos.	1.Modernização e economia dual.
	<b>1960</b>	Transformação da abordagem de transferência de tecnologia (extensão) e mecanização agrícola crescimento do papel da agricultura (Inicio da Revolução verde): idéia agricultores racionais.	1.Modernização, economia dual 2.Rendimentos crescentes em pequenas e eficientes propriedades.
	<b>1970</b>	Redistribuição com crescimento atendimento das necessidades básicas o rural integrado ao desenvolvimento do Estado, políticas estatais de crédito levaram ao campo um viés de inovação vinculado ao setor urbano revolução verde (continuação).	1.Rendimentos crescentes em pequenas e eficientes propriedades.
	<b>1980</b>	Ajustamento estrutural a mercados livres “obtenção de preços corretos. Recuo do Estado aumento das ONGs Diagnóstico Rural Rápido (DRR). Foco na segurança alimentar e fome análise . Pesquisa e Desenvolvimento como processo não como produto. Foco no desenvolvimento das mulheres (WID) e na redução da pobreza.	1.Rendimentos crescentes em pequenas e eficientes propriedades. 2.Participação e empoderamento 3. Pesquisa sobre meios de vida sustentável (SL Approach)
	<b>1990</b>	Microcrédito, Pesquisa Rural Participativa (PRP), Ator-orientado Stakeholder; análise Rural segurança, redes, Gênero e Desenvolvimento (GAD) Ambiente e sustentabilidade. Redução da pobreza	1.Rendimentos crescentes em pequenas e eficientes propriedades. 2.Participação e empoderamento 3. Pesquisa sobre meios de vida sustentável (SL Approach)
	<b>2000</b>	Estilo de vida sustentável, boa governança e descentralização crítica aos Programas com o enfoque setorial amplo (Sector-wide approaches - SWAps) como proteção social a erradicação da pobreza.	1.Rendimentos crescentes em pequenas e eficientes propriedades. 2.Participação e empoderamento 3. Pesquisa sobre meios de vida sustentável (SL Approach)

Fonte: Ellis, F; Biggs,S (2001). Organizado por ALVES, A.F. (2008)

Estas transformações nas propostas são apontadas por Ellis e Biggs (2001) como uma segunda mudança paradigmática no desenvolvimento rural. No geral elas se caracterizam pela alteração na forma de propor a tomada de decisões que nas décadas

anteriores eram sobre tudo de cima para baixo (*top-down*) para sugerir abordagens de baixo para cima (*bottom-up*), valorizando o conhecimento e os atores locais. Alguns dos elementos-chave neste período segundo os autores anteriormente mencionados foram: 1) o advento das pesquisas sobre sistemas agrícolas; 2) crescente crítica a monoculturas estimuladas pela Revolução Verde; 3) um crescente reconhecimento da validade dos conhecimentos técnicos locais; e na capacidade dos agricultores pobres em contribuir para soluções dos seus problemas; 4) o aumento do uso de métodos participativos, originários do diagnóstico rural rápido (*rapid rural appraisal - RRA*), passando pelo Diagnóstico Rural Participativo (*participatory rural appraisal - PRA*) e depois, durante a década de 1990, para Aprendizagem e Ação Participatória (*Participatory Learning and Action - PLA*); 5) o advento da perspectiva ator-orientada sobre desenvolvimento rural, em que os participantes no desenvolvimento rural são considerados atores competentes com diferentes e legítimos entendimentos dos processos de mudança em que estão envolvidos (Long e Long, 1992); 6) do ponto de vista teórico houve a rejeição de teorias macro explicativas como guias úteis para a ação com o conseqüente crescimento das teorias que salientavam as especificidades locais e os enfoques microsociológicos; 7) aumento da importância das questões de gênero para o desenvolvimento rural; e 8) surgimento de temática ambientais fruto dos movimentos de contestação e das pesquisas sobre o tema.

Devemos considerar que o contexto político e econômico também sofreu transformações, com o início dos ajustamentos estruturais nas economias mundiais com liberalização dos mercados no início de 1980, o que levou à certa diminuição das intervenções estatais na gestão do setor agrícola. A diminuição da presença estatal levou os agricultores a buscarem outras alternativas para o desenvolvimento; e com isso houve o aumento da participação das ONGs como agentes de desenvolvimento rural;

Em síntese estas duas grandes linhas de desenvolvimento Rural apontam uma dicotomização da pesquisa acerca do desenvolvimento rural. As principais características de ambos os modelos são sintetizados no Quadro 2:

**Quadro 2 - Modelos de desenvolvimento rural**

<b>Características</b>	<b>Desenvolvimento exógeno</b>	<b>Desenvolvimento endógeno</b>
Princípio-chave	Economia de escala e concentração	Arranjos locais (naturais, humanos & culturais). Recursos para o desenvolvimento sustentável.
Força dinâmica	Pólos de crescimento urbano. As áreas rurais são concebidas como fonte de alimentos e de produtos primários para a expansão das economias urbanas.	Empresas e iniciativas locais.
Função das áreas rurais	Produção de alimentos e de produtos primários para a expansão da economia urbana.	Diversificação das economias e dos serviços.
Maiores problemas de desenvolvimento	Baixa produtividade e marginalização.	Limitada capacidade de áreas/grupos sociais de participar das atividades econômicas.
Foco do desenvolvimento rural	Modernização agrícola: estímulo à mobilidade de capital e trabalho.	Construção de capacidades (habilidades, instituições e infra-estrutura). Superação da exclusão social.

Fonte: Adaptado de Ward et alii (2005).

Ocorre, contudo, que as divisões nem sempre são tão claras. Especialmente porque na prática há misturas entre ambas propostas, levando-se à formulações que procuram superar as dicotomias e conseguir um dialogo equilibrado entre ambos lados, como veremos a seguir.

### **1.1.2 - Confluências entre o modelo endógeno e exógeno**

Uma das análises pioneiras que procura romper com a visão dicotômica de desenvolvimento é encontrada em Buttel (1994). Para este sociólogo rural, um dos mais importantes dos anos 90, desde o final da década de 1980 ocorre uma transição na base teórica que estuda o desenvolvimento rural. A sociologia clássica, por exemplo, tinha, até meados do século XX, a perspectiva macro-social como foco prioritário de análise (Estado e economia nacional, sistema de valores nacionais, etc.). O sinal de mudança no foco da análise é identificado por Buttel no crescimento de temas ligados a micro-sociologia, com o estudo de relações de poder em categorias sociais mais ligadas ao cotidiano, tentando entender o papel dos atores sociais como competentes e capazes de agência. Para Buttel, este recente abandono da perspectiva de que todo o micro pode ser explicado por causas macro-sociais, e

especialmente de caráter econômico, estimula uma transição teórica e um aprimoramento dos instrumentais de análise aptos a fornecer ferramentas mais adequadas para a pesquisa social sobre as transformações em curso na sociedade. Desta maneira, Buttel encaminha seu argumento para demonstrar a necessidade de integrar os modelos endógenos e exógenos. Cada um isoladamente é incapaz de explicar os processos de desenvolvimento rural. A perspectiva exógena, associada a uma macro-sociologia, é incapaz de explicar os processos de poder micro-sociais. Por sua vez, a perspectiva endógena é incapaz de explicar os processos macro-sociais. Uma síntese entre ambas possibilitaria obter uma perspectiva teórica que capte a complexidade da realidade social.

Buttel (1994) aponta para a existência de outros dois modelos dicotômicos de análise do desenvolvimento rural, que também deveriam dialogar: os modelos da globalização e da re-localização, que levam a uma visão polarizada e empobrecida teórica e metodologicamente para entender os processos de desenvolvimento.

No modelo da sociologia rural que enfatiza os processos globalizantes os regimes alimentares pós-fordistas, bem como o processo de mundialização da agricultura são vistos como respostas ao declínio da capacidade dos Estados-nação de regular os seus setores agrícolas e alimentares, cedendo lugar a uma regulação global. A globalização estaria se tornando o centro dinâmico do mundo agrícola e as teorias da globalização têm (Bonanno et alli, 1994; Goodman e Radcliffe, 1991; Mc Michael, 1994) as mais fortes referências sobre o tema. Esta perspectiva está apoiada no pressuposto de que o setor agrícola havia mudado e o dinamismo econômico, ideológico e político nas sociedades locais (inclusive os estados nacionais). Nesse cenário, os determinantes do sistema alimentar teriam se deslocado do espaço local para o global. Segundo Buttel (1994) e Ward et. alli (2005), para esse argumento corroborariam os dados relativos à agricultura nos países da OCDE. Embora a agricultura ainda seja predominante na utilização dos solos da Europa rural, ela já não domina socialmente ou economicamente estes espaços. Este setor representava na década de 1990 apenas 5% dos empregos e desempenhava um papel ainda menor na formação do PIB das regiões rurais. No mesmo sentido eles apontam que os gastos alimentares familiares destes países eram de apenas 15% da renda. No entanto, quando se fala em financiamento, a Política Agrícola Comum da União Européia representa pouco menos da metade do orçamento anual (WARD. Et. Alli. 2005). Desse modo, o setor agrícola dos países desenvolvidos, segundo Buttel (1994), está sob forte pressão política, sobretudo devido aos crescentes gastos com subsídios. Contudo, segundo Ward et alli. (2005), deve-se considerar que a agricultura



continua a ser um setor estratégico importante na política europeia e se constitui na principal força para a determinação do que acontece no meio ambiente rural.

Além das críticas domésticas na OCDE têm crescido os questionamentos no âmbito da OMC, sobretudo por parte de países onde a agricultura tem um peso maior na economia, como no Brasil. Buttel (1994) observa que, embora de forma diferente, os países em desenvolvimento também estavam experimentando uma transição nas teorias e políticas de apoio ao setor agrícola.

Mas as teorias micro-sociais, que se orientam mais para enfatizar as especificidades do desenvolvimento endógeno, têm apontado como os fatores locais não desaparecem dentro da dinâmica da globalização, mas se transformam. Em lugar de homogeneidade no meio rural, o que estas teorias vêem é heterogeneidade. Uma das teorias mais importantes nessa direção é a da re-localização que tem em Ploeg (1990, 1992) e Long & Ploeg (1995) as principais referências analisadas por Buttel. A re-localização tem como argumento fundamental que a perspectiva da globalização sobre-enfatiza as forças homogeneizadoras que atuam na produção agrícola (modernização tecnológica e mercados). E que, ao focarem apenas estes aspectos, se equivocam ao não considerarem a diversidade de técnicas e arranjos existentes no espaço local. A perspectiva da re-localização abriu a crítica à idéia de homogeneização da agricultura. Além desse fato, esta teoria contribuiu para chamar a atenção para diversas questões ainda não devidamente estudadas, tais como: o papel fundamental que os saberes locais, a complexidade intrínseca na coordenação dos afazeres e das tarefas agrícolas, as questões de gênero e os aspectos domésticos da organização da agricultura desempenham na dinâmica dos sistemas agrícolas e rurais e nas sociedades em geral. Os representantes desta corrente lançam luz também sobre a necessidade de observar os aspectos microeconômicos envolvidos e não só os macroeconômicos, bem como os aspectos localizados no cotidiano dos agricultores com seus significados e interpretações. Estas dimensões do desenvolvimento são comumente negligenciadas pelos estudos focados na globalização.

A necessidade de romper com as visões dicotômicas, segundo Buttel (1994), é que ambas as abordagens têm pontos fracos e fortes. O aspecto mais frágil da visão focada exclusivamente na globalização está na tendência em privilegiar a grande escala e o recurso explicativo a grandes e poderosas forças macroestruturais. Por outro lado a fraqueza da re-localização está no fato de ela produzir uma crítica simplificada à economia e à política agrária globalizada. Segundo Buttel, essa crítica pode sucumbir à utopia, sobretudo por exagerar na diversidade e na capacidade de resiliência e adaptação dos agricultores frente a

força dos processos homogeneizadores da globalização. Contudo, para Buttel, a diversidade local não é por si só um elemento capaz de produzir alternativas. É necessário que as teorias da re-localização produzam reflexões teoricamente fundamentadas e apoiadas em experiências concretas, e demonstrem que têm capacidade de gerar contrapontos viáveis às teorias da globalização, sobretudo em termos de implicações para a vida rural, para a viabilidade da agricultura e para a qualidade ambiental.

### **1.1.2.1 - Desenvolvimento neo-endógeno**

Outro contraponto importante à perspectiva que enfatiza a homogeneização como produto da globalização é apontado por Ward et. Alli. (2005), que por sua vez sugerem a nomenclatura neo-endógeno em substituição ao conceito de desenvolvimento endógeno. Para estes autores o neo-endógeno se inspira em teorias que sustentam que a chave para o desenvolvimento local é a construção de uma capacidade institucional local, simultaneamente capaz de mobilizar recursos internos e de lidar com as forças externas em ação sobre determinada região. Esta perspectiva salienta que não só o econômico ou o desenvolvimento empresarial precisa de ser incorporado na região, mas que o meio de atingir este objetivo é através da participação dos atores locais nos processos de desenvolvimento interno e externo. Além disso, propõem estudar como o nível local interage com o extra-local. Na visão desses pesquisadores o ponto crítico está em como aumentar a capacidade do local para utilizar áreas, recursos, ações e processos mais vastos em seu benefício.

Para Lowe et alli. (1995) e Ray (2001 apud, WARD. Et. Alli 2005) a noção de zonas rurais locais capazes de promover um desenvolvimento socioeconômico autônomo e imune às influências externas (como globalização, comércio externo ou ação governamental) pode ser ideal, mas não é uma proposição prática no mundo contemporâneo. Para eles, qualquer localidade rural européia, atualmente, inclui uma combinação de forças endógenas e exógenas em sua configuração. A necessidade de superar dicotomias

## **1.2 - A agricultura sustentável e desenvolvimento exógeno e endógeno**

Estas questões obrigatoriamente nos conduzem a diferentes espaços públicos e às suas arenas de embate, dentre as quais podemos citar: as relações e na atuação do Estado no enfrentamento das questões referentes ao desenvolvimento, na capacidade das comunidades locais de gerarem suas próprias alternativas de desenvolvimento buscando uma identidade

que as diferencie no cenário e na negociação dos interesses dos atores (agricultores, mercado, ONGs, governos etc.)

Nesse sentido a questão do lugar e do que se entende por conhecimento, técnica e tecnologias no desenvolvimento rural devem ser também abordadas nas pesquisas, junto com questões como: o modo como os atores mobilizam os conhecimentos de que dispõem, como executam a tradução, como negociam seus papéis e como recepcionam as propostas de desenvolvimento local. Dentro do quadro de mudança paradigmática ocorrido a partir da década de 1990 (ELLIS, F; BIGGS,S 2001) é possível observar que a introdução do conceito de sustentabilidade torna-se um eixo articulador fundamental para as discussões e para políticas agrícolas. É também nos marcos desse discurso que as ONGs preocupadas com a questão do desenvolvimento rural encontram a base central de seus discursos e é por meio disso que as propostas de um modelo de agricultura sustentável surge como elemento central das propostas de implementação de projetos de desenvolvimento rural.

Se procurarmos definições de agricultura sustentável vamos a encontrar inúmeras delas, na análise de Pretty (1995) a agricultura sustentável (Box 1) é um processo em aberto, sujeito a negociações e conflitos e que envolve um apelo para a aquisição de novas habilidades e competências para intervir nas políticas de desenvolvimento de forma ativa.

### **Box 1 - Princípios da agricultura sustentável**

1. A sustentabilidade não pode ser definida de forma precisa: é um conceito altamente contestado e não representa um conjunto fechado de práticas ou tecnologias, nem um modelo a ser descrito ou imposto. A questão de definir o que estamos tratando de fazer é parte do problema, devido a que cada indivíduo tem valores diferentes. A agricultura sustentável é, desta maneira, não tanto uma estratégia mas uma abordagem para apreender o mundo.
2. Os problemas sempre estão abertos às interpretações diferentes: como o conhecimento e o entendimento podem ser considerados como socialmente construídos, o que cada um de nós conhece e acredita está relacionado com o nosso contexto atual e nossa história. Não há, portanto, só uma interpretação “correta”. Dessa maneira, é fundamental procurar entender as múltiplas perspectivas sobre um problema para assegurar um amplo envolvimento dos atores e grupos.
3. A resolução de um problema inevitavelmente leva à produção de outro problema porque os problemas são endêmicos. Sempre haverá incertezas.
4. A característica-chave passa a ser a capacidade dos atores de aprenderem continuamente a partir dessas situações em mudança, de forma a que possa agir rapidamente e transformar suas práticas. As incertezas devem passar a ser explícitas e reconhecidas como válidas
5. Os sistemas de aprendizagem e interação devem procurar as múltiplas perspectivas das diferentes partes interessadas e estimular o seu envolvimento. A participação e colaboração são componentes essenciais de qualquer sistema de pesquisa.

Desse modo, dentro dos marcos dessa crítica, a superação de visões dicotômicas é condição necessária para estimular a difusão da agricultura sustentável. Para os atores envolvidos em projetos de desenvolvimento rural evitar as polarizações dos modelos de desenvolvimento significa romper com uma definição fechada de sustentabilidade e aderir a tecnologias vindas de outras matrizes de pensamento e aceitar um grau elevado de incerteza na execução e condução dessas experiências. Deste modo, a análise do espaço rural, em sua perspectiva sustentável, deve ser olhada não como um espaço de homogeneidades, mas de espaços híbridos, constituídos por tempos e territórios distintos, mas que podem conviver no mesmo tempo e espaço (SAQUET, 2003). Nesse sentido se insere a dificuldade metodológica de estudar os processos de desenvolvimento local, pois eles são produtos substantivados por mudanças, mas também por permanências.

#### **1.2.1.1 - Aproximação aos atores e suas redes**

Assim, na discussão sobre o desenvolvimento rural, é importante perceber que as experiências locais não são locais no sentido estrito pois elas são/estão conectados ao global, pelos agentes, pelas técnicas, pela política, pela questão ambiental, dentre outros fatores. Isto implica olhar o processo de desenvolvimento rural sustentável como interconectado por redes e, a análise das redes permite seguir as etapas de construção observando como os atores e sistemas co-evoluem na definição de seus papéis e na redefinição de expectativas em contextos locais constantemente permeados por aspectos globais. O desenvolvimento rural sustentável, ao ser analisado, deve ser percebido como o resultado da co-evolução e do entrelaçamento destes sistemas de relações. Esta conceituação das redes permite a observação dos diversos elementos interconectados sem a atribuição de papéis hierárquicos entre eles, o que possibilita a cada ator se tornar fundamental dentro da sua construção (CALLON, 1983).

Outro aspecto central diz respeito atuação dos atores locais nas arenas e nos processos que envolvem projetos de desenvolvimento endógeno. A capacidade de agência dos atores em sua interação e articulação com os diversos mundos (simbólico, técnico, político, global) desloca-os do eixo da vitimização. Esse deslocamento posiciona os atores em novos papéis, ou seja, coloca-os também como agentes protagonistas do processo e não meros receptáculos à espera de soluções.

Entretanto, é necessário considerar a realidade de cada uma destas experiências com o devido cuidado. Guivant (1997), ao analisar as propostas de desenvolvimento rural

sustentável, destaca, como sendo uma das tendências mais expressivas dos defensores de projetos de desenvolvimento rural endógeno, o que ela chama de “populismo participativo”, cuja proposta tem em Robert Chambers (1983, 2002) um dos autores mais importantes. Essa proposta de desenvolvimento rural tem como eixo central a valorização do conhecimento local e a participação dos agricultores em todos os processos como agentes principais do desenvolvimento. Ocorre que, de certa forma, a proposta desconsidera o poder do processo de enraizamento de práticas e conhecimentos exógenos. Outra crítica à Chambers refere-se a uma idealização do conhecimento local como conhecimento tradicional. A crítica a isto, refeita posteriormente pelo próprio Chambers, aponta à idealização do conhecimento tradicional, considerado melhor ou superior ao conhecimento científico, ou como sendo capaz de incorporar práticas e técnicas tradicionais acriticamente. O conhecimento local não deve ser idealizado como melhor ou superior ao conhecimento científico ou visto como um conhecimento puro pronto para ser resgatado (GUIVANT, 1997), até porque, no saber popular o processo da globalização na estandardização da agricultura, a ciência, as empresas, os governos e a assistência técnica desempenharam um importante papel de formação por mais de meio século, alterando e influenciando profundamente os saberes tradicionais. O conhecimento produzido e reproduzido no espaço rural é produto das interações entre os conhecimentos tradicionais (caboclos, índios, negros e colonos europeus) e, nos dias atuais, fundamentalmente, os que emergem de redes de pesquisas científicas e que influenciam políticas públicas de desenvolvimento rural, e difundidos por uma rede de assistência técnica e de comercialização de insumos.

Outro aspecto que deve ser considerado é que defesa dos métodos participativos tem sido demasiadamente prescritiva e de certa forma coercitiva. Prescritiva ao propor um receituário único (ou muito similar entre si) para o desenvolvimento rural e, coercitiva, ao sugerir que não há outra alternativa para a viabilização econômica e social fora dos marcos visualizados como participativos pelos proponentes desse modelo de desenvolvimento. Long, em contraste a esta perspectiva, propõe uma investigação social que em lugar de ser prescritiva nos permita analisar como se formulam e implementam projetos de desenvolvimento rural. Em diversos trabalhos Long pretende problematizar a noção de replicabilidade de modelos de desenvolvimento. Não obstante a aparente aceitação dos métodos participativos, a relação entre os implementadores (técnicos, ONGs, representantes, cientistas, etc.) e os agricultores (a despeito das intenções e discursos) mantém-se em assimetria e envolvem inevitavelmente questões de poder. Propostas de desenvolvimento

rural que se continuem difundindo de cima para abaixo, apesar de procurar ser participativas, correm o risco de falhar em suas pretensões de promover o desenvolvimento. Esta falha é resultado de múltiplos fatores, dentre os quais as percepções que os implementadores de tais projetos têm dos agricultores. Esta visão, no geral, está sedimentada na concepção da existência de comunidades homogêneas cujo patrimônio técnico tradicional manteve-se inalterado apesar da exposição aos agentes da modernização da agricultura.

As propostas de mudanças, sugeridas pelos atores envolvidos em projetos de desenvolvimento rural sustentável são parte de processo de transformação na definição de um novo papel para os agricultores, para o Estado e para as políticas públicas. Portanto, para não cair numa visão ingênua dos problemas de formulação e implementação destas propostas de desenvolvimento sustentável consideramos que, como sugere Long (1992), precisamos de um referencial teórico-metodológico que nos possibilite tomar distancia das propostas e analisar também suas intenções como parte do processo e não como algo já dado. Para isto adotaremos uma abordagem etnográfica em aberto. Esta perspectiva em aberto procura:

“[...] desvendar as complexidades do significado e ação social, através do desenvolvimento de um quadro conceitual que atribui prioridade à compreensão das situações da vida cotidiana. Isso não significa, porém, que trabalhamos com a distinção convencional entre níveis ‘micro’ e ‘macro’, nem aderimos à idéia de que elas podem ser diferenciadas ontologicamente. Pelo contrário, na nossa visão as práticas locais incluem as macro-representações e são moldadas pelas arenas distantes no tempo e no espaço, mas que estes macro fenômenos são apenas inteligíveis em determinados contextos” (Long, 1992, p. 6-7).

Esta abordagem é chamada de teoria ator-orientado. E consideramos que nos permitirá observar as interfaces e os campos de batalha de conhecimento por onde circula os atores. Por sua vez, estabeleceremos um dialogo entre esta e o acesso as visões de mundo dos atores através do método documentário de Karl Mannheim. Com ele teremos acesso às redes, valores e expectativas que os atores partilham. Finalmente, completando o quadro teórico-conceitual, nos utilizaremos de alguns conceitos da Teoria Ator-rede (TAR) de Michel Callon e Bruno Latour, sobretudo os conceitos de Ator-mundo e deslocamento, eles nos permitem os seguir os atores em suas estratégias dentro da rede e observar seus deslocamentos. O que pretendemos fazer a seguir.

### 1.3 – Norman Long e a dimensão do conflito nas arenas de conhecimento

A Teoria Ator-orientado proposta pelo antropólogo Norman Long em diversas publicações e desenvolvida por diversos colegas, apresenta-se como uma abordagem chave para entender conflitos e negociações no processo de implementação de estratégias de desenvolvimento rural. Considerando sua importância nesta tese nos detemos a seguir numa explicação da proposta.

Long procura construir uma metodologia que permita entender as mudanças sociais que ocorrem em programas de intervenção de projetos de desenvolvimento rural. Para o autor, a ênfase está centrada na “agência humana” e nos processos auto-organizativos, em que relações mútuas de atores “internos” e “externos” entram em contato em “campos de batalha de conhecimento”. Long inspira-se nas teorias do Interacionismo Simbólico e troca social, bastante utilizadas nos anos de 1960, e que opõem-se fundamentalmente as teorias macro-estruturais. E esta é sua importante contribuição aos estudos sobre desenvolvimento rural, visando entender este desde o ponto de vista dos atores sociais, mas sem perder de vista o papel das instituições e relações de poder mais complexas.

Se observarmos o processo de constituição e organização do PVR, ou qualquer outro projeto de desenvolvimento, veremos como atores se colocam em arenas de negociação munidos de experiências prévias, posições políticas e expectativas de objetivos a serem alcançados. Eles não são “folhas em branco” esperando passivamente as ações dos agentes externos. A implementação das propostas de desenvolvimento será inevitavelmente afetada por negociações e intenções diversas dos atores sociais envolvidos.

Esta análise focaliza no modo de vida (*lifeworlds*) dos atores sociais e o entrelaçamento dos “projetos” dos atores. Outro fator importante desta análise, segundo Long, é um aprofundamento nos processos descontínuos e ambíguos encontrados dentro das arenas sociais de construção de projetos de desenvolvimento. Para entender este espaço, Long constrói o conceito de “campos de batalha de conhecimento” (*battlefields of knowledge*). Segundo ele, esta imagem foi escolhida por carregar a idéia de arenas de competição, na qual os atores são confrontados com as experiências, interesses e valores uns dos outros. Mas não apenas isso. Nessas arenas estão em jogo também dilemas e desafios institucionalmente construídos; documentos e relatórios de políticas públicas, pesquisas sociais acadêmicas, pesquisas e metodologias de órgãos de fomento, ONGs e suas expectativas, dentre outros que emolduram os debates. Contudo, a análise proposta por Long orienta-se pela idéia de que tais

projetos são construídos “fora” ou “sobre” a realidade social. As arenas não se limitam à *cena local*. São também produtos de programas mais amplos, que procuram abarcar uma maioria de atores sociais já comprometidos com seus estilos de vida, interesses culturais e trajetórias políticas. No caso PVR, o Pronaf é um exemplo disso. O acesso ao crédito possibilitado pela política nacional de fortalecimento da agricultura familiar impactou profundamente na organização do Projeto, bem como nas entidades que propunham sua organização.

Long adverte que as arenas não são compostas apenas por implementadores ou por beneficiários de políticas públicas, mas por uma ampla estrutura social e cultural polimórfica e conflitante:

Adotando esta postura não apenas é possível prover um modo mais aberto de olhar para cenários de intervenção e a interligação das arenas pertinentes nos e para os processos de desenvolvimento, como também possibilitar uma compreensão mais clara sobre as “grandes questões” recorrentes na economia política global tais como pobreza, desigualdade e dominação. Isto é feito ao evidenciar como tais macro-fenômenos e problemas humanos urgentes resultam (intencionalmente ou não) da interação complexa de discursos e significados das estratégias de atores específicos, projetos e vantagens comparativas de recursos, sejam materiais ou técnicos seja social e institucionais. E deste modo, explicar como os produtos da ação social como documentos de políticas públicas, tecnologias, mercado de commodities ou padrões sócio-demográficos são socialmente e culturalmente construídos (LONG, 2002, p. 2).<sup>4</sup>

Esta abordagem parte de pressupostos epistemológicos que implicam o reconhecimento de múltiplas realidades sociais, como, por exemplo, a co-existência de diferentes compreensões e interpretações das experiências, além de questionar o realismo ontológico do positivismo. Por esta razão, longe de ser um conceito que pressupõe uma estrutura unificada, hegemônica e coerente, o conceito de conhecimento defendido por Long envolve modos (no plural) de ordenação e conhecimento do mundo. Ao invés de um conhecimento válido universalmente, ele está constituído de forma complexa, envolvendo múltiplos elementos e determinações, dentre os quais podem-se destacar elementos sociais, culturais, institucionais e situacionais. Deste modo: o conhecimento “sempre é essencialmente provisório, parcial e contextual em natureza, e as pessoas trabalham com uma multiplicidade

---

<sup>4</sup> Adopting this stance not only provides a more open-ended way of looking at intervention scenarios and the interlocking of arenas pertinent to development processes, it also provides fresh insights into the so-called 'larger questions' of poverty, inequality and domination within the evolving global political economy. It does this by showing how such macro-phenomena and pressing human problems result (intentionally and unintentionally) from the complex interplay of specific actors' strategies, 'projects', resource endowments (material/technical and social/institutional), discourses and meanings. In this way, it explains how the products of social action such as policy documents, technologies, commodity markets, or socio-demographic patterns are constructed socially and culturally.



de compreensões, convicções e compromissos” (LONG; LONG, 1992, p. 212-213.). Esta definição do conhecimento nos permite fundamentar melhor a abordagem que propomos sobre agricultura sustentável, como trabalhamos anteriormente,

A utilidade de sua teoria é que ela nos força a investigar como tipos específicos e distantes de conhecimentos (incluindo o nosso próprio) são formatados pelos domínios de poder e relações sociais, nas quais eles estão/são articulados, encaixados e gerados. Isto nos possibilita entender o grau no qual os “mundos de vida de atores específicos”, com suas práticas de organização e percepções culturais são relativamente autônomas “de” ou se foram, nas palavras de Long, “colonizadas” “por” aspectos mais amplos de ideologias, instituições ou por relações de poder a nível macro-social.

Long sugere que os programas e processos de intervenção devem ser “desmontados” para mostrar o que eles realmente são, ou seja: processos socialmente construídos, negociados e processados, e não meramente “um plano” a ser executado de cima para baixo. Desse modo, ao analisar a “interface social”, Long propõe que uma ruptura teórica com as análises dos modelos de desenvolvimento. Seguindo na análise da proposta metodológica de Long, será necessário verificar alguns aspectos dos conceitos chaves de sua teoria, o que passamos a fazer a seguir.

### **1.3.1 – Conceitos centrais da análise ator-orientada**

1) Heterogeneidade: a vida social é polimórfica e complexa e inclui uma ampla diversidade de formas sociais e repertórios culturais, até mesmo sob circunstâncias de aparente homogeneidade. Desse modo, é necessário estudar como são produzidas, reproduzidas, transformadas e consolidadas estas diferenças, assim como identificar os processos sociais envolvidos, e não apenas os resultados estruturais.

2) Agência: esta perspectiva requer uma teoria de agência fundada na capacidade dos atores para processarem suas experiências, aprendendo com as experiências dos outros. A agência subentende certa capacidade de aprender, de modo que a experimentação e o querer experimentar são reflexivamente acordados. Isto implica ainda o estabelecimento de significados e propósitos, além da capacidade para comandar habilidades e acessar recursos pertinentes para os vários tipos de ações e estratégias dentro da rede. Aqui podemos observar uma proximidade entre Long e a teoria da estruturação de Giddens. Para Long, o ator social, ao ser capaz de comandar tanto habilidades pertinentes ao contexto, quanto o acesso a recursos de vários tipos e comprometimentos a práticas de organização em particular, passa

também a ser visto como hábil para ressignificar e interpretar valores culturalmente construídos.

3) Ação Social: ela se efetiva dentro de redes de relações (envolvendo componentes humanos e não-humano). Estas ações são amoldadas através de rotinas e práticas organizativas limitadas por certas convenções sociais, valores e relações de poder. Entretanto, faz uma advertência a respeito dos limites sociais. Para Long “seria enganoso assumir que os limites, os constrangimentos sociais e institucionais podem ser reduzidos a categorias gerais da sociologia, hierarquizadas e baseadas apenas na noção de classe, gênero, estado, etnicidade etc.” (LONG, 2002, p.3). A ação social e sua interpretação são produtos de contextos específicos contextualmente gerados. Com isso, o autor quer advertir para o perigo de fazer prejudgamentos generalizantes sem a devida análise das particularidades e especificidades das arenas e campos de ação social.

4) Culturas e significados: os significados, valores e interpretações não são apenas culturalmente construídos. Eles são também, diferentemente aplicados e reinterpretados de acordo com as possibilidades de comportamento ou mudanças circunstanciais, gerando dessa forma “novos” padrões culturais.

5) Escalas: articulados a estes padrões, surgem algumas questões sobre escalas. Com isso Long quer chamar a atenção para o fato de que o conjunto interacional das “micro-escalas” e arenas localizadas está conectado com os fenômenos mais amplos da chamada “macro-escala”. Ao invés de ver o “local” como emoldurado pelo “global” ou o “global” como acúmulos do “local”, a teoria ator-orientado procura elucidar “os conjuntos precisos de interligação de relações, “projetos”, práticas sociais dos atores que interpenetram espaços simbólicos, geográficos e sociais.

6) Interface social: na tentativa de examinar estas inter-relações, Long diz que é útil trabalhar com o conceito de “interface social”. Esta ferramenta permitiria explorar como as dissenções do interesse social, interpretação cultural, conhecimento e poder são mediados, perpetuados ou transformados em pontos críticos de articulação ou de confrontação. As interfaces, segundo ele, precisam ser identificadas etnograficamente e não devem ser presumidas com base em categorias sociológicas predeterminadas.

7) Contornos sociais: o desafio é delinear os contornos e conteúdos das diversas formas sociais existentes em projetos e comunidades, procurando elucidar sua gênese, e localizar as implicações para ação estratégica e modos de consciência. Quer dizer, é necessário entender

como estas formas são moldadas sob condições e campos específicos e em relação a configurações passadas.

Assim, Long explicita os aspectos fundamentais de sua proposta metodológica para o entendimento dos “campos de batalha do conhecimento”. Suas aplicações são muito amplas. Uma delas, e que pretendemos utilizar é a análise de processos de desenvolvimento e intervenção institucional em comunidades rurais.

### **1.3.2 - Desconstruindo a intervenção planejada**

As “intervenções de desenvolvimento” são espaços em que é formada uma grande cadeia ou fluxo de eventos que, por sua vez, estão localizados em uma estrutura bem mais ampla, na qual atuam organismos internacionais, instituições nacionais, teorias, atividades estatais, e para a qual confluem também diversos atores da sociedade civil. Criam-se, assim, complexas relações interinstitucionais, em que os limites, recursos alocados, competências e gerências administrativas, crenças, dentre outros fatores, disputam o privilégio de ver a realidade focada sob a sua ótica.

Em tal estrutura atuam organismos internacionais, instituições nacionais, estruturas de idéias, atividades estatais e de diversos atores da sociedade civil, sem esquecer as dinâmicas dos grupos locais. A definição de metas passa por um complexo estágio de relações interinstitucionais. Os limites, recursos alocados, competências gerenciais e administrativas e ou crenças, dentre outros fatores, disputam o privilégio de ver a realidade focada sob a sua ótica. Ou seja, os processos de desenvolvimento não podem ser observados apenas circunscritos aos seus espaços geográficos ou pelos objetivos almejados. É necessário, minimamente, por um lado, olhar um cenário mais amplo, observar o metadiscurso existente no nível global. Seja o discurso sobre o ambientalismo, sejam os direcionamentos para investimentos definidos pelos órgãos de fomento. Por outro lado, as “experiências da comunidade” devem ser observadas, uma vez que, segundo Long, elas também possuem um acervo de memória construído a partir de outras experiências de intervenção:

Eles constroem sua própria memória destas experiências, como também levam em conta as experiências de outros grupos dentro das suas redes sócio-espaciais”. Quer dizer, eles podem aprender das diferentes respostas, estratégias e experiências de

outros, cuja população está fora do programa designado ou ação específica <sup>5</sup> (LONG, 2002, p. 4).

E isto também vale, segundo o autor, para os “implementadores” de políticas e projetos. Suas experiências anteriores constituem elementos essenciais no processo de implantação de projetos de desenvolvimento. Eles carregam consigo os reflexos dessas experiências e as introduzem nos novos projetos.

Os espaços temporal e geográfico (onde ocorrem os processos de desenvolvimento), quando observados pela ótica tradicional desenvolvimentista, podem ser caracterizados por uma série de elementos isolados que levam a abordagens empírico-descritivas e classificatórias: agricultura, pobreza, saneamento, lazer etc. Em tal contexto, são apresentadas soluções “cirúrgicas” para cada um desses problemas isoladamente. Neste cenário, e apenas nele, é possível pensar isoladamente e atribuir a cada problema uma solução em particular.

Tal discurso de políticas públicas encoraja a concepção errônea de que essas incluem decisões verbais e voluntaristas, em que documentos construídos fora da comunidade são “aceitos e autorizados”. Ou, ainda a noção de que a simples verificação dos problemas e sua sistematização em documentos propositivos, construídos dentro da comunidade, são instrumentos suficientes para a tomada de decisão e construção de políticas públicas eficazes. Nesse momento, inicia-se uma nova fase, em que os projetos se tornam autojustificáveis e entram no processo de implementação, com calendários rígidos ditados de fora das comunidades, submetidas a uma estrutura lógico-racional que dita as normas, as soluções, o tempo, dentre outros fatores.

Entretanto, Long adverte que os ciclos dos projetos estão sujeitos a inúmeros “ruídos” oriundos dos atores, sejam eles “implementadores” ou “beneficiários”:

Assim, a fim de refrear-se das concepções típico-ideais de intervenção planejada, devemos nos concentrar em entender a intervenção planejada como um complexo jogo de encontros sociais de desdobramento histórico e batalhas sobre recursos e significados, no qual determinadas dimensões temporais e espaciais atuam como elementos ligados a processos e eventos históricos específicos. Há...da parte do “intervindo”, o conhecimento acumulado de experiências prévias de intervenções de vários tipos, e não somente aquelas organizadas pelo Estado. Essas experiências constituem uma espécie de impressão histórica e modelo que é tanto “coletiva”, no sentido que é compartilhada como um legado por um grupo particular de pessoas,

---

<sup>5</sup> They construct their own memory of these experiences, as well as take into account the experiences of other groups within their socio-spatial networks. That is, they may learn from the differential responses, strategies and experiences of others outside the target population or specific action programme.

como “individual”, na medida que as biografias de indivíduos contêm em si um tipo de banco de memória de diversas experiências de “intervenção”. O mesmo vale para aqueles grupos e instituições descritas como partes “intervenientes”, tais como as agências governamentais de desenvolvimento ou os burocratas individuais. Os processos de intervenção são, então, modelados, tanto pelas memórias coletivas como pessoais das relações da sociedade estado-cívica, iniciativas locais e conflitos interinstitucionais<sup>6</sup> (LONG, 2002, p. 5).

Long sugere que os programas e processos de intervenção devem ser desconstruídos para mostrar o que eles realmente são. Ou seja: processos socialmente construídos, negociados e processados e não meramente “um plano” a ser executado, no qual, estruturas conceituais, burocráticas e financeiras gerem as demandas e avaliam os resultados artificialmente, num processo ortodoxo de “refinamento” dos mecanismos de análise dos processos de intervenção. Ao invés disso, sugere que haja uma ruptura com os modelos convencionais e se passe a analisar a “interface social” que ocorre nestas intervenções.

Para Long, a “interface social” oferece um modo único de explorar e entender como os diversos conflitos, inerentes aos processos de intervenção, de projetos de desenvolvimento, são construídos. A “interface” ocorre nos contextos em que diferentes campos sociais se cruzam, formando um espaço, “uma arena” em que visões (conflitantes ou não) competem na validação de seus pontos de vista. Esse conceito nos oferece a possibilidade de elucidar quais tipos de fontes e descontinuidades sociais, meios culturais, estilos de vida e modos organizacionais estão presentes.

Desse modo, seria possível desenvolver análises mais aproximadas e adequadas dos processos e das transformações políticas que os grupos locais existentes processaram via “projeto de intervenção”, verificando como os diversos conflitos ou convergências agiram na formatação e execução dos projetos. Long adverte que a noção de interface social deve ser observada com cuidado:

---

<sup>6</sup> Thus, in order to stand back from ideal-typical conceptions of planned intervention, we must concentrate upon understanding planned intervention as a complex set of historically unfolding social encounters and battles over meanings and resources, in which certain spatial and temporal dimensions play a role as elements linked to particular historical events and processes. There is, as I suggested earlier, on the side of the ‘intervened’, the accumulated knowledge of previous experiences of interventions of various sorts, and not only those organised by the state. These experiences constitute a kind of historical imprint and template which is both ‘collective’, in the sense that it shared as a legacy by a particular group of people, and ‘individual’, in that the biographies of particular persons contain within them a kind of memory bank of various ‘intervention’ experiences. And the same holds for those groups and institutions depicted as the ‘intervening’ parties, such as government development agencies or individual bureaucrats. Intervention processes are thus shaped by both collective and personal memories of state-civic society relations, local initiatives and inter-institutional struggles.

Embora a palavra “interface”<sup>7</sup> tenda a carregar a imagem de uma articulação bi-lateral (*two-sided*) ou de confrontação face a face, as situações de interface sociais são mais complexas e múltiplas em sua natureza, contendo dentro delas muitos interesses diferentes, relações, modos de racionalidade e poder. Durante a análise em que se foca os pontos de confrontação e diferenças sociais, estes devem estar conectados e situados em uma análise institucional e de domínios mais amplos de conhecimento/poder. Além disso, requer uma metodologia que equilibre as vozes, experiências e práticas de todos os atores sociais pertinentes envolvidas, inclusive a experimentação empírica em “curvas de aprendizagem” dos profissionais de política pública e pesquisadores<sup>7</sup> (Long, 2002, p. 6,7).

Long destaca seis elementos fundamentais para uma análise da perspectiva na noção de interface:

1) a interface é como uma entidade organizada, composta de interconexões de relações e intencionalidades construídas em complexas redes de estratégias entre indivíduos e grupos. A interação continuada entre os membros constrói limites e faz com que compartilhem expectativas e que, com o passar do tempo, a interface se torne uma entidade organizada;

2) a interface é um local para o conflito, a incompatibilidade, mas também para a negociação. Ou seja, a interface também é espaço de conflito, mesmo com algum grau de interesse comum. Os atores carregam consigo uma série de expectativas idiossincráticas, produto de relações micro localizadas, ou conflitos entre suas expectativas pessoais e a dos grupos que representam<sup>8</sup>;

3) A interface como um espaço de conflito de paradigmas culturais. Este aspecto é fundamental, pois nos permite observar as transformações e a produção de diferentes “visões de mundo” (worldviews) e os paradigmas culturais por onde circulam os atores. Long afirma, que a “interface” freqüentemente permite que os atores explicitem suas posições políticas ou ideológicas, pois propicia que eles se coloquem frente a frente. Desta forma, os diversos agentes envolvidos no processo tendem a expressar suas posições, uma vez que o conjunto cultural e ideológico de suas formações aparecem fortemente, não apenas como

---

<sup>7</sup> Although the word 'interface' tends to convey the image of some kind of two-sided articulation or face-to-face confrontation, social interface situations are more complex and multiple in nature, containing within them many different interests, relationships and modes of rationality and power. While analysis focuses on points of confrontation and social difference, these must be situated in broader institutional and knowledge/power domains. In addition, it requires a methodology that counterpoises the voices, experiences and practices of all the relevant social actors involved, including the experiential 'learning curves' of policy practitioners and researchers

<sup>8</sup> Long oferece como exemplo as relações de classe, etnia, religião ou gênero que podem conflitar com as posições pessoais de quem representa tais grupos.

idiosincrasias, mas como reflexo das diferentes formações culturais e sociais. Assim, o desafio é verificar o que ocorre no processo de tomada de decisão por parte dos atores;

4) A centralidade dos processos de conhecimento. Com ligação imediata ao último tópico está a questão de como o processo de conhecimento é moldado e construído cognitivamente e socialmente. Nesse sentido, é central nesta metodologia observar como os diversos tipos de conhecimento e “inclusive idéias sobre si mesmo, outras pessoas, e o contexto e instituições sociais, são importantes em interfaces sociais compreensivas” (LONG, 1992, p. 8). Para ele, o conhecimento está presente em todas as etapas e situações sociais e frequentemente está emaranhado com situações de poder, distribuição de recursos, posições sociais, ideológicas etc. Aqui entram em jogo, por exemplo, situações de poder entre peritos versus leigos”, crenças e valores, dentre outros;

5) o conceito de poder como um resultado de lutas entre significações e estratégias. Para Long, o poder não pode apenas ser possuído, acumulado e exercido sem transtornos. Ele é, antes de tudo, o resultado de lutas, complexas negociações sociais, em que entram em disputa amplos aspectos da vida social. Tal perspectiva exige um caminho de mão dupla, negociado, construído e constantemente em movimentação, que envolve diversos componentes da vida cotidiana;

6) a interface é composta por vários discursos. Esta noção é fundamental para o entendimento do conceito de interface e campo de batalha do conhecimento, pois foca como os discursos dominantes são confirmados ou desafiados, como se processam a “reificação” e “naturalização”. Os discursos servem como parâmetro para observação de pontos de vistas políticos, culturais, religiosos, éticos e morais. Estes discursos servem para mobilizar aspectos relevantes dos atores, apossando-se, assim, de recursos discursivos estratégicos, seja para reforçar ou “demolir” propostas de desenvolvimento e intervenção. Nesse sentido, o maior desafio é o de observar as competências discursivas e práticas sociais, em sua inter-relação com os outros discursos, verificando o que resulta desta interação.

### **1.3.3 - A contribuição da categoria “interface” na análise de programas de desenvolvimento**

Para Long, os espaços criados para a discussão de “projetos de desenvolvimento” são “locais” excepcionais para se observar como os diversos agentes constroem suas estratégias, como se colocam e orientam sua ação na interface artificialmente criada. Bem como, para aferir como eles orientam sua ação (individual ou coletiva), em torno de visões de mundo,

pressupostos culturais, tradições arraigadas na história empiricamente construída. É necessário observar também onde e como, os diversos atores oriundos de muitas experiências institucionais e saberes peritos (extensionistas rurais, implementadores de políticas públicas, agentes políticos, líderes dos mais variados matizes, agricultores, processos políticos etc.) se colocam na arena pública do discurso e projetam imagens e recursos, dos mais variados tipos, para a obtenção de espaços de poder privilegiados, dentro da estrutura social em que se estabelece o embate. A luta por espaços e credibilidade pode ser melhor capturada com a noção de “interface”:

Esta aproximação provê um dispositivo heurístico para identificar os locais de descontinuidade social, ambigüidade e diferença cultural, e sensibiliza o investigador e pesquisador à importância de explorar como discrepâncias de interesse social, são mediadas por interpretações culturais, conhecimento e poder são perpetuados ou transformados a pontos críticos de confrontação e ou articulação (LONG, 2002, p. 10)<sup>9</sup>.

Desse modo, sem o prejulgamento de que este ou aquele fato é verdadeiro ou falso, o pesquisador deve estar atento às descontinuidades e contraditoriedades que aparecem no processo. É necessário acessar as lições e as formas autônomas e desconexas que os indivíduos, grupos ou comunidades se utilizam para expressar suas necessidades e estruturas de poder. Independente das prescrições de cronogramas de projetos. Desse modo, questões de gênero, raciais, religiosas, culturais, valores sociais, ideologias etc. podem ser capturadas de forma mais clara. O pesquisador pode encontrar e negociar papéis de atuação em espaços de interação com as rotinas cotidianas das comunidades e, assim, entrar no processo como “observador participante”, colaborador ativo ou outro papel previamente negociado.

É necessário por parte do pesquisador a utilização de instrumentos metodológicos que possibilitem o acesso aos espaços restritos das concepções de mundo. Entendendo-se por espaços restritos aquilo que não é dito ou não pode ser dito pelo ator nas arenas de que participa, sob pena de sofrer as sanções e ou represálias dos outros membros. Para Long, o tema central é de como os atores procuram dar significado para suas ações e experiências colocadas no cenário comum das discussões para processos de desenvolvimento. Mesmo que não pareça, as expectativas, imagens, auto-representações, experiências cognitivas e empíricas

---

<sup>9</sup> Such an approach provides a heuristic device for identifying the sites of social discontinuity, ambiguity and cultural difference, and sensitises the researcher and practitioner to the importance of exploring how discrepancies of social interest, cultural interpretation, knowledge and power are mediated and perpetuated or transformed at critical points of confrontation and linkage (tradução nossa).



etc. colocam-se no cenário como elemento orientador da ação. Os processos vividos e sedimentados nas camadas de tempo das comunidades servem de guias e operam como um *background* cultural que orientam as ações dos atores no novo campo “artificialmente” criado pelos projetos de desenvolvimento. Outro fator importante é a leitura que os atores fazem dos espaços que os envolvem, como as noções de Estado, mercado capitalista, globalização, dentre outros. Recentemente, também é possível verificar os novos conceitos que passam a freqüentar suas vidas, como: desenvolvimento sustentável, agricultura agroecológica, políticas públicas, legislações ambientais, dentre outros. No nosso estudo, trata-se da importância simbólica e política da Assesoar como elo de ligação entre uma realidade vivida e “um mundo sonhado” e projetado.

Os processos de identificação e classificação das interfaces do PVR podem permitir a explicitação das contradições, ambigüidades, acordos, descontinuidades, incorporação de novos pressupostos teóricos, conflitos, dentre outros aspectos da cotidianidade da vida social. O desafio será traçar um “mapa” dos “campos autônomos de ação e poder” e das redes construídas pelos atores. A partir disso, pode-se então, entrar na rotina da vida cotidiana de um número variado de atores sociais, para entender a intrincada teia de relações sociais. Para tanto, é necessário observar como os atores sociais constroem suas visões de mundo, como compartilham, além de suas experiências cotidianas, as informações vindas de mundos e atores distantes de sua realidade imediata. Acreditamos que seja necessário “seguir os atores” em seu processo de construção das visões de mundo e significados. Assim, a idéia de que a interface é um espaço privilegiado para o conflito de paradigmas culturais, em que se explicitam as “visões de mundo” (*worldviews*) e os paradigmas culturais (por onde circulam os atores), lança-nos numa outra etapa da proposta metodológica da tese. Ou seja, a necessidade de focar nos atores o seu conjunto de crenças e padrões culturais, verificando como, a partir de um conjunto específico de vivências, interpretam as circunstâncias envolvidas na participação em projetos de desenvolvimento como o PVR.

Acreditamos que a metodologia ator-orientado pode ser complementada pelo Método de Análise Documental proposto por Mannheim. Este método nos permite uma aproximação às visões de mundo dos atores sociais.

#### **1.4 - Método de análise documentária de Karl Mannheim**

Os trabalhos de Mannheim podem ser divididos em três fases. Primeiramente, quando residia na Hungria, o autor se dedicou mais a temas literários e filosóficos. Em um segundo

momento, quando vivia na Alemanha, a ênfase às questões sociológico-filosóficas, em que trata de assuntos como “O problema das gerações” ou “Ideologia e Utopia”, e outros trabalhos que só chegaram ao conhecimento do público na década de 1980, com a organização de sua obra. Na terceira fase, vivida na Inglaterra, Mannheim se dedica a análises político-pedagógicas. Para a construção da tese nos utilizamos de textos produzidos na segunda fase.

O foco da nossa análise se dará, sobretudo no que se refere à questão das visões de mundo (*Weltanschauungen*), particularmente, através da contribuição do sociólogo Ralf Bohnsack (1999), que retoma e atualiza o método documentário de interpretação, seja do ponto de vista do método ou da metodologia. Segundo Weller et alli (2002), Bohnsack transforma o método em um “instrumento de análise para a pesquisa social empírica”. E o faz ao colocar no centro da análise empírica o sentido documentário, o que implica a reconstrução do processo de uma ação (ou ações) específica inserida em um contexto social particular.

Segundo Bohnsack (1999), pelo menos três razões justificam a necessidade de reconsiderar o pensamento de Mannheim no início desse século:

A associação do conhecimento e do pensamento ao *contexto local* (*Standortgebundenheit* oder *Verbundenheit* des Wissens und Denkens), que o autor denomina como “conhecimento conjuntivo” (cf. Kettler et al. 1982) desenvolvimento de reflexões metodológicas e de um método de análise da ação e/ou das práticas cotidianas, que vai além da teoria do indivíduo sobre a sua ação e suas intenções. Nesses escritos o autor aponta os tipos de interpretação sociológica e apresenta o *método documentário de interpretação* como essencial para a transcendência da *postura imanente* para a *postura sociogenética* (cf. Mannheim, 1952 e 1982: 77-80 e 242-255). Sua contribuição na definição de conceitos como *geração*, *meio social* (*milieu*), *estilo* e *habitus* (ibid. 1952 e 1982) (WELLER, et alli. 2002 p. 377).

Mannheim entende que a visão de mundo de um ator é resultante de um conjunto de experiências e vivências vinculadas a uma estrutura que, em última instância, constitui-se como uma espécie de base comum, em que vários níveis experienciais perpassam por múltiplos indivíduos. Contudo, é necessário advertir que não se deve confundir visão de mundo com imagens de mundo:

[...] não podemos confundir visões de mundo com imagens de mundo ou com algo que tenha sido pensado ou produzido teoricamente: as visões de mundo são construídas a partir das ações práticas e pertencem ao campo que Mannheim definiu como sendo o do conhecimento *ateórico*. Assim sendo, a compreensão das visões de mundo e das orientações coletivas de um grupo só é possível a partir da explicação e da conceitualização teórica desse conhecimento *ateórico* (WELLER, 2003, p. 3).

O desafio de captar as visões de mundo está exatamente na conceitualização teórica e documental do conhecimento compartilhado e vivido pelos indivíduos no cotidiano. Mannheim situa as visões de mundo entre os níveis social e espiritual. Assim, elas não se constituem apenas nem no conjunto das formações espirituais de uma presente época, nem na coletividade dos indivíduos de uma época, mas, sim, em espectro mais amplo da vida social dos indivíduos. Para Mannheim, as visões de mundo estão localizadas:

[...] na totalidade de uma série de vivências/experiências interconectadas estruturalmente que podem derivar, tanto da formação de grupos sociais como das criações espirituais. As visões de mundo não se apresentam como um volume perceptível, mas podem ser compreendidas quando analisadas transversalmente e em relação a um problema específico, constituindo-se dessa forma como objeto teórico (WELLER et. alli, 2002 p. 378).

A transversalidade e a especificidade presentes nos discursos sobre sustentabilidade constituem-se, no nosso ponto de vista, em um objeto teórico interessantíssimo, que pode fornecer informações extremamente válidas para se compreender como os atores interpretam e agem coletivamente, quando compartilham, no cotidiano, uma proposta de desenvolvimento sustentável. Entretanto, metodologicamente, para que isso aconteça é necessário avançar um pouco mais na compreensão da proposta de Mannheim para a análise das visões de mundo.

Ao questionar se a visão de mundo de uma época pode ser ou não compreensível cientificamente, Mannheim interroga sobre a possibilidade de determinar a visão de mundo de uma época de maneira objetiva e científica.

Esse questionamento, que por longo tempo foi negligenciado em razão do limitado desenvolvimento da pesquisa analítica e do incremento da especialização do conhecimento, passou então (década de 1920) a atrair o interesse dos especialistas diante da necessidade de uma nova abordagem sinóptica, especialmente em relação às disciplinas históricas e culturais. Nessa nova abordagem sinóptica vamos ter a valorização do historicismo: passa-se a valorizar o processo histórico como um todo, em que o conhecimento de cada fenômeno da realidade não pode prescindir de uma prévia investigação de suas partes. Ou seja, em relação à natureza existencial de um dado sistema de visões de mundo não podemos considerar idéias ou crenças de maneira isolada, mas compreendê-las como partes integrantes e mutuamente interdependentes de uma totalidade sistêmica (WELLER, et alli. 2002, p. 380).

As sínteses anteriores a esse período eram disciplinares e realizadas de modo apressado e acrítico. Dessa forma, constituíam-se de uma mistura desordenada de pontos de

vista, com a aplicação de métodos e categorias incongruentes entre si e com pouca organicidade. Assim, faziam operar um duplo processo de especialização em que os vários campos culturais eram isolados uns dos outros e depois submetidos a diversos domínios, também isolados e fragmentados, dentro de processos de abstrações teóricas desconexas da realidade vivida.

Este procedimento já era utilizado pelas ciências naturais. Nos primórdios das disciplinas históricas e culturais, foi amplamente utilizado, dada a influência daqueles métodos na epistemologia e na construção de conceitos dentro das ciências humanas. É necessário ressaltar que estas metodologias “especialistas” permitiram a aplicação de procedimentos uniformes que, durante um bom período da história das ciências sociais, conseguiram obter respostas e construir modelos minimamente coerentes. No entanto, Mannheim adverte que o campo das ciências humanas difere essencialmente das ciências naturais, por se constituem de objetos, cuja experiência se comporta de forma diversa do mundo natural. Ou seja, estas ciências compreendem visões, opiniões e uma série de interações distintas dos modelos lógico formais das ciências naturais.

Mannheim propõe que se deva considerar que todo resultado ou manifestação cultural deve ser interpretado e compreendido, levando-se em conta sua totalidade. Nesse caso, as experiências cotidianas não são mais consideradas como partes de um esquema lógico ou “claro/racional, mas são constitutivos do real/racional” (WELLER, et alli, p. 381). Assim, as experiências cotidianas podem ser capturadas de forma a perderem a característica de “irracionais”, passando a serem compreendidas como experiências pré-teóricas. Isso permite ao cientista o acesso a diversas facetas que lhe possibilitam efetuar a construção de artifícios teóricos panópticos, ancorado nos produtos culturais e teóricos de seu tempo, pois eles refletem e validam uma totalidade concreta, mesmo dentro de uma estrutura conceitual particular.

A essência do procedimento de interpretação consiste em considerar os vários estratos da vida cultural e a relação de cada um com o outro, penetrando o máximo em direção à totalidade fundamental, através da possibilidade de entendimento das interconexões dos vários ramos dos estudos culturais. Assim, mesmo uma disciplina especializada dentro das ciências humanas não pode prescindir da totalidade pré-científica de seu objeto, visto que ela não pode compreender mesmo seu limitado tópico sem recorrer àquela totalidade. É isso que explica o interesse despertado pelo problema da visão de mundo, nos esforços de síntese histórica (WELLER, et alli, 2002, p. 382).

É necessário o registro de que a discussão proposta por Mannheim se insere no âmbito de um debate que polariza a discussão epistemológica da atualidade, ou seja, o debate entre a

racionalidade e o irracionalismo, ou de conhecimento leigo e perito. Mannheim, com o conceito de visão de mundo, lança para as ciências sociais um desafio de ampliar a compreensão sobre a vida cotidiana, isto sem se desconectar dos avanços da razão. A razão passa agora a ser um dos elementos constitutivos da realidade, mas não a única fonte de verdade.

Embora pareça contraditório, Mannheim nos adverte que a totalidade denominada *Weltanschauung* é entendida por ser, de certo modo atóricas. E, se considerarmos a *Weltanschauung* como algo apenas teórico, todas as vastas possibilidades e dimensões da vida podem ficar inacessíveis para a síntese histórica. Mas, por outro lado, considera-se a totalidade, traduzida pela *Weltanschauung*, como algo atóricas em que a filosofia e suas manifestação racionais (no sentido estrito) são apenas mais uma manifestação e não a única. Segundo Mannheim, poderemos ampliar, acessar e compreender a “visão de mundo” por múltiplas facetas e, desta forma, construir uma síntese dos seus aspectos constitutivos.

Ainda que nenhum conhecimento do processo global seja possível fora de uma prévia investigação de suas partes, isso não implica que tenham que ser estudadas primeiramente de forma isolada, como um processo de especialização. Esses domínios (ciência, arte, religião), quando isolados um dos outros e estudados separadamente, levam o papel da cultura a ser visto isoladamente e se apresentam (eles mesmos) como uma experiência pré-teórica, mas sujeita a várias operações de abstração, formada por um número de diferentes pontos de vista teóricos (MANNHEIM, 1952). Entendemos que a própria maneira como o cientista aborda o objeto – isoladamente – faz com que o objeto/produto cultural se apresente como atóricas. O esforço de Mannheim consiste em considerar que todo produto cultural deva ser compreendido em sua totalidade; as experiências diárias, imediatas, não são partes de um todo claro/racional, mas são constitutivos do real/racional. Assim, deve ser o próprio objeto científico.

Para Mannheim, a dificuldade e a natureza paradoxal do conceito de visão de mundo derivam do fato de que a entidade denota situar-se externamente à província da teoria. Para ele, Dilthey foi o primeiro a reconhecer isso quando afirmou que: “As visões de mundo não são produzidas pelo pensamento”. Para ele, no âmbito do movimento anti-racionalista, nos estudos culturais, a pessoa que realiza “aquela” filosofia teórica não é um criador, nem o principal veículo da visão de mundo de uma época, na realidade, ele (e sua filosofia) é tão somente um dos canais, através dos quais, um fator global se manifesta. Mais do que isso,

[...] se esta totalidade que nós chamamos *Weltanschauung* é entendida neste sentido por ser de certo modo a-teórico e, ao mesmo tempo, ser a fundação de todas as objetivações culturais, tais como a religião, os costumes, a arte, a filosofia, e se, além disso, nós admitirmos que essas objetivações podem ser ordenadas em uma hierarquia, de acordo com a sua distância respectiva a partir dessa irracionalidade, então o teórico pode parecer ser precisamente uma das mais remotas manifestações de sua fundamental entidade (MANNHEIM, 1952, p. 38)<sup>10</sup>.

Mannheim assinala que o preço pago por essa expansão do campo e a inclusão da análise da forma é aquele de que a posição total torne-se mais vulnerável, em princípio. A investigação científica da cultura em si pertence ao domínio da teoria. Se a unidade global da cultura é concebida como algo *ateórico*, então, o abismo separando o processo de pesquisa em si, de seu objeto, pode tornar-se maior (MANNHEIM, 1952).

Avançando na compreensão da proposta de Mannheim, é necessário verificar como metodologicamente se processa a transposição de algo que, globalmente compreendido como *ateórico*, pode ser analisado e incorporado pelo campo da teoria. Para Mannheim, este é o problema central da filosofia. E, igualmente fundamental para a metodologia das ciências humanas. As experiências cotidianas, sejam elas meramente estéticas ou religiosas, não são totalmente desprovidas de forma, embora sejam revestidas de uma forma especial, podendo se constituir de modo radicalmente diferente das estruturas teóricas próprias dos esquemas racionais. Assim, o desafio é dialogar com estas formas *ateóricas* e interconectá-las com as estruturas teóricas do seu tempo.

A visão de mundo não se localiza nem no campo teórico, nem no campo da cultura ou em nenhum outro, mas em praticamente todos eles e, deste modo, não pode ser entendidos apenas dentro de qualquer um deles. O desafio é não apenas ir além da teoria, mas além de qualquer objetivação da esfera cultural. Ou seja, capturar na vida cotidiana elementos da estrutura discursiva, da racionalidade e do mundo tecnicamente construído pelas ciências, os elementos de conexão entre a visão de mundo e estas estruturas.

Mannheim propõe como processo metodológico de interpretação da visão de mundo o que ele chama de método documentário, em que os objetos de estudo são analisados como um documento. Para isso, ele propõe que todo produto cultural pode ser analisado, levando-se em

---

<sup>10</sup> (...) if this totality we call *Weltanschauung* is understood in this sense to be something a-theoretical, and at the same time to be the foundation of all cultural objectifications, such as religion, *mores*, art, philosophy, and if, further, we admit that these objectifications can be ordered in a hierarchy according to their respective distance from this irrational, then the theoretical will appear to be precisely one of the most remote manifestations of this fundamental entity.

conta três níveis de sentido (*Sinnschichten*). O primeiro compreende “a coisa em si” desconectada de uma função mediadora. Após, temos dois sentidos ou elementos mediadores, o sentido expressivo, e, finalmente, o documentário:

- a) um nível *objetivo* ou *imane*nte, dado naturalmente (por exemplo, num gesto, num símbolo ou ainda na forma de uma obra de arte);
- b) um nível *expressivo*, que é transmitido através das palavras ou das ações (por exemplo, como expressão *de* ou como reação *a* algo);
- c) e um nível *documentário*, ou seja, como documento de uma ação prática. (WELLER, et. alli, p. 386)

Mannheim comenta que:

Inicialmente as diferenças entre esses níveis de sentido e o lugar em que se encontram devem ser identificadas. Se nós olharmos para um “objeto natural”, nós vamos ver, à primeira vista, aquilo que o caracteriza, e uma moderna e apropriada abordagem científica para estudar isso é o fato daquele ser tomado como somente em si mesmo, e inteiramente perceptível sem ser transcendido ou contornado por fora das duas direções do que nós falamos acima. Um produto cultural, por outro lado, não pode ser compreendido em seu próprio e verdadeiro sentido, se nos ativermos simplesmente sobre aquele “nível de sentido” que ele transmite quando nós o olhamos inteiramente como ele é em si – seu sentido objetivo; nós temos também de tomá-lo como tendo um sentido expressivo e documentário, se nós quisermos esgotar inteiramente seu significado (MANNHEIM, 1952, p. 44).<sup>11</sup>

Desse modo, para “capturar a realidade”, no sentido documentário proposto por Mannheim, será necessário avançar na compreensão e, mais que isso, na apreensão dos produtos culturais de um modo tridimensional e panóptico. Na nossa proposta de pesquisa, por exemplo, implica compreender não apenas os elementos constituídos por práticas sociais determinadas e imanentes que, se apreendidas apenas desta forma, revelam tão somente a aparência de relação mais profunda com a realidade local e com os discursos teóricos construídos globalmente.

Podemos observar, então, que, para Mannheim, pela análise científica é possível revelar os produtos culturais que, em essência, conceituem-se pelos três níveis ou estratos distintos de significação. Assim, os níveis de sentido estão presentes não somente nos produtos culturais tradicionalmente prestigiados como a arte ou a religião, mas também nas

---

<sup>11</sup> First we have to show that these three strata are distinct, and that they are discoverable. If we look at a 'natural object', we shall see at the first glance that which characterizes it, and the modern scientific attitude appropriate to its study is the fact that it is taken as nothing but itself and is fully cognizable without being transcended or rounded out in the two directions of which we spoke above. A cultural product, on the other hand, will not be understood in its proper and true meaning if we attend merely to that 'stratum of meaning' which it conveys when we look at it merely as it is 'itself' - its objective meaning; we have also to take it as having an expressive and a documentary meaning, if we want to exhaust its full significance. (tradução do autor)

ações cotidianas comumente despercebidas e negligenciadas pela pesquisa. A interpretação não deve permanecer no nível da análise da superfície dos fatos em si constituídos (imane) nem na interpretação ou auto-imagem que os indivíduos têm dos seus atos (sentido expressivo). Enfim, deve-se avançar para construir, a partir destes dois elementos, a análise teórica dos fatos (documentário). O documento é visto como um processo de interpretação para uma avaliação sinóptica da situação estudada, abrangendo a totalidade das manifestações espirituais.

Mannheim propõe duas justificativas para se utilizar o método documentário: 1) a necessidade e importância do pesquisador voltar sua atenção sobre experiências contidas no interior das práticas cotidianas, mas que integram o sentido de toda interpretação sociológica. Ou, como diz Bohnsack (1999) (Apud. WELLER, 2003), “o método documentário está apto a superar a aporia entre o subjetivismo e objetivismo”; 2) a operacionalização de um sistema de conceitos para as ciências culturais que atravessem diferentes tempos e experiências históricas.

É importante notar que, na proposta de Mannheim, as experiências, por mais imediatas que sejam, não são abstraídas de uma temporalidade e de uma dada estrutura social. Ao contrário, a singularidade é conferida por mediações entre diferentes tempos e lugares. A interpretação documentária pressupõe, então, mudanças na estrutura analítica do senso comum. A busca da síntese, na proposição de Mannheim, não se efetiva meramente mediante um acúmulo ou soma de partes, fatos ou experiências isoladas. Nem pressupõe uma valoração dos fenômenos, pautada numa escala hierárquica que caminha da classificação de fenômenos mais simples para os mais complexos.

A busca da síntese, como postulado e objetivo de seu projeto metodológico, implica compreender a cultura como um processo histórico evolutivo. Assim, um sistema de conceitos deve ser operacionalizado para “cruzar várias esferas da atividade cultural e também cruzar sucessivos estágios culturais” (MANNHEIM, 1952, p. 75). Nesse ponto é preciso ainda mais cautela reflexiva.

Para que tal procedimento metodológico se efetive, é necessário o seu desdobramento em duas etapas: I) transformar em documento aquilo que é *ateórico*; II) observar incessantemente que o sistema de conceitos utilizados não se processam separadamente da realidade objetiva dos sujeitos, caminhando num movimento dialético de integração entre a teoria e a empiria.



Entretanto, Mannheim observa que esse processo de racionalização não se procede como uma dedução lógica de princípios teóricos. Além disso, há a necessidade de observar que essa conexão com outros documentos e fenômenos históricos não implica a determinação e nem o privilégio de um sobre o outro.

Mannheim não se utiliza do termo irracional, mas ateórico, sinalizando que as experiências em análise são ainda não conceituadas e teorizadas. Além disso, para ele, toda experiência possui sua própria história. As experiências sociais ou individuais não são “meros eventos na vida”, mas estão profundamente enraizadas na história da sociedade da qual fazem parte. Assim, um projeto local de desenvolvimento em múltiplas dimensões, como o PVR, constituem-se espaços privilegiados para observação das experiências conjuntivas que se formam a partir da sua constituição. Mannheim considera mais importante o *como* uma experiência social é constituída do que *o por quê* ou o *que* ela é. Ele se volta para a fina e fluida camada entre a experiência, intuição e teoria; para aquilo que, à primeira vista se aparenta como obscuro, caótico, simples, banal, *ateórico*, desprovido de qualquer sentido e significação histórica. Faz assim um apelo ao uso da razão, pela confiabilidade em que a razão possa ser o instrumento analítico capaz de fazer emergir as experiências submetidas ao campo ateórico, todavia com uma diferença: não mais como caóticas, mas cunhadas por conceitos, legítimos na ordem do mundo, portanto comunicadas, interpretadas e partilhadas em comum.

Ao trazer como proposta metodológica a documentação das experiências *ateóricas*, instiga-nos a pensar sobre o mundo atual em sua profusão de ações, discursos e sobre a velocidade com que as informações invadem os espaços tradicionais. E faz-nos perguntar, se a instantaneidade do tempo poderia aniquilar os espaços singulares e em seu lugar impor a homogeneização das culturas e dos saber-fazer locais. Ou mesmo, se novas sínteses se desenham a partir dessa interação. Desse modo, o desafio metodológico é o de repensar a elaboração de instrumentos analíticos capazes de dar forma e mapear a singularidade de experiências concretas, mas que ainda carecem de interpretação.

Outro desafio, na análise de projetos de desenvolvimento, é o de pensar os atores e suas visões de mundo e explicitar as redes nas quais eles estão inseridos e as lutas no seu interior. Como se processam os jogos de poder e interesses dentro delas? Quais as origens dos discursos acessados para dar aos projetos (ou aos atores que os propõem) uma aparência de coerência e organicidade. Como as narrativas são construídas? Em que se apóiam para mobilizar a história, a teoria, o tempo, a política e as técnicas? Para isso, acreditamos que a

Teoria Ator-rede (TAR) pode oferecer instrumentos analíticos que se conectam a estas questões.

O tecido conjuntivo de dada sociedade é construído por discursos, narrativas e dispositivos articulados e organizados pelos atores que compõem as diversas redes que a cortam. Além disso, esses elementos são constantemente deslocados de suas posições pelos atores. Contudo, um ator em particular, o Ator-mundo, consegue mobilizar e articular elementos dispersos em diversos campos e, desse modo, proceder uma reelaboração criativa dos elementos disponíveis, tornando-se essencial aos outros atores. Tais deslocamentos ocorrem por diversos instrumentos, como: estratégias de poder, análises e embates teóricos, posições sociais, mobilizações de dispositivos etc. Assim, o desafio é desvendar o processo no qual são formadas as visões de mundo, incluindo a idealização delas, verificando os elementos heterogêneos mobilizados pelo Ator-mundo em seu projeto de poder dentro da configuração de rede por ele arquitetada.

A costura desta discussão estará fundamentada na Teoria Ator Rede – TAR, que nos oferece o conceito de materialidade<sup>12</sup> (LAW; MOL, 1995). A materialidade define-se e é redefinida nos espaços em que os atores se relacionam, nas arenas de embate e nas interfaces de contato. No sentido exposto, o social pode ser definido como um complexo heterogêneo de materialidades e materiais em co-relação entre si, ressaltando a importância de considerar, na produção e reprodução de sentidos, os elementos não humanos dessas relações. Ou, como sugere Law (1992) “o social não é nada mais do que redes de certos padrões de materiais heterogêneos”. Ainda para Law (1992) “Isso reside no núcleo da teoria ator-rede, e é uma forma de sugerir que a sociedade, as organizações, os agentes, e as máquinas, são todos *efeitos* gerados em redes de certos padrões de diversos materiais, não apenas humanos”.

A teoria social tem travado um intenso debate sobre o conceito de ator e agência. A abordagem proposta pela Teoria Ator Rede extrapola o conceito convencional de ator. Nesta teoria o conceito de ator é utilizado para englobar um conjunto de elementos heterogêneos – animados e inanimados, naturais ou sociais. Estes, por sua vez, podem estar relacionados e rearranjados de diversos modos, durante um período de tempo longo o suficiente para incorporar, transformar e incorporar elementos novos à rede. O ator é definido como um

---

<sup>12</sup> Materialidades dizem respeito a textos escritos, falas, imagens, corpos, máquinas, prédios, instituições dentre inúmeros outros elementos que entram em relação e contribuem para a construção e produção de ordenamentos sociais e de sentidos destes ordenamentos e relações materiais. É interessante observar que as próprias materialidades são definidas e redefinidas nessas relações complexas.

espaço de ação e decisão, no qual a ação é decorrente da decisão (GIDDENS, 2003). Desse modo, o termo ator social não se refere apenas ao indivíduo, mas também às instituições aptas a decidir e atuar sobre ele, como associações, sindicatos, empresas capitalistas, agências estatais, prédios, dinheiro, dentre outros. Ou, como define Callon (1986), o ator pode ser qualquer entidade capaz de associar humanos, não-humanos, textos e dinheiro, inclusive a natureza ou aspectos dela. Em outras palavras, os atores sociais nunca estão localizados unicamente em seus corpos, mas constituídos como uma rede moldada por relações heterogêneas, ou como resultado da ação da própria rede.

O processo de construção de redes, definidas pelos autores da teoria das redes sócio-técnicas, articula simultaneamente “o material humano e o não-humano”. Para ele existem processos em co-evolução na sociedade e nos conhecimentos que se estendem por múltiplas dimensões da vida social e envolvem a construção de teorias científicas, de artefatos tecnológicos que permitem ao ser humano adentrar cada vez mais no invisível, cuja dinâmica é exarada de processos sociais e políticos num fluir constante de transformações e co-determinações.

Neste movimento co-determinado, a natureza e a sociedade se revelam diferentes a cada momento. No instante em que a sociedade se rearticula em torno dos novos artefatos (técnicos e sociais) e se reorganiza, natureza e sociedade mudam também sua configuração a partir das novas interpretações sociais. Estamos diante de um cenário de interconexões: natureza e sociedade, ciência e tecnologia, política e poder, interpretações da sociedade, dentre outros fatores. Esta multiplicidade de objetos (ou “quase objetos”, como sugere Serres) exige um diálogo entre metodologias e teorias.

Guivant (2002) identifica uma criativa confluência, já em andamento, entre as teorias de Giddens e algumas questões vindas do ambientalismo com a TAR. Esta aproximação tem levado os teóricos da TAR a estabelecerem um instigante debate com a sociologia ambiental, em que o foco desta interação se dá na interconexão entre as “ciências sociais e naturais, e entre os diversos tipos de atores sociais identificados. Ambas as abordagens teóricas coincidem na necessidade teórica de não separar o social do natural, nem o sociológico do científico. Também compartilham a preocupação com os processos decisórios sobre riscos incertos, especialmente com o papel dos fóruns democráticos” (GUIVANT, 2002, p.7).

### 1.5 - Atores, redes, discursos e traduções os desafios da Teoria Ator-rede

A TAR foi desenvolvida pelo engenheiro Michel Callon e pelo sociólogo Bruno Latour na década de 1980. O foco inicial da suas preocupações era desenvolver uma análise sobre a ciência e a tecnologia. A partir de suas reflexões, inauguram um novo marco de análise e passam a exercer uma forte crítica à convencional sociologia da ciência.

As fontes conceituais desta crítica repousavam em trabalhos de dois pesquisadores: do filósofo Michel Serres e do filósofo da matemática David Bloor. Do primeiro, emprestaram o conceito de tradução; e, do segundo, o conceito de simetria. Além da presença desses dois autores, a TAR foi influenciada por outros pesquisadores, como Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Felix Guattari e Michel Foucault.

O princípio de simetria desenvolvido por David Bloor apontava primeiramente para uma não-diferenciação essencial entre verdade e erro, ou entre saber científico e não-científico. Este conceito traz como contribuição o fato de propor a ruptura com o pressuposto do racionalismo científico de Gaston Bachelard e Georges Canguilhem. Tal princípio propunha um corte epistemológico, uma divisão entre os discurso científico e o discurso do senso comum. A proposta de Bloor procura romper com esta diferenciação, ou seja, não haveria diferença entre vencedores e vencidos na batalha pela verdade. Os dois discursos deveriam ser explicados pelo mesmo princípio.

Entretanto, ao proporem o princípio de simetria generalizada, os teóricos da TAR vão mais longe. Isto implicava abolir as diversas separações da modernidade, particularmente entre sociedade e natureza (com seus reducionismos). Latour (1994) e Callon (1986) propõem a não diferenciação essencial entre verdade-erro, ciência-não ciência e questionam a superioridade da modernidade frente aos pré-modernos e aos ditos primitivos. Para eles, não somos diferentes dos “antigos”, porque a mescla entre natureza e sociedade que eles faziam, nós, “os modernos”, também fazemos. A TAR propõe acabar com todas essas dicotomias e diferenças, a partir da noção de híbridos, da mescla, das misturas improváveis. Em outras palavras, propõe que a ciência seja vista como um produto de uma rede de materiais heterogêneos, incluindo agentes, instituições sociais, máquinas e organizações.

O aspecto que nos interessa nessa teoria refere-se ao modo como os teóricos da TAR propõem o acesso aos atores e suas redes, como observam as relações de poder dentro de esquemas que envolvem a tradução de discursos, a tentativa de alistamento e alinhamento de atores, localizados, às vezes, em posições divergentes. Outro aspecto que nos interessa é o da

constituição do discurso do Ator-mundo e seus deslocamentos na rede. O núcleo da TAR é o conceito de tradução, tanto que essa teoria é também conhecida como sociologia da tradução. O conceito de tradução proposto pela TAR enfatiza a continuidade dos deslocamentos e transformações que ocorrem nos processos desenvolvidos pelo Ator-mundo. Tais deslocamentos incluem, além de metas e interesses dos atores, os outros dispositivos da rede, como: seres humanos, anotações, recursos teóricos, prestígio, necessidades, leituras da realidade, dispositivos teóricos, ideológicos, a história, dentre outros. Os deslocamentos aconteceram em todas as fases do processo. Segundo Callon, alguns têm um papel mais estratégico que outros. Alguns desses deslocamentos ocorrem durante a fase da problematização, momento em que, ao invés de procurar os interesses individuais no curto prazo, os atores são convidados a mudar seus projetos imediatos e o foco das suas preocupações, para acompanhar as análises e as proposições do Ator-mundo (CALLON, 1986, p. 12).

Desse modo, para a TAR, traduzir é deslocar, ou seja, fazer com que os atores envolvidos na rede passem a frequentar outros espaços, visões de mundo e necessidades; mas não apenas isso, traduzir também é expressar, nas palavras de Callon: “traduzir é expressar na própria linguagem da pessoa o que outros dizem e querem. Por que eles agem do modo como eles fazem e como eles se associam entre si: é estabelecer a si mesmo como um porta-voz.”<sup>13</sup> (CALLON, 1986, p. 13). No processo de tradução, o Ator-mundo desloca e expressa, traduz o mundo a sua volta e as vozes dos outros atores, fazendo-se ponto de passagem das reivindicações e das necessidades da rede; classificando, deslocando, ajustando e unificando os atores em novas realidades e papéis.

Callon (1986) distingue quatro etapas para o processo de tradução: a problematização, a atração de interesse (*interessement*), a matrícula ou alistamento (*enrolment*) e a mobilização. Estas etapas apontam para o fato de que os atores, individuais e coletivos, humanos e não-humanos, estão constantemente traduzindo suas linguagens, problemas e identidades, procurando moldar seus interesses e os interesses dos outros. O processo de tradução constrói e desconstrói verdades, mundos, pontos de vistas e redes. Nesse sentido, as identidades e interesses dos atores são permanentemente desafiados e confrontados, num processo de estabilização e desestabilização. Os quatro momentos da tradução propostos por Callon (1986) podem ser assim descritos:

---

<sup>13</sup> [...] translate is also to express in one's own language what others say and want, why they act in the way they do and how they associate with each other: it is to establish oneself as a spokesman.

(a) problematização: processo em que o ator, candidato a Ator-mundo, tenta se tornar indispensável aos outros atores da rede. Ou seja, ao definir uma questão (ou questões) como problema, propondo formas de solução, o Ator-mundo estabelece ligações entre os problemas com os outros atores (com sua respectiva demonstração e convencimento). Ao efetuar esse movimento, demonstra que a solução ou os objetivos propostos deverão necessariamente, passar por ele. Em outras palavras, o Ator-mundo procura tornar-se indispensável para os outros atores. Desse modo, o processo que se estabelece, seja de inovação no campo científico, seja na proposta de construção de projetos de desenvolvimento rural, é caracterizado como um processo eminentemente coletivo que envolve uma multiplicidade de fatores. Os atores identificados pelo Ator-mundo como alvos são assediados e convencidos da veracidade, urgência e factividade do problema. No processo de construção da problematização, o Ator-mundo define os pontos de passagem obrigatórios pelos quais os outros atores deverão transitar. Indica-lhes os desvios e os deslocamentos a serem efetuados. Além do convencimento da aceitação do problema, um dos desafios centrais desta etapa reside na definição da identidade dos atores e no de como colocá-los uns em relação aos outros, estabelecendo e alinhando uma rede de problemas, metas e atores. É importante ressaltar que, para os teóricos da TAR, este processo não é estanque. Ao longo dele, os atores se definirão e redefinirão entre si, constantemente.

(b) atração de interesse (*interessement*): refere-se à série de processos pelos quais o Ator-mundo busca fechar os outros atores em papéis pré-definidos. Isto é, esse processo consiste em dar concretude à rede, transformando alianças hipotéticas em alianças reais. A consumação desta etapa se dá através da atração do interesse dos outros atores. Ela pode ser traduzida na disposição e arranjos de mecanismos de atração dos interesses dos outros atores, e, visa estabilizar a identidade dos diferentes atores. Este mecanismo tem o objetivo de impossibilitar (ou minimizar) o surgimento de desvios nas rotas traçadas e eliminar a concorrência dentro da rede. Nas palavras de Callon:

Cada entidade inscrita pela problematização pode sujeitar-se a ser integrada no plano inicial, ou, inversamente, repelir a operação, definindo sua identidade, suas metas, projetos, orientações, motivações, ou interesses de outra maneira. Na realidade, a situação nunca tem um corte tão claro. Como a fase da problematização mostrou, seria absurdo para o observador descrever entidades na medida em vai formulando a identidade e as metas delas de uma maneira totalmente independente. Eles são formados e atualizados apenas durante a ação. *Interessement*<sup>14</sup> é o grupo de ações pelas quais uma entidade [...] tenta impor e estabilizar a identidade dos outros atores, o

---

<sup>14</sup> Não existe tradução literal para o português da palavra “*Interessement*” do inglês têm sua origem na língua francesa ‘*intéressement*’ que significa interesse pessoal, preocupação pessoal e genuína e interesse individual. Nessa tradução adotaremos a grafia *interessamento*.

que isto define por sua problematização. São usados dispositivos diferentes para implementar estas ações (CALLON, 1986, p, 5).<sup>15</sup>

A opção pela palavra *interessement*, segundo Callon (1986, p. 5) deve-se ao fato de que a etimologia da palavra justifica sua escolha pois, “ser interessado é ser no meio (interesse), ser interposto. [...] Interessar outros atores é construir dispositivos que podem ser estabelecidos entre eles e todas as outras entidades que querem definir as identidades deles”.<sup>16</sup>

(c) Matrícula ou alistamento: é o conjunto de estratégias, nas quais, o Ator-mundo busca definir e assegurar que os vários papéis atribuídos aos outros atores serão obedecidos. Esse mecanismo se processa através de atribuições de papéis negociados pelo prisma da problematização e do interessamento;

Por que falar de alistamento? Usando este termo, nós não estamos lançando mão da sociologia funcionalista ou culturalista, que definem sociedade como uma entidade composta de papéis e titulares de papéis. Alistamento não implica, nem exclui, papéis preestabelecidos. Designa o dispositivo pelo qual, um conjunto de papéis relacionados estão definidos e atribuídos a atores que os aceitam. Se tiver êxito, o interessamento levará ao alistamento. Descrever o alistamento é, desse modo, descrever o grupo de negociações multilaterais, as artimanhas, os ensaios de uso de força que acompanham o processo de interessamento que permitem a obtenção de sucesso (CALLON, 1986, p. 7)<sup>17</sup>.

(d) mobilização: refere-se ao conjunto de métodos usados pelo Ator-mundo para se assegurar de que porta-vozes (ou supostos porta vozes) para várias coletividades relevantes envolvidas na rede possam representar corretamente essas coletividades, evitando que não sejam traídas por ela. Em outras palavras, consiste na escolha de porta-vozes a serem deslocados ao ponto de passagem elencado na problematização, ou, segundo Callon (1986) “Quem fala em nome de quem?”. Este processo permite a simplificação da heterogeneidade do mundo (ou dos

---

<sup>15</sup> Each entity enlisted by the problematization can submit to being integrated into the initial plan, or inversely, refuse the transaction by defining its identity, its goals, projects, orientations, motivations, or interests in another manner. In fact the situation is never so clear cut. As the phase of problematization has shown, it would be absurd for the observer to describe entities as formulating their identity and goals in a totally independent manner. They are formed and are adjusted only during action. Interessement is the group of actions by which an entity (here the three researchers) attempts to impose and stabilize the identity of the other actors it defines through its problematization. Different devices are used to implement these actions. (tradução do autor).

<sup>16</sup> To be interested is to be in between (inter-esse), to be interposed. [...] To interest other actors is to build devices which can be placed between them and all other entities who want to define their identities otherwise. (tradução do autor)

<sup>17</sup> Why speak of enrolment? In using this term, we are not resorting to a functionalist or culturalist sociology which defines society as an entity made up of roles and holders of roles. <sup>36</sup> Enrolment does not imply, nor does it exclude, pre-established roles. It designates the device by which a set of interrelated roles is defined and attributed to actors who accept them. Interessement achieves enrolment if it is successful. To describe enrolment is thus to describe the group of multilateral negotiations, trials of strength and tricks that accompany the interessements and enable them to succeed.

mundos), ao transformar entidades (prefeitura, comunidade de agricultores, documentos acadêmicos, cientistas, relatórios, universidade, políticas públicas etc) em representantes que falam em nome dos outros. O Ator-mundo procura assegurar-se da fidelidade da tradução que os atores da rede fazem do discurso por ele proposto. O objetivo é tornar estas redes heterogêneas em elementos homogêneos e controláveis. Desse modo, o Ator-mundo torna-se mais potente que os outros atores, pois tem a capacidade de mobilizar as alianças entre elementos heterogêneos e aparar-lhes as arestas. Mas, para isso, segundo Callon, é necessário calar vozes:

Usando a noção de porta-voz, para todos os atores que se envolveram em diferentes fases do processo de representação não representa um problema. Para falar pelos outros, primeiro, é necessário o silêncio daqueles em nome de quem nós falamos. É certamente muito difícil silenciar os seres humanos de uma maneira definitiva, mas, é mais difícil falar em nome de entidades que não possuem uma linguagem articulada: isto supõe a necessidade de ajustamentos contínuos e dispositivos de interessamento que são infinitamente mais sofisticados (CALLON, 1986, p.19)<sup>18</sup>.

Se o processo de tradução é exitoso, ele se configura como uma rede. Tal processo na Teoria ator-rede ocorre em um duplo estágio. No primeiro, como vimos anteriormente, o candidato a Ator-mundo se esforça para dar forma à rede, articulando os diversos elementos e materiais. Caso obtenha sucesso no seu intento, começará o segundo momento. Nele, observa-se a constituição de uma rede articulada a ligações concretas, com cada uma das instituições participantes do processo, e com o ator-mundo no centro da rede. Ele passa, então, a ter a responsabilidade pela circulação dos meios intermediários que criou. Entretanto, apesar do esforço do Ator-mundo em manter a rede sócio-técnica intacta e em pleno funcionamento, ela é frágil, e, segundo Callon (1986), é necessário atentar para o fato de que *tradução* é um processo, nunca uma realização completa e, desse modo, pode falhar.

Para a TAR, a noção de tradução enfatiza a continuidade dos deslocamentos e transformações que ocorrem em processos de construção de redes. Deslocamentos implicam não apenas metas e interesses, mas também dispositivos, seres humanos, anotações, poder, instituições etc. Embora alguns tenham papéis mais específicos que outros, os deslocamentos ocorrem em todas as fases do processo. Um exemplo disso se refere às estratégias. Durante a fase de problematização e envolvimento, em vez de procurar os interesses individuais no

---

<sup>18</sup> Using the notion of spokesman for all the actors involved at different stages of the process of representation does not present any problem. To speak for others is to first silence those in whose name we speak. It is certainly very difficult to silence human beings in a definitive manner but it is more difficult to speak in the name of entities that do not possess an articulate language: this supposes the need for continuous adjustments and devices of interessement that are infinitely more sophisticated.



curto prazo, os atores são convidados a olharem horizontes de longo prazo (no caso, os agricultores da comunidade de Jacutinga e a universidade que é convidada a cumprir o seu papel de problematizar a realidade, mas problematizá-la sob uma ótica específica, atribuída pelo Ator-mundo).

Dessa forma, como vimos em Callon (1986), “traduzir é deslocar”. O Ator-mundo tenta deslocar seus aliados para fazê-los passar por conceitos e redes por ele freqüentados e defendidos. Traduzir também é expressar. Ou seja, falar na linguagem dos atores o que eles dizem e querem, organizando-lhes o discurso de forma que, “ao término do processo, se tiver êxito, apenas vozes em harmonia serão ouvidas” (Callon, 1986, p. 13). Unindo universos separados construindo entre eles meios de comunicação, unificando um discurso de certezas, metas e objetivos.

A tradução antes de ser um resultado é um processo. E, é por isso que, os autores da TAR, falam em momentos, uma vez que a realidade, nunca é tão distinguível como do modo pelo qual são explicitadas por trabalhos e descrições. Assim, segundo Callon, a tradução:

[...] é o mecanismo pelo qual os mundos sociais e naturais progressivamente tomam forma. O resultado é uma situação na qual certas entidades controlam outras. Geralmente entendendo que sociólogos chamam de relações de poder para descrever o modo no qual os atores estão definidos, associados e simultaneamente obrigados a permanecerem fiéis às suas alianças. O repertório de tradução não só é projetado para dar uma descrição simétrica e tolerante de um processo complexo que constantemente mescla uma variedade entidades sociais e naturais. Também permite uma explicação de como alguns obtêm o direito de expressar e representar outros muitos atores silenciosos dos mundos sociais e naturais que eles mobilizaram (CALLON, 1986, p.14).<sup>19</sup>

A Teoria Ator-rede é contrária às delimitações de noções rígidas, como as de sistema ou de função, noções estas caras à sociologia. O convite da teoria ator-rede é para seguir os atores nas suas múltiplas atividades de tradução, para além dos limites dos conceitos de sistema e função. Segundo Law (1996), “a estrutura não é algo separado e independente como os andaimes em torno de um prédio, mas um local de luta, um efeito relacional que se gera

---

<sup>19</sup> [...] is the mechanism by which the social and natural worlds progressively take form. The result is a situation in which certain entities control others. Understanding what sociologists generally call power relationships means describing the way in which actors are defined, associated and simultaneously obliged to remain faithful to their alliances. The repertoire of translation is not only designed to give a symmetrical and tolerant description of a complex process which constantly mixes together a variety of social and natural entities. It also permits an explanation of how a few obtain the right to express and to represent the many silent actors of the social and natural worlds they have mobilized (tradução do autor).

recursivamente e se auto-reproduz”. Desse modo, a lista dos atores (indivíduos, grupo, objetos, textos ou instituições), bem como, suas propriedades e capacidades nunca são apresentadas de uma só vez. Eles são produto de uma longa e complexa estratégia de relações, que são trabalhadas em múltiplos níveis de atividades, articulações, confrontação de poder, colaboração, sabotagem, alianças, dissensos etc.

Law (1996) diz que, no núcleo da abordagem ator-rede, está o interesse por verificar como atores e organizações envolvidos da rede mobilizam, justapõem e mantêm unidos os elementos que as constituem. Mas também em verificar como conseguem evitar que esses elementos sigam suas próprias inclinações e saiam da rede, e como as resistências são superadas, “como eles conseguem, como um resultado, esconder por um certo tempo o próprio processo de tradução e assim tornar uma rede de elementos heterogêneos cada qual com suas inclinações em alguma coisa que passa por um ator pontualizado” (LAW, 1996, p. 23).

A resposta, para ele, reside no fato de que a tradução tem quatro características gerais. A primeira característica, segundo o autor, tem a ver com a durabilidade dos materiais disponíveis e utilizados na rede. Uns são mais *duráveis*, e conseqüentemente, conseguem manter padrões relacionais por mais tempo. Como exemplo, ele oferece a idéia de *continuum* de gradação de durabilidade:

[...] Pensamentos são baratos mas não duram muito tempo. Discursos duram um pouco mais. No entanto, quando começamos a *performar* relações – e em particular quando nós as *incorporamos* em materiais inanimados tais como textos ou prédios – elas podem durar mais tempo” (LAW, 1996, p. 15).

Seguindo essa idéia, uma estratégia recomendada para construção de uma rede estável consiste na utilização e incorporação de um conjunto de relações em materiais duráveis. Entretanto, ele próprio adverte que não é tão simples, porque as formas de material duráveis “podem achar outros usos: seus efeitos mudam quando elas são postas em novas redes de relações” (LAW, 1996, p.15). Como vimos, a noção de durabilidade está relacionada com a idéia de tempo. Este, por sua vez, deve ser ordenado, para que, de sua intencionalidade surjam os efeitos desejados na rede.

A segunda característica refere-se à dimensão espacial, ou o que chama de mobilidade, cujo principal atributo é a capacidade de agir à distância. Esta característica apontada por Law explora materiais e processos de comunicação, como: escrita, a comunicação eletrônica,

métodos de representação, sistemas ideológicos, relatórios científicos, acordos firmados, convênios etc.

A terceira característica diz respeito à capacidade de antecipação de respostas às reações dos materiais, no sentido de prever e superar as resistências dos elementos da rede. E, por fim, a questão que Law chama de “escopo do ordenamento”. Para ele, a visão de que o escopo é local, embora afirme que se deva levar em conta as estratégias de tradução gerais.

É necessário tecer uma crítica a esta última característica sugerida por Law. Se observarmos apenas os atores isolados, talvez possamos ver o escopo apenas no nível local. Contudo, ao conduzirmos a análise para além da micro esfera, os materiais e estratégias disponíveis para o processo de tradução extrapolam as fronteiras de atuação dos atores. Além disso, os autores da TAR já se debruçaram sobre essa questão, cuja dificuldade central reside em definir as redes nos termos propostos pela geografia. A noção de rede proposta pela TAR não se coloca em termos de proximidade ou distância das conexões entre os elementos ou, segundo a noção de escala (MURDOCH, 1998; HERNANDEZ, 2003). A idéia da rede, para a TAR, reside na dissolução da micro-macro escala, pois nenhuma rede é maior que outra, simplesmente é mais ampla ou mais intensamente conectada.

As questões, possibilidades e limites introduzidos pela TAR convidam-nos a olhar para o contexto dos projetos de desenvolvimento de uma forma diversa da que os atores comumente o fazem. Lançam-nos a novos desafios, instigam-nos a observar o cotidiano dos atores, a esmiuçar os meandros das políticas públicas e a desconfiar das agendas e interesses por detrás de tais intervenções. Provocam-nos também a inquirir sobre quais são as táticas e estratégias utilizadas pelos atores para contornarem ou evitarem os impasses; como se projetam nas arenas e nas interfaces dos projetos. Mostram também como sabemos pouco das dinâmicas e arranjos locais que organizam e possibilitam o funcionamento desses projetos. Por intermédio da sociologia da tradução, acreditamos que podemos constatar e resgatar as práticas dos coletivos, das estratégias e instrumentos utilizados pelos atores (sobretudo do Ator-mundo). Contudo, temos claro que, para a TAR, a qualificação do indivíduo é problemática, pois, para essa teoria, é a rede que o representa que o qualifica. Ou seja, um ator é um ponto de intersecção conectado e mediado por múltiplos instrumentos (dos quais, quase sempre não tem domínio). Desse modo é possível, ao ator, conectar, dismantelar, associar-se a novas redes, cujos limites para tais possibilidades são apenas as necessidades estratégicas dos atores e de suas conexões com as redes, em suas múltiplas e heterogêneas interações. Desse modo, um fato situado em um ponto da rede pode levar ao rompimento,

e/ou crises e/ou, a novos arranjos dentro da rede.

### **1.6 – Amarrando e recortando: o enfoque dado aos autores e suas contribuições para o entendimento do desenvolvimento rural.**

A perspectiva que procuramos adotar na escolha dos autores que orientaram a construção da tese é a de que as relações sociais no mundo rural são permeadas por complexas redes de relações e co-determinações. Tal pressuposto nos leva a negar as respostas simples de submissão e subordinação dos agricultores a uma realidade imutável em que caberia ao sujeito, objeto de projetos de desenvolvimento, a obediência a apenas dois senhores: ao que o condena à submissão econômica, social, política e técnica, ou ao que julga conduzi-lo a uma libertação de tais amarras econômicas, sociais e técnicas mas, que, ao fazê-lo o tem como alguém desprovido de consciência e que, capturado pelos primeiros espera que os segundos venham lhes revelar a verdade.

Nesse sentido, a tentativa aqui é de explicitar as relações de poder entre os atores que executam um projeto de desenvolvimento rural sustentável. Para tal, a adoção dos autores vistos nas páginas anteriores nos fornece a estrutura teórica pensada para dar conta do desafio. A imagem por nós visualizada foi composta de três momentos: o primeiro, com Norman Long em que se ergue a perspectiva de que os projetos de desenvolvimento são arenas de conflito nas quais, atores, de diversas origens e posições, colocam-se em confrontação mútua e interesses e valores são disputados. Tal perspectiva nos permitirá visualizar espaços tridimensionais em que os agentes se posicionam para empreender suas disputas. Na mesma linha de raciocínio, Long nos convida a fazer uma leitura etnográfica dos atores e nos desafia a aprofundar a compreensão de suas visões de mundo. Nesse instante, inicia-se o segundo momento. A explicitação das “visões de mundo” partilhadas pelos atores exige uma metodologia específica, que, acreditamos, seja provida por Karl Mannheim. Seu Método de Análise Documentário possibilita “entrar” no mundo dos atores e, a partir de suas falas, reconstruir documentalmente os elementos constitutivos de suas visões de mundo. Tal metodologia permite o acesso a diversos campos encobertos do discurso dos atores que, se fossem perguntados receberiam um tratamento ou polimento teórico que não interessam nessa pesquisa. Por fim o terceiro momento, em que as redes e os atores são explicitados pela Teoria do Ator-rede. Particularmente, interessam-nos os conceitos de tradução, simetria, Ator-mundo e de porta-vozes. A problematização da TAR permite-nos relativizar a atuação dos atores em suas estratégias de dominação, de alinhamento dos mecanismos, dispositivos e

recursos dentro da rede. Apesar da presença de indígenas e caboclos, e da importância que esses primeiros habitantes desempenharão para os colonos que chegavam na região na década 1940 e seguintes, um discurso construído após a década de 1970 considerará a região como “terra de ninguém”. Essa idéia será construída como um dos elementos do “discurso” do pioneirismo como uma interpretação da história oficial, pois, em relatos colhidos em diferentes localidades da região por diversos trabalhos acadêmicos, os agricultores pioneiros relatam a presença de índios guaranis e a importância dos caboclos nos primeiros anos da colonização.

Na seqüência, procuraremos analisar a constituição histórica do sudoeste do paranaense, a formação das grandes questões e desafios para os atores que ali surgiram. Neste capítulo trabalharemos sobretudo sobre a constituição da Assesoar como o ator central do processo, entendendo que ela reunia condições de propor um projeto de desenvolvimento cuja ambição era tornar-se referência para as políticas públicas do campo e, dentro desse objetivo era a entidade que naquele momento dispunha de recursos para reunir agricultores e entidades dispostas a atuar em conjunto na construção de um projeto de desenvolvimento rural endógeno.

## Capítulo 2

### Especificidades Históricas da Região Sudoeste: a luta pela posse da terra, a construção do *ethos* e de instituições da agricultura familiar

Aqui chegaram famílias inteiras, amparadas pela CANGO (Companhia Agrícola General Osório) e deram início à colonização dessa terra. Com determinação e iniciativa de pioneiros plantaram aqui seus sonhos, que logo floresceu, vila Marrecas. Hoje colhemos os frutos - próspera e acolhedora cidade de Francisco Beltrão. A eles, nossos heróis pioneiros, modelos de fê, coragem e esperança aos quais devemos tudo, o que temos e somos, aqui deixamos nossa gratidão (Monumento ao Pioneiro – comemoração aos 50 anos de colonização).

#### 2.1 – As instituições do Sudoeste do Paraná: suas formações históricas, culturais e políticas

Quem caminha pelo Bairro da Cango, em Francisco Beltrão, depara-se com um quadrilátero de símbolos regionais que se mesclam no espaço com instituições nacionais. Cada um deles solidificado e construído de diferentes formas, mas todos complementares entre si. O primeiro é o monumento aos colonos, criado em 2002, durante as comemorações dos 50 anos de Francisco Beltrão. Nele, o poder público quis homenagear a chegada dos primeiros posseiros, para fortalecer o mito do pioneirismo e da bravura dos colonos. Em um relevo de concreto, um homem com pés descalços segura no braço esquerdo uma criança e, a tiracolo, no ombro direito, uma espingarda. Com a mão direita aponta para o infinito, como se dissesse: “Chegamos à terra prometida”. Ao lado do homem, um carro de bois traz a sua família e os seus pertences. Ao fundo, como uma barreira superada, uma densa floresta de pinheiros sugere que nada mais havia na floresta, além de árvores a serem derrubadas para ceder lugar às plantações. Em frente a este monumento, dividindo a mesma praça, o “esqueleto” amarelo da patrula pertencente à Colônia Agrícola General Osório (CANGO), responsável pela terraplenagem das primeiras estradas da região, simbolizando a chegada do progresso.

Defronte à praça do monumento, encontra-se o prédio do INCRA, construído em linhas retas, no estilo modernista despojado e austero, cuja monotonia só é quebrada pela presença de agricultores sem terra com suas bandeiras vermelhas. Ao lado do INCRA, dividindo o mesmo terreno, o 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado de Francisco Beltrão.

O Esquadrão do Exército ocupa o terreno onde originalmente funcionava a CANGO, a promotora original da colonização da região na década de 1940. No seu perímetro, ainda é possível encontrar as velhas construções de madeira da antiga companhia. E, finalmente,

completando o quadrilátero, a pouco mais de cem metros dali, aos pés do Morro do Calvário, a sede da Assesoar, constantemente cheia de agricultores vindos de toda a região Sudoeste para freqüentar reuniões políticas, participar de cursos técnicos de formação, e de estudantes que freqüentam os cursos de pós-médio e de Pedagogia pra educadores do campo<sup>20</sup>. A Assesoar ao longo de 40 anos de existência, construiu uma história de respeito e de confiança junto aos agricultores e, com isso, articulou uma rede de parceiros dentro e fora do território. Essa entidade, que esteve presente em diversas fases da constituição do Sudoeste, atualmente trabalha no que ela chama de geração de referência para as políticas públicas. As ações da Assesoar dão-se, preferencialmente, no campo da agricultura familiar, no enfrentamento dos problemas vividos pelos agricultores.



1 - Monumento praça da colonização; 2 - Sede do INGRA; 3 -Sede da Assesoar; 4 - Exército (antiga sede da CANGO).

**Foto 1:** Quadrilátero de instituições  
Foto: ALVES, A.F (2007).

Vemos nesse quadrilátero a cristalização de muitas das questões cruciais da história da posse da terra no Sudoeste do Paraná, desde o seu princípio original até os seus desafios presentes. Desafios dentre os quais se podem destacar, sob o ponto de vista da Assesoar, a construção de uma identidade política e a autonomia dos agricultores frente ao mercado

<sup>20</sup> Além dessa movimentação de estudantes e agricultores, desvinculados da ONG, mas parceiros constantes nas lutas pela agricultura familiar, encontramos também a sede da CRAPA e a coordenação do curso de Pedagogia para educadores do Campo. Dividindo o mesmo terreno, a moderna sede da CRESOL e, às sextas-feiras, a feirinha ecológica onde os agricultores se revezam na venda de produtos *in natura* e industrializados por pequenas agroindústrias rurais.

capitalista. Nesse sentido, a permanência e a viabilidade da agricultura familiar se colocam para ela como um dos elementos essenciais da identidade regional, na qual a proposição do Projeto Vida na Roça se configura como o seu trabalho mais ousado, por se constituir em um modelo de desenvolvimento, cujo objetivo era o de gerar referências para as políticas públicas para a agricultura familiar que a entidade almejava.

Esse quadrilátero representa, também em termos simbólicos e institucionais, o passado e o presente da região Sudoeste do Paraná. No passado, estava a promessa da posse da terra como solução para os problemas dos agricultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Eram agricultores, cujo destino se vinculava ao projeto nacional de demarcação de fronteiras e a questões de segurança nacional. No presente o desafio de enfrentar a questão da luta pela posse da terra e a manutenção da agricultura familiar como elemento central da identidade regional.

A constituição dessas instituições congrega em si a síntese da história do Sudoeste do Paraná. Esta, por sua vez, está articulada a um conjunto de fatores singulares da história recente do Brasil. Para procurar entender alguns aspectos da importância que as especificidades da formação histórica local tiveram para a formação do *ethos* regional, construímos este capítulo em três partes: a primeira focará alguns aspectos gerais e estatísticos da região; na segunda parte abordaremos elementos da formação socioterritorial e da história do Sudoeste do Paraná, bem como, aspectos da história da Assesoar de 1966 a 1990; e finalmente, numa tentativa de estabelecer um diálogo com os itens anteriores, abordaremos dados da economia regional das décadas de 1980 e 1990, tentando localizar quais eram os desafios do PVR na época de sua criação. Embora o capítulo não tenha a pretensão de esgotar todos os elementos dessas formações<sup>21</sup>, nosso objetivo é evidenciar as bases históricas sobre as quais se erguerá o edifício político e institucional que possibilitou o surgimento deste *ethos* e, posteriormente, com o surgimento da Assesoar como um dos atores mais representativos dos agricultores da região Sudoeste do Paraná.

## **2.2 – Dados estatísticos do Sudoeste do Paraná**

O sudoeste paranaense compreende a mesorregião homogênea 289, segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na classificação do IBGE, ela é composta por 37 municípios. Na esfera política sua configuração é outra, pois a

---

<sup>21</sup> Principalmente da formação histórica, pois existem muitas lacunas na historiografia do Sudoeste do Paraná, sobretudo no período posterior à década de 1970.



essa composição são adicionados mais 5 municípios, totalizando 42. O segundo critério é definido pela política regional, e a sua articulação é determinada pela Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP). Comumente os movimentos populares também adotam a segunda composição para denominar o sudoeste paranaense. Para fins da análise que segue, adotaremos a mesma classificação utilizada pelo IBGE. Os dados que serão analisados abaixo referem-se ao período de implantação do Projeto, e seu objetivo é obter um retrato sucinto dos desafios vislumbrado pelos atores nesse período.

O sudoeste paranaense tem uma extensão de 17.438.214 km<sup>2</sup> de área, o que representa 8,43% do Paraná, e era composto por 55.000 estabelecimentos agrícolas. Conforme os dados do Censo Demográfico de 2000, a população do Sudoeste, na época da implantação do PVR, totalizava 557.000 habitantes, o que correspondia a apenas 5,82% da população do Paraná. A mesorregião Sudoeste possuía uma das menores taxa de urbanização, considerando que, enquanto no Estado esta taxa era de 81,4% em 2000, no Sudoeste ela era de 59,9%. As taxas geométricas de crescimento entre 1991/2000 foram de -0,13% da população total, 2,48% na população urbana e -3,08% na população rural.

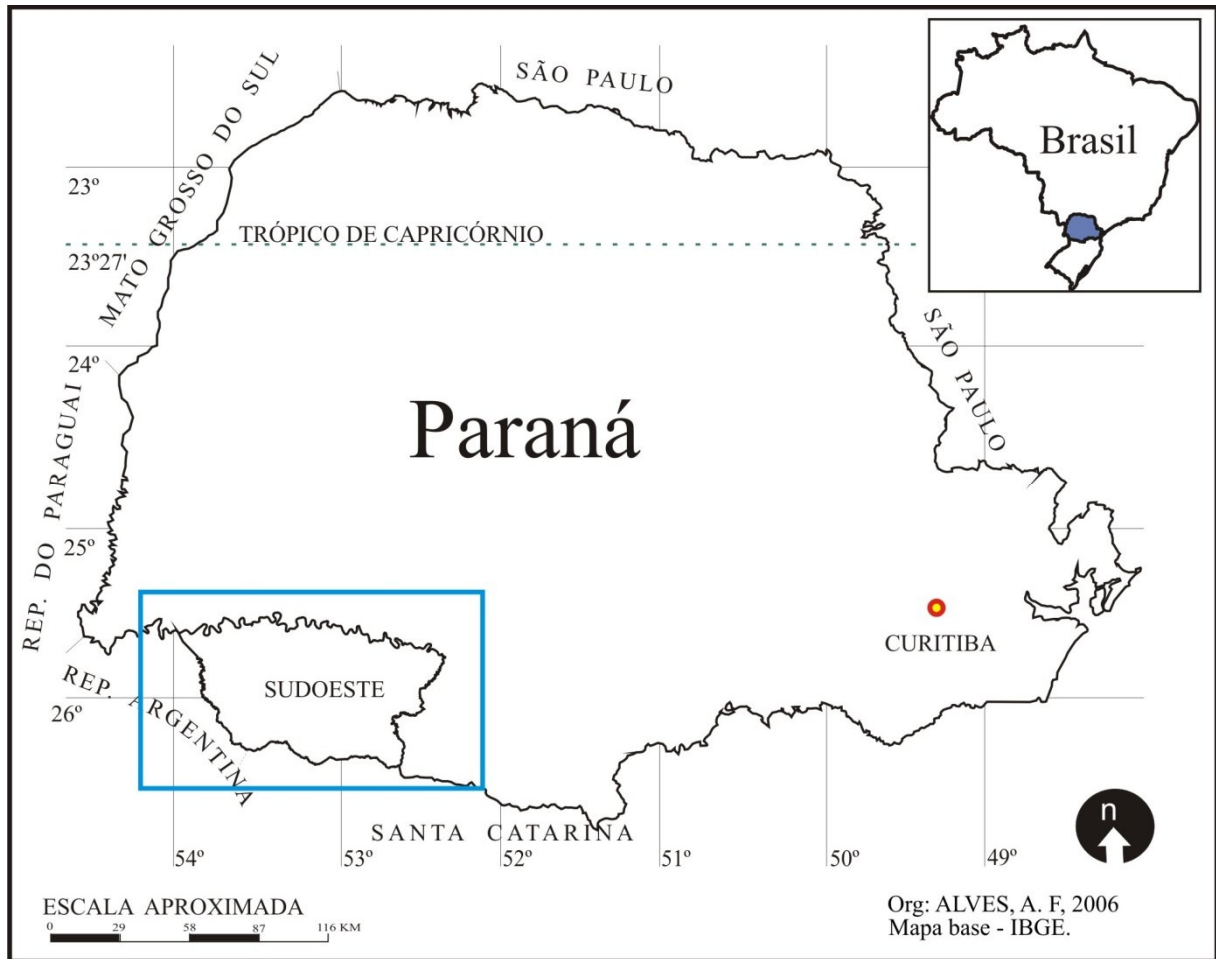
Dos municípios que compõem a região, 22 possuíam menos de 10 mil habitantes, 29% deles tinham entre 10 e 20 mil habitantes; 12%, de 20 a 36 mil habitantes; e apenas 4% com mais 50 mil habitantes, dos quais nenhum possuía mais de 70 mil.

Outra questão fundamental na região era o fato de que 98% dos municípios tinham menos de 50 anos de emancipação política. Segundos dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão (EMATER-PR) em 2005, 40,45% dos estabelecimentos da agricultura familiar do sudoeste do Paraná tinham baixa renda ou não possuíam renda.

Existiam 44 assentamentos rurais com 2.771 famílias assentadas e uma população indígena de 2.267 pessoas<sup>22</sup>. Neste cenário, predominantemente constituído de pequenos municípios, é possível inferir a importância que a agricultura familiar desempenha na economia regional. Desse modo, melhorias na geração de renda deste segmento, por meio da sua maior inserção no mercado ou de políticas públicas, têm um importante papel na geração de empregos, tanto no campo quanto em outros setores, como: comércio, prestação de serviços ou no processo de industrialização regional.

---

<sup>22</sup> As terras indígenas estão circunscritas à Reserva de Mangueirinha e estão localizadas nos municípios de Chopinzinho, com 8.000 ha, e Coronel Vivida, com 1.527 ha. Fonte: FUNAI.



**Mapa 1: Localização do Sudoeste do Paraná**

A base natural sobre a qual se implantou o projeto de colonização é dotada de recursos naturais abundantes. Os solos são, na sua maioria, derivados de derrames de basalto, de boa fertilidade natural, embora freqüentemente ácidos e pobres em fósforo. Mesmo a qualidade limitada dos solos foi pouco restritiva à ocupação agrícola do sudoeste paranaense, pois em parte foi superada pela utilização das matas que originalmente cobriam a região. Um dos maiores limitantes para a utilização e a conservação dos solos é o relevo bastante acidentado, fator que favorece a erosão e dificulta a utilização de maquinários (FRANZ, 1998).

O clima regional é subtropical úmido, sem estação seca definida, com precipitações mais concentradas no verão. As temperaturas variam com a altitude, sendo as geadas mais freqüentes nas áreas mais altas e menos freqüentes nas mais baixas. A cobertura florestal original, hoje quase completamente devastada, se diferenciava segundo o padrão climático: a floresta com araucária (Floresta ombrófila mista) e a Floresta subtropical (floresta estacional semidecidual) (FRANZ, 1998).

O Sudoeste do Paraná está localizado à margem esquerda do Rio Iguaçu, fazendo fronteira a oeste com a Argentina e ao sul com o Estado de Santa Catarina. Estas características geomorfológicas e localização serão essenciais para o modelo de colonização que se instalará na região a partir da década de 1940, assunto que passaremos a analisar na seqüência.

## **2.3 – Os atores e o cenário inicial da colonização do Sudoeste do Paraná**

### **2.3.1 - Os caboclos**

Apesar da presença de indígenas e caboclos, e da importância que esses primeiros habitantes desempenharão para os colonos que chegavam na região na década 1940 e seguintes, um discurso construído após os anos de 1970 considerará a região como “terra de ninguém”. Essa idéia será construída como um dos elementos do “discurso” do pioneirismo como uma interpretação da história oficial, pois, em relatos colhidos em diferentes localidades da região os agricultores pioneiros relatam a presença de índios guaranis e a importância dos caboclos nos primeiros anos da colonização. Antes da colonização, no início do século XX, os caboclos dividiam com os índios guaranis um vasto território. Em 1920 havia aproximadamente 6.000 caboclos (WACHOWICZ, 1987). E até o final da década de 1940 havia uma baixíssima densidade populacional na região. Esse território era considerado um “sertão bravo” constituído por uma densa floresta, onde a população cabocla desenvolve atividades econômicas extrativista com pouca conexão com o mercado. Sabe-se que os caboclos não possuíam a propriedade da terra que ocupavam. Como posseiros, faziam as suas queimadas e marchavam sempre adiante, logo que a produtividade da antiga terra desse sinal de esgotamento e, como extratores de erva-mate, eles abrem caminhos pelo território que ocupam e estabelecem pequenas trocas por produtos que não fabricam. Estes dois fatores serão importantes para a colonização do território na década de 1940.

Para Abramovay (1981), o caboclo, ao buscar a floresta, não está à procura de refúgio. O que ele busca é o seu sustento e a sua sobrevivência. A terra livre, ou seja, não utilizada por outro modelo de ocupação agrícola, possibilitava que o caboclo não encontrasse barreiras a utilização dos recursos da floresta. A subsistência do caboclo dependia da caça, pesca, coleta de erva-mate, mel e da existência de uma floresta rica em matéria vegetal, que era própria para uma agricultura baseada no sistema de pousio. Segundo Wachowicz (1987), para a escolha do local da posse pelo caboclo, um dos critérios fundamentais era que a terra devia ser

abundante em água. Terra sem riacho era desprezada pelo caboclo. Esta necessidade, juntamente com a prática constante de caçadas, fez com que os caboclos “mapeassem” a região à procura dos recursos necessários à reprodução do seu modo de vida. Esse conhecimento posteriormente será fundamental para a fixação de colonos não atendidos pela Companhia Agrícola General Osório (GANGO), a responsável pela promoção da colonização estatal no Sudoeste do Paraná.

Assim, pelo modo como os caboclos concebiam e lidavam com posse da terra, os novos colonizadores não encontraram resistência para se fixarem. Pelo contrário, há relatos de que os caboclos ficavam felizes com a chegada dos novos vizinhos, dando-lhes abrigo e fornecendo as condições mínimas de permanência na floresta, além de facilitar a demarcação das terras, mostrando os caminhos e picadas feitas ao longo dos anos. “Muitas vezes o caboclo estava doido (sic) para ter um vizinho, e ia junto com o recém-chegado para tirar uma posse. O colono estava desconfiado, mas o caboclo garantia: “Por aqui eu conheço, pode fazer [a posse], e era isso mesmo” (WACHOWICZ, 1987, p. 70).

Em consonância com a afirmação de Wachowicz, uma das primeiras moradoras da localidade de Jacutinga relata, em entrevista, como se deu o contato entre os colonizadores e os caboclos. É interessante notar que não houve intermediação da CANGO. O contato foi direto entre colonos e caboclos:

No começo era muito pouca gente. Nós ficamos em quatro famílias, e quem nós encontramos morando aqui eram... como se diz... brasileiros né! Caboclos<sup>23</sup>... e aquele povo foi se retirando. Eles foram vendendo, porque eles mostravam pra gente, extensões enormes de terra...isso aqui é meu [...] Não havia nem divisa... você comprava assim mais ou menos sem um marcar [...] nós compramos diretamente dos posseiros que já tinha aqui, assim, sem documento sem nada, não tinha documentação, inclusive a documentação veio bem depois, e daí cada um teve que pagar, e daí foram demarcadas as terras. No começo não tinha demarcação: a minha terra vai até este rio, até aquele morro, até aquela cordilheira, até aquela árvore, era uma demarcação assim. Isso foi em 1948 (Professora Tecla, entrevista 14, MARSCHNER<sup>24</sup>, 2002).

No que se refere ao tamanho das posses, havia uma grande diversidade de *tipologias*, pois o caboclo plantava de acordo com as suas necessidades básicas. Isto dependia, como

---

<sup>23</sup> Embora a colonização alemã, italiana e polonesa seja predominante em Jacutinga, é possível observar a presença dos descendentes dos caboclos em vários pontos da comunidade.

<sup>24</sup> Esta entrevista foi gravada também por Walter Roberto Marschner, no curso de sua pesquisa para o seu doutorado. Marschner cedeu a mim parte dos registros de suas entrevistas, sobretudo as realizadas na localidade de Jacutinga.

dissemos, de fatores naturais, como a existência de água, “mato branco”<sup>25</sup>, topografia etc., mas, em geral, segundo relatos, os tamanhos variavam de 2, 5, 10, 20, 40 até 100 alqueires. As posses maiores eram destinadas à criação de porcos pelos “safristas”<sup>26</sup>. Desse modo, a abertura da floresta, o conhecimento pelo caboclo da região e a hospitalidade foram elementos essenciais para a entrada do colono gaúcho e catarinense para o interior do Sudoeste do Paraná. O avanço constante floresta adentro e o comércio, mesmo que incipiente, de mate, couro e porcos, desenvolvidos pelos caboclos, foram fundamentais no processo inicial da colonização regional. Além disso, a base fundiária dos caboclos foi adotada pelos colonos durante o processo inicial de ocupação, e muito dessa estrutura agrária permanece ainda hoje no Sudoeste.

Assim, a base econômica, a receptividade, o modo como as posses são feitas, a “rede” de caminhos e de localidades que os caboclos criaram, dentre outros fatores, são contribuições para a constituição do Sudoeste do Paraná que os colonos receberão dessa população. A nova base de organização familiar vai, aos poucos, eliminando o trabalho coletivo. A propriedade da terra e a vinculação com o mercado consumidor vão substituindo o antigo sistema caboclo. Complementarmente à fixação dos colonos em lotes produtivos, uma nova estrutura social toma corpo na região, e as funções desenhadas para eles, pelo governo do Estado Novo getulista, vão sendo consolidadas.

### **2.3.2 - Preencher a fronteira com gente e construir uma classe média próspera e dócil: a tarefa da CANGO**

Os rumos do sudoeste paranaense começam a mudar com o Estado Novo. O Brasil aprofunda a sua orientação por um conjunto de ideologias positivistas e expansionistas, com ênfase à ocupação das fronteiras. A forma mais segura e barata de ocupação era a expansão das fronteiras agrícolas para esses espaços, mesmo que isso significasse o deslocamento de enormes contingentes populacionais. Para cumprir essa função, Getúlio Vargas, em 1943, cria diversos territórios, entre eles a CANGO.

No seu planejamento original, a CANGO promoveria a colonização por meio de pequenas propriedades, sem ônus para os agricultores, com serviço de infra-estrutura

<sup>25</sup> A expressão *mato branco* era utilizada pelos caboclos para designar as áreas com poucas árvores. Essas áreas eram preferidas por eles porque facilitava a abertura de clareiras para o plantio das safras.

<sup>26</sup> (CORREA, 1970A, p. 93, apud Abramovay, 1981). No Sudoeste, na época da sua ocupação cabocla, eram praticados dois sistemas de criação de porcos: um, denominado “porco alçado” (solto no mato), que exigia grandes áreas para criação: 5 hectares de mato para 1 cabeça; e outro denominado “safra”, que consistia no consórcio do suíno com o milho - modalidade em que eram possíveis quatro cabeças por hectare.

(abertura de estradas, construção de pontes, escolas etc.) e assistência à saúde e educação. Isto atraiu, em poucos anos, milhares de famílias para a região. O objetivo desse modelo era criar uma numerosa classe média rural, politicamente dócil e capaz de produzir excedentes alimentares para um mercado consumidor cada vez maior nas cidades, e transformar uma região inóspita em uma “próspera comunidade”.

Na origem da colonização do sudoeste paranaense está inserida também a questão da segurança nacional, aspecto que tem na CANGO o órgão responsável pela irradiação do povoamento. A partir de sua constituição, o Estado passa a distribuir lotes de terra, construir casas, estradas, escolas etc.

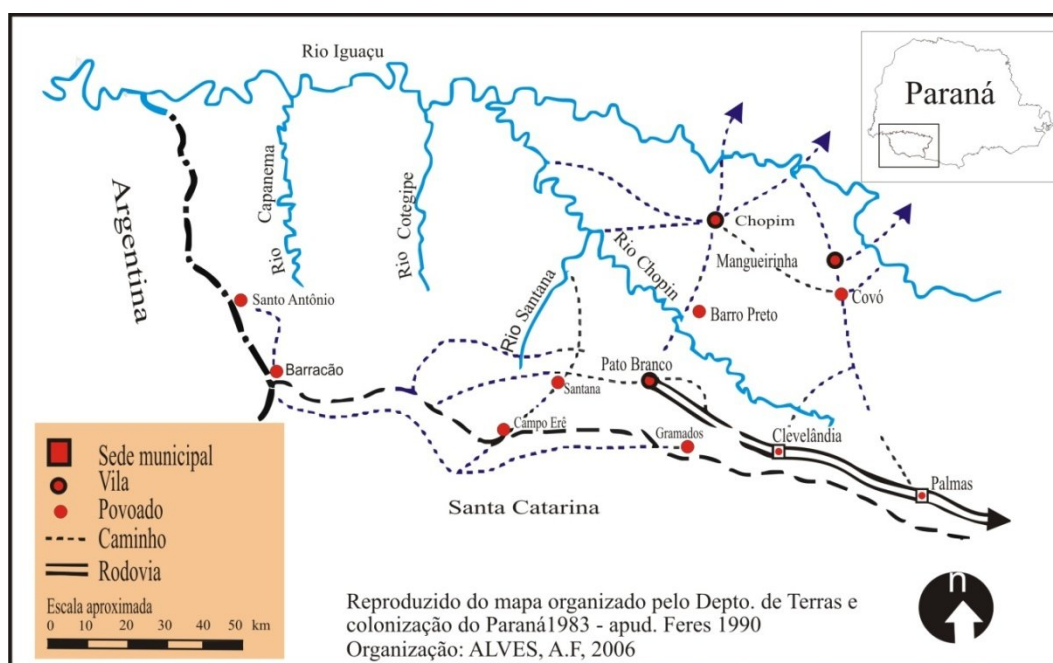
A criação da CANGO estava também circunscrita à articulação de uma série de fatores correlatos, dentre os quais podemos destacar: 1) a pressão social estabelecida no Rio Grande do Sul pelo esgotamento do modelo adotado em 1850 pela lei de terras; 2) a necessidade apontada pelo movimento tenentista de ocupar e proteger as áreas de fronteira que o Brasil tinha com Argentina e o Paraguai; 3) a necessidade de produção de alimentos para a crescente demanda de um setor urbano cada vez maior; 4) A produção de matérias-primas para abastecer as indústrias que se expandem no período pós-guerra; 5) o atendimento das reivindicações de reservistas gaúchos por terra para plantar e, 6) a necessidade de ocupar as glebas Missões e Chopim para pôr fim aos litígios sobre a sua posse.

Segundo Colnaghi (apud FERES, 1990 p. 498), dentro desse quadro, o território deveria ser ocupado por agricultores, cujos pré-requisitos esperados e necessários eram: serem socialmente calmos, politicamente conservadores e articulados com o mercado. Esse tipo de ocupação visava implementar um rápido e calmo processo de desenvolvimento econômico e social na região, com o objetivo de nela criar uma barreira contra as infiltrações de contrabandistas argentinos e paraguaios.

A CANGO, além de distribuir as “terras devolutas do Estado”, desempenhará também o papel de organização, de assistência técnica e financeira e de fornecimento de insumos básicos para que o agricultor pudesse se instalar. Ao contrário das regiões Norte e Oeste do Estado do Paraná, onde as terras destinadas à colonização eram, desde o seu início, objeto de comercialização, no sudoeste paranaense o Estado dava terra de graça, mas não apenas terra, mas também casa, ferramentas, sementes, assistência dentária e médico-hospitalar. A CANGO, a serviço dos interesses do Estado Novo, “abriu picadas, estradas, construiu pontes,

permitindo a vinda de grandes levas de colonos e o escoamento de suas produções”. (PECÓITS, 1978, p. 33, apud ABRAMOVAY, 1981, p. 43).

A propaganda positiva, as inúmeras vantagens que se ofereciam, aliadas ao excedente populacional no sul, fizeram com que, a partir da década de 1940, um grande número de agricultores começasse a chegar à região Sudoeste do Paraná. Os colonos eram atraídos pela promessa de abundantes terras férteis. Apenas uma precária infra-estrutura de transporte e logística estava presente. Em relatos na comunidade onde desenvolvemos a pesquisa, observamos: “Vim para cá em 1948 com meus pais [...] era muito mato, pouca gente morando aqui, inclusive a gente trouxe a mudança de Francisco Beltrão para cá de cavalo e era um mínimo de mudança porque era tudo picadas, não tinha estradas, a gente mesmo veio a pé” (Professora Tecla [MARSCHNER, 2002, p. 70]).



**Mapa 2: Caminhos e localidades do Sudoeste do Paraná em 1938**

O mapa 2, com a estrutura viária do sudoeste paranaense, mostra a precariedade dos acessos aos locais destinados aos colonos. A estrada vinha até a Vila de Pato Branco, distante 65 km de Francisco Beltrão. Apenas uma precária rodovia ligava a região sul do Brasil a Pato Branco. As vias de acesso ao interior das glebas Missões e Chopim eram apenas trilhas abertas pelos caboclos para escoar sua pequena produção. Apesar das dificuldades enfrentadas, a mata fechada e as precárias condições de infra-estrutura regional, a GANGO continuava a atrair um grande contingente de colonos.

Apesar da precária infra-estrutura regional, o crescimento populacional foi explosivo. O povoado de Marrecas, que deu origem a Francisco Beltrão, já em 1948, contava com uma população cadastrada de 2.529 pessoas. Dois anos depois este número era de 7.147, apenas no povoado, a região totalizava naquela época 76.373 habitantes. Em 1956, o mesmo núcleo, agora denominado Francisco Beltrão, contava com 15.284, e a região tinha 230.379 habitantes.

Havia uma confiança na atuação assistencialista do Estado através da CANGO, fator que, somado ao prestígio das novas terras, estimulava o fluxo de migrantes, que, por sua vez, era alimentado por redes de parentesco e por um forte sentimento de solidariedade e coesão familiar. Parte desse último aspecto pode ser observado na tipologia das comunidades espalhadas pela região, nas quais se formam pequenos aglomerados de casas onde moradores, quase todos de um mesmo sobrenome, compõem uma minúscula vila. Nesse cenário de demanda crescente e de limitada capacidade de atendimento, boa parte do povoamento do Sudoeste do Paraná será feito de modo espontâneo, sem a assistência e o planejamento da CANGO, fora do controle do Estado, mas com a participação ativa dos caboclos.

Do ponto de vista socioeconômico, a maioria dos colonos caracterizava-se pela escassez de capital e pela pequena propriedade agrícola, em que a unidade produtiva se confundia com a unidade familiar. A disponibilidade de mão-de-obra existente na própria família condicionava, em grande parte, a intensidade da atuação econômica.

### **2.3.2.1 - Esgotamento da capacidade da CANGO para organizar o processo de colonização**

Ao analisarmos o quadro 3, percebemos claramente que a afluência de imigrantes era bem maior que a capacidade de assistência que a CANGO podia oferecer. Além dos colonos já residentes, havia um cadastro de mais de oito mil famílias que solicitavam terras à companhia. Para dar conta da demanda por terras, a CANGO distribuía lotes que variavam entre 25 a 50 ha por propriedade, dependendo da topografia do terreno.

**Quadro 3: Evolução do número de habitantes na área atendida pela CANGO entre 1947-1956**

Ano	Número de famílias cadastradas	Número de habitantes
1947	467	2.529
1948	886	4.956
1949	1.068	6.045
1950	1.440	7.147
1956	2.725	15.284

Dados: CANGO apud Martins, 1987 (organizado por ALVES, A.F, 2006).



Para atender a esse constante e crescente fluxo de migrantes, a CANGO procurava organizar a chegada dos colonos e, na medida do possível, dar-lhes apoio durante o processo de fixação. Fornecia também o acompanhamento na implantação da sua atividade, para o que criou uma espécie de “ante-sala”, onde os colonos eram recepcionados, avaliados e conduzidos aos seus lotes. A atuação da CANGO, articulada ao modo como os caboclos recepcionaram os colonos, imprimirá a identidade da atual estrutura agrária da região, onde mais de 90% das propriedades rurais possuem menos de 100 hectares, sendo 65% delas abaixo de dez hectares.

A estrutura agrária estabelecida pelo Estado, com a cessão de títulos de terras para pequenas propriedades, foi determinante para a construção da identidade regional. Esta diretiva criou uma economia baseada na propriedade da terra, em um modelo de agricultura constituído por unidades de produção familiares que, diferentemente dos caboclos, tinham o mercado consumidor como o seu objetivo prioritário. O processo colonizador teve capítulos em que a atuação da população desempenhou um papel fundamental na formação do ethos regional, como a luta dos colonos contra os jagunços das companhias colonizadoras. Este evento ficou conhecido como a “Revolta de 1957” e, aos poucos, vai se tornando o elemento fundante de uma identidade regional, valorizada e reificada pelo poder público local como símbolo do pioneirismo e da bravura, na tentativa de transformar esse episódio no aspecto central do processo colonizador do Sudoeste do Paraná.

A revolta também é cuidadosamente reconstruída por parte dos movimentos populares ligados à luta pela terra. A interpretação destes movimentos é, contudo, apresenta outra roupagem, na qual se enfatiza a capacidade popular de resistência e de luta na defesa da agricultura familiar. Para a Assesoar, por exemplo, a Revolta de 1957, como é contada pelos poderes instituídos, esconderia os interesses dos comerciantes e políticos já enraizados na região, e que precisariam ser desmistificados para superar a dominação capitalista.

### **2.3.3 – A revolta de 1957**

#### **2.3.3.1 – No braço com armas, a formação do *ethos* regional: um patrimônio mobilizado pelos atores**

Até 1950, os processos que se desenvolviam no Sudoeste do Paraná eram marcados pela regularidade e pela tranquilidade. Ocorre, contudo, segundo Wachowicz (1987), que tudo era ilegal, uma vez que essa terra (Gleba Missões) estava *sub judice*. Havia uma contenda jurídica entre o Estado do Paraná e a União. Esta pendência jurídica impedia legalmente o governo federal de dar escritura definitiva aos colonos; em seu lugar, os

agricultores recebiam da companhia agrícola apenas títulos provisórios. Numa fase posterior, a CANGO deixa, inclusive, de fornecer até mesmo os títulos em caráter de provisoriedade.

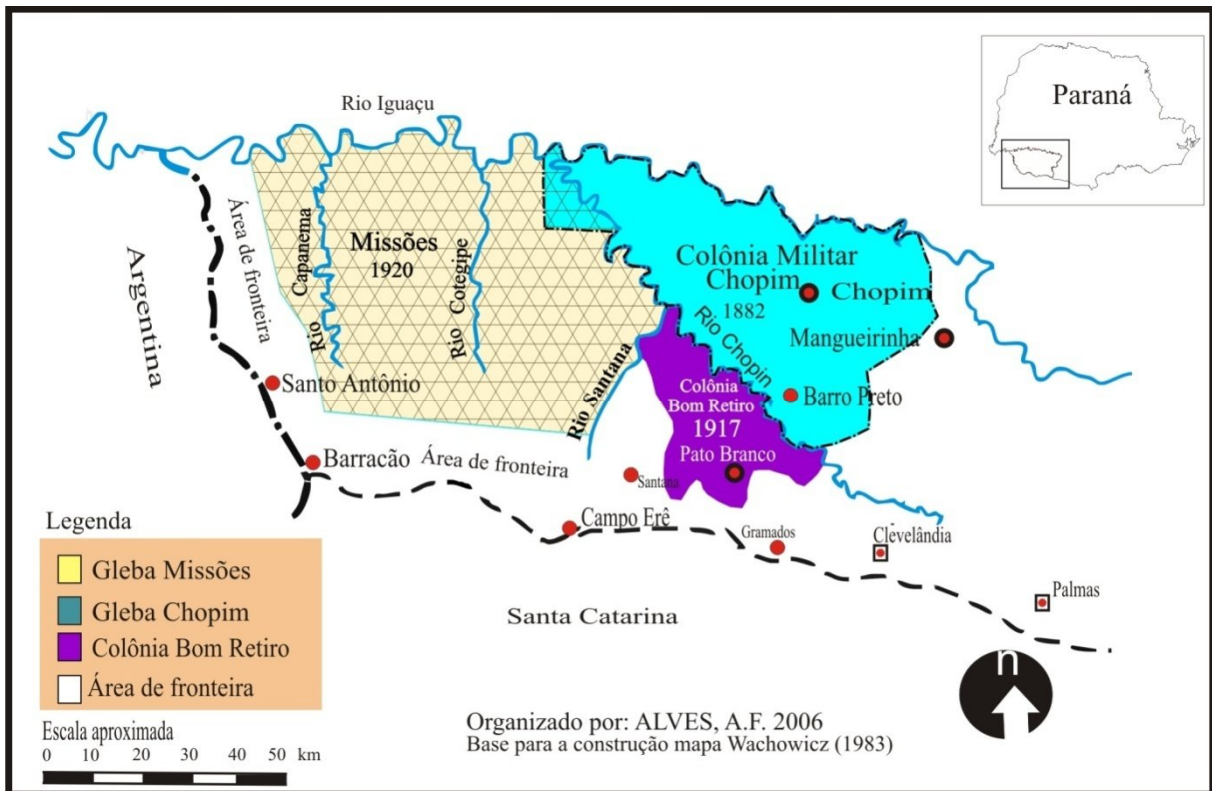
As sobreposições de interesses e os problemas jurídicos na região se constituirão no embrião para a Revolta de 1957. Este episódio e os desdobramentos que se seguiram irão fornecer os elementos que moldarão boa parte da identidade cultural. Nesse acontecimento se cristalizarão, além das lideranças e das instituições, um forte imaginário popular. A abrangência regional e a grande participação dos colonos levarão histórias de heroísmo e protagonismo para cada município e a cada lar da região.

### **2.3.3.2 - Os embriões da Revolta de 1957**

A Revolta de 1957 foi o desfecho final de uma sucessão de disputas territoriais sobrepostas por constantes confusões jurídicas e políticas. A porção de terras conhecida como Sudoeste do Paraná era objeto de diversas doações que se iniciaram no Império com uma outorga feita em 1889 por D. Pedro II ao engenheiro João Teixeira Soares, com direitos de concessão para a companhia que viesse a construir uma estrada de ferro ligando Itararé (SP) a Santa Maria da Boca do Monte (RS), até o rio Iguaçu. A concessão dava direito à apropriação de 30 quilômetros de terras para cada lado do eixo das linhas (LAZIER, 1998, p. 25). Em apenas quatro anos, a concessão sofreu uma alteração contratual e duas transferências, sendo a última para o Sindicato Farquhar que, em 1893, organiza a Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (EFSPRG). Na região Sudoeste do Paraná, a EFSPRG teve as suas terras tituladas em duas etapas: em 1913, com a gleba Chopim (715.080.142 m<sup>2</sup>) e, depois, em 1920, com a incorporação da gleba Missões (4.257.100.000 m<sup>2</sup>). Contudo, a instabilidade política do período de transição do Império para a República fazia com que a conjuntura política mudasse muito rapidamente, e o Estado brasileiro rescindisse os contratos com a EFSPRG. Um dos primeiros atos nesse sentido será realizado pelo interventor do Estado Novo no Paraná, ato que anulará algumas das concessões territoriais feitas à Brazil Railway Co. A empresa começará então uma disputa jurídica com o Estado do Paraná.

Em 1940 Getúlio Vargas nacionaliza o patrimônio da Brazil Railway Co., companhia que, naquele momento, era um *trust* detentor de diversas empresas em todo o território nacional. O governo federal, para administrar o capital nacionalizado, criou a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (SEIPU), que se responsabilizou também pela administração das glebas Chopim e Missões (REGO, 1979, p.

94, apud ABRAMOVAY, 1981 p. 42). Mais tarde, os interesses dos atores nacionais e a administração da SEIPU serão os responsáveis pelo agravamento da crise regional.



**Mapa 3: Colônias e glebas do Sudoeste do Paraná**

Outra sobreposição de posse de terras do Sudoeste do Paraná deveu-se às disputas pelo controle territorial da região, entre os Estados de Santa Catarina e do Paraná. No início do século XX, o governo de Santa Catarina concedeu a José Rupp, o direito de explorar madeira e erva-mate em terras no território reivindicado pelos dois Estados. Rupp passa então a disputar as terras com a Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (EFSPRG), terras que já haviam sido tituladas em 1913 e 1920. Rupp perdeu em diversas instâncias até que, em 1938, o Supremo Tribunal Federal confirmou que as reivindicações de Rupp eram justas. Entretanto, como vimos, a EFSPRG foi nacionalizada em 1940 pelo governo Vargas. Desse modo, Rupp se vê credor da União, que se recusa a pagar a indenização. Ele então, procura efetivar diversos acordos com a União, mas não obtém sucesso em nenhuma tentativa. Diante das recusas, decide vender os seus direitos. Em 26/7/1950 transfere o seu crédito para a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA), de quem um dos sócios era o governador do Paraná, Moisés Lupion, filiado ao Partido Social Democrático (PSD) (ABRAMOVAY, 1981; LAZIER, 1998; MARTINS, 1985; FERES, 1990).

Diante do novo credor, a dívida passa a ter um tratamento diferente. O que era recusado a José Rupp passa a tramitar e a ser solucionado pela burocracia. Este fato inaugura o capítulo mais importante da posse de terras do sudoeste paranaense. Resolvidas as questões entre Brasil e Argentina; e entre Paraná e Santa Catarina, havia um novo problema a ser enfrentado, ou seja, o das colonizadoras. Para o pagamento do crédito negado a Rupp a empresa de Moisés Lupion recebeu cerca de 500 mil hectares em terras férteis, com enormes riquezas naturais, dentre as quais 3 milhões de pinheiros adultos e rios com potencial hidroelétrico.

O processo foi então denunciado pela oposição, principalmente pelo PTB. A repercussão negativa foi tamanha que, segundo Feres (1990, p. 505), o Tribunal de Contas da União negou o registro da escritura das terras da CITLA, alegando inconstitucionalidade da operação por quatro motivos: 1) era proibida a venda ou concessão de terras na faixa de fronteira (as terras administradas pela CANGO), sem permissão prévia do Conselho de Segurança Nacional; 2) não era permitida a venda ou concessão de terras públicas superiores a 10.000 ha sem a permissão do Senado; 3) a SEIPU não podia vender terras sem concorrência pública; 4) as terras estavam *sub judice*, não podendo ser objeto de negócio.

Além das irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União, dois outros problemas que foram levantados pela oposição. O primeiro refere-se ao fato de que as indenizações devidas a Rupp haviam sofrido uma enorme majoração. O segundo é atinente ao processo de escrituração das terras, em que a suspeita pesava sobre a validade dessa escrituração, pois a minuta da escritura da SEIPU foi modificada quando do seu registro em cartório. O negócio todo foi feito em um cartório de propriedade do sogro do superintendente da SEIPU, Antônio Vieira de Melo, responsável direto pela transação das glebas Missões e Chopim. Houve então um pedido, através de um ofício do Conselho de Segurança Nacional (CSN), para que a escritura da CITLA não fosse registrada (WACHOWICZ, 1987; FERES, 1990; LAZIER 1998). Para contornar esta proibição, a CITLA conseguiu, o desmembramento de um cartório do Sudoeste do Paraná, instalando-o em Santo Antonio do Sudoeste e, antes que o ofício chegasse até o referido cartório, num primeiro ato, a escritura foi registrada. Imediatamente a CITLA passa a agir na região, instalando escritórios da empresa em Francisco Beltrão e Santo Antônio do Sudoeste. Com a atuação da CITLA, o equilíbrio político e social da região será profundamente alterado.

Para Abramovay (1981), mais importante que a lesão aos cofres públicos era o fato de que, com a entrada da CITLA, os agricultores deveriam pagar por aquilo que já haviam

recebido de graça da CANGO. A CITLA, sabedora de que a posse das terras, das glebas Missões e Chopim, seria duramente questionada, passa imediatamente a exigir pagamentos dos colonos.

### **2.3.3.3 - A situação dos colonos frente à nova situação das terras**

A insegurança dos colonos frente às companhias colonizadoras era enorme. Sem o título das terras as terras não lhes pertenciam. Os títulos provisórios dados pela CANGO eram ilegais. O processo se arrasta por diversos anos, até 10 de outubro de 1957. Nessa data, os colonos ocuparam várias cidades e localidades do Sudoeste, entre elas Francisco Beltrão, sede da CITLA, e mais de 4.000 agricultores se concentram e, de armas em mãos, liderados pelo médico Walter Pecóits, comerciantes, membros da CANGO e sob o acompanhamento e proteção do exército, ocupam a cidade, expulsam os jagunços e os grileiros, destroem a sede da companhia e queimam os documentos das companhias.

Segundo Pecóits, os colonos orgulham-se do caráter pacífico da revolta, pois em nenhum momento da ocupação foi necessário o uso das armas que carregavam, o que sinaliza, segundo Abramovay, que o colono lutava pela lei e pela propriedade. Não se constituía em uma revolução política. A revolta dá início a um novo capítulo na história da posse da terra na região Sudoeste do Paraná, com a criação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), e com ela o a criação de uma identidade singular que formará um dos patrimônios fundamentais mobilizados pelos atores da agricultura familiar regional.

### **2.3.4 - A regularização das terras pelo GETSOP, o esgotamento do modelo colonizador e a criação da Assesoar**

O problema da legalização da posse a terra começará a ser solucionado apenas em 1961, quando o então presidente Jânio Quadros declara que a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim são de utilidade pública. A desapropriação ocorre em 27 de março de 1961 pelo Decreto Federal n.º 50.379. No ano seguinte começa a funcionar o GETSOP, órgão criado pelo presidente João Goulart especialmente para demarcar e emitir os títulos de posse no Sudoeste do Paraná. Dessa forma, dava-se continuidade aos trabalhos interrompidos durante a década de 1950, contudo agora sob uma base social mais consolidada, com interesses e lideranças políticas cristalizadas no processo da revolta.

O GETSOP trabalhou até 25 de agosto de 1972, e expediu, no período da sua atuação, 35.856 títulos de posse. Destes, 30.221 foram para o setor rural e 5.653 no setor urbano.

Francisco Beltrão, na época, recebeu 11.733 títulos. Os levantamentos efetuados pelo GETSOP foram bem mais amplos, pois foram medidos 56.917 lotes, dos quais 30.256 rurais e, destes, 7.133 eram abaixo de cinco hectares, o que representava 22,11% dos lotes rurais.

A atuação do GETSOP, contudo, recebeu duras críticas dos técnicos do INCRA, pois a sua jurisdição se sobrepunha às funções daquele órgão. As críticas tinham dois pontos principais. Primeiramente o INCRA criticava o modo como se operacionalizou o parcelamento, atividade em que não foram adotados critérios técnicos de viabilidade econômica para a divisão dos lotes. Em segundo lugar, o processo foi considerado populista, pois o colono dizia de quantos hectares era a sua propriedade, e o GETSOP demarcava as terras, ouvindo apenas os vizinhos, a concordância determinava o tamanho da posse. Dessa forma, o GETSOP titulava toda propriedade que tivesse posseiro, sem respeitar os módulos agrários do INCRA (7 alqueires). Não havia critérios técnicos claramente definidos, podendo ser propriedades de 0,5 hectare, ou de mais de 100 hectares; o tamanho das posses era apenas respeitado e titulado como estava. Desse modo, grande parte da estrutura, herdada dos caboclos pelos posseiros, permaneceu inalterada após a solução do conflito de 1957.

O GETSOP deixa uma herança híbrida na região. Ao mesmo tempo em que resolve a questão da posse da terra, todo o processo é executado de forma populista, não obedecendo a critérios técnicos necessários à viabilidade das propriedades rurais. Obviamente, é preciso dizer que a ocupação, no momento em que o GETSOP age na região, já estava toda truncada pela atuação de “agentes familiares” que subdividiam seus lotes distribuindo-os a parentes e conhecidos, e por interesses políticos e econômicos constituídos nos anos anteriores e solidificados na revolta de 1957. Mas o fato é que apenas pouco mais de dez anos após o término dos trabalhos do GETSOP, em 1984, a Assesoar apontava que 40% dos agricultores do Sudoeste do Paraná eram sem terra, ou a terra de que dispunham era insuficiente para a sua reprodução. Este problema levou a entidade a assessorar as comunidades de base e os sindicatos rurais na organização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES). A divisão dos lotes, que permanece até os dias atuais, gera uma forte pressão social por terras na região, cujo reflexo mais imediato é a existência de 44 assentamentos do MST.

A Assesoar surge no período entre a revolta de 1957 e a titulação das terras pelo GETSOP em 1972. Atuando na lacuna deixada pelo Estado, parte da assistência técnica oferecida pela CANGO passa a ser feita pela ONG, mas, além da atuação na formação técnica dos agricultores, a Assesoar tem outras pretensões, dado que o conjunto da sua movimentação

política e social vinculado ao campo tem uma abrangência maior fundada na ação pastoral da Igreja Católica, cujas preocupações e formas de atuação eram bem mais amplas que apenas a questão da terra. Desse modo, a Assesoar, como a primeira organização da agricultura familiar do sudoeste paranaense, tem ampliado cada vez mais a abrangência da sua área de atuação, extrapolando os seus interesses imediatos. Para isso ela procura romper com uma visão setorializada da agricultura e lançar questões, reivindicações e articulações em torno de novos modelos de gestão e organização que se localizam além das agendas imediatas do *setor agrícola*. Um exemplo disso é o próprio objeto desta tese, o Projeto Vida na Roça. Esse projeto, é para a Assesoar, mais que apenas uma de suas atividades. Ele se constituirá, como veremos a seguir em uma experiência que procura mostrar a sua capacidade de conceber políticas públicas, organizar os agricultores e oferecer-lhes uma formação escolar diferenciada. Desse modo, a sua atuação no PVR enfeixa outras questões além da posse da terra, tais como: educação superior, meio ambiente, agroindústria, assistência técnica, cultura, qualidade de vida, saúde e um projeto político articulado ao Partido dos Trabalhadores, dentre outros fatores.

### **2.3.5 – O contexto histórico de criação da Assesoar**

A Assesoar foi criada em 1966 por um grupo de jovens agricultores católicos<sup>27</sup> e contou com o apoio decisivo de padres belgas ligados ao Sagrado Coração de Jesus (SCJ), além da participação de profissionais liberais e de comerciantes da cidade<sup>28</sup> de Francisco Beltrão.

No contexto de formação da entidade, a atuação dos religiosos foi de fundamental importância, pois permitiu à entidade recém-fundada o acesso a uma ampla rede de contatos nas diversas comunidades espalhadas pela área. Essa rede, além do apoio logístico em todo o Sudoeste do Paraná, abriu a possibilidade para a Assesoar com um discurso “cristão unificador”, que encontrava fácil assimilação entre os jovens agricultores, quase todos católicos fervorosos que, após a revolta de 1957, estavam conscientes de que a organização política era fundamental. Assim, embalados pelos episódios da revolta, juntamente com os

---

<sup>27</sup> Ao todo, foram 33 jovens, alguns dos quais continuam a fazer parte da diretoria da Assesoar ou a participar das suas atividades.

<sup>28</sup> De 1966 a 1977, a Assesoar foi dirigida por: Euclides Scalco, farmacêutico e bioquímico (1966, 67, 68, 70, 71, 72 e 73), José Emanuelli, em 1969; Natalino Faust, comerciante, em 1974-75 e o Pe. Afonso de Niss, em 1976-77 (ASSESOAR, 1998).

padres belgas, este grupo inicia os trabalhos em um momento também específico da Igreja Católica.

A atuação da Igreja na Assesoar<sup>29</sup> é de grande expressão, pois marca fortemente as diversas fases da entidade<sup>30</sup>. Um dos religiosos que mais se destacaram na construção da entidade foi o padre Joseph Caeckelbergh, filho de operários belgas. Segundo a própria Assesoar, ele foi um dos idealizadores e o seu principal líder e articulador desde a fundação até 1978, quando a entidade passa por uma profunda mudança (ASSESOAR, 1998)<sup>31</sup>.

No que se refere ao aspecto religioso, profundas mudanças começam a ocorrer. O modelo de Igreja apoiada pelo Estado entra definitivamente em crise. A Igreja, para conter a saída de membros e para combater o comunismo, abre-se a um novo modelo, denominado “Igreja dos pobres”, que começa a ganhar terreno e a se desenvolver. O principal instrumento dessa mudança é criado no pontificado de João XXIII, que convoca o Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965. Em essência, a proposta de revisão de João XXIII estava centrada na visão da Igreja como uma congregação de fé, substituindo a concepção hierárquica anterior, que declarava inclusive a infalibilidade papal. Além dessa, outras transformações importantes foram introduzidas por esse concílio, sobretudo no sentido de democratizar os ritos religiosos, que deixam de ser realizados em latim e passam a ser ministrados nas línguas nacionais, o que permite, além de uma melhor compreensão dos leigos, uma abertura interpretativa das escrituras, antes uma prerrogativa exclusiva do clero.

Focando no nível nacional, vemos que, em toda a década de 1940, período que se estenderá até meados de 1960, o Brasil vivia sob o comando de um programa nacional-estatista, implantado no governo Vargas. Este modelo é baseado fundamentalmente na soberania nacional e no desenvolvimentismo. O programa nacional-estadista de Vargas, para ser eficaz e impulsionar o desenvolvimento, necessitava de um Estado forte e

---

<sup>29</sup> Há, por parte da Assesoar, a tentativa de construir, no imaginário popular, a idéia de que a atuação dos padres belgas foi algo ímpar, singular, que só poderia ser elaborada por europeus e os seus descendentes. Obviamente, a atuação da Igreja Católica não está restrita apenas ao Sudoeste do Paraná. É possível encontrar esse mesmo modelo em outras regiões brasileiras, como mostra Eliano Sérgio Azevedo Lopes, professor e pesquisador da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Segundo Lopes, a atuação da Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) exerceu um papel fundamental no Estado do Sergipe. Já em 1962, por intermédio da Igreja, foram criados nove sindicatos rurais em diversos municípios e, em 1963, com a união desses sindicatos, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), ou seja, quatro anos antes da criação da Assesoar. Embora a constituição histórica das populações rurais dos dois Estados seja diferente, a atuação pastoral segue um padrão de organização.

<sup>30</sup> Para fins didáticos, separamos a história da Assesoar em quatro fases. Três dessas fases são reconhecidas e adotadas pela entidade nos seus documentos; a quarta fase decorre de pesquisa de campo. Veremos cada uma dessas fases na seqüência do trabalho.

<sup>31</sup> Disponível em: <<http://sistema.assesoar.org.br/arquivos/TAP000051.htm#h21>>. Acesso em: 12 set. 2006.



intervencionista. As suas bases estavam assentadas em dois eixos fundamentais: na construção e na atuação de grandes empresas estatais e no corporativismo sindical. Este período marca também o que ficou conhecido como a Marcha para o Oeste, um programa lançado pelo presidente Getúlio Vargas, na década de 1940, que pretendia efetivar o processo de integração territorial do Brasil.

A Marcha para o Oeste tem na expansão das fronteiras agrícolas um dos seus elementos centrais. No que se refere à agricultura, é necessário lembrar que os anos de 1950 serão divisores de água. As mudanças das políticas agrícolas ocorridas são tributárias do surgimento dos novos modelos produtivos para a agricultura e a pecuária. Com esse modelo, a agricultura será objeto de uma rápida intensificação tecnológica, gerencial e financeira, intensificação que provocou transformações radicais nos sistemas produtivos tradicionais.

No sudoeste paranaense, tais movimentos ocorrem entre o início do processo de colonização patrocinada pelo Estado e a crise gerada pelas disputas territoriais entre as companhias colonizadoras e agricultores. Deste modo, a modernização da agricultura começa a ser implementada no momento em que a configuração do Sudoeste do Paraná estava em constituição. Esse processo encontra agricultores descapitalizados que, com o fechamento da CANGO, vêm-se desamparados pelo Estado. Esse é o contexto que envolve a fundação da Assesoar. É a partir desse cenário que ela começará a organizar o seu discurso e a estruturar sua atuação. A seguir, passamos a estudar sucintamente os principais aspectos das fases da Assesoar.

### **2.3.5.1 - Aspectos da constituição histórica da Assesoar**

O quadro abaixo sintetiza as quatro fases da Assesoar que identificamos no curso da pesquisa, bem como as suas principais atividades desenvolvidas. Em cada uma dessas fases, a ONG desenvolve políticas de parcerias e financiadores que lhe dão capilaridade e sustentabilidade institucional. Em todas elas, o foco de atuação prioritário é direcionado aos agricultores. Nessa interface, a Assesoar desenvolve um longo processo de reflexão, do qual surgem propostas de atuação na realidade, embasadas por amplo arco de influências teóricas e metodológicas, em que se destacam, entretanto, o marxismo e o cristianismo (as outras fontes são conjunturais, como: educação, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local etc.). A seguir passemos à análise das duas primeiras fases que correspondem aos anos iniciais da fundação da entidade até 1990 quando, na nossa avaliação se encerra um importante ciclo de intervenção de constituição da Assesoar e de outras instituições da agricultura familiar na

região. As fases seguintes (III e IV) serão analisadas no capítulo IV. Optamos por esse corte temporal para demonstrar a interação entre as alterações da entidade e as atividades do PVR.

#### Quadro 4: Resumo sinóptico das fases I e II da Assesoar

	<b>Fase I</b>	<b>Fase II</b>
<b>Principais atividades desenvolvidas</b>	<b>1963</b> - Catequese Familiar, Juventude Agrária Católica. <b>1964</b> - Fundação de Sindicatos, e de Cooperativas. <b>1967</b> - Capacitação Técnica. <b>1968</b> - Grupos de Reflexão. <b>1971</b> - Movimento "Renovação Litúrgica". <b>1972</b> - Grupos de Adolescentes. Oposições Sindicais. <b>1975</b> - Assessoria Sindical; Oposição Cooperativista. <b>1973</b> – Revista Cambota. <b>1976</b> - Experimentação Agrícola. <b>1977</b> - Formação de Monitores Agrícolas; Monitoras Domésticas.	<b>1984</b> - Formação Bíblico-Teológica para o Quadro Social; Banco de Sementes Nativas. <b>1985</b> - Formação de Associações [MASTES]. <b>1986</b> - Apoio à CUT/Sudoeste. <b>1989</b> - Implantação do Fundo de Crédito Rotativo.

Fonte: Pesquisa de Campo (2006). Organização: ALVES, A.F. 2006.

#### 2.3.5.2 – A ação pastoral e a relação Igreja e Estado – aspectos da primeira fase (1966/1978)

Essa fase dura 12 anos. É marcada por uma atuação pastoral com a presidência e a direção da entidade sendo conduzida por religiosos e líderes políticos regionais, como o já citado padre Joseph Caecelbergh e, depois, Euclides Scalco (um dos fundadores nacionais do PSDB). Para a ONG, isso feria o princípio basilar de autonomia do agricultor frente aos outros grupos sociais. Segundo a entidade, isto ocorreu porque nenhum agricultor associado se sentia apto a assumir o cargo de presidente da entidade. Embora o estatuto proibisse tal prática, para sanar esse problema, foi aberta uma exceção: “qualquer pessoa que não fosse agricultor, podia ajudar mas nunca anular a participação dos agricultores.” (ASSESOAR, 1998). Desse modo, nos primeiros anos de organização, os principais cargos de direção foram exercidos por não agricultores, os diretores preenchiam os critérios religiosos impostos pelo estatuto da Assesoar.

Assim, nos primeiros 12 anos, a Assesoar teve como presidentes: o Sr. Euclides Scalco, farmacêutico e bioquímico, nos anos de 66, 67, 68, 70, 71, 72 e 73; o Sr. José Emanuelli, em 69; o Sr. Natalino Faust, comerciante, em 74 e 75, e o Pe. Afonso de Niss em 76 e 77. A participação dos agricultores ocorria mais a título de oportunidade de formação do que no sentido de influenciar no direcionamento da entidade (ASSESOAR, 1998, p. 7).

O processo de tomada dos cargos de direção pelos agricultores percorreu um longo e difícil caminho. Para tal processo, em 1978, os agricultores se mobilizaram e realizaram a maior assembléia da entidade, até então. A assembléia de 1978 marca não apenas a alteração na qualificação dos dirigentes, mas também, e fundamentalmente, um processo de mudança ideológica e dos rumos da Assesoar. O processo de politização já vinha ocorrendo desde meados dos anos de 1970, sobretudo com a entrada da Assesoar nas disputas pelas direções sindicais e cooperativistas nos anos de 1975 e 1976.

Na interface com o movimento sindical, os agricultores líderes da Assesoar vão ganhando uma consciência de esquerda que vai conflitar com a direção conservadora dos profissionais liberais e dos religiosos. Um exemplo disso é apontado por Euclides Scalco, que, juntamente com os religiosos, começa a abandonar a instituição em 1974. Em entrevista cedida ao jornalista Aroldo Murá G. Haygert, do jornal de Ciência e Fé<sup>32</sup>, Scalco esclarece alguns pontos da sua saída e o modo de atuação da Assesoar:

Atendendo aos apelos dos sacerdotes, Scalco, católico de sólida formação, jamais um beato, deixa cargos políticos e engaja-se com os padres na criação da mais bem arregimentada instituição civil já vista no Estado, a Associação de Estudos e Orientação Rural (Assesoar), em 1966. Coordena 500 núcleos rurais na região, nos quais a instituição passaria - além de valores espirituais, como catequese familiar - orientações básicas sobre a gestão dos pequenos empreendimentos rurais e educação das novas gerações para o uso da terra. [...] não há como escrever a História do Sudoeste do Paraná no século 20 sem associá-la aos padres belgas e à Assesoar, movimento muitas vezes vigiado pelos arapongas, com olhares atentos e questionamentos sobre a obra e o padre Calkelbergh. [...] *O ano de 74 é outro divisor: Scalco desliga-se da Assesoar, da qual também sairiam os religiosos belgas. A instituição tomaria nítidas conotações partidárias, desembocando no núcleo gerador do PT na região* [entrevista Jornal Ciência e Fé. Itálicos nossos].

A orientação cristã dos padres belgas e a atuação dos profissionais liberais foram fundamentais, não apenas para os anos iniciais da Assesoar, mas também para os subseqüentes. Na fase inicial, esse apoio, além de incentivar a fundação da entidade, dá-lhe o suporte necessário para que ela se “infiltre” em todas as comunidades e paróquias da região.

---

<sup>32</sup> Ano 7, ed. 77/02, de 2006, publicado pelo Instituto Ciência e Fé. Disponível em: <<http://cienciaefe.org.br/jornal/ed77/mt05.htm#>>. Acesso em: 17 nov. 2006.

A sustentação financeira no início vinha, basicamente, de doações e trabalhos voluntários. A equipe morava na casa paroquial Nossa Senhora da Glória ou em casa de famílias na cidade. Mais tarde, a Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora doou o terreno e vendeu o antigo prédio que era o Colégio das Irmãs. O prédio foi comprado com dinheiro vindo da Bélgica, onde parentes dos MSCJ criaram o DISOP (Desenvolvimento Integral do Sudoeste Paranaense) para auxiliar na manutenção do trabalho da Assesoar (ASSESOAR, 1998, p. 8).

Como consequência disso, nos primeiros anos, a entidade desenvolverá fundamentalmente trabalhos inspirados na nova doutrina cristã da Igreja Católica, e, segundo Scalco, 500 núcleos rurais terão contato direto com a ONG. Estes núcleos, muitas vezes, desenvolviam um trabalho que se confundia com a própria atividade pastoral da Igreja, como mesmo relata a Assesoar:

Os ideais de Justiça Social, de Solidariedade e Paz Social são, amplamente, anunciados pelos padres, religiosos(as) e leigos(as) envolvidos. Esse trabalho é realizado através das pastorais (catequese familiar, jovens, grupos de reflexão e ministros da eucaristia), mas também, através de cursos, palestras e visitas aos agricultores. Essas atividades junto aos agricultores tinham o objetivo de repassar conteúdos técnicos, relacionados à produção agrícola e à saúde (ASSESOAR, 1998, p. 7).

Embora sedutores para uma grande maioria de católicos fervorosos, ou de “sólida formação”, como Euclides Scalco, os ideais cristãos não se mostravam aptos a enfrentar as mudanças impostas pela penetração dos novos processos tecnológicos da modernização da agricultura. Esse enfrentamento se daria mais no campo político.

A experiência da revolta de 1957 mostrou aos agricultores que os inúmeros problemas da posse da terra do início da colonização regional não poderiam ser resolvidos pelas armas do campo religioso. Foram necessários, para superá-los, dois elementos: a organização política e a utilização de armas de fogo.

Na nova configuração, o inimigo é mais difuso e traz vantagens evidentes para quem dispõe de capital para investimento. Quem não consegue acesso à tecnologia e ao crédito começa a ter dificuldades de se reproduzir, pois o mercado passa a exigir cada vez mais produção, além de um aprofundamento em padrões de qualidade específicas.

Para se manter fiel aos seus princípios fundadores, a Assesoar precisa se reinventar, para enfrentar as condições reais do novo tipo de embate que se apresenta. Os agricultores, na sua maioria, estão despreparados para compreender as mudanças. Com a ajuda das reflexões dos padres belgas, a Assesoar se torna consciente dessas deficiências e passa a ter uma atuação massiva em quase 30 municípios da região. Oferece cursos e assistência técnica, na

tentativa de fazer frente aos programas oficiais de assistência técnica. Segundo relatórios da entidade, nessa fase, ela atende anualmente de 15 a 20 mil agricultores, contudo, devido à sua pequena equipe e estrutura, é de se esperar que tais atendimentos fossem superficiais e primarem mais pela quantidade que pela qualidade.

Tal crítica é aceita e evidenciada pela própria entidade, que viu poucos resultados nessas atividades massificadoras. Para melhor compreender o impacto disso na estrutura da Assesoar, o aprofundamento dessas reflexões a conduziria, nos anos seguintes, sobretudo na terceira e quarta fases, para uma metodologia mais focada, no que passa a denominar construção de referências para os movimentos sociais.

Nesta primeira fase, além do apoio logístico da Igreja, que fornecia estadia e locais para reuniões em todas as comunidades do sudoeste paranaense, a Assesoar contava com uma ampla rede de apoio, sustentada por trabalhos voluntários e doações individuais. Isso conferia características próprias ao trabalho, permitindo atingir grandes quantidades de pessoas. Contudo, este tipo de atuação pulverizava a ação da Assesoar, sem trazer os resultados esperados pela entidade, cujo foco era o de barrar o desenvolvimento da modernização da agricultura na região e aumentar a autonomia econômica e social dos agricultores.

Nessa época, os dirigentes da Assesoar se utilizavam da metodologia que eles genericamente denominavam *anúncio*. O anúncio era composto de dois elementos básicos: a denúncia, pela qual se procurava evidenciar os malefícios e os perigos da modernização agrícola; depois, a solidariedade cristã era apresentada como o elemento central de resistência. Para a Assesoar: “esse anúncio, apesar da boa vontade de todos os envolvidos nesse trabalho, nem sempre surtiu os efeitos esperados”. Mas, mesmo assim, eles acreditam que, se tivessem sido ouvidos, os agricultores estariam em uma situação melhor, “conforme afirma o Sr. Ademir Salmóia (associado da Assesoar), da Barra de Jacutinga, Francisco Beltrão: “se a gente tivesse ouvido o pessoal da Assesoar naquela época, hoje a nossa situação seria bem diferente” (ASSESOAR, 1998, p. 8).

Como podemos observar, apesar de aceitar que a metodologia do anúncio era ineficaz, a Assesoar acredita que essa ineficácia se devia aos agricultores, que não ouviam o “pessoal da Assesoar”, e, se os agricultores tivessem ouvido, teriam tido resultados mais positivos. Ao refutar a veracidade do anúncio, os agricultores estavam se expondo aos perigos do mercado.

[...] é preciso lembrar que, nesse período, no início dos anos 70, ocorreu a chamada “revolução verde”. Junto com o anúncio da Assesoar, os agricultores receberam outro anúncio muito mais “forte”, atraente e poderoso: a propaganda e as promessas de vida fácil com motosserras, tratores, máquinas, adubos químicos, venenos... Quem não entrasse na onda era visto como “atrasado”, “ultrapassado”, “Cabeçudo” (Assesoar, 1998, p. 8).

Como vimos, apesar dos pequenos resultados dos anúncios, a ONG atribui a essa fase duas características. Primeiramente, o adjetivo de heróica, e, depois, uma reflexão sobre a sua ineficiência, devido aos poucos resultados obtidos no trabalho de anúncio para o enfrentamento das alterações ocorridas na implantação da modernização da agricultura na região.

A leitura que a ONG fazia da modernização da agricultura na década de 1970 tinha uma clara influência dos padres belgas. Nas suas constantes viagens à Europa, eles traziam dados do que estava ocorrendo na experiência belga e a comparavam com o que estava se iniciando aqui. Não havia, ainda, no Brasil, uma acumulação de experiências que pudesse levar a uma maior percepção dos desdobramentos da modernização da agricultura. Outro fator importante a ser destacado é que o processo de modernização da agricultura se instala com um cronograma alongado e diferenciado nas microrregiões a depender das condições do relevo. No caso da comunidade de Jacutinga, como veremos no capítulo 5, esta instalação só se efetivará plenamente no final da década de 1990.

Uma leitura mais crítica e aprofundada só ocorrerá anos mais tarde, juntamente com outros movimentos sociais do campo. Contudo, apesar do pouco apoio por parte dos agricultores, as críticas aos efeitos iniciais desses impactos são incorporadas pela Assesoar. E ela, então, passa a discuti-los com os agricultores. O que a entidade oferece como contraponto a essa leitura parcial e limitada é também uma atuação limitada em diversas atividades que procuram combinar ação pastoral e luta por questões pontuais dos agricultores. Cabe, porém, afirmar que, apesar de parciais, no âmbito local, essas críticas serão fundamentais para a aproximação da entidade com as questões políticas da agricultura familiar.

A ampliação da percepção dos impactos causados pela revolução verde se dará pela via política, sobretudo na forma como este processo altera o modo dos agricultores se articularem ao mercado. O processo de crítica recairá sobre os novos agentes que passam a atuar na região, tais como: bancos, cooperativas, governo, ATER, dentre outros. A Assesoar dirigirá a sua crítica ao modo como eles desestruturaram as formas organizativas das unidades produtivas e das comunidades locais. Nesse discurso, é possível verificar diversos elementos

conservadores, alguns deles vinculados a um tipo ideal de comunidade, fechada dentro do modelo de solidariedade cristã.

O embate com estes novos atores conduz a ONG pelo caminho da organização política, cujo contraponto já se encontrava de forma seminal no discurso dos padres belgas. Também nessa fase é possível observar a gênese da proposta de desenvolvimento que a ONG desenvolverá posteriormente e que se desdobrará em itens importantes da agenda do PVR. Dentre estas propostas, estão as idéias de preservação ambiental e de diversificação da produção como formas de garantir a margem de autonomia dos agricultores familiares.

Nos doze anos iniciais da sua história, com o apoio financeiro dos padres belgas, além de conseguir se enraizar profundamente junto aos agricultores do Sudoeste, a Assesoar logrou construir um patrimônio econômico, como a sua sede própria, cujas instalações contavam com laboratórios<sup>33</sup> (utilizados para dar assistência aos agricultores), uma gráfica, salas de aluguel, alojamento e cozinha. Estas instalações darão maior autonomia financeira para a organização dos trabalhos e no apontamento de diretrizes para a agricultura familiar, dentro dos novos marcos inaugurados com a ascensão dos agricultores aos cargos de direção.

As mudanças no grande cenário das técnicas produtivas, aliadas aos embates internos da entidade, lançam as bases para a segunda fase de atuação da Assesoar. Se, na primeira fase, o eixo fundamental era uma redefinição do papel da Igreja frente ao Estado, na nova fase, a atuação se dará em um campo mais secular de intervenção, sobretudo com a aproximação cada vez maior às questões sociais dos agricultores.

### **2.3.5.3 - Movimentos sociais e profissionalização as marcas da segunda fase (1979/1990):**

Esta fase é marcada pela atuação direta dos agricultores na direção da entidade e, fundamentalmente, pela aproximação com os movimentos sociais e sindicais e pela fundação do PT.

Embora ainda fortemente orientados pela doutrina cristã e pela crença na possibilidade de “uma sociedade justa e igualitária”, a segunda fase terá como um dos seus elementos centrais a quase que exclusiva atuação política e embate com o Estado. Neste momento, a Assesoar inicia um processo de articulação cada vez maior com os movimentos sociais. A

---

<sup>33</sup> A existência desses laboratórios é representativa da força que os técnicos ligados à produção tinham na Assesoar. Atualmente nenhum dos laboratórios funciona. As suas instalações são utilizadas para outras funções, como a de servir de sede para novas entidades organizativas dos agricultores e, mais recentemente, estão destinadas a se transformar em salas de aula e em alojamento para o centro de formação, o que demonstra que a correlação de forças internas está mudando.

base de sustentação, que, na primeira fase, era exclusivamente religiosa, agora passa a ser os movimentos populares. Estes, aos poucos, vão assumindo uma importância cada vez maior, cujas bases se assentavam no movimento sindical e nas organizações e associações dos trabalhadores ligados à terra.

Na história da região Sudoeste do Paraná, diversos fatores criaram um cenário de instabilidade social, a começar pela estrutura fundiária construída pela CANGO e GETSOP, que, sem critérios de viabilidade econômica e técnica, distribuíram títulos de terras. Desta forma, milhares de pequenas propriedades foram regularizadas em locais de relevo acidentado, onde a inviabilidade técnica suplantava a vontade de trabalho dos agricultores.

Além desse fato, a resolução da revolta de 1957 teve um efeito pacificador em toda região e, com isso, criou-se a idéia de estabilidade e de segurança. A partir de então, aumentou o fluxo de migrantes vindos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Outro fator importante para aumentar a demanda por terras foi o perfil traçado pela CANGO, nos anos iniciais da colonização. Essa companhia atraiu muitas famílias jovens que chegavam à região já com a sua prole. Em poucos anos, estas crianças e jovens passam também a necessitar de terras, contudo, no cenário dos anos 1980, além de o território já estar completamente ocupado, os pequenos lotes titulados pelo GETSOP não comportavam subdivisões.

Este conjunto de fatores ilustra, de forma sintética, o cenário social local em que a Assesoar passa a agir. Além dele, é necessário que se diga que as demandas locais encontram um Estado pouco preocupado com as externalidades negativas do processo de desenvolvimento que vinha sendo gestado e implementado em todo o país.

O agravamento do quadro local encontra uma Assesoar já organicamente instalada em vários pontos do território. Agora influenciada pela Teologia da Libertação, ela procura meios para organizar as demandas dos agricultores. Então, como parte do seu trabalho, estimula a criação de outras entidades de agricultores para ampliar as formas de luta. A entidade faz uma leitura desse processo e começa a alterar a sua forma de atuação:

Este foi o período das grandes mobilizações e lutas dos agricultores de cunho político-reivindicatório: oposições sindicais, luta contra a construção de barragens, suinocultores, luta pela terra, política agrícola, saúde, criação da CUT Regional e do Partido dos Trabalhadores [...] Isto representa uma mudança de estratégia fruto de um desgaste acumulado pelo período de grandes mobilizações e pequenos resultados (ASSESOAR, 1998, p. 9).



Nesse processo, a Assesoar inicia a criação de uma rede com atores locais articulados por lutas específicas. Além desta rede local, a Assesoar amplia a sua articulação com redes extra-locais, com as quais já mantinha algum contato. Nessa fase ela aumenta o contato com outras ONGs nacionais, tais como a Rede de Tecnologias Alternativas (AS-PTA) e o Centro de Comercialização e Abastecimento Popular (CCAP) do Rio de Janeiro. Assim, a ONG se lança no cenário nacional em busca de apoio e referências para os projetos que planeja desenvolver e para os novos desafios que se apresentam. A partir dessas reflexões, a entidade passa a estimular e a assessorar a criação de uma rede de pequenas associações, sindicatos e cooperativas que atuam na defesa e na organização na política dos trabalhadores rurais. É com esta rede que ela passa a dialogar. Aos poucos, alguns dirigentes das novas entidades se destacam nas suas áreas de atuação e se consolidam como lideranças regionais. O estímulo, a assessoria direta e o diálogo constante garantem à Assesoar um lugar privilegiado no processo de tradução dos problemas da agricultura familiar, bem como lhe garante um espaço de negociação com estas entidades.

Em 1989, a Assesoar entrará no circuito dos financiadores internacionais e, juntamente com a CNBB, CPT, CUT, MST e outras associações, firma com MISEREROR (Alemanha), um projeto conhecido como Fundo de Crédito Rotativo (FCR), que tinha como objetivo fomentar o associativismo. O FCR dará origem, em 1996, ao Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL).

A ampliação das formas de organização, ocorrida nos anos de 1980, impacta na organização interna da Assesoar. Com esse processo, ela vai deixando de ser a única entidade que organiza os agricultores da região, o que a levará a repensar o seu espaço de atuação. Ela se coloca, então, a pergunta de qual caminho seguir nos próximos anos: transformar-se em um serviço de assessoria para os outros movimentos e organizações, ou atender apenas aos seus associados? Este será o debate interno travado pela entidade e que definirá o modo de agir e se organizar da terceira fase.

A opção de estimular a criação de associações e entidades para setores específicos da luta da agricultura familiar conduzirá a Assesoar a um processo de profissionalização da sua assessoria técnica. Nessa fase, o corpo técnico passa a atuar de forma concentrada na formação de lideranças de agricultores. Algumas frases, atribuídas a agricultores membros da Assesoar, publicadas no relatório de comemoração dos 32 anos de existência da entidade, sugerem os caminhos que serão adotados por ela para os próximos anos:

Das comunidades onde a Assesoar atua, surgem líderes que militam ou dirigem sindicatos e concorrem a cargos políticos. [...] As comunidades que estão sob a atuação da Assesoar são mais conscientes, ativas. A Assesoar tirou a timidez do agricultor e possibilitou a articulação dele com outras categorias. [...] Os que acompanham a Assesoar a anos, crescem no conhecimento da realidade e sentem a importância de participar na entidade (ASSESOAR, 1998, p. 12).

É interessante notar também que é nesta fase que a entidade começa a mobilizar a história da região Sudoeste e o aumento do número de organizações sociais a seu favor, vinculando-as ao seu trabalho de militância e de protagonismo na defesa dos interesses dos agricultores. Em outras palavras, a Assesoar começa a assumir a tarefa de traduzir as necessidades dos agricultores, deslocando-os para uma esfera em que o discurso político assume um lugar central. O modo como ela faz esse movimento é o de propor uma agenda regional a ser desenvolvida pelas lideranças dos agricultores, que passam, assim, a ter na Assesoar um dos seus porta-vozes e intérpretes mais importantes. Isto contribui para a penetração da Assesoar em espaços políticos de esquerda, sobretudo os vinculados ao PT. A atuação na formação do PT marca definitivamente o seu novo perfil<sup>34</sup>.

Os reflexos disso estão profundamente marcados no modo como estas organizações vêm a Assesoar, bem como na leitura que os dirigentes, técnicos e agricultores associados fazem do seu papel no contexto regional. Para essas entidades, a Assesoar é a “entidade mãe” de diversas associações do campo. Isto implica dizer que algumas das mais importantes organizações da agricultura familiar que atuam no Sudoeste do Paraná nasceram do trabalho da entidade. No entanto, atualmente, estas entidades adquiriram maturidade política, financeira e de gestão, de modo que seus novos dirigentes tensionam e se descolaram da entidade mãe<sup>35</sup>. Isto tem gerado, no relacionamento da Assesoar com essas associações de agricultores, uma série de conflitos que têm dificultado a sua ação e diálogo com diversas entidades e que, no limite, pode isolar a ONG de algumas das entidades que ela mesma ajudou a criar.

---

<sup>34</sup> É com essa identidade que ela dialogará com os poderes públicos municipais que, na sua ampla maioria, disputam eleições com o Partido dos Trabalhadores, ou seja, o que, de um lado, é positivo para a Assesoar, por outro, dificulta o diálogo com a ampla maioria dos agricultores eleitores dos partidos conservadores.

<sup>35</sup> Em dezembro de 2006 pude participar de um Seminário interno de avaliação da Assesoar promovido pelos órgãos financiadores internacionais. Nesse seminário, o discurso de *entidade mãe* apareceu muito fortemente em diversas ocasiões. Algumas vezes, a condição de entidade histórica era utilizada para sugerir que a Assesoar possuía a “verdadeira” leitura política da realidade. Em outras ocasiões, tal discurso era utilizado como uma espécie de patrimônio moral que deveria ser respeitado pelas outras entidades. Ambos os discursos serviam, contudo, de base para fortes críticas dirigidas às entidades que atuam na agricultura familiar.

Apesar das crises, a ampliação do número de entidades na região possibilitou, no entanto, que a Assesoar se retirasse do trabalho de massa, sem, contudo, deixar um espaço vazio, pois algumas organizações vieram a ocupar essa tarefa de modo mais direcionado. Com isso, a entidade se lança numa nova fase da sua história, em que foca sua ação na tentativa de construir metodologias de intervenção mais apropriadas aos novos tempos. Para que essa transição ocorra, será necessário que a Assesoar altere a sua correlação de forças, inclusive no ambiente interno da organização.

O processo de transição é lento, contudo, tanto que o projeto mais elaborado nesse sentido é exatamente o PVR. Este projeto não apenas se enquadra nessa nova forma de trabalho, mas se constitui uma das primeiras experiências concretas e não massificadora da entidade, pela qual a Assesoar se propõe a pensar a atividade rural para além da questão da produção. Com isso, o PVR deve ser analisado não como um projeto isolado ou fruto de *demandas* comunitárias, mas, sim, integrado a um amplo conjunto de cenários internos e externos à ONG, inclusive vinculados às formas de pensar das articulações dos técnicos.

No final dessa segunda fase o quadro de sócios da Assesoar tinha a seguinte composição qualitativa: agricultores sindicalizados [+ de 80%], membros de associações [+/- 70%], membros de cooperativas de crédito e produção [+ de 80% - estimativa], cristãos [100%]. Quanto à posse da terra, 40% dos associados possuem entre 0 a 5 alqueires; 25% entre 5 a 10 alqueires; 20% sem terra ou assentados e 15% possuem mais que 10 alqueires (ASSESOAR, 1998, p. 13).

No próximo tópico, procuraremos discutir algumas transformações econômicas ocorridas no Sudoeste do Paraná após a titulação das terras e como elas impactaram na agenda da Assesoar.

#### **2.4 - Transformações econômicas da década de 1980 e 1990: o cenário dos novos desafios para a agricultura familiar**

Além da estrutura agrária herdada da GANGO e dos caboclos e confirmada posteriormente pelo GETSOP, muito da agenda e das inquietações da agricultura familiar do Sudoeste do Paraná tem origem nas alterações que vêm ocorrendo na economia a partir do processo da Revolução Verde. No sentido de traçar um breve quadro dos problemas e das possibilidades trazidas pelas incorporações de novos atores e processos no cenário regional, procuraremos analisar alguns elementos decorrentes desse quadro, buscando atualizar alguns

aspectos da economia, da agroindústria e de como a formação socioterritorial desafiará a ação dos atores envolvidos no PVR.

As transformações sociais, econômicas e políticas decorrentes da ampliação do contato com os agentes e políticas da Revolução Verde irão impactar de modos bastante diferentes no sudoeste paranaense. Em certas localidades esse contato será tardio, mas, no geral, a partir da década de 1970 ocorrem alterações expressivas, como a utilização de tratores, cuja utilização tem um aumento de mais de 16 vezes em apenas 10 anos, passando de 380 em 1970, para 6.325 em 1980 (ALVES et alli, 2004, p. 165). A interconexão decorrente das transformações econômicas e tecnológicas terá impactos na forma como os atores locais reagirão e se organizarão para enfrentar os problemas decorrentes destas alterações. Será na interação destes aspectos sociais e econômicos que se formará grande parte das entidades da agricultura familiar da região, com o seu modo específico de atuação e de leitura da realidade local.

#### **2.4.1 – Aspectos da economia do Sudoeste paranaense pós GETSOP**

Como vimos anteriormente, pelas características históricas e pelos problemas enfrentados nos anos iniciais da formação do Sudoeste do Paraná, a economia praticada teve uma forte orientação para o consumo local e regional. Apenas gradualmente ela se volta para o mercado nacional e, mais recentemente, também para o mercado externo. Do ponto de vista estritamente econômico, a história da região pode ser dividida em quatro fases. Na primeira fase, há um processo de incorporação da economia cabocla, em que a base é predominantemente a extração de madeira, o extrativismo da erva-mate e a criação de porcos, contudo, diferentemente dos caboclos, há uma maior amplitude e integração com o mercado. Isso ocorre porque os colonos possuem redes mais amplas, e as conexões de troca são mais intensas, pois o tempo é acelerado pela abertura de novas estradas e, além disso, os atores políticos e econômicos estão conectados a um projeto nacional de desenvolvimento. Numa fase subsequente, há um processo de diversificação, pelo qual são introduzidas as culturas do feijão e do milho, atividades aliadas à criação de animais para o trabalho e para o transporte. Nesse momento, novos atores sociais, políticos e econômicos tomam forma, ocorrendo a fase em que os bodegueiros são os principais agentes econômicos, e é através deles que os produtos chegam a um mercado mais amplo. Assim, novas conexões são estabelecidas, e os atores que iniciaram as suas atividades na fase anterior tomam formas mais definidas, sobretudo após a resolução do conflito pela posse da terra. A terceira fase inicia-se com

processo da revolução verde, que começa a penetrar na região a partir dos anos de 1970. Com o crescimento da cultura da soja há o início de nova diversificação econômica, e outros atores são introduzidos no cenário, como: agentes financeiros, técnicos agrícolas, cooperativas. No âmbito interno, os agricultores começam a criar atores e mecanismos de representação.

Por fim, nos anos de 1980 haverá uma intensificação do processo de modernização da agricultura<sup>36</sup> que leva a um processo de êxodo rural que, por sua vez, produz a emergência de uma profunda crise social na região. Em meados dessa década, essa crise conduz ao surgimento de movimentos de agricultores sem terra, trabalhadores que terão na Assesoar (juntamente com o Sindicato de Trabalhadores Rurais e a Igreja Católica) um apoio importante, pois essa entidade assumirá papel na organização do movimento e na formação de lideranças políticas dos agricultores. Com esse trabalho de formação, surgem diversos líderes agricultores que se lançam na vida política articulados às bandeiras de defesa dos interesses dos agricultores familiares<sup>37</sup>.

O impacto dessa crise pode ser observado na queda da produção agrícola, apontada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Para o IparDES, no período 1991-1999, a mesorregião sudoeste paranaense apresentou a maior redução de área colhida no Estado (-16%), passando de 802 mil ha para 678 mil ha<sup>38</sup>. Este processo fez diminuir a participação relativa da região na área colhida do Estado, que passou de 10,5% para 8,7% no período<sup>39</sup> (IPARDES, 2002).

É necessário fazer uma conexão com os dados apresentados pela Emater em 2005. Segundo esse órgão, em 2000, 40% dos estabelecimentos da agricultura familiar do Sudoeste do Paraná não geravam renda suficiente para se viabilizarem na agricultura. Por outro lado,

---

<sup>36</sup> Na pesquisa de campo na comunidade de Jacutinga, os agricultores relataram que o processo de contato com as empresas agropecuárias foi intensificado na década de 1990. Alguns, mais vinculados ao PVR, atribuíram tal fato à existência do projeto e que a intensificação se deveria a um processo de “contra propaganda”. Se considerarmos esse fato isoladamente, poderíamos inferir que a chamada modernização da agricultura se deu de forma bastante desigual na região.

<sup>37</sup> Dentre os quais atualmente se destacam, no cenário local, Luciana Rafagnin, deputada estadual pelo PT, líder do movimento sindical rural no Sudoeste, vereadora pelo PT por duas vezes em 1992 e 1996. Dentre outros projetos de lei, é autora da lei que veda o plantio, a semeadura, o cultivo, a importação, o transporte e a comercialização de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) no Estado do Paraná. Outro representante é o deputado federal Miguel Assis do Couto, presidente da Assesoar e um dos fundadores da CRESOL. Ambos atuam na defesa da agricultura familiar e têm suas bases na região Sudoeste. Além desses dois exemplos, a região possui diversos vereadores, prefeitos e líderes de associações vinculados às questões da terra.

<sup>38</sup> O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) aponta como característica específica da região Sudoeste, a sua baixa produtividade em relação às outras microrregiões do Estado do Paraná. Em 1999, nove dos dez principais produtos analisados apresentavam produtividades médias inferiores às verificadas para o Estado. Segundo o mesmo instituto, a região vem acompanhando, contudo, os saltos produtivos do Estado do Paraná.

<sup>39</sup> As análises do IPARDES levam em conta a divisão por mesorregião do IBGE.

esses dados podem apontar para uma especialização produtiva na região, voltada, principalmente, para a produção de proteína animal, uma vez que, em 1999, dos dez principais produtos da microrregião, oito estavam ligados ao setor de produção de proteína animal: soja, milho, frango, suínos, bovinos, leite, outras aves e ovos para reprodução<sup>40</sup>. Os outros dois eram: feijão e mandioca. Estes dez produtos responderam por 89% do Valor Bruto da Produção (VBP) regional. No âmbito estadual, o VBP do Sudoeste correspondia a 9,8%.

Em 1991, os produtos mais importantes da pauta agrícola da região eram: milho, soja, feijão, trigo, mandioca, aveia, arroz, fumo, batata-doce e laranja. Esta configuração altera-se parcialmente em 1999, quando se observa um aumento expressivo nas culturas de soja e aveia, de 40% e 56% respectivamente. Nessa linha de análise, o IPARDES aponta que a produção animal é responsável por 58% do VBP, enquanto a produção agrícola extensiva corresponde a 35%. Em 1999, os cinco principais municípios em termos de VBP foram Francisco Beltrão (9,3%), Dois Vizinhos (8,5%), Pato Branco (4,5%), Chopinzinho (4,1%) e Capanema (3,6%). Estes cinco municípios representavam 30,0% da produção da mesorregião. Segundo o IPARDES, esse desempenho foi influenciado pela redução expressiva e contínua de população rural, com taxas negativas anuais de -2,9% no período de 1991-1996, sendo que, na segunda metade da década de 1990 (1996-2000) houve um aumento de meio ponto percentual na saída da população rural, passando para -3,4%. Parte dessa população rural está migrando para as cidades com maior estrutura industrial à procura de emprego nas indústrias, notadamente nas agroindústrias e nas indústrias de confecção, tanto que um dos discursos centrais que mobilizou os agricultores ao PVR era a questão do êxodo rural, sobretudo a saída dos jovens.

#### **2.4.2 – Enfoques agroindustriais no sudoeste paranaense**

No que se refere às agroindústrias, é preciso estabelecer duas vertentes de análise: uma que se vincula às grandes empresas do setor, e outra, que aponta para a diversificação da agricultura familiar regional. A primeira vertente será analisada com bases mais seguras, pois a sua evolução, além de monitorada constantemente pelos institutos de pesquisas, também o é pelos mecanismos de controle governamentais. Por outro lado, na última década, diversas experiências de agroindústrias familiares (coletivas ou não) têm surgido no Sudoeste do

---

<sup>40</sup> A empresa Sadia S/A de Francisco Beltrão tinha, em 2004, 825 integrados, sendo 784 de frangos e 141 de peru. A organização da Sadia divide a sua área de atuação em 16 regiões, com um técnico para cada região. Eram abatidos 8,140 milhões de frangos por mês e aproximadamente 98 milhões por ano, além de 600 mil perus e 65 galinhas caipiras mês (Dados de pesquisa de campo).

Paraná. O elevado grau de informalidade, pulverização territorial, dificuldade gerencial e encerramento precoce dessas experiências dificultam a análise e a mensuração dos resultados. No conjunto dos movimentos populares ligados à agricultura familiar do Sudoeste do Paraná, o tema da agregação de valor e de geração de renda vem ganhado destaque nos últimos anos. O PVR foi um dos precursores deste debate regional, tendo encampado algumas experiências práticas locais e exercido um processo de reflexão sobre elas.

Segundo o IPARDES, em 1990, a indústria de transformação do sudoeste paranaense empregava 8.883 trabalhadores, em 840 estabelecimentos, o que correspondia a 3,3% e 5,5% do total dessa indústria no Estado. Em 1999, essa indústria passou a empregar 14.267 trabalhadores em 775 estabelecimentos, representando 4,3% e 5,2% do total da indústria no Estado. Observa-se que, ao mesmo tempo em que houve um aumento de 60% no número de trabalhadores, o número de estabelecimentos industriais foi reduzido em 8% no mesmo período. A média de trabalhadores por estabelecimento em 1999 era de 18,4 (ou 21% inferior à média geral do Estado do Paraná). No que se refere à geração de empregos, a agroindústria foi importante fonte de absorção de mão-de-obra. Em 1990 havia 168 estabelecimentos que empregavam 2.250 trabalhadores. Em 1999, o número de estabelecimentos diminuiu para 155, mas o setor passou a empregar 4.420 trabalhadores. A média de empregados saltou de 13,4 para 28,5 em apenas nove anos. Além do crescimento expressivo, ocorreram mudanças na estrutura produtiva desse setor.

É necessário destacar que tanto Francisco Beltrão como Dois Vizinhos têm uma unidade de abates da Sadia. O setor de transformação de alimentos, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), empregava, em 2001, 4.257 pessoas, das quais 3.052 (58%) nos municípios de Dois Vizinhos e Francisco Beltrão. O perfil dos agrupamentos é também bastante alterado. Em 1990, os três agrupamentos mais importantes na geração de emprego eram os de aves, reses e preparações de carnes, com 1.413 empregos, e o de leite e derivados, com 222, representando 73% do emprego agroindustrial da região. Em 1999, os principais agrupamentos eram os ligados ao abate de aves e preparação de carnes, com 2.801 empregos, e os de leite e derivados, com 438, perfazendo 78% do emprego agroindustrial da região. Em consonância com esse crescimento, a participação da agroindústria, se compararmos apenas o setor de indústria de transformação do Sudoeste do Paraná, saltou de 44%, em 1990, para 55% em 1999.

O setor industrial da região está bastante integrado ao mercado paranaense. Assim, do total de insumos necessários por parte da agroindústria, 79% das compras em 1999 foram

efetuadas no mercado paranaense, 20% com fornecedores de outros Estados e apenas 1% com o exterior. Outro aspecto dessa integração local é o fato de que o principal destino da produção da agroindústria é o próprio Estado, que absorve 71% do que é produzido; em seguida vem o mercado nacional, com 21%; e o mercado externo, com 8%.

A evolução dos indicadores de crescimento industrial, de redução de área plantada e de empobrecimento dos estabelecimentos da agricultura familiar (EMATER, 2005) aponta para diversos elementos que atuam simultaneamente nos desafios a serem enfrentados pelos agricultores familiares na gestão de suas propriedades. Dentre os quais podem-se destacar: a) a diversificação da base produtiva da região; b) a importância crescente dos segmentos vinculados à proteína animal; c) transformações na base produtiva que criam impactos na forma como se processa a geração de renda; d) a capacidade de investimento e adequação tecnológica necessárias às permanentes demandas do mercado; e) a adesão dos agricultores a sistemas de produção integrada das grandes agroindústrias. Para os atores vinculados a questões da agricultura familiar, como a Assesoar, as transformações em curso se apresentavam como um enorme desafio cujo enfrentamento se dava em várias frentes. Os arranjos produtivos e as alterações econômicas e sociais tendem a conduzir os atores a desafios e problemas à medida que as mudanças e a inserção de novos atores e tecnologias se colocam no cenário econômico e social. A forma ou modelo adotado para enfrentar essa intervenção será moldada pelas características políticas das instituições existentes. Como vimos no item 2.3.5.3, entre os anos de 1980 e 1990, estimulados pela Assesoar, diversas entidades e associações dos agricultores foram criadas para atender a ampliação das frentes de lutas específicas dos agricultores (comercialização, crédito, assistência técnica, cooperativas, política, etc.). Contudo, em meados de 1990 elas ainda não estavam consolidadas, e a Assesoar era a única entidade dos agricultores do Sudoeste do Paraná que reunia condições de propor uma estratégia de desenvolvimento rural alternativa ao modelo adotado pelas políticas governamentais. E é o que ela procurará fazer ao conceber o PVR, contudo como veremos no capítulo 4 o PVR além de uma resposta da Assesoar aos rumos do desenvolvimento era uma tentativa dela se manter na vanguarda dos movimentos sociais regionais.

Para entender como a Assesoar alguns elementos centrais e as fases do PVR, no capítulo seguinte, procuraremos descrever como o Projeto se constituiu, quais foram suas principais ações e os desdobramentos advindos de suas ações.



## **Capítulo 3**

### **Gênese, constituição e crise: as três fases do PVR**

#### **3.1 - Da concepção à criação do Projeto Vida na Roça: aspectos da matriz teórico-metodológicos**

Com início em 1996, o Projeto Vida na Roça foi uma iniciativa da Assesoar, justamente com os moradores de Jacutinga, um distrito rural, distante 35 km da sede do município de Francisco Beltrão<sup>41</sup>. A localidade é composta por quatro linhas<sup>42</sup>: Macaco, Flores, Korbi e Gruta; além de uma pequena vila onde se concentram, além dos serviços públicos e religiosos, um pequeno comércio e um agrupamento de residências.

O PVR nasceu oficialmente com a assinatura de um convênio entre Assesoar, Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco (FACIBEL) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, com o lema: trabalho e tecnologia. Segundo a Assesoar este projeto surgiu como um desejo de moradores dessa comunidade de pensar uma alternativa de desenvolvimento local: “O Projeto Vida na Roça [...] surgiu como resultado de um desejo dos moradores da comunidade, e articulou parceiros<sup>43</sup> para pensar e planejar o desenvolvimento a partir das características político-culturais do sudoeste do Paraná” (ASSESOAR/FACIBEL, 1997b, p. 7). Desse modo, o PVR é apresentado, por eles, como uma necessidade dos agricultores e que, em função desse desejo, articulou parceiros para propor uma política de desenvolvimento para a comunidade.

O projeto foi concebido com o intuito de combater as causas da baixa produtividade agrícola, êxodo de jovens do campo, debater a educação oferecida nas escolas rurais, questionar a lógica de agricultura para o mercado imposta pela revolução verde e o empobrecimento das famílias (vistos no capítulo I).

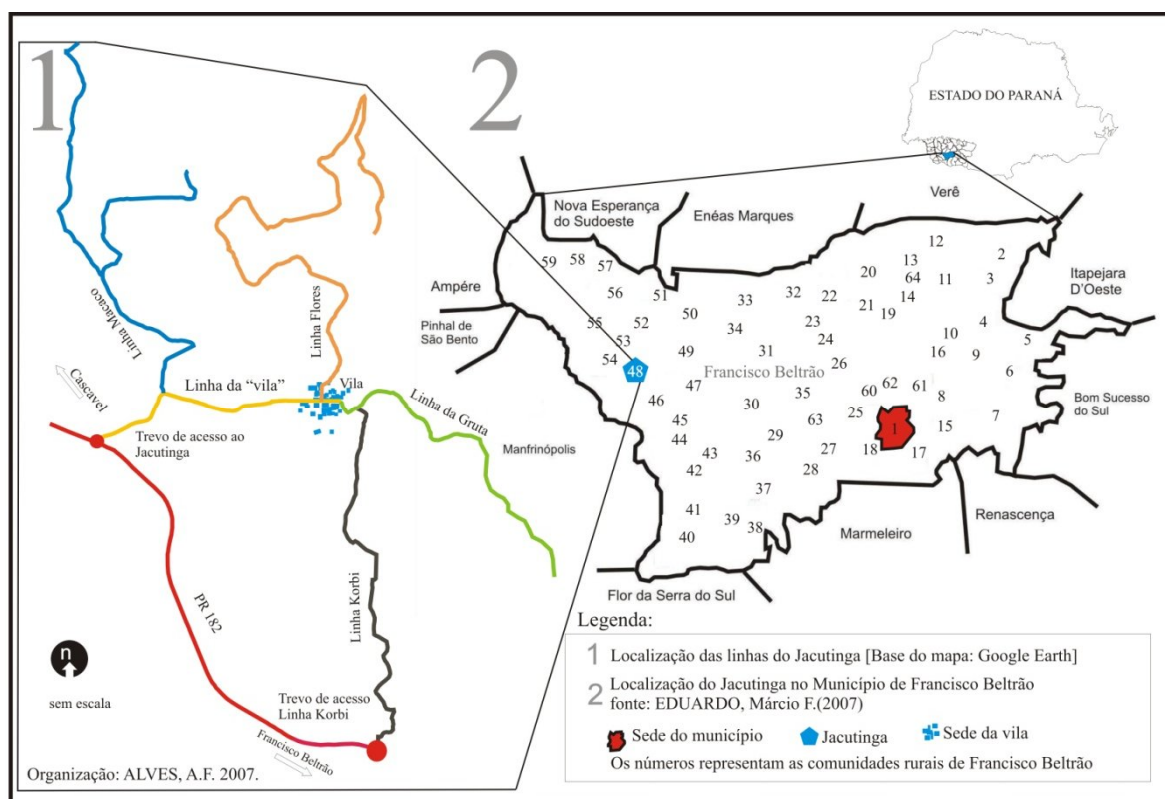
Ele se caracterizava como uma tentativa de construir alternativas que viabilizassem a permanência do agricultor familiar em sua propriedade e a continuidade da agricultura familiar como o traço fundamental da identidade regional.

---

<sup>41</sup> Francisco Beltrão tinha, em 2000, uma população de 67.132, sendo que 12.301 residiam no campo; o Distrito de Jacutinga possui uma população de 1.682, com aproximadamente 1.527 pessoas residindo no campo. Dados preliminares do Censo de 2007 apontam que a cidade tem atualmente 72.201 habitantes. (Fonte IBGE 2000, 2007).

<sup>42</sup> Pequenas estradas rurais onde se localizam as propriedades, é comum encontrar na região linhas onde vários agricultores são da mesma família.

<sup>43</sup> Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (FACIBEL), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR).



**Mapa 4: Localização da comunidade de Jacutinga**

As outras experiências desenvolvidas pela Assesoar e pelos movimentos sociais do sudoeste paranaense, até então, estiveram envolvidas e se articularam apenas dentro de aspectos restritos à propriedade e à produção agrícola. Para tentar romper este ciclo, o PVR constituiu-se com uma agenda mais ambiciosa, que visava tratar as esferas do desenvolvimento “como um todo”. Para isso, o Projeto previa a participação de diversas entidades. No convênio para a constituição do projeto, quando foram estabelecidas as regras de atuação de cada um dos parceiros, esta entidade foi identificada como a ordenadora do PVR (no sentido de dispor os recursos pertinentes para a organização das atividades).

A proposição do PVR deve ser vista como uma intervenção de desenvolvimento, cujos processos se constituem como espaços formadores de uma cadeia (ou fluxo de eventos internos) conectada a estruturas mais amplas nas quais atuam diversos organismos internacionais e nacionais, numa complexa relação de fatores interinstitucionais.

As características centrais do PVR eram: alinhamento político com questões ligadas ao Partido dos Trabalhadores, discurso da sustentabilidade, construção de um poder local, proposição de políticas públicas, questões de gênero, educação e agroecologia. O PVR

incorpora em sua proposta uma série de questões que tentam contrapor o modelo hegemônico de desenvolvimento rural caracterizado, dentre outros aspectos, pela distância dos atores locais do centro das decisões. A dinâmica proposta implicaria mudar o que a Assesoar chama de lógica de submissão, em que um grupo externo dita as políticas e os agricultores, por não conseguirem se pensar, se submetem quase que passivamente. Segundo a entidade, as políticas existentes seriam impostas pelos gabinetes e construídas sob a ótica da “clientela”, marcadas pela descontinuidade e fragmentação (DUARTE, 2002). A proposta visava empoderar e ampliar a compreensão dos agricultores sobre a sua própria realidade, o que era, segundo essa visão, privilégio dos técnicos da prefeitura, EMATER (e outros órgãos do governo) bem como os agentes da Revolução Verde. O PVR visava à tomada de consciência do agricultor, que deveria se colocar como “sujeito” das políticas públicas.

Apesar destes ambiciosos objetivos, inicialmente o Projeto estava circunscrito apenas ao Jacutinga, cuja população era constituída de 133 famílias, na maioria agricultores, mas que contava também com pequenos comerciantes, pequenos industriais (serrarias e marcenarias) e alguns funcionários públicos.

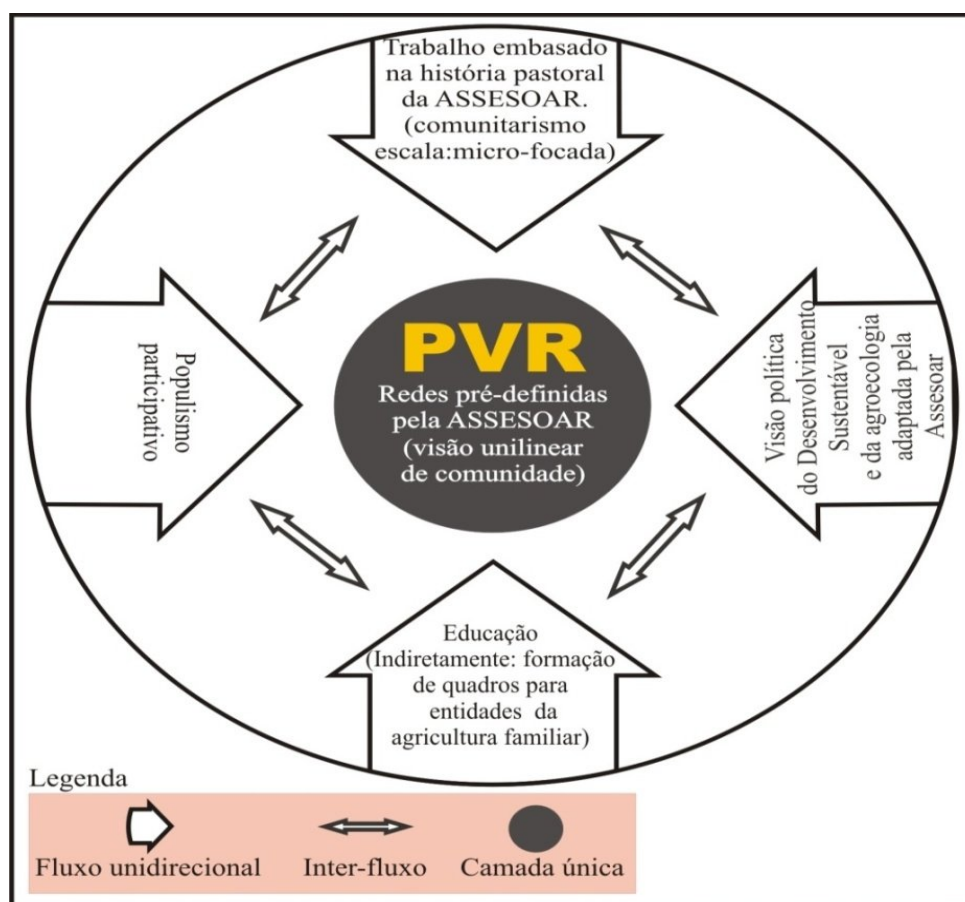
De acordo com nossa análise a proposição do Projeto Vida na Roça é produto de um processo de transformações que vinha ocorrendo no cenário das organizações da agricultura familiar e da economia do sudoeste do Paraná, o que estimulou a Assesoar a se reposicionar frente às transformações em curso. Isto ocorreu em duas frentes básicas: a primeira no âmbito interno da própria Assesoar, com a entrada no corpo técnico de profissionais ligados à educação. Estes técnicos começam a tensionar internamente para que a entidade comece a pensar o desenvolvimento rural de forma mais integrada, ou seja, que abordasse outras questões, além das ligadas à produção agrícola (como educação, qualidade de vida, saúde, gênero etc.). Outro aspecto refere-se ao surgimento de diversas organizações da agricultura familiar (estimuladas e assessoradas pela própria Assesoar) que começam a desempenhar papéis focados na produção, financiamento e comercialização (Cresol, Claf, crapa etc). O surgimento dessas organizações e as mudanças internas da entidade a conduzem para um reposicionamento no cenário local. Desse modo, sua implantação foi produto da proposta de gerar experiências que garantissem o lugar de vanguarda regional dos movimentos sociais.

Um aspecto importante para entender o PVR como uma necessidade da ONG e não como apenas um desejo dos agricultores, refere-se ao modo como a metodologia de intervenção foi pensada. A organização do PVR aproxima-se bastante de um modelo muito comum de desenvolvimento adotado largamente, na década de 1990, por ONGs, agências de

financiamento internacional e órgãos governamentais como forma de combater a erosão dos conhecimentos locais promovidos pela Revolução Verde. Esse modelo de participação foi problematizado por Guivant (1997). A autora discute as diversas questões envolvidas na tentativa de promover o desenvolvimento em comunidades rurais através da recuperação dos conhecimentos tradicionais dos agricultores, sem questionar, ou sem levar em conta as enormes alterações sofridas no mundo rural nos último cinquenta anos, bem como as complexas relações de poder que se estabelecem entre os agricultores em interface com os agentes que se propõem a implementar processos de desenvolvimento. Essas relações nas interfaces produzem diversas articulações entre atores que alteram e transformam os projetos de desenvolvimento inicialmente pensados em processos complexos e dinâmicos que extrapolam o âmbito do desenvolvimento rural.

O esquema adotado no PVR, observado esquematicamente na figura 1, segue, em linhas gerais, o modelo criticado por Guivant (1997) e comumente utilizado por ONGs no mundo todo. No desenho institucional adotado no PVR temos um roteiro apoiado em quatro elementos básicos: 1) a idéia de que existe uma comunidade homogênea (ideal típica) que sugere a existência da permanência de valores comunitários paroquiais onde a igualdade e harmonia serão vividas no projeto; 2) observamos também a inclusão do conceito de desenvolvimento sustentável e da agroecologia dentro de um recorte político dos mesmos. No que se refere ao desenvolvimento sustentável, ele se comporta mais como um metadiscurso diluído em práticas pontuais que visam atender às demandas dos financiadores internacionais do que como um programa de trabalho coerente. O discurso da agroecologia é mais desenvolvido no PVR e está intimamente ligado à bandeira da construção da autonomia do agricultor frente ao mercado capitalista; 3) há também uma preocupação com a educação escolar e questões vinculadas à formação de lideranças para os movimentos sociais e, conseqüentemente, mesmo que indiretamente, para os quadros do PT. As questões ligadas à educação foram uma das mais desenvolvidas no projeto. E, finalmente, consolidando este processo, temos o quarto elemento da metodologia de intervenção: o populismo participativo, que cria o que chamamos de interfluxo de questões, ligando os outros elementos entre si de modo que se sustentem. Este processo é fundamental, porque propicia a impressão de que as decisões são tomadas coletivamente, pois os agricultores podem propor uma agenda de demandas prioritárias a serem trabalhadas pelo PVR, mas ela ocorre dentro de marcos pré-estabelecidos. Além dessas questões, há também a incorporação da agenda das lutas históricas

da agricultura familiar, das quais a Assesoar era um dos principais atores no Sudoeste do Paraná.

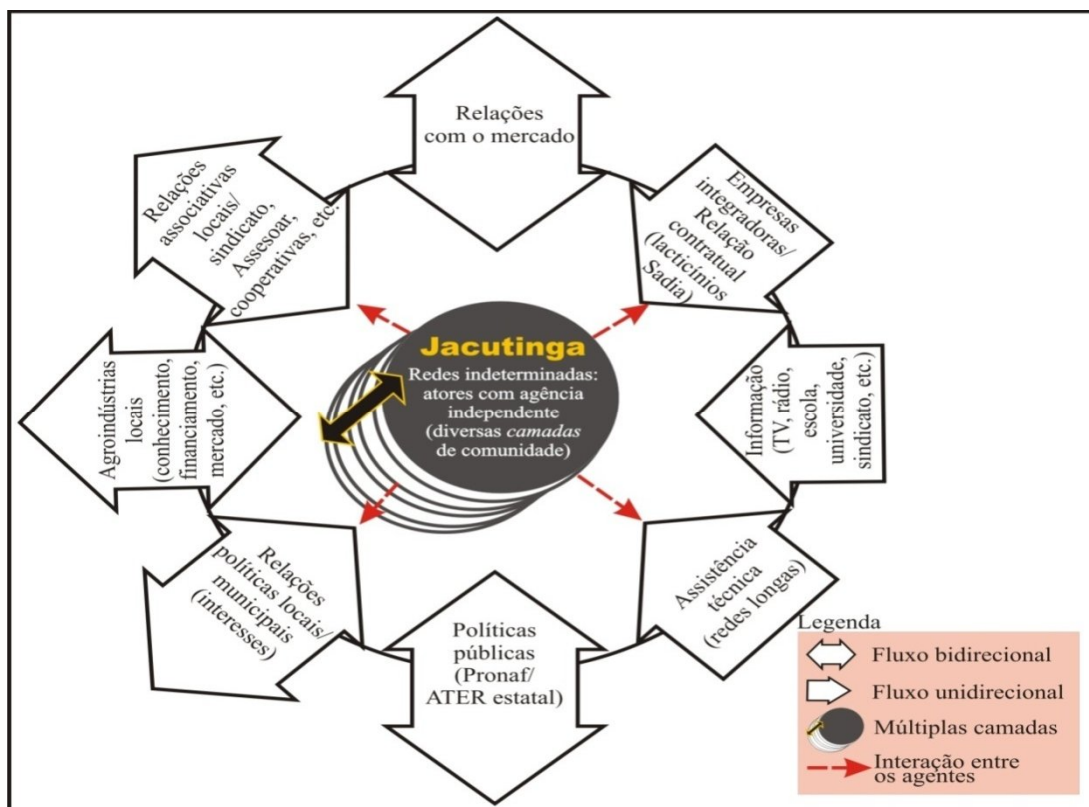


**Figura 1: Esquema de funcionamento do PVR**

Fonte: Pesquisa de campo, 2006. Organização, ALVES, A. F, 2007.

Um dos problemas centrais que desafiam a execução deste tipo de metodologia de trabalho é que, no geral, minimiza-se a importância das redes nas quais os atores já estão envolvidos e inseridos (tais como as redes técnicas, religiosas, políticas, comerciais etc.) e desconsidera também que a comunidade tem uma camada de tempo acumulada de quase 50 anos. O conhecimento que circula entre os agricultores é produto de complexas redes e interações entre conhecimento local e extra-local. Em outras palavras, é um conhecimento híbrido e heterogêneo. Na pesquisa de campo identificamos a existência de diversas redes nas quais os agricultores estão assimetricamente envolvidos, a depender do grau de proximidade e da possibilidade de interação. Essas redes estão esquematicamente demonstradas na figura 2. Nela aparecem, além da Assesoar, outras entidades da agricultura familiar, empresas, políticas públicas, assistência técnica (estatal e privada), relações com o mercado, órgãos governamentais etc. Outro aspecto a destacar é a existência da camada de tempo sedimentada

na convivência entre os agricultores da comunidade. Nela se manifestam, além da identidade comunitária (na qual o PVR se apoiava), as diferenças e as relações de poder entre eles.



**Figura 2: Redes por onde circulam os agricultores de Jacutinga**

Fonte: Pesquisa de campo, 2006. Organização, ALVES, A. F., 2007.

A Assesoar projeta uma visão do coletivo numa tentativa de recriar a comunidade ideal. Parte desta opção é produto da visão religiosa de comunidade, que tende a ser paroquial, ou, em outras palavras, o PVR é pensado como uma intervenção em um espaço *super* focado. Embora a Assesoar manifeste em seus documentos a existência da diversidade, sua metodologia de ação, naquela época, se mostra inadequada para trabalhar com as complexas relações da sociedade contemporânea. Essa falha vai comprometer sua leitura da realidade vivida pelos agricultores que, naquela época já estavam conectados a outras redes, como procuramos mostrar na figura 2. Podemos observar que, ao invés da rede pré-definida, as relações sociais, políticas e técnicas da localidade de Jacutinga são compostas por múltiplos fluxos que se estabelecem dentro e fora do espaço local. Isto implica considerar a existência de uma complexidade maior, que deriva desse processo, de suas relações e interfaces, cujo resultado mais evidente é a constituição de novas interações e redes.

No início do PVR, a participação no projeto era bastante significativa com a adesão da grande maioria dos agricultores. Fotos da assinatura do convênio mostram o auditório da universidade, que tem mais de 600 lugares, praticamente lotado. Além disso, os agricultores da comunidade de Jacutinga transformaram-se em referência para as outras comunidades. Era freqüente sua aparição em matérias dos jornais na região, em programas de rádio nas falas de políticos, etc. Este fato “enchia a comunidade de orgulho”. Em outras comunidades por nós visitadas, entre 2002 e 2004, ficou evidente que os agricultores de Jacutinga gozavam de um invejável respeito frente aos agricultores de outras comunidades.

Será nesse cenário que a Assesoar intervirá, na tentativa de construir uma experiência de desenvolvimento rural sustentável que atenda a seus pressupostos. Para avançar na compreensão de como essa ONG pensava o desenvolvimento, passamos a observar como o PVR foi organizado e, posteriormente, suas três fases de funcionamento.

### **3.2 Como o PVR se organizava**

Desde o início do PVR, a Assesoar tinha como objetivo o que chamava de “geração de referência para políticas públicas” e seria mostrado como um modelo de desenvolvimento ao conjunto dos movimentos sociais vinculados à agricultura familiar, bem como aos órgãos públicos. Ao propor e desenvolver o PVR, os agricultores e parceiros construíram um cenário no qual se propôs um conjunto de reivindicações da comunidade, mas uma rede articulada em torno de uma concepção de desenvolvimento que vinha sendo elaborada pela Assesoar desde o final da década de 1980. A intervenção na comunidade seria subsidiada com os dados oriundo da aplicação de um diagnóstico da situação sócio-econômica dos agricultores de Jacutinga. O propósito desse diagnóstico era a construção de um “plano de ação agropecuário” que, conforme as entidades participantes, deveria ser elaborado “com base em princípios como a participação e a interdisciplinaridade”<sup>44</sup>.

A proposta exigia novas articulações que disputavam espaços com interesses e poderes já estabelecidos. A consolidação do PVR consistia, assim, em cristalizar não apenas um discurso, mas, também, novas articulações dentro da rede de poder já existente (vistos na figura 2), bem como na organização produtiva local, que carregava, potencialmente, a capacidade de romper com as alianças técnicas, comerciais e políticas que os agricultores de Jacutinga mantinham com empresas ligadas ao agronegócio, com grupos políticos e com

---

<sup>44</sup> Projeto Vida na Roça Vol. II pág. 1 (57 páginas).

instituições, como escola, igreja, assistência técnica, prefeitura etc. Isso tinha potencial para gerar resistências dentro e fora do Projeto, tornando a condução e a leitura dos eventos uma tarefa muito complexa. O PVR precisava se mostrar apto a responder aos desafios de promover o desenvolvimento da comunidade, o que implicava o embate com as diversas redes de relações e interesses já estabelecidos.

Embora a proposta do PVR contemplasse uma participação democrática o papel desenvolvido pela Assesoar, através dos seus dirigentes e técnicos, era determinante. Em alguns momentos das reuniões com os parceiros, ficava evidente o protagonismo desta entidade na construção do PVR. Quase todos os processos eram conduzidos pela Assesoar, desde a metodologia adotada até as indicações para a escolha dos parceiros, bem como a definição do perfil ideológico e político desejado para os participantes. Na sequência, passaremos a discutir brevemente os princípios metodológicos adotados no Projeto.

Para alcançar os objetivos propostos para o PVR (na concepção da Assesoar), as ações locais constituem-se numa forma estratégica de pensar e realizar o desenvolvimento. Esse processo é visto como uma forma de garantir efetiva deliberação e participação da população interessada. Para atingir este nível de participação, a entidade acredita que o caminho mais curto era o da valorização da comunidade. A metodologia adotada implicava a realização de reuniões com os agricultores das linhas, e depois, de assembléias mais ampliadas para a definição das demandas apontadas pelos agricultores. Embasado no princípio da participação havia o estabelecimento de uma estreita relação entre a coordenação (composta por agricultores e representantes das entidades parceiras) e as reuniões realizadas com a comunidade. Era dessas reuniões que saíam as demandas e as necessidades dos agricultores.

Essas reuniões obedeciam a um ritual, amparado em métodos de dinâmicas de grupo, orientação técnica, discussões políticas e de formação comunitária. É interessante notar que, embora o PVR não contasse com a participação da igreja entre as entidades participantes, essas atividades se assemelhavam às encontradas nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), da Igreja Católica. Inicialmente eram relatados os avanços e as dificuldades encontradas, depois, a palavra era aberta aos participantes, para que fossem discutidas e planejadas ações para dar continuidade aos trabalhos em andamento e para o estabelecimento de novas demandas. Estas demandas eram, então, reunidas e organizadas (sistematizadas pelos técnicos da Assesoar) para que fossem escolhidas em assembléia geral. As prioridades a serem atendidas pelos parceiros e/ou desenvolvida pelos agricultores eram aprovadas nessas reuniões. O processo de averiguação do desenvolvimento das atividades eleitas como



prioritárias era realizado pela coordenação geral e pelas reuniões da comunidade em um fluxo contínuo. Na pesquisa de campo identificamos que o Projeto Vida na Roça passou por três fases, que passaremos a analisar a seguir.

### **3.3 As fases do PVR**

#### **3.3.1 Fase I: 1996-1999 – da constituição à expansão**

A fase I se inicia em 1996 e se estende até 1999. Nela há uma intensa agenda de atividades que se concentram apenas na comunidade de Jacutinga e tem como eixo central as atividades ligadas à concepção, implantação e desenvolvimento. Essas atividades, por sua vez, foram divididas nas seguintes etapas: a) planejamento; b) interessamento; c) ajustes na construção da base de diálogo (processo de concepção e da tradução do que a Assesoar entendia sobre agricultura familiar, educação, desenvolvimento etc.); d) entrada de atores externos à rede; finalmente; e) a consolidação do PVR na comunidade.

Para a efetivação do PVR fazia-se necessário a mobilização de um conjunto de forças e interesses divergentes. O PVR surge em um formato poligonal: de um lado, os agricultores com suas expectativas; de outro, a Assesoar, alinhada com a Universidade local; num terceiro ponto, o aparato burocrático institucional da prefeitura (com sua dinâmica e interesses); numa quarta ponta, o Sindicato Rural (articulado politicamente com o PT) e, finalmente, a EMATER, com um conhecimento técnico sedimentado historicamente na concepção extensionista e difusionista. Nesse cenário de interesses, havia a necessidade de articulações que envolviam entidades, pessoas, modos de fazer sedimentados, legislações, conhecimentos, dentre outros fatores, e a Assesoar detinha, não apenas uma leitura própria da agricultura familiar (que veremos com detalhes no capítulo IV), mas a credibilidade para propor e organizar a rede.

A primeira etapa do PVR exigiu da Assesoar um longo caminho, que se inicia com o processo de interessamento dos agricultores da comunidade de Jacutinga, no qual foram realizados ajustes na construção da base de diálogo. Para isso, ela efetuou um processo de tradução do que entendia por agricultura familiar para os agricultores e, posteriormente, para os outros atores do projeto. Também nesta etapa são aplicadas algumas interpretações e traduções dos atores e do mundo rural, centrais para a ONG.

**Quadro 5: Atividades desenvolvidas na fase 1 do PVR (1996-1999)**

<b>Atividades fase 1</b>	
<b>1996</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Reuniões com a comunidade, visando à implantação do projeto (ainda sem nome).</li> <li>2) Pesquisa para o diagnóstico da realidade local.</li> <li>3) Assinatura do convênio de criação do PVR (Assesoar FACIBEL).</li> <li>4) Festa de lançamento do Projeto Vida na Roça.</li> <li>5) Teatro sobre o Êxodo Rural.</li> <li>6) Aprovação do plano para 1997 (agropecuário e outras áreas).</li> <li>7) Proteção de fontes.</li> <li>8) Lançamento do volume I do Projeto Vida na Roça intitulado: da concepção ao plano de ação agropecuário.</li> </ol>
<b>1997</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Realização de diversas reuniões nas 4 <i>linhas</i> da comunidade, mostrando o histórico do projeto e envolvendo os agricultores em atividades vinculadas à produção.</li> <li>2) Proteção de fontes.</li> <li>3) Plantio de experimentos em pequenas áreas nas propriedades com objetivo de interessamento.</li> <li>4) Visitas técnicas nas propriedades com participação do IAPAR.</li> <li>5) Trabalho na correção dos solos.</li> <li>6) Início de discussões sobre a produção de leite.</li> <li>7) Início das discussões sobre capacitação dos agricultores.</li> <li>8) Lançamento da segunda edição do Volume I do PVR e do Volume II.</li> <li>9) Início das discussões sobre educação.</li> </ol>
<b>1998</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Reuniões de planejamento com os agricultores.</li> <li>2) Trabalho na formação de professores da escola Prof. Parigot de Souza, dentro da linha pedagógica de Paulo Freire, com a organização dos temas geradores, atividades e conteúdos. Organização dos conteúdos por série.</li> <li>3) Tabulação de dados colhidos junto aos moradores da vila.</li> <li>4) Início das negociações com a Prefeitura (Agricultura e educação).</li> <li>5) Plantio das mudas de mata nativa no riacho Jacutinga (alunos/ prof 7<sup>a</sup>. e 8<sup>a</sup>).</li> <li>6) Instalação de duas unidades de processamento de leite para queijo inspecionado.</li> <li>7) Construção de uma estufa na escola (recurso pedagógico para os temas geradores; com recursos da Associação de Pais e Mestres).</li> <li>8) Estudo sobre currículo por atividades e interdisciplinaridade.</li> <li>9) Avaliação do trabalho realizado com os alunos nas aulas.</li> <li>10) Acompanhamento nas lavouras que desenvolvem plantio direto (milho e feijão).</li> <li>11) Reorganização e redação das atividades realizado pelo PVR para o volume III.</li> <li>12) Discussão de organização da vila (saneamento e visual).</li> <li>13) Apresentação do PVR na Conferência Nacional por uma Educação do Campo (promovido pela CNBB, UNICEF, UNB e MST).</li> <li>14) Encontro geral das lideranças da comunidade.</li> <li>15) Realização de uma assembléia/festa da comunidade para comemorar os dois anos do Projeto Vida na Roça e aprovar o plano na área de saúde e saneamento.</li> </ol>
<b>1999</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Início da ampliação do PVR para outras comunidades.</li> <li>2) Visita à cooperativa Colméia</li> <li>3) Ampliação do trabalho pedagógico na escola da comunidade de Jacutinga.</li> <li>4) Planejamento para a Feira agroecológica.</li> <li>5) Transição da FACIBEL para UNIOESTE.</li> <li>6) Ampliação das atividades culturais com os jovens da comunidade (iniciada em 1997 com teatro, música e dança).</li> <li>7) Realização de um seminário para tratar do tema do desenvolvimento rural sustentável.</li> <li>8) Discussão de um crédito Educativo para jovens agricultores e professores do campo de Francisco Beltrão.</li> </ol>

Fonte: dados pesquisa de campo, 2006.

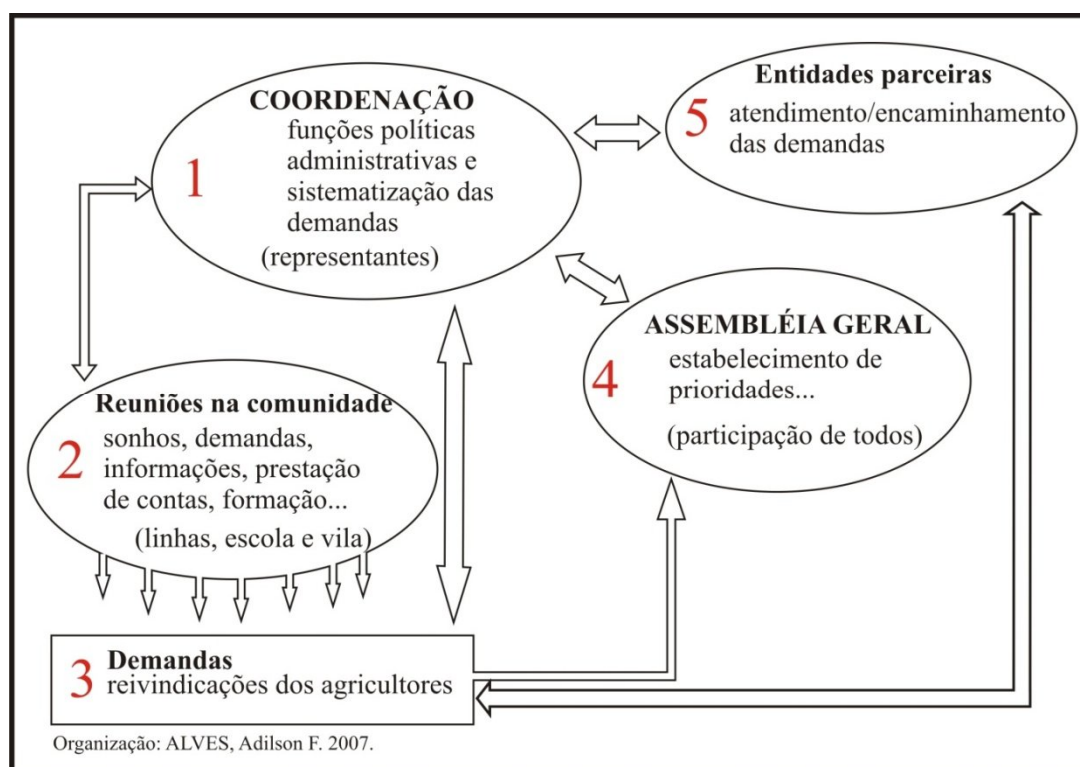
O traço mais evidente desse processo é que os agricultores aparecem *diluídos* no conceito de comunidade, como demonstrado no texto abaixo, em que é possível constatar que quem fala é a *comunidade*, ao invés, dos agricultores singulares:

[...] a fala da comunidade relatou a forma como foi construído o Projeto Vida na Roça, ressaltando o processo participativo em curso, que realmente faz diferença em relação a outras propostas de desenvolvimento que já se tentou levar adiante. Expressou, por fim, a esperança de que as entidades presentes, que valorizaram a iniciativa venham a ter um compromisso efetivo não só com o Projeto Vida na Roça, mas com outros que venham melhorar a qualidade de vida, a autoestima e a vontade de permanecer na

agricultura por parte das novas gerações, sendo aí fundamental repensar os espaços formais de ensino para a área rural (ASSESOAR/FACIBEL, 1997b p. 24, sublinhados nossos).

A noção de comunidade é um derivativo do qual se forma um coletivo construído e idealizado, no qual os múltiplos sujeitos desaparecem, e, em seu lugar, surge apenas um único *ser* traduzido, interpretado e homogeneizado. Na esteira desta forma de conceber as relações na localidade, o seguinte esquema foi proposto e começou a funcionar na primeira fase do Projeto:

Basicamente ele é composto de cinco elementos: o primeiro, a coordenação; o segundo, as reuniões nas linhas e na comunidade, de que saem as demandas; num terceiro momento estas demandas são sistematizadas e seguem para a assembléia geral, no qual são organizadas por prioridade e, posteriormente encaminhadas para as entidades parceiras para que sejam atendidas. O processo de reunião, demandas e assembléia gerava um fluxo contínuo em que sempre havia a convivência de demandas com atividades em desenvolvimento.



**Figura 3: Esquema de funcionamento do PVR na fase I**

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Se observarmos o quadro 5 observamos que, em 1996, as atividades do projeto estiveram ligadas à sua implantação, ao levantamento das necessidades da localidade e a atividades pontuais. Em 1997, há uma agenda mais atuante na área da produção (sobretudo a questão do leite), proteção de fontes e visitas técnicas às propriedades. No tocante à produção

agropecuária, seguiram-se, no PVR, após a aprovação do plano de ação para a produção, atividades ligadas ao estudo dos solos, coleta, análise e interpretação de laudos técnicos onde. Proprietário participava diretamente das discussões e das articulações para buscar apoio para a correção do solo, melhoria das pastagens, técnicas de plantio direto, dentre outras ações. Articulada à questão da produção estava o mercado consumidor. Sobre esta questão, apenas no segundo semestre de 1997, foram iniciadas algumas discussões que, no geral, visavam entender e educar os consumidores da cidade sobre as necessidades dos agricultores. Embora naquele momento estes temas fossem abordados de forma embrionária, eles apontam para a visão de autonomia dos agricultores familiares frente ao mercado capitalista. No que se refere ao meio ambiente, aconteceram algumas atividades ligadas ao saneamento, sobretudo com o levantamento das condições das fontes de água potável e, posteriormente, iniciou-se, com a assessoria da FACIBEL, a proteção das mesmas. Houve também ações para a recuperação e preservação do meio ambiente, como um projeto de educação ambiental na escola local, envolvendo alunos da pré-escola até a 8ª séries, com plantio de árvores para a recuperação das matas ciliares, a retirada do lixo depositado no rio etc. Este, segundo a Assesoar, foi o ponto de partida para a discussão sobre a questão da agroecologia no PVR.

A partir de 1998, observamos que a escola passa a ter cada vez mais um espaço privilegiado nas ações do PVR. As outras ações ligadas à produção ou à ecologia vão perdendo sua centralidade e, quando se realizam, são pensadas a partir do processo educativo. Este foi o início das discussões sobre as mudanças que a entidade julgava necessárias para a comunidade. Tais mudanças transitavam, necessariamente, por ações na formação dos professores e na reestruturação da grade curricular. Essa reestruturação deveria ser feita a partir do método Paulo Freire, com a proposição de temas geradores que ligassem a escola à vida em comunidade que por sua vez, era concebida como estreitamente ligada à agricultura. Assim os temas geradores deveriam focar os problemas oriundos dessa vinculação. Desse modo, parte das discussões passam a girar em torno do Projeto Político-Pedagógico para a escola da comunidade, que palco de vários confrontos de idéias e de concepções pedagógicas antagônicas.

Também em 1998, são aprofundadas as discussões referentes à adesão oficial da prefeitura ao projeto. Neste ano também são desenvolvidas diversas atividades ligadas ao processo produtivo, o que se deve à necessidade de comparar a produção obtida nos espaços onde foram aplicadas técnicas de correção de solo e de pastagem. No ano anterior, alguns agricultores destinaram uma pequena parte da sua área para fazer experimentos, e era

necessário trocar experiências entre eles para comparar o desempenho de tais áreas com o restante da propriedade. Neste ano começaram a aparecer diferenças na produção de leite, o que animou diversos produtores. Nesse processo de comparação, a Assesoar pretendia aplicar alguns princípios de produção agropecuária que visavam à recuperação e preservação de solos como formação dos agricultores nas áreas de alelopatia<sup>45</sup>, plantio direto, planejamento e gestão, cadeias produtivas e formas de organização para o mercado, processamento artesanal e micro-agroindustrial dos produtos da agricultura familiar.

O ano de 1999 marca o fim da primeira fase. Neste ano se inicia a ampliação do PVR para outras comunidades. A Assesoar acreditava nesse momento que as atividades levadas a cabo no PVR já haviam amadurecido o suficiente, e que o projeto estava pronto para ser implantado também com sucesso em outras localidades. A capacidade de gerar referências e de promover o desenvolvimento local, bem como os pressupostos do PVR, elevará a exigência da organização, assim como os conflitos. Veremos, no tópico a seguir, que a ampliação do PVR para outras comunidades iniciará uma fase nova no projeto, na qual os pressupostos metodológicos e organizativos, e a replicabilidade do PVR serão testados pela sua expansão a outras comunidades do município de Francisco Beltrão.

### **3.3.2 - Fase II – 2000-2004: da expansão à crise**

Com a expansão para novas localidades de Francisco Beltrão e para o Município de Dois Vizinhos, em 2003, o PVR entra em uma nova fase. A Assesoar descreve o Projeto não mais como uma dinâmica de desenvolvimento focado em apenas uma comunidade, mas abrangendo o município. Ampliar sua atuação para espaços de intervenção municipal significava, naquele momento, um enorme desafio. Nessa fase, a Assesoar entende que o Projeto é uma dinâmica de desenvolvimento municipal que incorpora os seguintes elementos:

O Projeto Vida na Roça é uma dinâmica de desenvolvimento local/municipal da população do campo, iniciado em Francisco Beltrão, PR, com ações nas áreas da produção, da saúde e saneamento, da educação e do lúdico. A ecologia é um princípio da ação, mais do que uma atividade. Ultimamente tem desenvolvido, também, a dimensão das relações interpessoais (Texto de apresentação redigido pela Assesoar para concorrer ao prêmio super ecologia 2003, p. 1).

Ainda nesse documento, a entidade explicita como entende a missão e os objetivos do

---

<sup>45</sup> O termo alelopatia foi criado em 1937 pelo pesquisador alemão Hans Molisch com a união das palavras gregas alléton (mútuo) e pathos (prejuízo). Este fenômeno já era relatado desde a antiguidade e tem se tornado objeto de estudos de diversos pesquisadores ao longo dos séculos. (fonte: Wikipédia: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Alelopatia>).

PVR. É possível perceber a ampliação dos objetivos, com o foco recaindo sobre a questão das políticas públicas, cujo conceito a Assesoar pretende se lançar à tarefa de recriar, a partir do PVR:

**missão:** desenvolvimento integral das pessoas nos seus aspectos econômico, social, político, cultural, educacional e humano, baseado em projetos localizados e estruturados a partir da organização local, da discussão dos problemas comunitários e na solução dos mesmos, fundamentados na cooperação e promoção de qualidade de vida e na perspectiva das políticas públicas. **Objetivos específicos:** Articular na mesma prática de desenvolvimento o conjunto de instituições públicas e privadas na melhoria da qualidade de vida da população do campo. Fortalecer a concepção na qual o desenvolvimento se faz pela relação de cooperação e autonomia entre governo e a sociedade civil, recriando assim o conceito de política pública. Promover a autonomia da população a partir da superação da lógica da fragmentação, da descontinuidade e do clientelismo nas ações de desenvolvimento. Desenvolver ações a curto, médio e a longo prazo através de projetos que contemplem o conjunto de necessidades do desenvolvimento humano (prêmio super ecologia 2003, p. 1, sublinhado nosso).

#### Quadro 6: Fase II (2000 – 2004) expansão do PVR

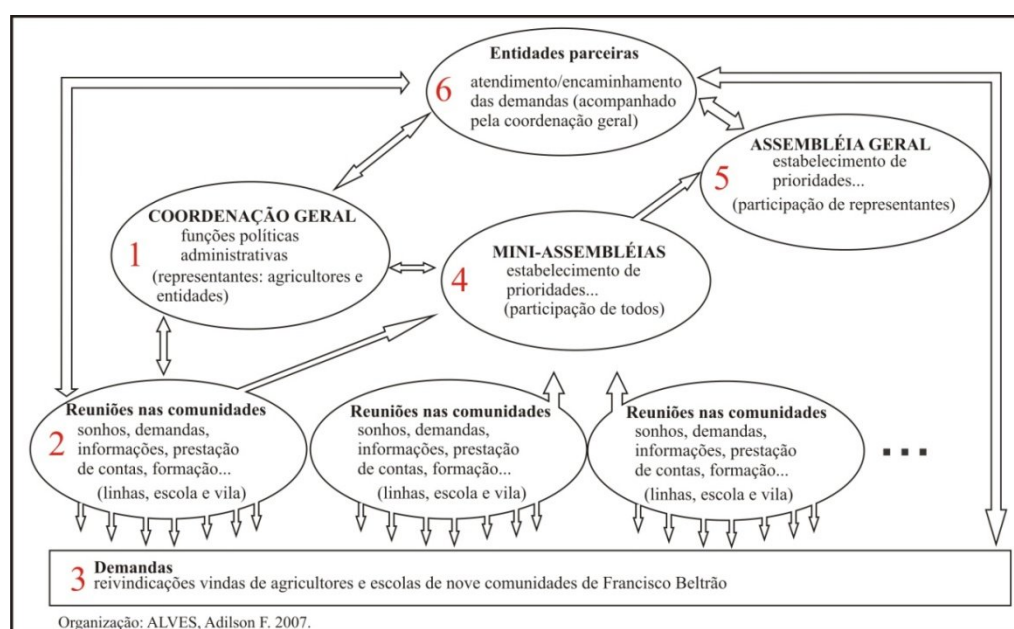
Atividades fase 2	
2000	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Assembléia para implantação do PVR no Assentamento Missões.</li> <li>2) Início dos trabalhos no Missões.</li> <li>3) PVR recebe assessoria da Cooperativa Colméia.</li> <li>4) Assinatura do convênio com a UNIOESTE.</li> <li>5) Semana pedagógica - professores do campo.</li> </ol>
2001	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Visita de Lula na comunidade de Jacutinga para conhecer o PVR.</li> <li>2) Criação feira agroecológica no bairro da CANGO.</li> <li>3) Mudança na administração municipal.</li> <li>4) Encontros para tratar da relação consumidor /produtor (educação dos consumidores).</li> <li>5) Debate sobre a concepção de mercado, as estratégias de negociação.</li> <li>6) Seminário sobre Saúde e Alimentos Ecológicos.</li> <li>7) Discussões relativas ao método de trabalho.</li> </ol>
2002	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Fórum sobre agricultura familiar e desenvolvimento sustentável.</li> <li>2) Atividades grupo de teatro.</li> <li>3) Assessoria às agroindústrias.</li> <li>4) Ampliação do PVR para outras comunidades (KM 20, Rio Guarapuava, Água Vermelha, São Brás , Santo Isidoro, Jacaré, Rio Tuna e para a cidade de Dois Vizinhos). Com essa ampliação uma extensa e complexa agenda de atividades e reivindicações se constituiu.</li> <li>5) Lançamento do volume III do PVR em parceria com a Unioeste.</li> </ol>
2003	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Formação de professores parceria com Unioeste.</li> <li>2) Atividades organizativas do leite com a CLAF.</li> <li>3) Publicação do terceiro volume sobre o PVR pela Unioeste e Assesoar.</li> <li>4) Participação no Encontro Estadual sobre desenvolvimento rural sustentável.</li> </ol>
2004	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Atividades ligadas à educação.</li> <li>2) Atividades ligadas a produção leiteira.</li> <li>3) Encontro municipal do PVR.</li> <li>4) Curso de formação de lideranças.</li> <li>5) Curso de relações interpessoais.</li> </ol>

Fonte pesquisa de campo, 2006.

Em outro texto, intitulado “Bases para o planejamento 2000: texto de referência para uso institucional da Assesoar” (ASSESOAR, 2000), a entidade alinhava e antevê algumas dificuldades que se desenham para o PVR com o processo de expansão. Dentre os desafios, estava a necessidade de retomar as demandas desenvolvidas desde 1999 na comunidade de Jacutinga, tais como: mercado (feira), agricultura orgânica (condições efetivas e potenciais), reflorestamento/madeireiras, dinâmica de integração dos moradores, questão das

agroindústrias, escola/educação (com foco na formação dos professores, na reorganização pedagógica) e discussão com as famílias. Além disso deve cuidar do que eles chamam de *Iniciativas coletivas*, quais sejam: panificação, costureiras, agroindústrias, fábrica de vassouras. Diante das demandas apresentadas no documento de planejamento interno à ASSESSOAR, a idéia de que o PVR já havia mostrado sua viabilidade e sua identidade se mostra bastante frágil. Do mesmo modo, mostram-se frágeis também as parcerias firmadas com a prefeitura e com a UNIOESTE.

Como podemos observar na figura 4, o fluxograma de funcionamento e trâmites das demandas do PVR tornou se bastante mais complexo, quando comparado com o da fase I. Com essa complexificação, a possibilidade de conflitos aumenta significativamente.



**Figura 4: Esquema de funcionamento do PVR nas fases II e III**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006.

Com a entrada de novas comunidades no PVR houve uma significativa multiplicação das demandas dos agricultores por serviços e assessoria, contudo as estruturas organizacionais dos parceiros não estavam preparadas para atendê-las. Para que a expansão pudesse funcionar, seria necessária a ampliação da capacidade das entidades de atender e gerenciar as demandas, ou reduzi-las a um mínimo administrável, caso a estrutura de atendimento não se ampliasse. Apenas a UNIOESTE consegue ampliar sua capacidade de atendimento, com a entrada, em 2002, de novos docentes no Projeto, contudo estes docentes, na sua maioria, não possuíam experiências anteriores em projetos de desenvolvimento e também não foram treinados para atender as demandas do PVR. No que se refere ao impacto na organização e sistematização

dos trabalhos observamos que na nova fase é criada uma coordenação municipal e a realização de assembléias gerais encarregadas de sistematizar as demandas.

Em maio de 1999, quando estudavam a possibilidade de expandir o PVR, as entidades parceiras organizaram uma reunião em que foram discutidas questões para entender como o avanço das demandas impactaria nas suas estruturas. Nesse encontro, manifestaram sua preocupação com a ampliação do projeto para outras comunidades sem a garantia da estrutura necessária para absorver o aumento das demandas. Em termos de encaminhamento prático, essa reunião produziu um documento em que os representantes das entidades manifestaram a preocupação com o tempo dispensado para a execução das tarefas e apontaram para a necessidade de mudança na forma de trabalhar, bem como na função das lideranças locais que participavam do Projeto:

[...] um último ponto colocado, a ampliação do PVR. Estamos (entidades) percebendo um limite de tempo para dar o acompanhamento do mesmo jeito de Jacutinga. Neste sentido um plano de formação que atravesse todo este trabalho, organizado que pudesse dar conta do conjunto de necessidades dos projetos, como uma escola. Envolvendo num mesmo lugar as pessoas dos diferentes projetos, poderemos atender as demandas. Um plano de formação nos colocaria (entidades) num lugar de assessoria, onde as pessoas no local - coordenação, passariam a cumprir as atividades básicas (ASSESOAR, 1999b, p. 8, sublinhados nossos).

Apesar das preocupações manifesta pelos parceiros e por setores da própria ONG, no final de 2000, a Assesoar acredita que a metodologia construída para o projeto e o coletivo (entidades, agricultores e lideranças) que organiza as ações seja suficiente para resolver as contradições que começam a aparecer com a expansão do Projeto. Contudo, na leitura da ONG, havia problemas no PVR, não na sua concepção ou na sua metodologia, mas na *capacidade e vontade* dos parceiros de atender às demandas legítimas dos agricultores. Sobretudo da prefeitura que, naquela época, era vista pela Assesoar como o principal desafio para a condução do Projeto (a prefeitura era um ator essencial para o PVR, pois não é possível construir política pública municipal sem sua participação).

Nessa fase, uma das atividades com maior destaque foi a visita de Lula, em 2001, na comunidade de Jacutinga, para conhecer o Projeto Vida na Roça. Lula, na época presidenciável, foi recebido com um café colonial organizado pelas mulheres do PVR. Apesar da crise vivida, o Projeto foi apresentado pela Assesoar como um modelo de referência de política pública e de desenvolvimento para o Estado. Nesta fase, o PRONAF está



popularizado entre os agricultores, mas não há, obviamente, nenhuma referência a ele como política de desenvolvimento rural. Nessa visita, Lula faz críticas à política do governo de Fernando Henrique Cardoso e promete apoio a iniciativas similares ao PVR. A visita serviu para fortalecer as lideranças do Projeto.

No que se refere às assessorias, em 2002, um grupo de trabalho produziu um documento que procura responder uma questão básica: o que é ser assessoria na perspectiva do PVR? O desafio era dar conta das diversas dimensões do PVR, sem apontar soluções *prontas*:

Ser assessoria é ter capacidade de propor reflexões para que as comunidades consigam compreender e encaminhar suas questões. Para isso é preciso compreender a dinâmica interna, às vezes presente apenas nas “entrelinhas” para poder ajudar. Observou-se para o risco de interferir e não reproduzir a dependência, ou de achar que não tem que interferir e cair no espontaneísmo, como se o PVR não tivesse um rumo e uma concepção que se enfrenta com outras nas próprias comunidades: assim, é uma questão de método. É impossível não direcionar! A questão é de acordo com o que? A assessoria precisa fazer-se aceita, estabelecer relação de confiança. Para dar conta desta responsabilidade, é necessário um espaço próprio de discussão para afinar a concepção de assessoria, aprofundar a compreensão da realidade e das possibilidades do trabalho, a partir da concepção do PVR. Outro aspecto a estar atento é para o risco de estreitar as orientações só na área específica de conhecimento de cada assessoria, o que dificultaria os encaminhamentos do conjunto de dimensões assumidas na proposta de desenvolvimento e enfraquece a perspectiva das políticas públicas. Por exemplo: o professor precisa olhar além da escola, o agrônomo além da produção, etc. (ASSESOAR, 2002, p. 1. sublinhado nossos).

Nesse trecho aparecem preocupações com a condução dos problemas enfrentados pelo PVR bem como a questão de método. O texto comenta também as dificuldades e as crises enfrentadas pelas novas comunidades que aderiram ao projeto, sobretudo no que se refere à descrença dos agricultores frente ao PVR. Esta preocupação lança uma sombra de dúvida sobre a capacidade de replicar o método proposto pela Assesoar bem como o projeto, em outras localidades. Há, no entanto, uma visão focada na capacidade das assessorias e das lideranças de condução do projeto.

O desafio é levar a comunidade a amadurecer na capacidade e na autonomia, contribuindo para tornar as reflexões em ações concretas. Nas comunidades que estão iniciando agora, que de uma forma geral movem-se por uma atitude de descrença, o trabalho tende a sustentar-se inicialmente numas poucas lideranças, mas não conseguem avançar se não pensarem em formas de fazer aumentar o número de pessoas que crescem no assumir e na clareza. Há a tarefa de ajudar na reflexão diante das crises que a comunidade possa sentir de tempos em tempos: assumir o potencial pedagógico da crise (ASSESOAR, 2002, p. 1. Sublinhados nossos).

Apesar da crise evidenciada pela reflexão evidenciada pela própria Assesoar sobre a capacidade das parcerias de oferecerem assessoria, e da dificuldade de reproduzir as experiências desenvolvidas na comunidade de Jacutinga, o projeto continua sendo implementado do modo como havia sido originalmente pensado. E, em maio de 2003, a Assesoar leva as experiências para o Encontro Estadual sobre Desenvolvimento Rural Sustentável, realizado na Praia de Leste no Paraná. O objetivo era mostrar o PVR como um modelo viável de desenvolvimento rural, como uma referência para as políticas públicas do campo. Na arena do projeto, entretanto, o cenário era outro, diversos problemas entre os agricultores começam a surgir e muitos são identificados e classificados como sendo de cunho de relacionamento pessoal. A saída adotada foi a realização de um curso denominado “Dimensão das Relações Interpessoais em Jacutinga”, ministrado em 30 de maio de 2004. A atividade, além de revelar uma série de problemas enfrentados pelo PVR, como a saída dos agricultores, mostra que essa questão era compreendida como uma estratégia individualista deles e precisava ser combatida. Então, para este desafio, foi convidado um parapsicólogo que deveria tratar os problemas de relacionamento que estavam ocorrendo no âmbito do PVR. A notícia desse curso foi divulgada no relatório de 2004, e dela destacamos alguns trechos:

Em 03 de maio deste ano, foi realizado um seminário sobre relações inter pessoais [...] Mais uma vez, através da fala do Parapsicólogo Zanella, (sic) retomamos a discussão das relações na comunidade de Jacutinga. [...] Vivemos em um mundo competitivo, logo este espírito de competição está presente em nós. Ele fica evidente na ganância, no lucro, nas disputas, onde um precisa vencer os outros, logo as pessoas não podem se relacionar muito bem. Neste mundo o valor das pessoas é medido pela riqueza que possuem. O ideal é não olhar o outro como inimigo, mas como pessoa amiga. As festas teriam que ser naturais, com suco servido comunitariamente, com preços que cubram as despesas. [...] Como se constroem estes valores? A família deve se caracterizar pela confiança, respeito mútuo, diálogo, igualdade nas relações, nos direitos e nos respectivos deveres. A pessoa que tem amor é aquela que tem tempo para a pessoa amada (ASSESOAR, UNIOESTE, 2004, p. 3)

Longe de fazer um julgamento das motivações, intenções ou mesmo da eficácia de tal curso, sua adoção, como solução (ou parte da solução) para as questões da crise de relacionamento do PVR, demonstra uma leitura bastante simples e parcial das possibilidades abertas aos agricultores (com o Pronaf, por exemplo) e das disputas em jogo no Projeto. A coordenação, nessa época, acreditava que as bases que sustentavam o PVR foram corroídas pelos ácidos do cotidiano. Estes ácidos, por sua vez, fizeram também por desgastar a noção de comunidade e possibilitaram que se revelassem os interesses mesquinhos do capitalismo no lugar da “comunidade ideal”. Não há a percepção, naquele momento, de que os agricultores

estavam buscando fora do Projeto as alternativas de geração de renda que mostravam as latências e as singularidades existentes na localidade e, desta forma, a exposição dos conflitos poderia significar que a noção de comunidade e solidariedade já não era forte o suficiente para agregar os agricultores no Projeto. A partir desse ano, o Projeto entra em nova e derradeira fase, cuja tônica será o acirramento dos conflitos (entre a Assesoar e os parceiros) e o esvaziamento completo da rede, com a saída paulatina dos agricultores. Desse modo, o final da segunda fase não apenas antecipa o cenário de crise da terceira fase do PVR, mas lhe dá a tônica central, o esvaziamento completo que culminará com o encerramento do PVR em 2007.

### 3.3.3 - Terceira fase (2005– 2006) – Esvaziamento

Nessa fase, no que se refere às atividades, o Projeto é tomado por uma quase completa paralisia e pela ampliação dos conflitos entre a Assesoar e os atores históricos do PVR, sobretudo com a prefeitura e a UNIOESTE. Esse processo de paralisia e conflitos leva ao encerramento definitivo de suas atividades. No quadro 7, temos um panorama das principais atividades desenvolvidas entre 2005 e 2007:

#### Quadro 7: Fase III (2005 – 2006) crise e esvaziamento

Atividades fase 3	
2005	1) Encontro de agroecologia na comunidade de Jacutinga. 2) Diversas reuniões com entidades parceiras (Unioeste, Assesoar, prefeitura, Emater etc.) para discutir a crise do PVR. 3) Reuniões com os agricultores participantes de agroindústrias para avaliação das atividades e redação de um livro com as experiências. 4) Rompimento da Assesoar do programa de formação de educadores do campo.
2006	1) Reuniões de avaliação do PVR. 2) Lançamento do livro: Agroindústria associativa/familiar: o mito da viabilidade. É hora do “pé no chão”. (apenas agricultores e Assesoar sem a participação dos parceiros). 2) Não há relatos de outras atividades como PVR em 2006 (apenas documentos de avaliação e de discussões internas sobre a crise do projeto).
2007	Arquivamento do PVR na Pró-reitoria de extensão da UNIOESTE.

Fonte: pesquisa de campo, 2007.

Como podemos observar, nas atividades desta fase, não vemos nenhuma atividade ligada à produção. Temos apenas algumas publicações e diversas reuniões de avaliação do Projeto e o seu esvaziamento.

Para concluir este capítulo, gostaríamos de salientar que os três capítulos iniciais da tese procuraram mostrar, em linhas gerais, construir as bases teóricas para analisar o PVR e o cenário histórico que propiciou o surgimento dos atores e finalmente o processo em si. Os

próximos dois capítulos têm como objetivos centrais: 1) aprofundar o conhecimento sobre a constituição da Assesoar como ator central do PVR e; 3) analisar suas interfaces e as relações de poder ocorridas na sua execução. Nesse sentido, dando continuidade ao trabalho, no capítulo 4 apresentaremos aspectos da terceira e quarta fases da história da Assesoar o objetivo é demonstrar as transformações pelas quais a entidade passou nos dez anos de execução deste projeto, bem como ela absorve estas transformações e procura na fase atual de sua história se manter na liderança regional.

## Capítulo 4

### É a Assesoar o Ator-mundo do PVR?

A Assesoar, em sua história, tornou-se o que é, hoje, *uma referência para o desenvolvimento sustentável* pelas razões a seguir: por sua fidelidade e coerência ao princípio de ser uma associação autônoma, composta e dirigida pelas agricultoras e pelos agricultores; por sua capacidade de, espelhando-se no passado, responder aos desafios do presente, renovando permanentemente sua ação; por colaborar, efetivamente, na construção de propostas de viabilização da Agricultura Familiar e fortalecimento da organização no campo; por manter uma relação permanente, de mútua colaboração, entre os saberes acadêmico e popular (ASSESOAR, 2005<sup>46</sup>).

#### 4.1 – A Assesoar no contexto regional: sua gênese, desafios e potencialidades

A frase em epigrafe é utilizada no site da Assesoar como introdução ao documento em comemoração dos 40 anos de sua existência. Ela é reveladora de vários aspectos interessantes para nossa análise. Um dos primeiros é o de a ONG atribuir a si mesma a posição de referência para o desenvolvimento sustentável. Esta posição de destaque é reivindicada num processo tautológico, processo em que a própria história faz um retorno sobre si e é utilizada para justificar a posição em que a entidade julga encontrar-se na atualidade. Para ela, este processo está amparado na sua atuação junto aos movimentos sociais rurais, bem como às outras organizações do campo. A camada de tempo acumulada pela Assesoar é o recurso de legitimidade para se colocar, no cenário específico de 1996, como o ator capaz de alinhar uma rede no entorno de uma idéia abstrata de desenvolvimento sustentável para a comunidade de Jacutinga, na tentativa de construir um processo que servisse de referência para os movimentos sociais e para as políticas públicas do campo.

O texto explicita como a entidade se vê e como concebe o seu papel no contexto regional, ou seja, como uma referência para as organizações do campo. Neste processo, simultaneamente, ela mobiliza e articula a sua própria trajetória a um contexto mais amplo, vinculando a sua história ao processo de ocupação do Sudoeste do Paraná.

Dentro deste contexto, o PVR poderia ser visto como mais um projeto no qual a Assesoar se envolve. Ou, como “apenas mais um projeto”, dentre diversos outros que se desenvolvem no Brasil. Ocorre, contudo, que, no conjunto da nossa análise, ele se diferencia por estar articulado a diversos processos políticos e sociais que vinham ocorrendo na agricultura familiar local, frente aos quais a Assesoar se posiciona como o ator mais

---

<sup>46</sup> <http://www.assesoar.org.br/index.php?sc=SA011&sa=SA012&codPublicacao=QSM00002&codIdioma=1#>  
Acesso em 18/11/2006.

importante na construção de vários destes processos. É necessário observar que, nesta pesquisa, o conceito de *agricultura familiar* constitui-se um ator articulado pelo ator-mundo à rede sociotécnica por ele construída. Desse modo, esse conceito será apresentado e utilizado do mesmo modo como os atores o compreendem. Nesta concepção, a agricultura familiar não é a de empresário rural. Para ela a agricultura familiar é a sustentação dos valores familiares tradicionais do campo, a autonomia dos agricultores frente ao mercado, bem como, a formação política desses agricultores para que se posicionem e se manifestem na defesa dos seus interesses seja na criação de entidades ou na ocupação dos seus cargos centrais (partidos, movimentos sociais, sindicatos, etc.). Para a Assesoar, a concepção de família como unidade central da sociedade está presente desde a origem. Essa premissa é constantemente reafirmada no discurso dos agricultores, lideranças e técnicos. Essa concepção é, segundo a entidade, a garantia de que a estrutura institucional não se altere e que ela continua a ser uma organização de Agricultores Familiares para Agricultores Familiares.

Como vimos no capítulo dois, os atores da região Sudoeste do Paraná vêm desenvolvendo diversas experiências ligadas a questões da agricultura familiar, nas quais os agricultores assumem posições de comando na política, nos sindicatos, nas cooperativas etc. A atuação da Assesoar tem uma estreita ligação com a maioria desses agricultores e entidades. Além disso, a ONG tem produzido diversos materiais (no sentido da TAR), como: vídeos, cursos, livros e a publicação de uma revista semestral, que mobiliza para articular redes, cujo objetivo central é a defesa da agricultura familiar. Do sucesso das mobilizações de tais materiais e articulações depende a capacidade da ONG de colocar-se enquanto ator central da agricultura familiar no sudoeste paranaense. No caso da nossa pesquisa, o modo como ela mobiliza e traduz a sua história para os outros atores sociais é um dos elementos-chave para reconstruir os processos que a gabaritam a traduzir, atribuir papéis e articular a rede proposta para o PVR.<sup>47</sup>

Se retrocedermos dez anos da publicação do texto em epígrafe, como, por exemplo, no documento de comemoração dos 30 anos de fundação da Assesoar, encontraremos a gênese deste discurso. Nesse documento, a entidade procura evidenciar a sua importância na história social do Sudoeste do Paraná. Dentre outros autores, utiliza-se de João Bosco Feres<sup>48</sup>, que, na sua obra "Propriedade da Terra: Opressão e Miséria", afirma que no Sudoeste do Paraná não

---

<sup>47</sup> O termo *rede* tem aqui o mesmo sentido dado por Murdoch (1994, p. 8), ou seja, é utilizado para designar um conceito unificador, que inclui elementos de sustentação para todas as relações, as quais necessitam, para a sua reprodução, de um conjunto de artefatos, conceitos, entidades, recursos (estratégias, poder) dentre outros.

<sup>48</sup> Pesquisador do instituto holandês Center for Latin American Research (CEDLA), Feres é um dos autores mais citados nas pesquisas acadêmicas sobre o Sudoeste do Paraná.

ocorreu o mesmo processo de expropriação provocado pela modernização da agricultura em outras áreas do Brasil. Para ele, mais do que os fatores geomorfológicos, o trabalho político da Assesoar e da Igreja Católica foram fundamentais para o aumento da consciência social dos agricultores e funcionaram como barreiras que minimizaram os impactos da revolução verde na região. No mesmo documento de 1996, ao analisar a sua atuação nos anos de 1970, a Assesoar constata que o processo da revolução verde foi mais forte que a sua atuação, mas ela não se coloca numa posição de derrota. As lutas travadas na década de 1970 são utilizadas para reforçar a idéia de que, desde o início, ela atuou na defesa dos interesses dos agricultores familiares e que, mesmo não obtendo os resultados esperados, conseguiu ampliar a capacidade organizativa e de luta deles:

[...] longe de pensar que todo esse esforço heróico dos idealizadores e condutores da Assesoar tenha sido em vão. Em absoluto! Os resultados vieram e foram muitos. Destes, destacamos os seguintes: a) crescimento da consciência política; b) união e solidariedade entre as famílias membros dos grupos; c) formação de lideranças; d) crescimento da organização (sindicatos, cooperativas, grupos); e) renovação litúrgica (voltada para o compromisso do cristão); f) capacitação técnica de agricultores familiares; g) início das grandes mobilizações e resistência dos agricultores familiares contra a política agrícola oficial (representada pelos Bancos) que freqüentemente os expropriava (ASSESOAR, 1998, p. 8, sublinhados nossos).

Os textos que destacamos são apenas dois exemplos dentre os muitos que foram utilizados para explicitar como a Assesoar concebe a sua existência no contexto regional. Para a nossa análise, essa explicitação é extremamente útil, pois se constitui em elemento para o eixo de análise do modo como ela projeta a sua imagem para o conjunto dos atores envolvidos na execução do PVR, numa clara tentativa de colonizar o seu pensamento e a sua conduta, para que o andamento das atividades esteja, o mais possível, dentro dos marcos pensados por ela.

Estes dois textos têm a virtude de demarcar, quase com exatidão, o início e o fim do PVR de Francisco Beltrão (1996 a 2006) e, em função disto, sintetizam as duas fases para entender quais foram os mecanismos utilizados pela Assesoar para se posicionar como o ator que reunia condições de propor e articular este projeto. O primeiro texto, datado de 2000, evidencia um processo já coroado. Segundo ele, a Assesoar, com o êxito do PVR julga ter alcançado um lugar de referência em desenvolvimento sustentável. O segundo, escrito dois anos após o início do PVR, aponta para uma fase de transição, em que se critica o passado, e se exalta a fase de transição iniciada no começo da década de 1990. Com esse segundo texto,

ela não apenas faz um balanço crítico dos anos anteriores da entidade, mas, implicitamente, sugere que a nova fase será melhor. Nesse novo cenário, todo o patrimônio conquistado pela ONG seria utilizado, mas com uma base de intervenção diferente, em que não se negava a história da entidade, mas se propunha uma nova forma de intervir e lutar.

Para a construção da nossa análise, destacamos quatro estratégias empreendidas pela Assesoar para colocar-se como o ator-mundo do PVR: a primeira, como já dissemos, refere-se à vinculação da sua própria história à história do Sudoeste, em cujo contexto sugere que essa história cursou rumos melhores, graças à sua atuação; a segunda estratégia refere-se ao fato de a entidade ser dirigida por agricultores, e isto é visto como um princípio de fidelidade e coerência, mesmo que, no contexto regional, essa representação, atualmente seja feita por apenas 283 associados (ASSESOAR, 2006); em terceiro lugar, a Assesoar se coloca estrategicamente na posição de “colaboradora” na construção de propostas de viabilização da Agricultura Familiar, que abraça o papel de contribuir para o fortalecimento das organizações do campo; e, finalmente, a quarta estratégia é a de construir e reforçar a sua história de modo que os outros atores reconheçam, nas suas ações, os vínculos necessários para o estabelecimento de relações de confiança. Estas estratégias são complementadas e reforçadas pela produção de materiais duráveis, como livros, apostilas, vídeos, panfletos, documentos institucionais, cursos e relatórios, materiais estratégicos de divulgação da sua atuação. Ocorre, contudo, que, por si só, esses materiais não surtiriam efeitos, desse modo, além do desenvolvimento destes materiais, a atuação da Assesoar está assentada na construção de metodologias de trabalho elaboradas para formar lideranças de agricultores.

No seu processo histórico, a entidade vem se transformando e incorporando novos enredos ao seu discurso, ora ressignificando-o, ora alterando os conceitos para que se encaixem no seu contexto de atuação. Esse processo conecta a entidade a um grande número de influências teóricas, contudo, todas elas utilizadas para dar sentido ao que ela entende por agricultura familiar. Dentre os aspectos mais significativos das atividades desenvolvidas pela Assesoar ao longo desse processo, destaca-se a construção de uma tradução do conceito de agricultura familiar. O objetivo desse processo é que essa tradução possa ser absorvida pelos agricultores e parceiros dos projetos desenvolvidos por ela como sendo a mais fiel possível da realidade em que vivem. O PVR é o exemplo mais elaborado de tradução proposto pela Assesoar.

É necessário esclarecer que a Assesoar não realiza todo esse movimento apenas para a execução do PVR. Este Projeto representou a cristalização de mudanças no cenário externo,



na relação com as novas entidades da agricultura familiar e na correlação de forças internas entre os técnicos da ONG. Ao se colocar na arena do desenvolvimento sustentável e na construção do PVR, a Assesoar pretendia se reposicionar na cena regional, procurando se manter na vanguarda dos movimentos sociais locais.

Quando a possibilidade do PVR se cristaliza, a Assesoar dispõe de diversos elementos já *traduzidos*, de modo que, no diálogo com os outros atores do projeto, ela tem elaborado diferentes formas de abordagem, em que procura atar cada ator à rede, de acordo com conjuntos específicos de questões e problemas que eles deverão “ajudar” a resolver. É desta tradução, aliada a seu patrimônio histórico, que a Assesoar extrairá a autoridade para falar em nome dos agricultores familiares do Sudoeste do Paraná, ainda que apenas uma pequena parte deles componha o seu quadro de associados.

É interessante observar que estes elementos de autoridade não podem ser totalmente explícitos. É necessário que os outros atores estejam convictos de que eles participam de um projeto conjunto, discutido e elaborado coletivamente. Ao proceder dessa forma, o objetivo é garantir que os atores da rede reproduzam a sua tradução da forma mais fiel possível. Com isso, a Assesoar pretende mobilizar as alianças entre diversos atores (poder público, academia, técnicos, líderes dos movimentos sociais etc.) e aparar-lhes as arestas para atá-los à rede que ela pretende formar. Neste processo de combinação de elementos, é essencial o estabelecimento de associações, pois permite tornar os elementos heterogêneos e potencialmente “rebeldes” em elementos homogeneizados pela tradução e, por consequência, controláveis.

#### **4.2 - Lançando luz sobre alguns princípios organizativos da Assesoar**

Os princípios norteadores da Assesoar que pretendemos analisar estão escritos no seu estatuto de fundação. Nele se configuram alguns elementos organizativos básicos e fundamentais que, com maior ou menor grau, vão se firmando e se internalizando na cultura institucional. Estes princípios são utilizados para compor e estruturar uma visão específica do rural, e é nesta visão de agricultura familiar que se vai sedimentar e consolidar grande parte do seu repertório político e ideológico. É necessário notar que estes princípios pouco se alteraram desde a fundação da entidade. O aspecto mutável diz respeito à forma de leitura da realidade (tradução) e ao modo de intervenção no espaço público.

Nos seus princípios gerais, a Assesoar propõe: “promover melhores condições de vida aos agricultores na lavoura e na pecuária e um maior desenvolvimento rural, de acordo com a doutrina Social Cristã” (ESTATUTOS, cap. I, art. 1º). Estes “fins” deverão ser atingidos “pela direta participação dos agricultores na associação através dos meios por ela promovidos.” (ESTATUTOS, cap. I, art. 2º). “A educação e formação do homem do campo procurará atingir a todas as faces que dizem respeito à sua personalidade moral, religiosa e social e principalmente quando relacionada com as atividades profissionais propriamente ditas” (ESTATUTOS, cap. I, art. 3º). Além dessas premissas, a entidade prega “a participação de todos, a solidariedade, a união e o incentivo para que os agricultores se organizassem de forma autônoma” (ASSESOAR, 1998).

Em resumo, o estatuto da Assesoar, escrito em 1966, pregava a autonomia e o desenvolvimento do agricultor, articulado a um processo de educação específico e orientado pela doutrina cristã.

Na tentativa de manter o controle dos agricultores sobre os rumos da Assesoar, a sua estrutura decisória foi pensada de forma a centralizar na assembléia geral as decisões. Segundo Khatounian; Gehlen (1996, p. 49), este processo possibilita uma forte vinculação com o meio original e também com os princípios fundadores da entidade, pois as decisões necessariamente passam pela plenária. Khatounian e Gehlen esquecem, contudo, de dizer, que apenas isso não basta. É necessário que haja um processo de integração entre os diversos setores da ONG e que os agricultores conheçam profundamente os diversos projetos da entidade. Caso contrário, a realização das assembléias por si só não garante a vinculação ao meio original do qual eles falam. Tanto é assim que, do ponto de vista do funcionamento da Assesoar, esta forma de tomada de decisões tende a gerar pontos de atrito com a equipe técnica, bem como com as instituições parceiras. Nesta forma de organização, são criadas também arestas com os convênios de cooperação, visto que, geralmente, eles condicionam a apresentação de resultados como contrapartida aos recursos disponibilizados. Neste aspecto específico, cabe aos técnicos a elaboração, a aplicação e a gestão dos projetos desenvolvidos. Para nós, o desafio é analisar como, nas palavras da própria ONG, ela se tornou o que é atualmente, identificando os elementos que a conduziram ao PVR, e como ela se coloca nesta arena no papel de ator-mundo deste projeto.

Na seqüência procuraremos analisar as fases III e IV da Assesoar para estabelecer conexões entre as atividades desenvolvidas e os elementos que a conduzem, em meados da década de 1990, a propor e a organizar o PVR.

**Quadro 8: Resumo sinóptico das fases III e IV da Assesoar**

Principais atividades desenvolvidas	Fase III	Fase IV
	<p><b>1991-</b> Escola Comunitária de Agricultores, Audiovisuais.</p> <p><b>1994 -</b> Formação das Centrais de Associações; Formação da Coordenação de Associações.</p> <p><b>1995 -</b> Apoio à Implantação do Sistema CRE\$OL – BASER.</p> <p>-Produção Orgânica</p> <p><b>1996 –</b> Implantação do Projeto Vida na Roça [PVR]; -Gestão de Sistemas.</p>	<p><b>2000 –</b> Formação de Professores do Campo (atividade ligada ao PVR)</p> <p><b>2001 –</b> Curso de Pós-Médio</p> <p><b>2002 –</b> Curso de Especialização em Desenvolvimento e Movimentos Sociais.</p> <p>PVR – Dois Vizinhos.</p> <p><b>2003 –</b> Trabalho junto ao MDA – Implantação do Território Rural do Sudoeste.</p> <p><b>2003 -</b> Convênio com o FNMA. (Agrofloresta)</p> <p><b>2004 –</b> Fim do PVR de Francisco Beltrão.</p> <p><b>2006 –</b> Projeto para Implantação de um Centro de Formação.</p>

Fonte: Pesquisa de Campo (2006). Organização: ALVES, A.F. 2006.

### **4.3 - Traduzir e propor, impactos da profissionalização na elaboração de referências para a agricultura familiar (Terceira fase (1991/1999)):**

A fase III marca a reafirmação do compromisso da Assesoar pela agricultura familiar como objeto de atuação exclusiva e o apoio à criação da CUT. A sua atuação se dirigirá para o fortalecimento das associações ligadas aos movimentos sociais da agricultura familiar. Contudo, o que marca esse período, na nossa avaliação, é a construção do PVR. Sua criação aprofundará as mudanças na organização interna da Assesoar, sobretudo na correlação de forças entre os técnicos ligados à produção (agrônomos e veterinários) e os vinculados aos aspectos políticos e ideológicos (pedagogos, filósofos, historiadores). Estas alterações, que já vinham ocorrendo desde a fase anterior, trarão impactos na forma como a Assesoar se relaciona com os atores da agricultura familiar e, dentre outras modificações, conduzirá para um aprofundamento do trabalho no campo da produção de conhecimento. É nessa fase que ela começará a pensar a articulação entre a produção científica e o saber prático dos agricultores, com uma tendência a valorizar o saber popular.

A interpretação entre as lideranças da Assesoar de que não estavam mais sós no cenário dos movimentos populares, conduziu-a a uma nova estratégia, explicitada na assembléia geral de 1991. Essa assembléia teve o papel de afirmar os princípios fundadores dos estatutos e definir os rumos a serem seguidos. Ambas as decisões foram tomadas respaldadas em um documento redigido pelas novas entidades do Sudoeste e coordenado pela própria Assesoar. O trecho abaixo é ilustrativo no sentido de verificar o início das mudanças ocorridas na década de 1990:

A dúvida sobre o quê e como fazer, qual o papel a desempenhar, como se relacionar com as organizações populares recém-criadas e Estado, levou a Assembléia Geral de 1991 (respaldada pelo documento “Por uma estratégia dos movimentos do Sudoeste do Paraná”,

elaborado por um consórcio de entidades populares sob a responsabilidade da Assesoar) a uma tomada de posição quanto a: princípios, objetivos, estratégias, relações, quadro social, etc. Referente a essas questões a Assembléia Geral decidiu: a) continuar sendo uma associação de pequenos agricultores e dirigida por esses agricultores; b) construir, sistematizar e difundir propostas de viabilização da agricultura familiar e a partir dessas propostas fortalecer a organização popular; c) a metodologia, ou o jeito de trabalhar é o de aprender a fazer, fazendo, aproveitando os conhecimentos já produzidos por outros (ASSESOAR, 1998, p. 13, *itálicos nossos*).

Podemos observar, nesse texto, que, ao redefinir o seu papel, a Assesoar reafirma alguns princípios basilares, mas se coloca numa posição estratégica dentro da rede, que é a de “construir, sistematizar e difundir propostas de viabilização da agricultura familiar”. Esta resolução é um ponto-chave para entender como se processará o movimento empreendido por ela para se colocar como o ator-mundo do PVR, ou seja, ela se coloca no centro, define papéis e se redefine a partir de estratégias conjuntas. Este processo será acompanhado por um conjunto de mudanças do seu corpo técnico que refletirão na sua estrutura interna de poder, principalmente com a ampliação do poder dos técnicos ligados a aspectos da pedagogia, filosofia e política.

Outra mudança importante desse período refere-se à qualidade dos associados. A Assesoar abandona a pretensão de ser uma organização de massa e passa a focar a sua atividade em líderes. Ou seja, dá espaço para as outras entidades, deixando de executar o árduo trabalho de organizadora e mobilizadora de grandes manifestações. Com isso ela passa a focar os seus recursos na formação de líderes capazes de disputar cargos e, inclusive, conduzir as outras entidades:

[...] a Assesoar não necessita, necessariamente, ter um grande número de associados. *Os associados podem ser poucos, representativos e de qualidade.* Representativos dos agricultores das diferentes sub-regiões e pessoas que, de fato, queiram e tenham disposição de contribuir, participando, ativamente da vida da entidade (ASSESOAR, 1998, p. 14, *sublinhado nosso*).

O conceito de qualidade é bastante relativo. Os documentos da Assesoar não esclarecem como foi feito este corte qualitativo, entretanto os resultados se fazem sentir rapidamente. Ela passou de 663 sócios em 2003 para 283 em 2006. Dois anos antes, a entidade estabelece alguns critérios que os novos sócios deverão preencher, os detalhes estão no BOX 2.

## BOX 2 - Critérios para se tornar sócio da Assesoar

São condições para se tornar sócio da Assesoar:

1. Ser trabalhador ou trabalhadora rural (proprietário ou não) ou filho(a) dos mesmos, ainda que não residente e/ou trabalhando na roça.
2. Concordar e ter uma prática condizente com os princípios e objetivos da entidade.
3. Ter condições e disposição de contribuir no direcionamento da Assesoar.
4. Ter participação comunitária.
5. Conhecer as comunidades de seu município.
6. Ser apresentado em mini-assembléia.

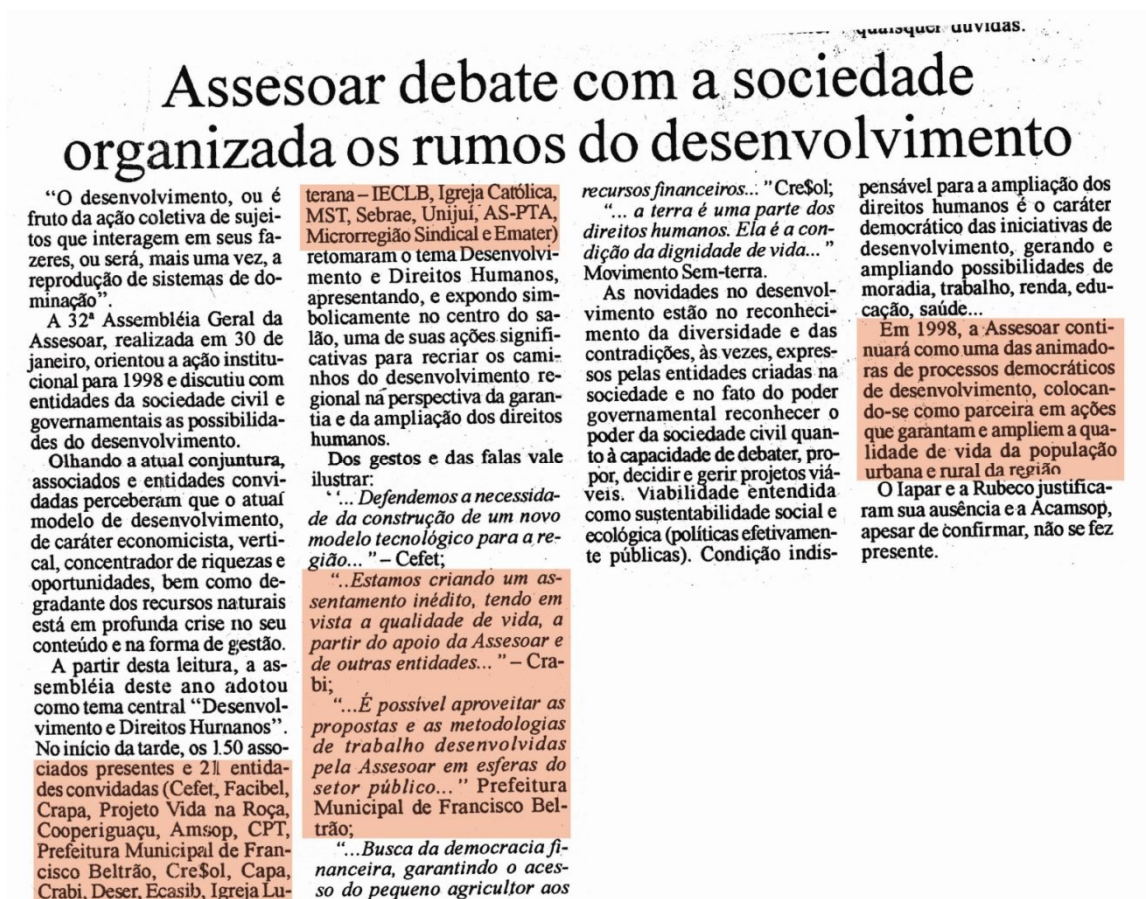
Além disso, é fundamental que o associado da Assesoar compreenda que, devido à natureza da entidade, de ser um laboratório de novas propostas, o sócio é muito mais um prestador de serviços do que um receptor de benefícios imediatos. Ou seja, é necessário que o associado não tenha uma postura clientelista em relação à entidade do tipo “toma lá, dá cá”, mas se perceba como agente histórico de um processo muito mais amplo. Os benefícios por ele recebidos podem ser imediatos [financeiros, de formação], mas esses são menores quando comparados ao benefício mais amplo, que será conquistado não só para ele, mas para o conjunto dos pequenos agricultores. Por exemplo, um grupo de agricultores associados é ou não beneficiado com uma verba do Fundo Rotativo. Em caso positivo, esse é um benefício concreto imediato. Mas muito mais que aquele dinheirinho mirrado que logo acaba, a experiência do fundo permite que outras organizações populares (sindicatos, associações, etc.), vendo a validade da experiência, passem a brigar junto aos governos, por fundos rotativos municipais e estaduais. Quando conquistados, esses outros fundos servirão para muitos outros agricultores. É preciso que o associado da Assesoar compreenda que essa conquista é um benefício muito maior que aquele dinheiro pingado por ventura recebido do Fundo Rotativo. O mesmo seria válido para o trabalho com sementes, adubação verde, monitores, comercialização, sindicalismo, etc.

Não se permite a associação de entidades à Assesoar, entretanto, se estimula a participação, no seu quadro social, de agricultores envolvidos em outras organizações populares, pois isso enriquece e amplia o processo de debate e construção de novas propostas. Cuida-se para que, se possível, todas as organizações populares da região tenham quadros seus entre os associados da Assesoar. Como o associado da Assesoar é, em geral, uma pessoa com maior compreensão da realidade que a média dos agricultores, há uma tendência de seu quadro social conter muitos dirigentes do movimento popular rural da região. Nesse sentido, um cuidado especial deve ser tomado, para que não haja uma ELITIZAÇÃO do quadro social da entidade, pois isso levaria a Assesoar a perder um de seus papéis históricos que é o de formar novas lideranças para o movimento popular e se correria o risco da entidade passar a elaborar propostas que não representassem os anseios da maioria dos pequenos agricultores (propostas descoladas da base).

Fonte: Sistematização institucional da Assesoar, 1996, p. 120 (sublinhados nossos).

Simultaneamente à diminuição do número de associados, como estratégia de fortalecimento, a Assesoar vai ampliando a sua rede de atuação e apoio, construindo relações que vão do nível regional ao internacional. No nível regional destacam-se: agricultores, associações e sindicatos, pastorais (católica e luterana), prefeituras, MST e universidade local; no nível estadual: EMATER-PR, Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná (RURECO), Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER); no nível nacional: Rede PTA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); e, finalmente, no nível internacional: organização belga Instituto de Cooperação Belgo-Brasileira para o Desenvolvimento Social (DISOP), e as organizações da cooperação dos seguintes países da Alemanha (EZE, MISEREOR, Brot für

die Welt, ELJ), da Holanda (BILANCE, AMA e Solidariteit), da França (CCFD, CIMAD, DEV-IVA), do Canadá (Desarollo y Paz) e dos EUA (IAF, LWR). (KHATOUNIAN; GEHLEN, 1996).



**Figura 5: Debate dos rumos do desenvolvimento**

Fonte: Jornal de Beltrão de 30/02/1998, p. 12.

A articulação dessa rede permitiu à Assesoar a ampliação dos seus interlocutores, o fortalecimento da sua posição regional frente aos outros atores locais, bem como as suas fontes de recursos. Isto é de fundamental importância, pois, ao que parece, há a percepção interna de que ela necessita readequar o seu papel em um espaço de atuação cada vez mais disputado e complexo. Deste modo, as transformações sociais e mudanças locais conduzem a Assesoar a se reinventar constantemente. As leituras conjunturais e a prospecção de um futuro provável, para ela, são algumas marcas da entidade. E, consoante a essa “sintonia fina”, da mudança qualitativa e quantitativa dos movimentos populares, a entidade estabelece duas linhas de atuação para essa fase: a) aprofundamento de questões referentes à agricultura

familiar e b) a incorporação do discurso do desenvolvimento sustentável<sup>49</sup>. As duas leituras têm origem em espaços ampliados de discussões e necessitam de uma tradução, ou seja, de um exercício prático pelo qual possam ser geradas as referências em que os outros atores locais possam se espelhar. Para isso, são necessários dois elementos básicos: primeiro, um realinhamento interno no corpo técnico da Assesoar, em que as questões metodológicas e políticas passem a ter um espaço maior em detrimento das questões ligadas à produção; segundo, que se encontre uma comunidade rural que reúna características específicas e que aceite participar da nova metodologia proposta pela Assesoar.

Antes da proposição do PVR, ainda no início dessa fase, a Assesoar vai desenvolver algumas experiências que alterarão a sua estrutura interna, bem como a sua linha de atuação. Dentre as atividades mais importantes estão: Escola Comunitária de Agricultores (ECA) (1991), a formação das Centrais de Associações e formação das coordenações de associações (1994), o apoio à implantação do Sistema CRESOL – BASER (1995); e, finalmente, em 1996, o Projeto Vida na Roça se comportaria como um laboratório ampliado de diversas experiências, inclusive das ECAs, agora ressignificado por uma experiência mais ampla. No epicentro destas mudanças está localizada a estratégia da construção de instrumentos e de metodologias de formação dos agricultores que apontavam para a necessidade de a Assesoar fechar o ciclo de formação e capacitação dos agricultores. O trabalho e as experiências desenvolvidas nas ECAs são objeto de interesse dos financiadores internacionais, que chegam a sugerir que a Assesoar estava se transformando a partir delas<sup>50</sup>. Tal fato é apontado nas avaliações a que periodicamente a entidade é submetida:

No que se refere à formação e capacitação, fica evidente o apelo para que a Assesoar complete o ciclo de seu processo de aprofundamento, criando formas que possibilitem aos

---

<sup>49</sup> A questão ambiental surge na agenda da Assesoar na primeira metade da década de 1990 na esteira das discussões globais sobre meio ambiente. Em parte, era também uma exigência dos financiadores europeus. Na entidade, o discurso ambiental é recepcionado e traduzido para se comportar como um elemento político da agricultura familiar. Embora não seja o mesmo discurso, a entidade se posiciona ligando a sua atuação na década de 1970 na *denúncia* dos efeitos da Revolução Verde ao discurso ambiental da década de 1990.

<sup>50</sup> Periodicamente, a Assesoar é submetida a avaliações solicitadas pelos financiadores internacionais. Essas avaliações são longos processos de análise sobre as atividades desenvolvidas pela entidade em períodos de tempo que podem variar de três a dez anos. Os avaliadores têm o poder de sugerir caminhos a serem adotados pela entidade. Na avaliação ocorrida em 1996 houve a sugestão de que a entidade completasse o ciclo da formação iniciado pelas ECAs; bem como se aproximasse da academia. Participei como convidado da última avaliação da Assesoar, referente ao período de 1996-2006. Resumidamente, podemos dizer que foi um longo processo em que a entidade foi submetida a uma rigorosa avaliação das suas atividades, da qual resultaram diversas críticas sobre a atuação da entidade. Outro aspecto que chamou a atenção foi o caráter democrático e aberto da avaliação. Ele conta com a participação de todos os atores envolvidos nos projetos desenvolvidos pela entidade. Ao final, o avaliador externo emite um relatório com as críticas e as sugestões, relatório que é encaminhado aos financiadores, contudo a incorporação dessas críticas é um processo mais complicado, sobretudo com relação aos diretores e técnicos mais antigos.

agricultores (principalmente os monitores) e técnicos profissionais acesso a uma capacitação que os aproxime do saber teórico-tecnológico (superando a dimensão do saber técnico). Isto certamente a aproximará mais de instituições acadêmicas, mas parece ser estratégia necessária à viabilização de seu projeto de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar regional. Aliás esta questão coloca-se como um limite de estrangulamento da proposta agroecológica da Assesoar e põe em risco sua liderança no direcionamento do debate e de sua projeção de assessoria regional (KHATOUNIAN; GEHLEN, 1996, p.13, grifo do autor).

Outro apontamento importante em relação à Assesoar, lembrado em 1996 pelo relatório das financiadoras, como vimos anteriormente, é o aspecto dos limites e do estrangulamento da sua capacidade de liderança regional. Este aspecto exige da entidade novas estratégias de atuação, diferentes das que vinha implementando até então. A saída encontrada foi focar os recursos no processo de *geração de referência* para as entidades do campo.

Do ponto de vista da capacidade de geração de referência, Khatounian e Gehlen apontam que a criação das ECAs foi uma iniciativa que teve diversos impactos a depender do município e da organização dos trabalhadores. Segundo esses autores, a recepção do poder público transitava do apoio às ECAs à simples tolerância da sua existência. Com as ECAs, Assesoar, através dos seus associados, começa a tensionar para que os governos municipais criassem políticas específicas para o desenvolvimento rural. Já nessa época os monitores participam das discussões sobre implantação de políticas formais que atendessem às necessidades de formação e de desenvolvimento da agricultura familiar no nível municipal.

Nesta época, iniciam também uma aproximação com o mundo acadêmico. A Assesoar, através dos seus técnicos, começa a discutir metodologias e pedagogias adequadas para o processo de formação que pretende implantar. É preciso lembrar que começa a ocorrer uma profissionalização das assessorias da entidade, os novos técnicos tinham formação universitária e traziam o conteúdo das suas habilidades para dentro da Assesoar.

Desse modo, o PVR (embora ainda não esteja formatado) parece cada vez mais urgente e necessário, primeiramente pela necessidade dos novos técnicos de proporem alterações na forma como a entidade se organiza para o trabalho; em segundo lugar, a interface com as novas entidades exigia a realização de trabalhos em parceria; em terceiro lugar, pela necessidade das mudanças internas da entidade aliadas às sugestões dos financiadores internacionais (sobretudo no que se refere às experiências educativas



desenvolvidas) e finalmente a incorporação do discurso ambiental (desenvolvimento sustentável). Este conjunto de fatores vai fomentar e orientar a construção de trabalhos que procurem romper com o foco produtivista da Assesoar.

Para a Assesoar, esse processo era de “mão dupla”, e seus efeitos poderiam transformar a própria entidade. Do ponto de vista do impacto na estrutura interna da Assesoar, o Projeto Vida na Roça passaria a ter cada vez maior importância, sobretudo no que diz respeito aos aspectos organizativos da entidade. O PVR se cristalizaria enquanto um laboratório de construção de políticas públicas, bem como numa interpretação (tradução) do que ela entendia por desenvolvimento sustentável. Em ambos os aspectos, os discursos e as práticas da entidade eram ainda embrionários. Além disso, sua incorporação dependia de lutas internas entre os técnicos antigos e os novos, bem como entre os técnicos e os diretores da entidade. A incorporação desses novos elementos exige a readequação da entidade, readequação na qual a questão da produção passa a ser apenas um elemento a ser abordado e não o elemento central, como passaremos a ver na seqüência.

#### **4.3.1 - Reorganizando a tradução: o discurso da fase III**

Como vimos anteriormente, na fase III a Assesoar passa a atuar basicamente em dois grandes eixos para organizar o discurso central da sua ação política. O primeiro eixo é aquele no qual a entidade historicamente já vinha se dedicando à questão da agricultura familiar. Contudo, sua defesa é agora articulada à construção de referências de políticas públicas específicas para as organizações do campo. O segundo eixo, embora ainda de forma embrionária e pouco desenvolvida na entidade, incorpora aspectos do meta-discurso ligado ao desenvolvimento sustentável, sendo que parte dessas questões estão ligadas às agendas dos financiadores internacionais e, desse modo, a Assesoar não dispunha de experiências muito desenvolvidas. O PVR trará os primeiros desafios nesse sentido. Para as políticas públicas, no entanto, o recorte adotado seguia o mesmo discurso da entidade, ou seja, a crítica ao Estado capitalista e às políticas implementadas sem a participação popular, como o apontado na citação abaixo:

Como a idéia de política pública foi ideologicamente reduzida à de política governamental, o Projeto Vida na Roça, *desde sua origem*, tem tematizado o papel do Estado e dos governos no desenvolvimento social de maneira que, a partir de projetos construídos de forma participativa, fossem criadas condições de aumento da capacidade de protagonismo da sociedade organizada no desenvolvimento das políticas (DUARTE, 2003, p. 73).

No que se refere ao desenvolvimento sustentável, é necessário dizer que a Assesoar tem uma visão própria deste conceito. A sua interpretação tem um caráter de embate político com as estruturas do Estado, que é visto como um espaço de poder controlado pela “classe dominante”. Nesse sentido, as iniciativas de desenvolvimento sustentável carregariam o apelo à autonomia dos agricultores frente “ao capital” como um espaço de resistência ao mercado capitalista, transformando-se num instrumento de luta política. Além desses fatores, a incorporação do conceito de desenvolvimento sustentável é um recurso discursivo legítimo cada vez mais por diversas organizações nacionais e internacionais. Desse modo, a garantia da Assesoar como ator-mundo do PVR precisava passar também pela questão do desenvolvimento sustentável, mesmo que esse fosse ainda uma idéia embrionária.

A diferença básica da fase III para o período anterior é que antes havia uma leitura bíblica da natureza, que era vista como um “dom de Deus” (KHATOUNIAN; GEHLEN, 1996). Já atualmente, a entidade concebe que a modificação da natureza é um processo social, em que as ações humanas geram processos organizativos que alteram as relações das *pessoas* entre si e delas com a natureza e criam distorções, crises e violência que será tratada no BOX 3. Contudo, na concepção da Assesoar, uma orientação solidária pode ser o antídoto para esses problemas. Essa orientação solidária, de certa forma, remete-a novamente ao discurso religioso, agora, porém com uma nova roupagem, que se manifestará na forma em que a entidade se projeta para o conjunto dos atores da agricultura familiar e estabelece um elo com um discurso que remete à globalização.

A partir de uma leitura particular do discurso global da sustentabilidade, a prática da entidade se reforça, de modo que ela procura a partir de sua leitura do desenvolvimento sustentável, ganhar maior legitimidade frente aos outros atores da agricultura familiar (CRESOL, Sindicatos, MST, SISCLAF etc.) que, em geral, não abordavam esses temas. Com isso, ela vai legitimar parte do discurso da fase I, sobretudo os elementos contidos nos “anúncios”. Além disso, tem à sua disposição a oportunidade de novamente ampliar a sua rede política e reciclar o seu discurso através da incorporação de novos temas. Com essas incorporações, a entidade tenta se renovar para continuar a ser o ator mais importante da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná.

No PVR a Assesoar procurará fundamentar e aplicar o eixo da sustentabilidade como um dos elementos importantes da sua tarefa de traduzir e de interpretar a agricultura familiar, que, além de produzir alimentos, preserva o meio ambiente. Para isso, elegerá a agroecologia como uma das diretrizes políticas a serem trabalhadas no projeto. Obviamente que, dentro da

metodologia do “aprender a fazer fazendo”, muitos serão os problemas enfrentados, e isso refletirá na credibilidade da Assesoar frente aos outros atores da rede. A Assesoar terá que comprovar em novas arenas a sua capacidade de interpretar o cenário político e social do Sudoeste do Paraná, para articular agricultores, técnicos, políticos, professores e sindicalistas para agirem de acordo com os seus pressupostos. Com isso, todo o patrimônio da Assesoar, os seus canais de comunicação, a sua capacidade de organização e convencimento, a sua inserção junto aos agricultores, bem como todo o arcabouço teórico emprestado, serão testados no PVR. Para tentar minimizar os desgastes políticos e técnicos atinentes a um novo projeto, dois movimentos são necessários: o primeiro é o de diluir as responsabilidades no coletivo; o segundo é deslocar o mais possível os atores das esferas decisórias, estratégia utilizada com os agricultores ou com os professores, sempre que tentam questionar os princípios do PVR. Um dos elementos marcantes desta estratégia será a utilização de informações situadas em redes a que os atores locais não tenham acesso (redes nas quais apenas a entidade se conecta – o quadro dessas redes será apresentado no item 4.5 deste capítulo).

Esta estratégia tem um efeito importante no processo de definição e de atribuição de papéis. É com esse conjunto de elementos que a Assesoar se lança para a construção do PVR. Ela se coloca no cenário como o ator que, envolvido na defesa dos agricultores, reúne elementos para propor e estabelecer um ponto de partida para a construção de um mundo melhor e oferecer aos agricultores uma visão de vida futura mais justa e igualitária.

O ponto de partida para esta construção é a organização política, mas não uma organização política qualquer, pois aquela de que a comunidade já participa não serve, por estar envolvida com elementos da política local. Deste modo é necessário construir novas formas de fazer política. Há, porém, uma grande pergunta que precisará ser respondida: quais são as reais possibilidades de uma pequena comunidade de 133 famílias organizar, implementar, gerir e fazer funcionar um projeto de desenvolvimento sustentável local. Contudo, é importante notar que o conceito de desenvolvimento local não é claro para a Assesoar. Nesse momento, ele é mais um princípio orientador que necessitava ser debatido e discutido. Havia um conjunto de técnicos (agrônomos, economistas domésticos, veterinários etc.) que ocupavam espaços em organizações da agricultura familiar que discutiam alguns aspectos dessa questão, mas não havia uma sistematização disponível para o conjunto dos agricultores. Desse modo, ao que parece, era um conceito considerado como de auto-entendimento, mas que, na verdade, trazia uma série de questões controversas e polêmicas.

Por isso a aproximação com a academia (FACIBEL) era importante. Os professores de geografia contribuíram para melhorar o entendimento, ao introduzirem na arena discussões acadêmicas sobre o tema. No lugar de apresentar respostas, os agricultores são convocados a participarem de um projeto ainda abstrato e genérico, articulado por uma metodologia difusa de “aprender a fazer fazendo”, cujo único respaldo é a confiança depositada na Assesoar e na sua história de defesa dos agricultores. A resposta da ONG estava em procurar em alguns parceiros (FACIBEL, Sindicato, Prefeitura, dentre outras) apoio necessário para implantar o projeto, mostrando aos agricultores a capacidade, não apenas de dialogar com diversos atores, mas de trazê-los para conviver diretamente com eles no seu próprio espaço de vida e atuação.

Ocorre, porém, que estes atores, incluindo também os agricultores, estão envolvidos com outras agendas e preocupados com diferentes problemas relativos às suas atividades cotidianas. Na maioria dos casos, as perguntas formuladas pela Assesoar não são as perguntas dos agricultores.

Não basta que a Assesoar apenas identifique os atores para compor a rede. Isso não era suficiente para a sua efetivação. Era necessário mostrar a cada um deles os ganhos que eles teriam ao aceitar a tarefa de construir o PVR do modo como ela propõe. É o que Callon (1986) chama de *interesse*. Ou, como diz Latour: “Como o nome “inter-esse” indica, “interesses”, é o que repousa entre os atores e suas metas, criando deste modo uma tensão que fará os atores selecionarem apenas o que, a seus olhos, os ajude a alcançar suas metas entre muitas possibilidades” (LATOUR, 1987, p.108-109, apud MURDOCH, 1996, p. 13)<sup>51</sup>.

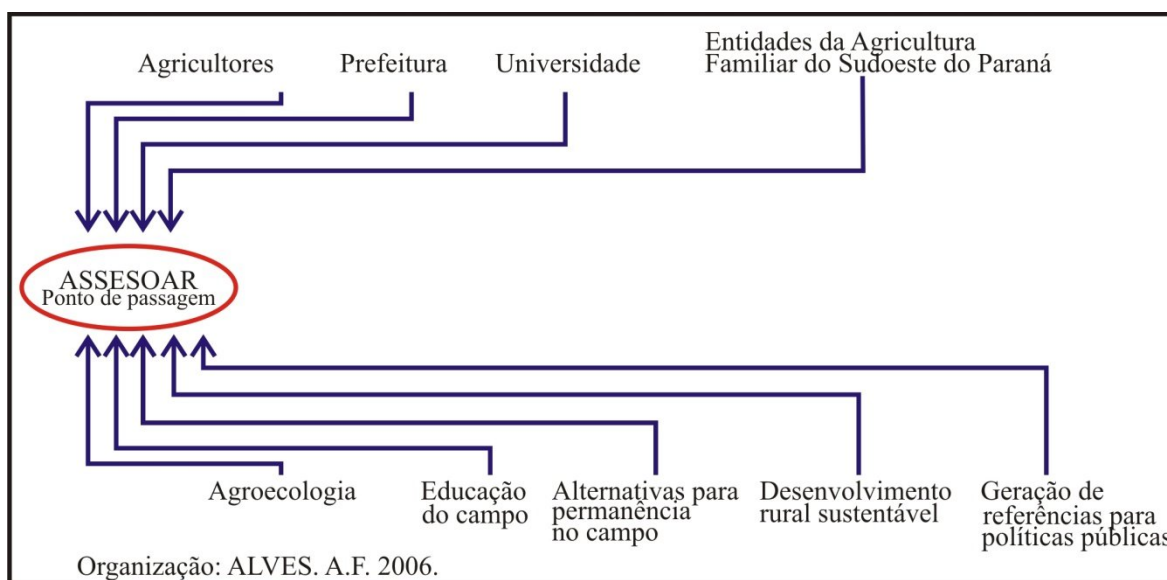
Cada um dos atores tem os seus próprios interesses na rede. A Assesoar, por exemplo, para construir a rede, define as questões: desenvolvimento rural sustentável, o empobrecimento dos agricultores familiares, a permanência dos agricultores no campo, a educação do campo (dentre outras) e se coloca como ponto de passagem obrigatório para a realização das soluções. Obviamente as diversas entidades, que se alinham com ela nesse projeto, aceitam tanto os problemas colocados como a solução e o papel da ONG no processo.

Ao se posicionar como ponto de “passagem obrigatório” dos parceiros, ela necessitava abrir setores de sua estratégia de intervenção e dialogar com os outros atores. Contudo, os termos deste diálogo não estavam claros e a entrada destes novos agentes trazia recursos discursivos e interpretativos cujos diálogos poderiam não estar afinados com o imaginário da

---

<sup>51</sup> As the name ‘inter-esse’ indicates, ‘interests’ are what lie *in between* actors and their goals, thus creating a tension that will make actors select only what, in their eyes, helps them reach these goals amongst many possibilities (LATOUR, 1987, p.108-109, apud MURDOCH, 1996, p. 13).

entidade. Isto poderia propiciar uma fragilização de sua posição na rede. A posição da Assesoar até a criação do PVR era hegemônica. Abrir a participação implicava necessariamente em ceder e compartilhar espaços de decisão. Contudo, até onde ela estava disposta a ceder é uma questão, cuja resposta não tem uma única solução.



**Figura 6:** Assesoar como ponto de passagem obrigatório

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006.

No processo de implantação de uma agenda propositiva era inevitável que surgissem diversos conflitos. A Assesoar, para tentar minimizar os conflitos dentro de sua área de atuação, executa um esforço institucional e metodológico com o objetivo de chegar a um conjunto ideal de parceiros onde os acordos eram (teoricamente) mais fáceis de se realizarem. Essas estratégias refletem na visão que a ONG tem de seu papel e de como ela concebe o lugar dos seus parceiros. Num primeiro momento ela procura organizar, à partir de suas concepções ideológicas, um conjunto de bandeiras que têm como objetivo estabelecer pontos de contato com os atores. Com isso ela constrói alguns critérios abstratos que permite mapear os possíveis parceiros e construir sua função na rede.

A permanência dos atores na rede depende, contudo, de fatores e negociações que extrapolam a capacidade do Ator-mundo bem como, em outros casos, ferem seus princípios organizativos. Ocorre, porém, que o limite até onde a Assesoar está disposta a negociar não estava claramente colocado por ela para os outros atores do Projeto. Muito dos mecanismos utilizados para interessar os atores no projeto já foram explicitados anteriormente; contudo o projeto não obedece a um rígido cronograma com que se deve prestar contas de metas a serem

alcançadas. Por isso, cada ator envolvido no processo de interessamento da Assesoar pode submeter-se ao plano inicial e integrar-se ao projeto, ou pode repelir o projeto e se redefinir de outra forma. Como diz Callon (1983), a realidade nunca tem um corte tão claro como quer fazer crer o ator-mundo na fase da problematização. Ou seja, a sua formulação vai se formando à medida que a ação concreta do projeto avança e, com ela, as identidades, as reacomodações de papéis, os conflitos e as aprendizagens vão atualizando as relações entre os atores, redefinindo-os.

Para fechar a nossa análise sobre o papel da Assesoar como Ator-mundo do PVR, vamos analisar alguns desdobramentos que este projeto teve em algumas redefinições que consideramos importantes. Para esse fim, passaremos a analisar um período ainda em aberto na sua história e que começa aproximadamente no ano de 2000, que corresponde à metade da existência do PVR em Francisco Beltrão. Com isso, pretendemos localizar elementos que nos mostram os impactos do PVR na estrutura organizacional da ONG.

#### **4.4 - Quarta fase (2000 - )<sup>52</sup>: da crise da geração de referências para abordagens para o desenvolvimento à transição para propostas pedagógicas**

A classificação do momento atual da Assesoar como uma etapa distinta das anteriores é um exercício de reflexão que procura analisar os impactos do aprendizado que o PVR trouxe para a estrutura da Assesoar, elementos esses ainda não totalmente sedimentados e acomodados no âmbito da sua organização interna. O que procuraremos apontar é que a característica desta fase se configura como o princípio da crise institucional na Assesoar. Esta crise se estabelece na tentativa de reacomodação do seu papel junto ao cenário da agricultura familiar, agora dividido pelas novas organizações sociais. Apesar de ainda não ser aceita como uma nova fase, o espaço de atuação da Assesoar, nos anos anteriores, permite-nos apontar algumas mudanças qualitativas da sua constituição interna, sobretudo quando observamos a importância que o processo de educação e de formação vem assumindo na agenda da Assesoar. Uma evidência nesse sentido é a construção de um Centro de Formação programado para começar a construção no início de 2008. É necessário dizer que, dentro da diretoria e por parte de alguns dos associados, há um pequeno grupo que critica e que resiste ao processo de transformação da Assesoar em um centro de formação para agricultores. Este

---

<sup>52</sup> Esta fase não é ainda reconhecida pela entidade, contudo, no estudo de campo que realizamos, observamos fortes evidências de que a Assesoar se encontra em uma etapa qualitativamente diferente das anteriores, sobretudo nos últimos dois anos (2004 a 2006), quando começa a se concretizar a criação de um centro de formação de agricultores na atual sede da entidade.

grupo quer que a entidade concentre as suas atividades na assistência técnica dada aos sócios. Nas pesquisas de campo esta preocupação apareceu algumas vezes, ora de forma mais contundente, ora de modo mais velado.

Esta fase é marcada pelo aprofundamento da opção pela agricultura familiar, feita já durante a fase III. Como novidade metodológica, temos, como tendência, o desenvolvimento de atividades focadas na formação escolar. Nesta fase, a formação pastoral perde a força e cede espaço para uma formação mais acadêmica. As principais atividades desenvolvidas são: curso de especialização em desenvolvimento e movimentos sociais, elaborado em conjunto com a Unioeste (2002-2003); um curso de pós-médio (2004-2006) ministrado na própria Assesoar, em convênio com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e participação na articulação para a criação do curso de Pedagogia para educadores do Campo, um convênio, entre INCRA/PRONERA; Unioeste e Fundação de Apoio ao Ensino, Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação (FUNDEP) com recursos do Pronera. Nos termos do convênio o papel da Assesoar é de prestadora de serviços de hotelaria (hospedagem e alimentação mas, na prática a entidade se posiciona como uma das mentoras e articuladoras do curso exercendo um forte militância para que ele se efetivasse e tivesse continuidade.

Para Khatounian ; Gehlen (1996), a evolução do processo educativo da Assesoar é constituído de três iniciativas: a) de inovação, b) de eficiência e c) de compromisso com os agricultores. No que se refere à inovação, eles dizem que ela é “resultado da proposta metodológica e organizacional, através das quais os agricultores beneficiários participam ativamente na construção da Escola, desde o planejamento, a seleção, os conteúdos e a execução.” A eficiência era “resultado da estratégia metodológica e conceitual da Escola, da qualificação dos Professores, do compromisso das famílias” (ASSESOAR, 1998, p. 42), e no compromisso que se referia “ao respeito e valorização do agricultor familiar em três dimensões: como identidade social (a família agricultora), como cidadão e como profissional”. As três iniciativas apontam para a utilização do método Paulo Freire. Este método será experimentado na escola de Jacutinga, durante o PVR, e se constituirá no pivô de algumas das crises com a universidade e também com a prefeitura.

O processo de transição visto anteriormente dura aproximadamente dez anos. Para consolidar as experiências da década de 1990, a Assesoar vem, nos primeiros seis anos da década (2000-2006), atuando mais fortemente na construção de experiências educativas para o campo.

#### **4.5 - Planejamentos do trienal 2005-2008, apontando os rumos da consolidação da formação como um dos eixos prioritários de atuação**

A fase IV, ao mesmo tempo em que consolida um longo processo de mudanças, vê surgir novos desafios para a Assesoar. Nesta fase, ela deve enfrentar o desgaste com as outras instituições do campo *da* agricultura familiar, que atuam no mesmo espaço, mas que têm visões divergentes da sua. Para isso, novas alianças são necessárias, bem como novos acordos para as velhas alianças, em que a importância das atividades desenvolvidas no PVR, nos últimos dez anos, teve um papel fundamental. Na revista Cambota, número de dezembro de 2004, há uma referência explícita da Assesoar à incorporação de aprendizados importantes obtidos no decorrer do desenvolvimento deste Projeto:

O Desenvolvimento visto e gerido a partir do local - comunidades e municípios têm sido um dos eixos estratégicos da ação da Assesoar, nos últimos anos. O Projeto Vida na Roça - PVR, tem desempenhado o papel de desenvolver um método válido de trabalhar o desenvolvimento do campo. [...] Esse método de promoção do desenvolvimento local deverá avançar, no novo trienal, no sentido de implementar ações referenciais capazes de mobilizar as comunidades a proporem Políticas Públicas municipais e regionais para o desenvolvimento, com interferência na organização dos orçamentos e na gestão, com mecanismos apropriados (REVISTA CAMBOTA, número 255, de 2004).

O triênio de 2005 a 2008 aponta para um momento de inflexão da entidade que implicará, ao mesmo tempo, a sua remodelação interna e na forma como ela se articula com os movimentos sociais. O quadro a seguir mostra a nova base<sup>53</sup> de sustentação política da Assesoar. Boa parte da sua configuração cristaliza e configura as redes nas quais ela vem trabalhando nos últimos dez anos. Chamamos a atenção para a ampliação das entidades ligadas à educação e para os apoios políticos ligados ao Partido dos Trabalhadores. Não entraremos em detalhes no processo da sua configuração, procuramos apenas listar os diversos atores que, com ela, desenvolvem algum tipo de convênio e ou atividades.

É interessante observar que, simultaneamente ao crescimento dos parceiros, houve um decréscimo quanto ao número de associados. Isto pode em parte ser atribuído aos desdobramentos da opção da Assesoar de se retirar do trabalho de massas e de se concentrar na qualidade dos sócios.

---

<sup>53</sup> Considerando apenas as alianças construídas no período, sem problematizar as rupturas ocorridas.



**Quadro 9: As redes e parceiros da ASSESOAR**

Internacionais	Conselho de Educação de Adultos da América Latina e do Caribe (CEAAL); EED – Alemanha; CCFD – França; Movimento de Jovens Agricultores na Alemanha.
Nacionais	Associação Brasileira de ONGs (ABONG); Rede Ecovida de Agroecologia; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Núcleo Sindical dos Trabalhadores Rurais.
Estaduais regionais	Articulação Regional, Paranaense e Nacional por uma Educação do Campo; Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF/SUL); Fórum Intergovernamental e de Entidades do Sudoeste Sub-Regionais e Regional de Entidades da Agricultura Familiar Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (CRABI); Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR); Coordenação Regional de Associações (CRAPA); Sistema de Cooperativas de Leite (SISCLAF) Francisco Beltrão e Dois Vizinhos; Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) Verê; CRESOIS de Capanema, Planalto, Pérola D'Oeste, Santo Antonio, Salgado Filho, Ampère, Francisco Beltrão, Marmeleiro, Renascença, Dois Vizinhos, Coronel Vivida, Nova Prata, Cascavel, Candói, Laranjeiras do Sul; Território do Sudoeste do Paraná.
Municipais	Fórum Municipal de Entidades da Agricultura Familiar.
Prefeituras	Prefeituras de Francisco Beltrão e de Dois Vizinhos.
Órgãos do Governo Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério do Meio Ambiente (MMA).
Universidades e entidade de ensino	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UFTPR); Escola Agrotécnica Federal de Dois Vizinhos; Casa Familiar Rural de Dois Vizinhos.
Políticos	Coordenação dos mandatos da deputada estadual Luciana Rafagnin e do deputado federal Assis do Couto, senador Flávio Arns (todos do Partido dos Trabalhadores), além de diversos vereadores e secretários municipais.
ATER e pesquisa	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER).

Fonte Assesoar (2005). Organizado por ALVES, A. F. 2006.

Os impactos dessa diminuição dos sócios na estrutura da Assesoar ainda é uma questão em aberto. Sabemos que ela é uma opção tomada no início dos anos 1990, pela qual “os associados podem ser poucos, representativos e de qualidade”. Os resultados dessa decisão estão estampados nos números. É necessário ponderar sobre o critério de qualidade adotado.

**Quadro 10: Distribuição de associados ativos por município\***

Município	2003	2004	2005	2006	2007 <sup>54</sup>
Ampère	10	09	08	08	05
Bela Vista da Caroba	05	02	02	02	01
Boa Esperança do Iguacu	01	01	01	-	0
Bom Jesus do Sul	-	-	-	01	0
Candói	01	01	01	-	0
Capanema	70	28	26	23	14
Chopinzinho	-	-	-	2	1
Coronel Vivida	52	17	14	12	6
Cruzeiro do Iguacu	02	02	02	02	02
Dois Vizinhos	92	19	17	17	09
Enéias Marques	01	01	01	01	01
Flor da Serra do Sul	02	02	02	02	0
Francisco Beltrão	91	40	35	32	16
Manfrinópolis	02	-	-	-	01
Marmeleiro	46	12	11	10	10
Nova Prata do Iguacu	18	08	07	06	03
Pérola do Oeste	42	09	07	05	03
Planalto	62	21	19	15	05
Pranchita	03	-	-	-	0
Realeza	09	05	02	01	0
Renascença	03	03	03	02	0
Salgado Filho	51	15	14	12	05
Salto do Lontra	46	-	-	11	09
Santa Isabel do Oeste	06	06	04	03	01
Santo Antônio do Sudoeste	10	-	-	-	04
Verê	08	08	05	04	03
Total	633	209	181	171	98

Fonte: Assesoar (2007). Organização: ALVES, A. F. 2006.

\* A Assesoar considera ativo o associado que participa das assembléias e quita as anualidades.

(-) dados não disponíveis

Do ponto de vista financeiro, como veremos a seguir, a redução do número de sócios não teve impacto nas finanças da Assesoar, até porque ela cobra uma anuidade equivalente em reais a meio saco de milho. É necessário pensar sobre quais impactos esta redução terá na penetração política da Assesoar a médio e longo prazo.

#### 4.5.1 - Aspectos financeiros da Assesoar<sup>55</sup>

Simultaneamente ao processo de mudanças internas, mesmo com a ampliação das entidades do campo, a Assesoar conseguiu diversificar o seu leque de financiadores. Nesta

<sup>54</sup> Os dados de 2007 são referentes aos meses de janeiro a março. Atualmente a Assesoar considera ativos os agricultores que pagaram a última anualidade até 2004. Os inadimplentes desde 2003 foram excluídos do quadro de associados. Desta forma, os números das colunas não representam o número exato de sócios, mas apenas o total de contribuições nos respectivos anos. Nesse sentido, da soma geral apresentada, a Assesoar considera como sócios adimplentes o total de 238.

<sup>55</sup> A análise a seguir tem como base o trabalho de ARMANI, consultor encarregado pelas financiadoras internacionais de avaliar a Assesoar, e refere-se a um período de aproximadamente 12 anos; o que compreende quatro triênios – 1996-98, 1999-01, 2002-04 e 2005-07. Este período coincide com a implementação do PVR. Os dados foram apresentados durante a segunda oficina de reflexão coletiva realizada nos dias 8 e 9 de março de 2007. Os dados do período imediatamente anterior estão disponíveis no relatório consolidado de Khatounian ; Gehlen e publicados em 1996. Além desses relatórios, contamos também com a estreita colaboração da equipe da tesouraria da Assesoar, que contribuiu prontamente com dados e esclarecimentos.

fase, quase todos os projetos desenvolvidos tiveram recursos provenientes de financiadores internacionais<sup>56</sup>.

Nos últimos quatro anos<sup>57</sup>, os recursos financeiros da Assesoar provieram sobretudo da cooperação internacional (cerca de 60%), contando-se também com recursos próprios (cerca de 40%). Os recursos próprios provêm da venda de serviços de laboratório, arrendamento da gráfica e do aluguel de um prédio. A contribuição do seu quadro social tem representado da ordem *0,01% do orçamento*. Da cooperação internacional, até 1994, as principais contribuições provinham da CEBEMO, da MISEREOR<sup>58</sup>, da EZE e da PPM. A partir de 1995, a CEBEMO passa a apoiar diretamente as centrais de associações de agricultores e a MISEREOR se direciona para o Fundo de Crédito Rotativo e as cooperativas de crédito, e, a partir de 1996, os fundos da PPM vão diretamente para os movimentos de mulheres (KHATOUNIAN; GEHLEN, 1996, p.16. *Itálico nosso*).

Com as mudanças na forma de financiamento das entidades internacionais, sobretudo no que diz respeito à retirada de apoio a projetos no Sul do Brasil, este quadro se alterará de forma expressiva já no início de 2000. Os mecanismos de financiamento da entidade sofrem uma mudança significativa. As organizações financeiras internacionais diminuem o fluxo de recursos para a Assesoar, o que leva a entidade a se reorganizar novamente e a buscar ampliação das receitas próprias e nos projetos financiados pelo Estado. No quadro abaixo podemos observar o perfil das principais financiadoras da Assesoar. Uma das características centrais observada é a sua vinculação às Igrejas Católica e Protestante, o seu foco no combate à miséria, a inclusão de temas como formação, desenvolvimento local e sustentável, além de políticas públicas e o foco em atividades pastorais.

---

<sup>56</sup> Dentre os quais destacamos: Planejamento e Gestão das Unidades Familiares de Produção e Associações (apoiados pela EZE/Alemanha); Escolas Comunitárias de Agricultores apoiada pelo CEFD/França e ELJ (Alemanha); Projeto Vida na Roça (com recursos próprios e do CCFD).

<sup>57</sup> Referente ao período entre 1992 a 1996.

<sup>58</sup> No caso do MISEREOR, em 1996 a Assesoar abre mão dos recursos dessa entidade e os repassa integralmente para o fortalecimento da CRESOL, o que demonstra o nível de empenho da entidade em criar novos atores para atuar no cenário regional. Com isso, também ela abre a possibilidade de constante diálogo com as entidades que ajuda criar.

**Quadro 11: Principais financiadoras da Assesoar**

Entidade/ religião/país	Finalidade/caráter/objetivos	Atividades financiáveis	Temas prioritários e tipos de atividade estimuladas
VASTENAKTIE/ CEBEMO  Igreja Católica País: Holanda	<b>Finalidade:</b> Apoio a processos nos países em desenvolvimento destinados à emancipação social e ao progresso econômico de grupos marginalizados. A mensagem bíblica de justiça e paz constitui uma fonte de inspiração para a execução dessa tarefa. Visão do desenvolvimento determinada pelos valores enfatizados pela doutrina social católica em relação ao ser humano e à sociedade.	Financiamento de projetos de desenvolvimento; educação para o desenvolvimento e <i>lobby</i> frente a atores políticos.	<b>Temas prioritários:</b> programas de desmarginalização que visam abrir canais (acesso) oficiais (crédito, políticas públicas, etc.) para organizações populares.  <b>Atividades prioritárias:</b> Formação.
Comité Catholique Contre la Faim et pour le Développement [CCFD]  Igreja Católica. País: França	<b>Finalidade:</b> desenvolvimento humano e espiritual para todos. <b>Objetivos gerais:</b> combater a fome para o desenvolvimento; lutar contra as injustiças e pelo respeito dos direitos humanos e dos povos; promover a solidariedade; reforçar os laços de cooperação com os países em desenvolvimento; constituir uma opinião pública ativa; ter uma ação educativa em vista de um compromisso permanente dos homens nas organizações e instituições que lutam pelo desenvolvimento.	Financiamento de projetos; bolsas; educação para o desenvolvimento; <i>lobby</i> frente a atores políticos e mobilização da opinião pública.	<b>Temas prioritários:</b> Desenvolvimento rural sustentável; cidadania e desenvolvimento local; criança; e desenvolvimento urbano. <b>Atividades prioritárias:</b> formação, capacitação, assessoria; pesquisa-ação; campanhas e políticas públicas.
Evangelische Zentralstelle für Entwicklungshilfe e.v. [eze]  Igrejas Evangélicas País: Alemanha	<b>Finalidade:</b> Estimular novos conceitos e experiências de desenvolvimento; apoiar programas destinados aos grupos mais pobres da sociedade; <b>Objetivos:</b> estimular a autonomia e a capacidade de auto-ajuda dos grupos populares; fortalecer o seu nível de engajamento pela construção de uma sociedade mais justa.	Financiamento de projetos de desenvolvimento; <i>lobby</i> frente a atores políticos; e mobilização da opinião pública.	<b>Temas prioritários:</b> Democratização; desenvolvimento sustentável; agroecologia; gênero. <b>Tipos de atividades prioritárias:</b> formações e assessoria.
Katholische Zentralstelle für Entwicklungshilfe [Misereor]  Igreja Católica País: Alemanha	<b>Finalidade:</b> Contribuir para o combate a fome, injustiça e a doença no mundo. Preferência a processos comunitários de libertação e desenvolvimento na luta contra as causas da miséria. Cooperação institucional, via de regra, não se define pelo seu caráter eclesial, mas à sociedade civil com a sua pluralidade. <b>Objetivos:</b> Para o Brasil, contribuir para estimular e fomentar processos participativos e redistributivos, para a transformação da sociedade.	Financ.de proj. de desenvolvimento; assessorias técnicas; educação para o desenvolvimento; <i>lobby</i> frente a atores políticos; mobilização da opinião pública e comunicação com os doadores.	<b>Temas prioritários:</b> aproveitamento dos espaços democráticos (conselhos municipais) pelas camadas populares; desenvolvimento rural sustentável; geração de renda e gênero. <b>Tipos de atividades prioritárias:</b> serviços e assessoria a grupos organizados e movimentos populares.

Fonte: Rede Rits<sup>59</sup>. Organização ALVES, A. F. 2007.

Os dados de 2005 do relatório financeiro da Assesoar mostram que os associados contribuiriam com apenas 0,05 por cento das receitas da entidade. No mesmo ano, do orçamento total, 74,67% é resultado de convênios internacionais e do Governo Federal (49,91% e 24,7%, respectivamente). No que se refere aos órgãos internacionais, atualmente apenas duas entidades têm convênios firmados, sendo a EED (da Alemanha) e a CCFD (da França). Armani (2007) destaca que a Assesoar historicamente tem demonstrado dificuldades

<sup>59</sup> Disponível em: <[#>. Acesso em: 25 maio 2007.](http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_mat01_aginter.cfm)

e resistência para acessar recursos públicos, o que não ocorre na maioria das ONGs brasileiras. Na Assesoar, as primeiras experiências só vieram a ocorrer no penúltimo trienal (2002-04), e, na sua maior parte, produto de projetos conjuntos. Entre 1996 a 2006 ocorreram apenas duas iniciativas. A primeira, junto ao governo municipal, no início do PVR, e em atividades ligadas ao projeto; e outra, em 2004, junto ao governo federal, em que a entidade obteve recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) para implantação de uma experiência com agrofloresta.

Os recursos próprios correspondem a 36% das receitas do atual triênio e são, segundo Armani, a fonte de receitas mais segura da Assesoar, pois estão neles os aluguéis e os serviços de cozinha. Para ele, é fundamental que a Assesoar melhore e aperfeiçoe as suas estratégias de geração de recursos próprios. A Assesoar tem condições de infra-estrutura e de gestão de serviços para manter o peso significativo destes no conjunto das suas receitas (ARMANI, 2007, p. 5). A reforma da sede e a construção do Centro de Formação têm um grande potencial, pois permitirão a melhora dos seus serviços de hotelaria (hospedagem de estudantes) e de cozinha, aumentando a sua autonomia frente às instabilidades de financiamento externo.

Paralelamente à sustentabilidade financeira, de fundamental importância para a política da Assesoar, é a relação com a rede de parceiros, o que se traduz na sua sustentabilidade institucional e política. O que marca essa relação é que antes do PVR, a entidade desenvolvia atividades em que controlava quase que inteiramente o fluxo do trabalho. Estas atividades eram perpassadas por calendários e objetivos em comum com as outras entidades. Em outras palavras, o PVR criou interfaces com diversos atores localizados em diferentes esferas de atuação e interesses. O Projeto muda este relacionamento e coloca a Assesoar em uma relação de co-dependência com outras entidades. Nesse processo, apesar de ser a entidade que organiza as atividades do Projeto e, teoricamente, teria o maior poder, coloca-se numa posição de fragilidade e desgaste. Isto porque este processo de planejamento, gestão e execução, que era partilhado, desloca os atores das suas esferas e os coloca em pontos de contato frequentes.

No próximo capítulo, utilizando o conceito de interface, pretendemos analisar como a Assesoar se relacionou com esta forma de organizar e pensar um projeto em conjunto, e como se processaram as relações de poder dentro dele.

## **Capítulo 5**

### **A crise do PVR e o esvaziamento da rede: uma análise à luz de suas interfaces**

#### **5.1 Atores, interface e poder na dinâmica do PVR**

Em 1995, no momento em que propõe o PVR, a Assesoar está creditada por um enorme patrimônio de poder construído ao longo de sua história: seja na defesa da agricultura familiar regional, seja no seu papel na construção do PT ou na formação de lideranças políticas para o partido e para as entidades da agricultura familiar. Além do poder local, a ONG mantém e se conecta a diversas redes nacionais e internacionais, o que lhe confere ainda mais poder, simbólico e financeiro.

Contudo, as relações sociais estão em constante transformação, e a habilidade na utilização do poder é constantemente testada nas relações de interface. Os atores sociais, mesmo os mais improváveis, podem desestruturar as articulações dos “poderosos”, estabelecer outras ou, dependendo das relações, esvaziarem o cenário em que eles ocorrem. O poder, portanto, não é uma soma zero, mas é produto de negociações tácitas e explícitas em complexas configurações. Neste sentido, no que tange ao fluxo de eventos do PVR, nosso desafio nesse capítulo é verificar como se estabelecem as negociações de poder. Assim as interfaces entre os diversos atores sociais em questão podem ser observadas como produto de conflitos e acordos em que, com bastante frequência, ocorrem alterações nos padrões e nas circunstâncias que orientam as ações dos atores. Essas alterações, por sua vez, provocam mudanças não apenas na formatação das redes, mas também possibilitam que novas interações e arranjos surjam. Dificilmente os atores se sujeitam à imobilidade, a papéis fixos. Ao responder às relações sociais em que estão envolvidos eles geram constantes alterações, inclusive nos seus padrões valorativos e culturais, processo em que os significados, valores e interpretações não são apenas culturalmente construídos, eles são também diferentemente aplicados e reinterpretados (LONG, 2002). Com isso os acordos devem ser vistos sempre como provisórios.

Ao atentarmos para a arena pertinente à nossa pesquisa, vemos que a Assesoar, até a proposição do PVR, foi capaz de comandar, ressignificar e interpretar os valores de uma parte importante dos agricultores do sudoeste paranaense. Com este Projeto, ela será desafiada a construir uma agenda de trabalho com atores de “outros mundos”. Esses atores possuem dinâmicas, valores e culturas institucionais localizados longe de sua área de influência. Além disso, todos os atores envolvidos tinham suas próprias necessidades e objetivos com o PVR.

Por esse ângulo, todos tinham interesses ligados ao Projeto, mas cabia à Assesoar a tarefa de arrolar, definir, convencer e ressignificar o papel de cada um e colocar a rede em funcionamento.

A organização do PVR criará as interfaces e colocará esses atores em contato direto com os interesses dos outros. As interfaces devem ser consideradas, como já vimos anteriormente, como campos de batalha de conhecimento, como espaços de conflito e acordos. Observar as interfaces possibilita perceber como os atores formam suas “visões de mundo” e como se transformam no processo. É na interface que os atores se expõem e são obrigados a explicitar suas posições políticas e ideológicas. É na interface que os problemas e os resultados são apresentados, discutidos e mediados, e os acordos são forjados e desfeitos. O foco nas interfaces possibilita, não apenas uma leitura das relações de poder, ele permite também observar como estas questões são interpretadas pelos próprios atores.

Por esta razão, longe de se mostrarem como uma estrutura unificada e coerente, as relações nas interfaces emergem de forma desordenada, em processos multifacetados e conflituosos. Nesses processos estão presentes questões políticas, sociais, culturais e técnicas que não são passivamente acomodadas, como quer o Ator-mundo, pois os outros atores se posicionam na defesa de seus interesses. Desse modo, estes discursos e práticas quase nunca são encontrados puros, mas confusamente diluídos pela extensão temporal e discursiva da rede. Antes de entrarmos na análise das interfaces, e tendo como pressuposto que a Assesoar é o ator que reúne condições para propor o PVR, passaremos a verificar como essa entidade analisa e concebe os parceiros e os adversários, e como ela traduz para os outros atores a realidade na qual pretende intervir.

## **5.2 - Compreensões da Assesoar sobre os atores envolvidos no PVR**

### **5.2.1 - A capacidade dos atores**

Como visto anteriormente, a Assesoar, ao longo de sua história, construiu uma metodologia de trabalho peculiar em que combina a ação política com elementos pastorais da Igreja Católica. Nesse processo ela também estabeleceu alguns critérios para a identificação de aliados (pessoas e instituições) para atuarem com ela nos seus projetos. Ao estudarmos a concepção da Assesoar a respeito destes assuntos podemos perceber que ela os classifica de acordo com sua capacidade de intervir na realidade em que vivem. Sendo assim, ela os considera a partir de duas categorias básicas: os passivos e os criativos. Em linhas gerais, a entidade infere que os atores sociais passivos assumiriam que o mundo em suas múltiplas

esferas já está consolidado, ou que cabe a outros fazerem as alterações que acham necessárias. Para os criativos, entretanto, nada está parado ou definido. Estes atores são os que lutam para transformar o mundo, que se esforçam para recriar as condições de existência, são os que militam por causas e que, nessa militância transformam o seu cotidiano (ASSESOAR, 1998, p. 15). Para ela, a categorização da capacidade dos atores está articulada à sua forma de intervir na esfera política. Embora estratégica do ponto de vista político, esta visão, propicia o nascimento de uma divisão dicotômica do mundo, das pessoas e das instituições. Este modo de enxergar a realidade e as parcerias é fruto das bases metodológicas com as quais a entidade se lança na tarefa de intervir no espaço público, como mostraremos a seguir.

Esse processo de dicotomização assumido pelas práticas da Assesoar tem uma dupla origem: o pensamento religioso (que divide o mundo entre o bem e o mal); e uma leitura marxista da realidade, herdada da teologia da libertação, é necessário notar que, embora tenha perdido força, sobretudo após os anos de 1980, o aspecto religioso ainda continua a ser importante na organização da Assesoar. Internacionalmente os maiores financiadores são ligados às Igrejas católica e luterana. No âmbito nacional a ligação da Assesoar com a Pastoral da Terra ainda é muito importante. Todos os diretores que entrevistamos são ligados diretamente a trabalhos pastorais em suas comunidades. Para os membros desta ONG, o elemento central de análise está focado no mundo do trabalho e nas suas relações com o cotidiano dos agricultores. O trabalho é concebido como a dimensão mais elevada da realidade. Os indivíduos e instituições que não percebem essa verdade são considerados alienados. Por outro lado, os que percebem o mundo dessa forma são considerados conscientes. Estes últimos, por sua vez, são vistos não só como dotados de uma percepção privilegiada da realidade mas também como portadores da verdade. Os atributos da consciência política e da questão religiosa dotam-nos, segundo essa visão, de um patrimônio moral que, muito mais que justificar sua atuação política, impele-os a um trabalho de conscientização.

Esta percepção da realidade encontra na ação pastoral um elemento complementar perfeito. Na fase em que se desenvolveu o PVR (1996-2006), a Assesoar procura desenvolver um trabalho que combina a ação política herdada do trabalho dos anos 80 e 90 com uma ação pedagógica ainda em construção na entidade. No Box 3 reproduzimos como a entidade concebe sua relação com os parceiros e como se posiciona nas interfaces que surgem dessas interações. No texto do BOX 3 encontramos, em linhas gerais, uma síntese dos fundamentos de sua postura política. Esta posição está fundamentada em duas posições básicas:



primeiramente vemos que a ação política é calcada na percepção de mundo focada em um processo de transformação social; em segundo lugar, está presente a idéia de participação em um processo conjunto de compromissos, ações e mobilizações.

Essas articulações e compromissos estão vinculados à idéia da verdadeira concepção da realidade que levaria à construção de uma hegemonia de poder, cargos e instituições. Ao tomar esse discurso como suficiente para entender também as dinâmicas do PVR, poderia conduzir a Assesoar à percepção errônea de que estes pressupostos (e as decisões internas da entidade) ou a vontade política de pessoas e grupos bastariam para interferir na construção de políticas públicas que a entidade julgava, naquela época, necessárias para atender às necessidades dos agricultores. Na nossa avaliação é necessário levar em consideração as complexas relações que constroem tais espaços, bem como seus processos de negociação, seus conflitos, consensos etc. E para isto, consideramos que o foco nas interfaces é uma opção teórico-metodológica acertada para entender o PVR.

### **Box 3: A concepção de participação política para a Assesoar**

O mundo (natureza, sociedade) sempre foi modificado pelas ações humanas e naturais, gerando processos organizativos que mexem na relação das pessoas entre si e delas com a natureza. Essas mudanças são decididas conscientemente ou não, para satisfazer necessidades físicas ou inventadas socialmente. A satisfação das necessidades e anseios dos seres humanos, quando não orientadas por valores solidários das relações humanas e naturais tornam-se insensíveis e violentas, podendo destruir desde a harmonia entre as pessoas até a própria vida, sem falar da natureza como um todo; A forma como estão estruturadas as organizações que regulam as relações entre as pessoas e destas com o mundo, podem reforçar ou alterar traços da cultura produzida historicamente; O que realmente faz a diferença em termos de capacitação das pessoas é se elas são passivas ou se elas são criativas. Passivas: fruto da visão de que as coisas já estão prontas ou cabe a outros fazer. Criativas: compreendendo que nada está parado, tudo está constantemente sendo recriado e qualquer pessoa ou organização é desafiada para tal. A sociedade estrutura-se e mantém seu movimento pelo confronto de interesses, vontades, idéias, conhecimentos e papéis sociais diferenciados e dinâmicos.

#### **Como esta forma de ver o mundo torna-se vivenciada.**

(dimensão político-metodológica) a) Qualquer ação cidadã (*Indivíduo ou instituição com capacidade de compreender o mundo e inserir-se, conscientemente concordando ou atuando para modificá-lo*) só torna-se possível se implica no autoconhecimento e reconhecimento de identidades específicas (indivíduos ou instituições); b) As iniciativas avançam de forma participativa se os procedimentos de construção das mesmas gerarem o compromisso. O assumir implica em construção conjunta de todos os passos do processo; c) Todas as ações implicam num entrelaçamento de atividades institucionais diferenciadas. É preciso compreender as diferenças e encontrar os pontos comuns de ação (aliança política) para potencializar as iniciativas; d) Se existem as alianças, existem os enfrentamentos políticos necessários, cuja análise deve indicar que setores, classes, grupos estão frontal ou parcialmente em oposição (baseados na visão de organização social, de desenvolvimento e destino das riquezas); e) A verdadeira concepção (para além do discurso) manifesta-se quando determinada pessoa ou grupo social passa a ter hegemonia sobre um instrumento de poder (instituição, cargos, recursos). Considerados estes elementos, a compreensão de desenvolvimento passa, necessariamente, pela recriação do espaço de vida, principalmente do trabalho, como espaço educativo, pois por ele enfrentamos o desafio de reinventar as condições da existência. Em grande parte, o trabalho determina nosso imaginário social e pessoal

As culturas institucionais e estruturas das entidades ou dos agricultores não funcionaram na mesma velocidade e nem na mesma sintonia que a Assesoar esperava. Os pressupostos do projeto e as decisões não eram aceitas ou autorizadas passivamente. Para que o projeto funcionasse minimamente dentro do que a ONG esperava, entre os desafios estava a necessidade de, além de traduzir para os parceiros um conjunto significativo de idéias (explícitas em documentos, relatórios e discursos), fazer com que cada um assumisse seu papel e, mais do que isso, que o cumprisse da forma como ela pensava. Isso criava uma inevitável dissonância cognitiva. Uma das estratégias adotadas para minimizar os conflitos que esta dissonância gerava era a de simplesmente negá-los, projetando o PVR como um espaço passível de ser construído dentro das idéias de harmonia, fraternidade e solidariedade. Para isso era necessário promover um deslocamento da comunidade para outro lugar, e este deslocamento se processava em três esferas destacadas abaixo no Box 4:

#### **Box 4 – Visão da Assesoar sobre o desenvolvimento ideal**

**A esfera Econômica**, para que se desenvolva em harmonia, é preciso que seja orientada pela diretriz da fraternidade, ou seja, uma vida econômica saudável deverá orientar a produção de riquezas de acordo com as necessidades naturais e as inventadas, da maioria absoluta da população e da natureza. À medida que se produz com base nas necessidades dos outros, *de forma fraterna (solidária), a produção, despojada de especulações, atingirá o equilíbrio da vida econômica.* **A esfera Jurídica** deve estar calcada nos princípios da igualdade, onde as organizações estabelecem normas, onde duas partes fazem acordos, onde há fechamento de negócios ou são assumidos compromissos, há de se estabelecer uma relação de total igualdade, onde o exercício do poder não sirva para privilégios ou vantagens sobre outros. Para que **a esfera Intelectual ou Espiritual se desenvolva com harmonia, faz-se necessário que esteja permeada pelo princípio da liberdade. O ser humano não poderá ser tolhido nas suas capacidades individuais de criar, de propor e atuar no mundo. Tanto no pensamento, quando na ciência, na arte, no ensino, na religião, no trabalho ou qualquer outra atividade do espírito humano, há de se abolir a massificação e a imposição de ideologias, dogmas ou verdades absolutas, para que, em liberdade, cada ser humano possa contribuir de forma construtiva no desenvolvimento social**

Assesoar, 1998a, p. 14 (negritos nossos).

Estas três esferas têm, como eixo central, a idéia da harmonia nas relações dos membros dos projetos com a Assesoar. Para que esfera econômica, por exemplo, se desenvolvesse de modo adequado, deveria estar orientada pela diretriz da fraternidade, em que “uma vida econômica saudável deverá orientar a produção de riquezas de acordo com as necessidades naturais e as inventadas, da maioria absoluta da população e da natureza” (ASSESOAR, 1998, p. 14). E continua: “À medida que se produz com base nas necessidades dos outros, de forma fraterna (solidária), a produção, despojada de especulações, atingirá o equilíbrio da vida econômica” (ASSESOAR, 1998). Como podemos perceber, nesse discurso,

há a tentativa de subordinar as necessidades individuais ou familiares a uma forma coletiva e solidária na qual desapareceria especulação (mercado), e, em seu lugar, surgiria o equilíbrio. A esfera Jurídica, por sua vez, está calcada no princípio da igualdade. Está é a esfera em que se realizam os acordos entre as organizações e grupos (entidades e pessoas), princípio que deveria orientar e permear os acordos sem que houvesse privilégios entre os participantes. E, finalmente, para que a esfera Intelectual ou Espiritual. Se desenvolvesse com harmonia, o princípio que a embasava era o da liberdade, no qual “o ser humano não poderá ser tolhido nas suas capacidades individuais de criar, de propor e atuar no mundo” (ASSESOAR, 1998). Isto deveria ocorrer em todas as esferas da criação humana, da ciência à arte com “a abolição de imposição de ideologias, dogmas ou verdades absolutas”.

Em tal quadro, os diversos e complexos aspectos que a agricultura tem assumido nos últimos anos são reelaborados e recriados através de dois cenários básicos: 1) o cenário de um mundo de harmonia, liberdade e igualdade; 2) o cenário de luta pelo poder e pela construção da hegemonia, num mundo constituído de atores em acirrada disputa.

**Quadro 12 – Idéias, atores e objetivos centrais dos cenários apresentados**

	Idéias Centrais	Atores	Objetivo
Mundo externo	Conflito, luta pela hegemonia política, verdadeira concepção, recriação do espaço da vida, imaginário determinado pelo trabalho.	Passivos e criativos.	Conquista da hegemonia
Mundo Interno	Três esferas de atuação prioritárias (econômica, jurídica e espiritual) prevalência da idéias de harmonia, equilíbrio, solidariedade, fraternidade e igualdade.	Grupos e instituições dispostos a efetuarem acordos.	Sociedade igualitária, vida comunitária, harmonia, autonomia, liberdade.

Organização: ALVES, A.F. 2007.

Dentre os desafios que se materializarão nas interfaces do Projeto estará a impossibilidade de separação das relações existentes no “mundo lá de fora” (como as políticas públicas nacionais, as redes nas quais os atores estão conectados, o mercado etc.) e o “mundo aqui de dentro” (as idéias de comunidade camponesa, autonomia, harmonia e solidariedade da comunidade). Não há como manter estas dimensões distantes e isoladas umas das outras, ou, circulando e sendo autorizadas apenas pelo coletivo do Projeto. As dinâmicas do dia-a-dia mostrarão a dificuldade da construção de um mundo rural autônomo. A realidade cotidiana dos agricultores é dinâmica, e permeada pela absorção de novos valores, novas técnicas, novas necessidades em que uma visão autárquica de propriedade autônoma é cada vez mais

distante e utópica dentro do universo da agricultura familiar. Na micro-realidade criada no início do PVR, de fato, os acordos eram costurados de forma relativamente fácil. Contudo, quando as decisões ali tomadas eram lançadas para cenários mais amplos, como, por exemplo, nas interfaces institucionais com os parceiros, elas não prosperavam de forma harmônica.

No cenário do PVR, em qual dos mundos a entidade quer deslocar seus parceiros? O *da verdade* única e luta pela hegemonia e poder? Ou o da harmonia, liberdade e igualdade? Nos dois casos, a Assesoar precisará se projetar para fora de sua esfera de atuação doméstica, ou seja, será necessário compartilhar a condução do PVR com outras entidades. No contato com os chamados parceiros, ela deverá colocar à prova os pressupostos de sua leitura da realidade, num processo de convencimento que envolvia, não apenas seus interesses, mas, também os interesses das outras entidades. Cada uma delas, aliás, possuidora de estruturas, leituras da realidade, corpo técnico, expectativas e leituras políticas e, por consequência, estratégias de ação próprias ou específicas.

A Assesoar levará para o PVR uma estrutura decisória similar à praticada na entidade. Com pequenas assembleias, reuniões com as linhas e grupos temáticos, e a realização de uma grande plenária em que as agendas são debatidas e votadas. São os agricultores quem decidem mesmo que, no caso do PVR, não tenham todos os subsídios necessários para isto. Este modelo vem funcionando desde o final da década de 1970. A diretoria é exclusivamente composta por agricultores, outra característica da diretoria é que ela é altamente qualificada seus membros, quase sem exceção, possuem uma sólida formação política e uma grande capacidade de análise da conjuntura política e social, além de que se expressam de forma clara e objetiva.. Suas decisões (não sem tensões ou conflitos) são amparadas pela assessoria do corpo técnico mas, em última instância, a direção tem um papel central na tomada de decisão.

Na Assesoar, para ser sócio, é necessária a indicação por um membro. Sua história e o seu comprometimento com os movimentos sociais são avaliados antes do ingresso, o que garante certa uniformidade no perfil dos membros. Depois de se filiar, o agricultor passa a freqüentar reuniões, assembleias e cursos de formação que promovem e estimulam discussões políticas, filosóficas e estratégicas do campo da agricultura familiar. No PVR, no entanto, isso não ocorria, pois, por princípio todos os agricultores tinham assento no Projeto. As visões políticas e sociais eram bastante distintas, bem como seu tempo de formação. Desse modo, a diferença central entre a ONG e o PVR está no conjunto dos agricultores atendidos pelo Projeto. A maioria não tem a mesma formação política, social e técnica observada na diretoria

da entidade. No modelo pensado para o PVR os parceiros deveriam fornecer assessorias para os agricultores que, baseados em suas experiências, decidiriam sobre os rumos do projeto. Contudo, esse modelo não evita, obviamente, os conflitos, nem na Assesoar, nem no PVR, pois ele propicia o surgimento de tensões geradas no embate entre o conhecimento dos técnicos e dos agricultores, que muitas vezes, se distanciam. A este respeito é necessário dizer que o corpo técnico da Assesoar é bastante antigo, com membros de mais de vinte anos na instituição e altamente qualificados<sup>60</sup>. Estes técnicos atuam em diversas áreas da instituição<sup>61</sup> como: formação, política, capacidade de diálogo com os agricultores, capacidade de desenvolver projetos, dentre outras.

Será com esta postura e com estas pretensões e questões em aberto que a Assesoar se lançará na construção do PVR. Na nova arena em que passa a atuar, a entidade precisará negociar a extensão do seu papel. Não bastava apenas *agir*, seguindo as diretrizes e planejamentos internos, pois os parceiros estão atuando no mesmo espaço e lidando com os mesmos problemas. O agir implicava também em negociar, dialogar e disputar espaços partilhados, dividir responsabilidades e colocar à prova capacidades argumentativas.

Obviamente, o Projeto contemplava espaços internos de diálogo. Mas, por parte da Assesoar, havia a tentativa de classificação e fechamento dos outros atores em papéis pré-definidos. O cenário ideal para a Assesoar era o da estabilização da identidade dos diferentes atores em posições preferivelmente fixas. Neste cenário, a Assesoar se deslocaria do debate, colocando-se em uma posição na qual a verdadeira concepção se manifestaria. Esse deslocamento, se bem realizado, permitir-lhe-ia a obtenção do papel de porta-voz dos interesses dos agricultores.

Desse lugar privilegiado, as atuações dos outros atores passariam a “circular” pelos pontos de passagem eleitos por ela. Contudo, a garantia da tradução e da centralidade do discurso não era uma apólice que permitia o funcionamento pleno e sem desgastes do projeto. Os atores tinham outras articulações. Primeiramente, com cada uma das instituições participantes do processo e, depois, com outras redes. Apesar do esforço do Ator-mundo em manter a rede intacta e funcionando, ela é frágil. Como diz Callon (1986), é necessário

---

<sup>60</sup> Todos têm formação universitária, a maioria tem mestrado nas suas áreas de formação [pedagogia, veterinária e história] e atualmente estão cursando doutorado em antropologia.

<sup>61</sup> Embora demonstrem essas habilidades, alguns diretores da Assesoar são extremamente críticos à atuação do corpo técnico. Um deles em particular diz que os técnicos gozam de uma situação privilegiada se comparado com o agricultor, pois, segundo ele, recebem bons salários independente da produtividade. O que não ocorre com os agricultores que necessitam de resultados e, talvez por isso eles sejam tão intransigentes em algumas questões (referindo-se ao debate agroecológico) e *negligentes* na questão da produção.

atentar para o fato de que a “tradução” é um processo, nunca uma realização completa. No quadro abaixo procuramos construir resumidamente os principais papéis atribuídos aos atores bem como o papel imaginado pelos atores, os deslocamentos efetuados e os mecanismos para tentar atá-los à rede.

**Quadro 13: Quadro sinóptico do papéis atribuídos do PVR e seus deslocamentos**

Ator	Papel atribuído	Papel imaginado pelo ator	Mecanismos para atar o ator à rede	Descolamentos da rede
<b>Universidade: fase FACIBEL.</b>	Colaboração na operacionalização das demandas dos agricultores. Organização, sistematização das experiências e produção acadêmica de divulgação dos resultados.	Papel central no planejamento e na construção do projeto Organização, sistematização das experiências e produção acadêmica de divulgação dos resultados e consolidação do setor de pesquisa e extensão.	Convênio, relações políticas e pessoais com a direção, horas remuneradas no projeto.	Pontuais
<b>Universidade: fase UNIOESTE.</b>	Manutenção do papel atribuído à FACIBEL.	Papel central nos fundamentos teóricos e metodológicos. O PVR como objeto de desenvolvimento de pesquisas individuais.	Convênio. Relações políticas e pessoais com alguns docentes. Divulgação da importância do PVR para a universidade.	Sistemático com total relativização do papel da Assesoar no processo. Legislação autônoma da extensão. Interesses individuais dos docentes.
<b>Prefeitura: fase – PMDB-PT</b>	Absorção e atendimento das demandas dos agricultores. Executora de políticas pensadas pelo PVR.	Complexo. Depende da configuração política. Participação visando votos. Monitoração passiva das agendas. Compromisso político de técnicos na primeira fase.	Convênio, relações políticas e pessoais com os técnicos da prefeitura. Pressão dos agricultores e das entidades ligadas à Assesoar.	Pontuais.
<b>Prefeitura: fase – PP-PSDB</b>	Absorção e atendimento das demandas dos agricultores. Executora de políticas pensadas pelo PVR.	Complexo. Depende da configuração política. Participação visando votos. Monitoração passiva das agendas. Compromisso político de técnicos na primeira fase.	Convênio, Lei municipal 2803/2000. Pressão pela expansão do PVR.	Sistemático. Leitura ideológica da Assesoar. Identificação da ONG como inimiga política. Deslocamento do <i>balcão</i> de atendimento para enfraquecimento das decisões coletiva do PVR.
<b>Agricultores</b>	Busca da autonomia. Liderança na condução de sua agenda de reivindicação. Perfil similar ao dos associados da Assesoar.	Complexo. Não homogêneo. Crença que o PVR melhoraria sua qualidade de vida e as condições de produção.	Proposta difusa de desenvolvimento sustentável. Atividades pontuais na melhoria da produção. Atividades na escola.	Pontuais e complexas. Abandono da rede. Busca pelo PRONAF ou outras formas de melhorar a renda.

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Organização: ALVES, A.F, 2007

Na seqüência, passaremos a descrever as interfaces para ilustrar o processo de interessamento direcionado aos parceiros do PVR, bem como alguns conflitos ocorridos para ilustrar como os atores se movimentaram nas arenas do Projeto.

As interfaces escolhidas foram com a universidade, a prefeitura e os agricultores. Tal escolha se justifica por três motivos básicos. No caso da universidade, a sua permanência no projeto até o fim e a existência de embates teóricos e metodológicos com a Assesoar; a prefeitura, pela disputa de poder político e pelo fato dela ser um dos objetos centrais na construção de políticas públicas; e os agricultores pela centralidade de sua participação como elemento justificador do PRV.

### **5.3 - FACIBEL e UNIOESTE**

A interface entre a Assesoar e a universidade ocorre em dois momentos distintos: o primeiro momento inicia-se em 1996 e se estende até 1999. Nesse período, a Assesoar tem como um de seus interlocutores a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (FACIBEL), entidade de ensino superior criada em 1974 e gerida pela prefeitura municipal. Esta faculdade possuía uma pequena estrutura física e oferecia três cursos de graduação: geografia, economia doméstica e pedagogia. Uma intensa movimentação de políticos locais, estudantes e professores solicita a incorporação da FACIBEL ao sistema estadual das universidades paranaenses<sup>62</sup>. Em 1999, o governo do Estado do Paraná, atendendo à pressão política local, absorve as atividades da FACIBEL e a incorpora à estrutura da UNIOESTE<sup>63</sup>. Com essa incorporação, temos o segundo período, que compreenderá os anos de 2000 a 2007.

Esta universidade é qualitativa e quantitativamente diferente da FACIBEL. Com a incorporação à Unioeste, houve uma quase completa renovação do quadro docente<sup>64</sup>. Os antigos professores da FACIBEL disputaram vagas com docentes oriundos de São Paulo e Rio Grande do Sul. Apenas poucos docentes do antigo quadro foram aprovados, outras não prestaram os concursos realizados. Este fator será essencial para a alteração na interface entre a Assesoar e a universidade.

---

<sup>62</sup> Atualmente, este sistema é composto por seis universidades: Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Estadual do Centro do Paraná (UNICENTRO) e Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

<sup>63</sup> A reitoria é localizada na cidade de Cascavel, no Oeste do Paraná e distante 180 quilômetros de Francisco Beltrão.

<sup>64</sup> Em atendimento às normas constitucionais, para entrada no quadro de funcionalismo do Estado, é necessária a aprovação em concurso público

### 5.3.1 – FACIBEL – regularidade e *harmonia*

O processo de interessamento da FACIBEL obedece a um roteiro bastante simples. Havia dentro da faculdade um grupo de professores preocupados em construir um setor de pesquisa e extensão. Esse grupo era formado basicamente por docentes que mantinham ligações com o PT local e com a Assesoar. O aceno da ONG para a possibilidade de participar de um projeto de desenvolvimento rural sustentável contribuía para tensionar internamente a liberação de horas para a criação desse setor. O PVR constituiu-se para os docentes em um vetor das suas reivindicações, que viam no projeto a oportunidade de fazer pesquisa e extensão na FACIBEL. Para a direção da faculdade na época, como mostra a matéria do Jornal de Beltrão de 22/08/1996, era uma oportunidade de construir um marco da gestão, um diferencial em relação às gestões passadas. Segundo o diretor da época, Viro de Graauw, o projeto possibilitava que a faculdade saísse das quatro paredes. O diretor dava o tom das relações entre a faculdade e a Assesoar, ao afirmar que o PVR era o convênio mais importante da história da faculdade.

O principal instrumento para atar a FACIBEL ao seu papel na rede foi um convênio assinado em 20 de agosto de 1996. Esse documento deve ser considerado uma peça chave para entender essas relações. Com ele, a ONG consegue, não apenas conectar a faculdade à rede, mas imprimir uma dinâmica de trabalho com a alocação de horas-atividade. Sua assinatura contou com a presença de aproximadamente 200 pessoas, bem como a cobertura da imprensa. Em seu conteúdo estão expressos os deveres, obrigações e compromissos do que a entidade chama de “Cooperação Técnica, Científica e Financeira”, além de objetivar a divulgação científica e a “socialização do conhecimento já acumulado pelas duas entidades através de ação prática em projetos de desenvolvimento, visando melhorias na qualidade de vida, sobretudo, da população rural”. Mas, sobretudo, o convênio se tornará instrumento de poder utilizado sempre que os professores se deslocarem dos objetivos traçados pela ONG.

Os anos iniciais do PVR serão marcados por poucos e pontuais conflitos. A tranquilidade com que o projeto se desenvolveu pode ser atribuída basicamente ao reconhecimento, por parte dos professores da FACIBEL, da importância da Assesoar na região. Isto permitiu que a ONG executasse um processo de tradução da agricultura familiar e deslocasse parte desta tradução para o espaço acadêmico. O reconhecimento da importância da entidade é demonstrado na fala de *Am*, docente que participou do início do PVR:



[...] a origem do Projeto Vida na Roça está vinculado à atuação da Assesoar, aqui na região Sudoeste do Paraná. A Assesoar tem historicamente buscado trabalhar no sentido de garantir a independência e autonomia dos agricultores como sujeitos, na defesa da agricultura familiar. Para a Assesoar isso passou por vários momentos. É uma instituição que tem quarenta anos, no início era pontuada pela igreja, depois ela desvinculou na década de oitenta da igreja e aí foi forte o movimento sindical. O movimento sindical da CUT. Na década de noventa ela deixou de lado a questão mais sindical e passou discutir a questão do desenvolvimento sustentável e hoje além do desenvolvimento ela tenta atualmente na educação [...] (Am entrevista 1 - parceiro universidade, pesquisa de campo 2006, linhas 11-26)<sup>65</sup>.

Este discurso não é isolado. Todas as entrevistas e conversas informais que realizamos para verificar que papel os docentes da FACIBEL atribuíam à ONG relatam sua importância regional. O que nos permite afirmar que foi com esse patrimônio que a Assesoar criou pontos de contato e provocou os docentes a pensarem e a interagirem com algumas das questões que ela propõe para o debate.

A Assesoar, ao longo dos anos, conseguiu se estabelecer como um porta-voz de um grupo de agricultores e processar jogos de classificação e deslocamentos dentro deste aspecto da vida regional. No processo, a interface com a universidade tem uma dupla função: uma, que se refere à aquisição de legitimidade acadêmica<sup>66</sup>; e uma segunda, ligada à tentativa de deslocar a universidade de seu lugar, entendido pela Assesoar como um espaço da elite, para dialogar com os movimentos populares. Com isso, a ONG pretende que o conhecimento por eles produzido sirva como elemento de redefinição do papel da educação no campo e também da universidade. Estes dois elementos se entrelaçam numa complexa relação de interesses e conflitos, em que entram em jogo noções de crença, valores e relações de poder entre conhecimento científico e popular.

Essas concepções encontram eco na FACIBEL, na qual já atuava um grupo de professores com perfil de esquerda identificados com parte dos pressupostos. Essa identificação facilitou o diálogo entre os dois atores. Como demonstra a fala de Am:

[...] no tempo da FACIBEL, que foi até dois mil, era uma relação mais tranquila na época, porque o diretor da faculdade designava as pessoas para trabalhar no projeto. As pessoas, para trabalhar no projeto, tinham que ter certo perfil. Então não era todo mundo que podia trabalhar. Então, uma pessoa que tinha uma concepção do mundo

---

<sup>65</sup> Para preservar a identidade dos entrevistados, adotaremos em todas as citações códigos específicos de identificação das entrevistas.

<sup>66</sup> Embora esse seja um elemento essencial para a aproximação com a faculdade, os processos internos, característicos das universidades, serão constantemente alvo de críticas por parte da Assesoar, tanto dos técnicos como dos dirigentes.

liberal não tinha como trabalhar no projeto. Uma pessoa que tinha uma concepção de prática social não participativa de trabalhar com agricultores e ai ir lá e dar curso e dizer para os agricultores o que tinha que fazer. Esse não era convidado. Ele tinha que ter uma concepção de mundo de esquerda [...] (Am entrevista 1 parceiro universidade, pesquisa de campo 2006, linhas 318-327).

## Agricultura familiar une Facibel e Assesoar primeira experiência é de Jacutinga

Terça-feira à noite, 20, foi assinado o convênio entre a Facibel (Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão) e a Assesoar (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural). A idéia é executar pesquisas e trabalhos de extensão que se traduzam em melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

Dentro desse objetivo, a pequena propriedade agrícola — a agricultura familiar — é a relevância.

“Que essas duas instituições abram perspectivas para outras instituições também trabalharem com a agricultura familiar com perspectiva de propostas”, disse Ademir Dalazen, presidente da Assesoar.

Na sequência, o diretor da Facibel, Viro de Graauw, afirmou que “há muito tempo”, a Facibel deseja “sair das quatro paredes”.

“Este é um dos convênios mais importantes que a Facibel assinou até hoje”, destacou o diretor. E prometeu: “este é o primeiro, mas muitos outros trabalhos virão”.

### Jacutinga

A comunidade de Jacutinga (cerca de 40 km de Francisco Beltrão) já foi “cadastrada” pelo pessoal da Facibel, da Assesoar e do Sindicato dos Trabalhadores

Rurais de Francisco Beltrão.

Do “cadastro” alinhou-se as atividades agrícolas e pecuárias; a saúde e o saneamento; o lazer e a cultura; e a educação.

No passo seguinte, a comunidade decidiu pôr em prática o projeto “Vida na Roça” — um conjunto de medidas que objetivam a qualificação da vida e da produção, com ênfase na produção agropecuária.

Posteriormente outros projetos entram em ação, tendo como matriz o “cadastro”.

### Elogios

O chefe da Superintendência Regional da Sema (Secretaria Estadual do Meio Ambiente), Dorvalino Basso, lembrou que um dos objetivos do Governo Lerner “é a qualidade de vida dos paranaenses”.

“É o que a gente prega”, resumiu Dorvalino.

O secretário municipal da Agricultura, Juan Artigas, classificou de “marco histórico” o convênio, e lembrou a vocação agroindustrial de Beltrão, citando a feccularia do Rio Tuna, o chá lift da Coca-Cola, e os abatedouros de perus — da Sadia —, e suínos (a ser inaugurado “no próximo ano”) como obras de desenvolvimento. (BV)



À esquerda, o secretário municipal Juan Artigas, no auditório, antes de iniciar a solenidade e ser chamado à mesa principal, junto com outras importantes lideranças.

Fonte: Jornal de Beltrão, 22-08-1996 - p.12

### Figura 7: União entre Facibel e Assesoar

Fonte: Jornal de Beltrão, 22/08/1996, p. 12.

Ao dizer que as relações com a FACIBEL eram tranqüilas, Am revela que uma das causas para isso se devia a que os professores que trabalhavam no PVR tinham certo perfil. Embora o convênio assinado entre a Assesoar e a FACIBEL não estabelecesse os critérios ideológicos a serem preenchidos pelos professores, esse, ao que parece, esse era um dos elementos fundamentais para participação no PVR. Am não esclarece como ou por quem esse perfil foi construído. Supõe-se, pelo papel desempenhado pela Assesoar na construção do PT, que esses docentes deveriam ter uma proximidade ideológica com o Partido dos

Trabalhadores<sup>67</sup>. Contudo, este não era o único critério adotado na escolha dos membros. Am revela ainda que o docente deveria ter um compromisso com os movimentos sociais de modo que não bastava “ir lá e dar curso e dizer para os agricultores o que tinha que fazer”.

Além disso, Am revela, um pouco mais adiante, aspectos das relações políticas internas da FACIBEL “também tinha a relação política interna, das pessoas com o diretor, podia até ser de esquerda, e se não tivesse vínculo com o diretor ficava difícil deliberar tantas horas porque os professores recebiam por hora de trabalho” (Am entrevista 1 parceiro universidade, pesquisa de campo 2006, linhas 337-340). Além das credenciais políticas e ideológicas, para trabalhar no PRV, eram necessárias relações de amizade com o diretor da faculdade<sup>68</sup>, uma vez que era ele quem alocava o pessoal, determinando quem cumpriria horas no projeto. Para o docente, que dependia de salário pago em horas aula, este era um fator fundamental. Contudo, nem todos os docentes mantinham uma relação meramente salarial com o projeto. Alguns deles informaram que dedicavam muito mais horas atividade do que as alocadas pela faculdade. Outros docentes entrevistados informaram que trabalharam no PVR voluntariamente sem que houvesse destinação de carga horária.

Am relata ainda que as horas dedicadas ao PVR eram rigidamente controladas. O cumprimento das tarefas, acordadas durante as reuniões, devia ser realizado integralmente. Se o docente faltasse com suas obrigações, ele seria, segundo Am, duramente cobrado pelo coletivo. O controle era realizado pela própria comunidade, e o mecanismo de cobrança era público, em reuniões abertas. Oficialmente, em 1999 a FACIBEL contribuía para o PVR com 26 horas semanais e também fornecia infra-estrutura operacional como telefone, carro e combustível.

Diante deste breve quadro é necessário dizer que nem sempre o Ator-mundo tem à sua disposição um cenário tão tranquilo como o apontado por Am. Na maioria das vezes os atores saem do controle, mesmo que a vigilância por parte do articulador da rede seja constante. Dos relatos de Am é possível também observar dois fatores essenciais para o funcionamento da rede proposta pela Assesoar: o primeiro refere-se ao alinhamento dos representes a um perfil ideal típico de comprometimento político (mesmo que genérico); e o segundo é que esse perfil permite a diminuição dos atritos na rede e, caso ocorressem deslizes, a Assesoar podia

---

<sup>67</sup> Quase todos os docentes que participaram do PVR nessa fase eram filiados e/ou simpatizantes do PT.

<sup>68</sup> Contudo, é necessário que se diga que esta afirmação não é uma regra absoluta. Para checar essa informação, solicitamos que outros docentes da época se pronunciassem a este respeito. E, embora admitissem que tal processo pudesse ter ocorrido, eles afirmaram que esse não era um critério estipulado. Tanto que dois deles em especial eram recém chegados à instituição e foram convidados a participar do PVR.

contornar o desgaste, evitando, assim, os impasses. O elemento chave para esse fim era o *coletivo* criado pelo Projeto que cumpria esse papel de resolver a maioria dos casos.

### 5.3.2 – Qual o papel reservado à FACIBEL no PVR?

Apesar de reconhecerem e reafirmarem o papel da Assesoar no processo de criação do PVR, os docentes entrevistados atribuíam também à FACIBEL um lugar de destaque na construção do Projeto. Principalmente para a discussão de idéias, conceitos e estratégias, contudo, o que ocorre na prática é algo distinto. Os marcos conceituais e estratégicos já estavam dados. Qualquer variação ou discordância deveria ocorrer dentro dos limites filosóficos e ideológicos preconizados pela ONG. Nestes limites, o papel desempenhado pela faculdade é específico e reduzido. A FACIBEL deveria se manter em uma posição de executora de demandas vindas dos agricultores, produzir artigos, sistematizar alguns dados e materiais coletados no processo. Dessa forma, a faculdade pouco opinava nos aspectos teóricos e metodológicos do PVR. É o que demonstra o relato de um técnico da Assesoar que revela o que essa entidade esperava da relação com a faculdade:

[...] a FACIBEL entrou na parte muito mais inicial, ela ajudava a fazer registro arrumar tudo na época da FACIBEL uma coisa que ajudou o Vida na Roça foi fazer os registros, embora a Assesoar já tivesse isso como uma prática sua, mas com a FACIBEL isso avançou. Nós começamos a publicar aquelas seqüências Vol. 1, Vol. 2 e Volume 3 do Vida na Roça a idéia de escrever um pouco mais, a FACIBEL na época ajudou, embora nas abordagens da FACIBEL, quanto ao desenvolvimento ao campo eu acho, por ela ser uma faculdade [...] com a história que tinha, ela não contribuía para uma abordagem estratégica. Mas ajudava em questões bem operacionais por exemplo: saúde e saneamento construir proteção de fontes, nesses casos havia orientação e trabalho da FACIBEL. Na hora de fazer o diagnóstico sim, estruturar o diagnóstico da realidade, então aquele instrumento bem clássico de levantar dados. Enfim, aí a FACIBEL, na época, contribuiu juntar esses dados arrumar um pouco de forma que se pudesse discutir [...] (Dm, entrevista 1 Ator-mundo, pesquisa de campo 2006, sublinhados nossos, linhas 250-265).

Podemos observar nas análises deste técnico e do docente da FACIBEL dois pontos centrais: o primeiro é que ambos constatam que havia um ambiente de relativa tranquilidade entre a Assesoar e a FACIBEL. Para os dois, o papel da faculdade está definido e ela o cumpre de forma satisfatória. O segundo refere-se a um aspecto discordante: para a Assesoar, a atuação da FACIBEL era periférica e operacional, enquanto para Am, bem como para os outros docentes entrevistados, a atuação da FACIBEL se dava no núcleo estratégico do

projeto (formulação dos seus pressupostos, estabelecimento de suas concepções, planejamento e outras decisões centrais).

Para a Assesoar, no entanto, a parte estratégica era pensada em outro espaço, no qual os professores não tinham acesso ou, quando muito, tinham apenas um acesso limitado e dirigido. As questões de planejamento e discussões conceituais das estratégias, ações e políticas a serem desenvolvidas no PVR eram realizadas dentro dos marcos instituídos pela Assesoar.

A crença de que a FACIBEL tinha um papel central no projeto poderia ser um aspecto potencial para a criação de pontos de desgaste entre os docentes e a Assesoar, contudo, foram poucos os que de fato se deram. Um deles em particular nos interessa porque ocorreu nas discussões relativas à educação<sup>69</sup>. Este episódio foi narrado por Am e confirmado em outras entrevistas. Este docente disse que, na época, acreditava que a proposta de desenvolvimento sustentável, apresentada pela Assesoar era um elemento central para a construção de uma alternativa não capitalista no meio rural. Apesar disso, ele divergia do modo como a questão da educação era tratada pela entidade. Confiante de que o seu papel no PVR era o de pensar, discutir e propor estratégias de desenvolvimento, ele resolve questionar a adoção dos temas geradores como estratégia para a escola de Jacutinga.

[...] embora na época eu fosse um defensor do desenvolvimento sustentável e acreditava que era possível, no campo, desenvolver algo que fosse para além da lógica do capital. Eu acreditava nisso. Mas, na escola eles utilizavam, lá foi instituída a metodologia dos temas geradores com base no Paulo Freire, que era uma interpretação dos temas geradores de uma forma que eu não concordava [...] (Am, entrevista 1 parceiro universidade, pesquisa de campo 2006, linhas 371-377).

A disposição para discutir e contribuir coloca Am em confronto com a equipe da Assesoar. Para ele, os agricultores e professores da localidade não haviam discutido o suficiente para a tomada de decisão sobre os temas geradores como proposta pedagógica para a escola. Segundo sua concepção, a metodologia participativa usada no projeto para a adoção dos temas geradores foi fruto de manipulação da Assesoar, pois a metodologia utilizada criava condições para que os agricultores tomassem posições já previamente traçadas pela ONG. No

---

<sup>69</sup> Como vimos no capítulo 4, para compreender a importância das discussões sobre educação é necessário lembrar que esta questão vinha assumindo um papel cada vez mais relevante na agenda da Assesoar e que o PVR se constituía naquele momento em um dos primeiros exercícios práticos que refletiam essas mudanças.

texto abaixo Am relata como, na sua visão, os temas geradores eram tratados e como a comunidade decidiu por eles:

[...] como escola fez a opção pra trabalhar com o tema gerador? Aquilo partiu da comunidade? Então, essa que é uma questão complicada. Você cria na metodologia certas condições que as pessoas acabam optando por aquilo que você quer. Essa é minha avaliação. No caso lá, na educação quem tinha a hegemonia era a equipe da Assesoar na pessoa de (cita os nomes). Eles trabalham na... como a política da Assesoar é trabalhar com os agricultores, é de estar ouvindo, discutindo com eles para elaborar as ações, eles transplantaram isso pra escola também: vamos ouvir os alunos, os pais e os professores para tipo assim; vamos ver que tipo de escola queremos e que conhecimento nós queremos na escola. Ai, evidentemente, que os pais e os alunos...é aparentemente, empiricamente eles querem conhecimento ligados à práticas deles. Que sejam úteis para a vida. Ai, que foi que, bom então, a forma de fazer isso é através dos temas geradores. É vamos ver. Vamos identificar os problemas que existem na comunidade. Ai faziam reuniões com os pais e com os alunos. Numa metodologia organizada para essas reuniões que levantavam os principais problemas que daí a escola ia digamos assim, uma equipe de educação da escola professores iriam analisar e transformar em tema gerador. Por exemplo, o problema é a comercialização de leite Né? Então leite é o tema gerador. O problema é produzir hortaliças? Então o tema gerador é horta. E depois sucessivamente mais temas. Aí a equipe, toda a equipe, tentava construir conhecimento em cima de todos esses temas geradores. Que desse respostas às necessidades dos agricultores no sentido pragmático. Eu sempre fui crítico dessa metodologia [...] (Am, entrevista 1 parceiro universidade, pesquisa de campo 2006, linhas 381- 412. Sublinhados nossos).

Am se recorda que após a decisão dos pais e professores sobre os temas geradores, a Assesoar começou a implantá-los na escola. Segundo ele, os professores tiveram muitas dificuldades na adaptação à metodologia dos temas geradores, e que isso deu origem a muitas crises. Houve um episódio em particular em que a dificuldade dos professores da escola foi duramente criticada pelos técnicos da Assesoar. Nessa ocasião Am saiu na defesa dos professores. Para ele, a metodologia não era científica, por não incluir o conteúdo escolar de forma clara. Esta reunião gerou um mal estar dentro do PVR. A ONG sabia que este questionamento público poderia desestabilizar a rede e que isso exigia reparos.

A discordância desses pontos fará com que Am perceba que sua posição e a da FACIBEL eram bastante frágeis. Essa fragilidade é explicitada durante a reunião com os técnicos da ONG responsáveis pela questão da educação.

Para a Assesoar, a desconfiança no método podia comprometer todo o projeto do modo como ela o imaginava. Isso exigia como resposta uma correção imediata dos rumos que alguns atores tenderiam a tomar, caso não fossem suficientemente atados à rede. A estratégia adotada no caso de Am (um ator individual) foi o seu deslocamento da esfera pública do

projeto para a esfera privada da ONG. Nesse novo espaço, segundo seu depoimento, o poder da Assesoar se manifestou e ele compreendeu que seu papel era periférico. Para Am isso foi revelador, pois lhe permitiu concluir a quem pertencia a “hegemonia no processo”. Am foi convocado a participar de uma reunião com a equipe da Assesoar, encarregada de conduzir a questão da educação no PVR:

[...] na semana seguinte eu fui chamado para uma reunião de avaliação na Assesoar, e nessa reunião de avaliação o grande responsável por esse projeto na Assesoar sempre foi o (fala o nome). Ele não participou da reunião. Participaram da reunião o (fala o nome) e a (fala o nome) foi uma reunião tensa só nós três [...] Eles me pediram pra falar e eu fui expondo e não deixavam que eu concluísse minha fala e acabaram dizendo assim: a Assesoar propõe uma coisa e nós estamos querendo fazer outra, vocês da universidade querem trabalhar no academicismo de vocês. Nós não podemos fazer diferente do que a Assesoar propõe. Então naquele momento ali ficou evidente pra mim que a hegemonia do processo era da Assesoar mesmo. A gente não tinha valor mesmo nesse processo. Tinha que ser executor daquilo que tinha sido pensado pela Assesoar, talvez numa concepção deles trabalharem com agricultores. A reunião foi tensa, nesse sentido eu levei um sermão. Disseram assim: quando formos trabalhar na escola com os professores, não pode se manifestar contrário. Os professores escolheram trabalhar com os temas geradores, então se tu tá indo contra essa metodologia você tá indo contra os professores. Aí faço toda essa reflexão, que expus antes, que você, através de uma metodologia participativa, você legitimar aquilo que você quer que os outros façam. E, depois, tomada a resolução, elas não podem mais estar questionando isso é, tipo assim, você coloca a pessoa dentro da prisão. Vamos dar um exemplo assim e, depois de ela concordar, a pessoa não pode questionar as grades você tem que aceitar isso. Enfim, então ali para mim foi o rompimento. Eu continuei um ano e meio depois dessa reunião mas de forma passiva. Eu, em todas as reuniões que tivemos depois, com os professores eu continuei trabalhando mais na parte de educação e não nas atividades de desenvolvimento do projeto. Então nas atividades com os professores eu simplesmente fazia o que eles me pediam e nunca me posicionei. Evitei de falar! Ficou para os professores da rede municipal de educação de Beltrão. Isso eu tenho claro, a impressão de que eu não tinha competência pra trabalhar com eles. Era um professor da faculdade que estava perdido e não tinha conhecimento necessário pra trabalhar com aquela perspectiva [...] (Am, entrevista 1 parceiro universidade, pesquisa de campo 2006, linhas 459-509, sublinhados demonstram a ênfase dada pelo entrevistado).

A universidade foi “acusada de academicismo” e de estar longe das demandas populares. Ele enfatiza o mando da Assesoar no processo e conclui: “a gente não tinha nenhum valor no processo”. Para ele, a universidade e os outros parceiros deveriam ser apenas executores de demandas pensadas pela entidade. A reunião em que ocorreu o enquadramento surtiu o efeito desejado. Após esse encontro, Am conclui que quem detinha a hegemonia no processo era a Assesoar e, embora não concordasse com a tomada de decisão, o poder da ONG no PVR se tornou evidente para ele.





**Figura 07: Capas dos Volumes I, II e III do PVR**

Nesta linha de raciocínio, fica claro que o papel atribuído à FACIBEL não era o de pensar estratégias e alternativas para a elaboração do PVR. A faculdade deveria ocupar um espaço secundário, cumprindo apenas as funções a ela reservadas como as de registrar reuniões e atender às demandas vindas dos agricultores. A essas exigências, somavam-se as aulas nos cursos regulares da instituição que os docentes continuavam a atender. Como o expresso nas palavras de Dm. Para ele, a FACIBEL contribuiu para sistematizar as experiências do PVR. Isto atendia, por exemplo, os critérios expressos na cláusula sétima do convênio entre a Assesoar e a FACIBEL. Esta cláusula determina que em toda a produção científica e qualquer divulgação de pesquisa deverão constar os nomes das entidades participantes. E que “os resultados dos estudos técnico-científicos” poderiam ser utilizados pelas entidades participantes do PVR. Nesse processo, no período em que esteve no PVR, a FACIBEL contribuiu para a publicação de dois livretos (figura 7) dedicados a mostrar os resultados do projeto<sup>70</sup>.

### 5.3.3 - Para além das relações acadêmicas: a política

As relações da Assesoar com a FACIBEL não se restringiam apenas às questões acadêmicas ou ao PVR. Aspectos internos, como o funcionamento do setor de pesquisa e

<sup>70</sup> Atualmente no PVR de Dois Vizinhos a Assesoar tem produzido seus próprios materiais, bem como produziu um livro em parceria com os agricultores de Jacutinga, que desenvolveram alguma experiência de agroindústria durante a vigência do PVR na comunidade. O PVR de Dois Vizinhos é desenvolvido sem a participação da UNIOESTE.



extensão, eram essenciais para a permanência da faculdade no projeto. Um exemplo disso pode ser retratado durante uma crise de final de mandato ocorrida na coligação PMDB-PT, que levou o prefeito Guiomar Lopes (PMDB) a substituir a direção da FACIBEL, que era ligada ao PT por uma direção ligada ao PMDB. As mudanças na direção da faculdade sinalizavam para dificuldades para o grupo de professores ligado ao Partido dos Trabalhadores e, conseqüentemente, alterações no funcionamento do PVR. Diante disso, a Assesoar tenta intervir, e em junho de 1999 a diretoria da ONG publica uma nota na Revista Cambota, que transcrevemos a seguir:

#### A FACIBEL ameaçada por interesses eleitoreiros:

O texto a seguir manifesta a posição da Assesoar com relação a um decreto do prefeito de Francisco Beltrão Guiomar Lopes, que afastou o professor Darci Baldo do cargo de diretor da FACIBEL. A forma autoritária, arbitrária e ilegal com que o prefeito o afastou do cargo leva a crer que a única razão para tal atitude está ligada a interesses, puramente político-eleitoreiros, de políticos irresponsáveis que nada fazem a não ser, manipular a opinião pública para se manter mamando nas tetas do poder (Diretoria da ASSESOAR Revista Cambota ano XXVII - N 246 - maio/junho 1999. Sublinhados nossos)<sup>71</sup>.

A Assesoar teme que os avanços por ela alcançados no diálogo com a FACIBEL sejam interrompidos pela substituição da direção. Para ela, a gestão do referido diretor rompia com uma prática de mais de vinte anos de um ensino tecnicista e afastado de questões sociais e que, implicitamente, o PVR estaria contribuindo para democratizar a gestão da faculdade, melhorando sua aproximação com a comunidade.

Nossa preocupação funda-se na compreensão de que correm riscos os avanços das últimas duas gestões. Avanços que, a nosso ver, rompem com uma história de mais de 20 anos de uma proposta de ensino superior desvinculado da problemática do desenvolvimento regional. Entendemos que fazer ensino superior sem pesquisa e extensão qualificados, é, no mínimo, rebaixar o ensino, para não falar do gasto de recursos públicos sem os resultados que a sociedade espera. Quando falamos em desenvolvimento regional, nos referimos a uma concepção de caráter democrático que visa fortalecer a sociedade civil, que valoriza a participação efetiva da população e suas organizações nas políticas e considera a vocação produtiva centrada na Agricultura Familiar A sustentabilidade refere-se pois à dimensão ambiental, econômica e social (Diretoria da ASSESOAR Revista Cambota ano XXVII - N 246 - maio/junho 1999. Sublinhados nossos, sublinhados nossos).

---

<sup>71</sup> Disponível em <http://sistema.assesoar.org.br/arquivos/ART000191.htm#inicio>. Acesso em 12/06/2007.

Para a ONG, o afastamento da direção confirma uma política clientelista e autoritária, e mostra que a FACIBEL não conseguiu consolidar uma gestão democrática ou o seu papel no desenvolvimento regional. Tanto a visão sobre democracia e o papel no desenvolvimento regional estão embasados nos pressupostos que a entidade faz deles, são explicitados neste trecho.

O mecanismo utilizado para resolver as diferenças internas, revelam que a FACIBEL, apesar dos seus 25 anos, não conseguiu solidificar institucionalmente a democracia. A nosso ver estas são diferenças de concepção e prática de ensino superior, de democracia e de desenvolvimento. Democracia que, por referir-se a uma instituição de ensino, deveria colocar aberta e regularmente em pauta, inclusive nos currículos, o debate acerca do desenvolvimento e da relação da universidade com a sociedade regional (Diretoria da ASSESOAR Revista Cambota ano XXVII - N 246 - maio/junho 1999. Sublinhados nossos, sublinhados nosso).

A Assesoar finaliza a nota externalizando como pensa a universidade, enquanto espaço em que o debate aberto e democrático, inclusive nos conteúdos, devia prevalecer. Como podemos verificar, o tom do discurso subiu consideravelmente e era bastante diferente da relação harmoniosa vista no início do PVR. Contudo, não serão estas alterações que afetarão o funcionamento do projeto. No mesmo mês da publicação desta nota, no dia 23 de junho de 1999, a FACIBEL foi incorporada à estrutura da UNIOESTE e será com essa incorporação que ocorrerão alterações profundas na relação entre a universidade e a Assesoar.

#### **5.3.4 UNIOESTE: novos atores em cena**

A Assesoar assimila rapidamente a incorporação da FACIBEL, de modo que em 19 de agosto de 1999, o Projeto Vida na Roça já estava devidamente reescrito e protocolado na reitoria da UNIOESTE. A transição do PVR da FACIBEL para UNIOESTE acontecerá oficialmente em 18 de novembro de 1999, com a assinatura da resolução 209/99 do Conselho de Ensino e Pesquisa (CEPE). Essa resolução convalida o PVR e o classifica na categoria de extensão. Na prática, isso implicava a incorporação da burocracia da universidade como um novo ator no Projeto, o que alterará substancialmente as regras do jogo.

Se, burocraticamente, a transição se efetivou de forma calma e tranqüila, no que se refere à interface entre a UNIOESTE a Assesoar, será bem mais complexa e conflituosa. Com a incorporação da FACIBEL, toda a estrutura da antiga faculdade é alterada. Desde a forma de ingresso de docentes na instituição, que passa a ser por concurso público, até o modo de se relacionar com a pesquisa e a extensão que começa a obedecer às diretrizes da Unioeste. A

Assesoar parece não entender isso de imediato. Tanto que as coordenações do PVR, no início da nova fase, reclamam que a ONG procurava solucionar as questões do projeto “pelo alto”, ou seja, diretamente com a Pró-reitoria de Extensão. Isto, talvez acreditando que o pró-reitor reunisse em torno de si os mesmos poderes que a diretoria da FACIBEL detinha.

Para os professores, na nova fase, o principal diferencial oferecido pela UNIOESTE será a atribuição de até 18 horas semanais para a pesquisa e/ou extensão sem a necessidade de relações de amizade, da indicação da direção ou de perfil político específico. O docente das universidades estaduais do Paraná pode optar por um regime de trabalho denominado Tempo Integral de Dedicção Exclusiva (TIDE). Para aderir a esse regime de trabalho era necessário apenas que o professor desenvolvesse pesquisa ou participasse de projetos de extensão.

Veladamente, o TIDE será uma das críticas da Assesoar em relação à UNIOESTE. O modo mais rápido para acessar o TIDE é a adesão a projetos já em andamento. Pelas regras da universidade, os projetos demoravam de um a dois meses para tramitar. Além disso, havia a necessidade de escrever um projeto, preencher todas as exigências burocráticas e formulários, o que demanda mais algum tempo até o recebimento do adicional, sobretudo os de extensão, que tinham naquela época um conjunto de resoluções e normas mais flexíveis que os da pesquisa. Dentre as flexibilidades, estava a prerrogativa de sair do projeto no momento que o docente desejasse, bastando para isso um memorando, comunicando ao coordenador o motivo da saída.

Com isso, vários docentes optam pelo PVR como mecanismo de transição para as suas próprias iniciativas de pesquisa ou extensão. Aí reside a crítica da ONG que via a entrada de novos docentes com desconfiança. Todavia, esse cenário não poderia ser diferente, entre 2001 e 2004 houve uma renovação quase total do corpo docente, e era natural que nessa fase de transição diversos processos de adaptação ocorressem.

### **5.3.5 O cronograma da mudança**

Em 2001, no primeiro concurso, um pequeno grupo de professores que ingressaram na UNIOESTE é convidado a participar do PVR. Estes docentes começaram a trabalhar nas atividades ali desenvolvidas sem interferir diretamente nos processos já planejados. Os relatos destes docentes dão conta de que eles estavam se ambientando à dinâmica do Projeto. Neste momento inicial, a UNIOESTE fornece sete docentes para o Projeto, dos quais seis não

pertenciam ao antigo quadro da FACIBEL. Estes professores tinham, então, 34 horas-atividades alocadas no PVR, contra apenas 10 horas do período da antiga faculdade.

Uma pequena parte do aumento das horas atividade será absorvida na localidade de Jacutinga. O restante será utilizado no processo de expansão do projeto para outras localidades de Francisco Beltrão. Isso gerará alguns problemas para a Assesoar. Os novos docentes são designados para atuar nas comunidades da fase de expansão sem que conhecessem os critérios e os objetivos do PVR. Sem um treinamento, o espaço de criatividade e liberdade era muito grande. Eles não levarão a metodologia de trabalho exatamente como a ONG imaginava. Ao mesmo tempo, o aumento das horas potencializa o contato com as atividades do PVR, que se faz de um modo não orgânico, como a Assesoar desejava. Os novos docentes desconheciam a historicidade na qual o projeto estava envolvido, bem como as relações de poder subjacentes ao mesmo. No processo “ideal” imaginado pela Assesoar haveria uma transição mais lenta. Todavia, no âmbito da UNIOESTE, ao se transformar num projeto de extensão, o PVR adquire vida própria. As regras internas da UNIOESTE que regem estes projetos acabam por *atropelar* os planos da entidade. Com as novas regras, por exemplo, não havia a necessidade de preencher o perfil de esquerda: qualquer docente interessado podia pleitear ingresso no Projeto. A absorção das atividades do PVR pela UNIOESTE transforma as normas, prazos, regimentos, resoluções, colegiados de cursos e direitos da universidade em atores inesperados que colaboram para alterar as relações de poder no Projeto. Para quem imaginava e desejava como ideal um cenário similar ao encontrado na FACIBEL, as novas relações trarão inúmeras surpresas e desafios.

No segundo semestre de 2002, um grupo maior de professores é convidado a participar do Projeto. Quando chegaram, muitos docentes percebiam que havia intensa divulgação no estilo *boca-a-boca* sobre o PVR. Este era apresentado como um projeto que possibilitava ao docente a execução de atividades de pesquisa e extensão. O processo de interessamento dos novos docentes não se vinculava ao fato dele representar o trabalho da Assesoar, “uma ONG respeitada pela defesa da agricultura familiar”, ou algo similar. Para o docente o fato era que o PVR era apresentado como “maior projeto da UNIOESTE” e que o mesmo possibilitava fazer pesquisa e extensão. Além disso, para a maioria dos professores ingressantes, o Projeto oferecia a oportunidade de conhecer algumas dinâmicas locais, contribuir na sua área de atuação e descobrir possíveis objetos de estudo.

Em agosto de 2002, o PVR contava com a participação de vinte e três professores. Destes, apenas quatro eram nascidos na região e conheciam a história da Assesoar, um dos

quais era Am, que tinha, como vimos, sérias críticas ao modo da entidade conduzir o PVR. De todos os docentes envolvidos nessa época, não mais que cinco não tinham suas pesquisas vinculadas de uma forma ou outra ao mundo rural ou à agricultura familiar especificamente. O que demonstra que este grupo de docentes apresentava formas de identidade com a temática tratada e tentaram trazer suas experiências para o PVR.

Para a maioria dos docentes ingressantes na UNIOESTE, este era o primeiro contato com a Assesoar. Para eles, esse contato era articulado pelo PVR, e o Projeto era visto como uma atividade de extensão da UNIOESTE. E continuou assim, mesmo quando a ONG tentou se reposicionar na nova interface. Para parte desses docentes, a carga histórica da Assesoar e as pretensões do PVR eram totalmente ressignificadas, relativizadas e mediadas por outras questões que não as eleitas pela ONG. O reflexo imediato disso foram os constantes conflitos que ocasionavam mudanças no quadro docente e geravam uma fonte a mais de preocupação na Assesoar, que não via continuidade no trabalho desenvolvido.

As constantes trocas de docentes vão impactar no funcionamento do PVR. A Assesoar não consegue entender o que está ocorrendo com a universidade naquele momento, porque a UNIOESTE é tão inconstante no projeto. A resposta dada pela ONG é a de criticar as *atitudes* individuais dos docentes e tentar enquadrá-los, como ocorreu com Am ou recorrer ao convênio para tentar garantir o cumprimento do número de horas no PVR como na época da FACIBEL. A fim de ilustrarmos nosso argumento, retomemos uma fala de Am, que faz uma interessante leitura dessa fase. Para ele, a lógica do projeto pedia que os docentes se negassem enquanto tal, ou seja, se desvinculassem de suas perspectivas de pesquisa para atender a agenda da Assesoar no projeto.

[...] os professores foram saindo. Os professores da universidade. Porque o projeto, digamos, tinha uma lógica de se negar enquanto professor da universidade e ser um deles lá e construir a partir de lá. E o professor na universidade, ele parte de um outro lugar. Primeiro o professor da universidade tem autonomia, absoluta ele vai estudar o que quer e como quer. Ele é livre [...] (Am entrevista 1 parceiro universidade, pesquisa de campo 2006, linhas 589-595).

Segundo ele, os novos docentes “partem de outro lugar”, ou seja, têm autonomia para decidir o quê e como pesquisar.

[...] então, esse foi o grande conflito do Projeto Vida na Roça e da universidade, enfim, da Assesoar. Os agricultores não conseguiam entender essa lógica da universidade. Porque na prática a universidade não existe, a não ser que algum professor espontaneamente queira trabalhar, mas não dá para a universidade dizer:

bem, eu vou assumir um convênio de um projeto com tantas horas semanais porque a carga horária do professor... não depende de quem está na gestão da universidade, o professor tem autonomia de fazer ou não. Eles têm autonomia também de não seguir aquilo que o coletivo lá do projeto aprovou. Então, nesse sentido, acho que, foi criando crises e crises internamente na universidade [...] mas aí não foi falha da universidade foi o projeto mesmo que entrou em crise [...] (Am, entrevista 1 parceiro universidade, pesquisa de campo 2006, linhas 303-623).

Nas palavras de Am, isso significa que não é possível estabelecer convênios que determinem o número de horas de trabalho nos moldes do existente na época da FACIBEL. No novo quadro, os docentes não aceitam passivamente as decisões do “coletivo”. A entrada destes novos docentes no PVR, com maior liberdade e autonomia de vinculação à pesquisa e à extensão serão fatores essenciais que nortearão as futuras relações entre a Assesoar e a universidade.

### **5.3.6 A visão da Assesoar sobre a crise com a Universidade**

Também para a Assesoar as maiores crises entre ela e a universidade se iniciam com a incorporação da UNIOESTE. Contudo, para a ONG, em grande parte, isso se dava em função da constante troca de professores no PVR, e não do reposicionamento dos atores na rede ou ao processo de ressignificação executado pelos docentes:

[...] UNIOESTE troca muita gente. Isso dá um certo problema, porque o instituído da universidade não é igual ao instituído da Assesoar. Na Assesoar há um institucional que, de certa forma, abarca as possíveis diferenças que tenha nas abordagens pessoais. Na universidade não é assim. Um institucional agrega e quando vem um profissional, novo um professor novo, ele traz a sua carga e não necessariamente o institucional pauta. Cria uma sensação de começar de novo sempre né! [...] (Dm, entrevista 1 Ator-mundo, pesquisa de campo 2006, linhas: 266-273).

A visão oficial da Assesoar será pautada por uma leitura mais operacional de condução dos trabalhos do Projeto; contudo, nas discussões internas em que tive a oportunidade de participar, os aspectos ideológicos eram apontados como centrais. Não era apenas a troca de docentes que causava problemas, mas suas diferentes visões de mundo frente às questões da agricultura familiar e do papel da universidade na sociedade, como demonstram documentos da Assesoar:

O aprendizado da Assesoar com relação à universidade pública, nos anos 90, levou a fazer uma distinção fundamental entre os documentos formais nos acordos de trabalho e o acordo programático. Na medida em que o plano de ação foi se desenvolvendo, percebeu-se melhor a universidade pública como um espaço de disputa na produção e difusão do conhecimento de acordo com os projetos de sociedade que se enfrentam. Assim foi fundamental, para garantir alguma viabilidade operacional nos trabalhos, “localizar” grupos de professores que compartilhassem e assumissem propostas de desenvolvimento minimamente sintonizadas com o proposto pela Assesoar e Organizações populares, no caso do PVR (Assesoar, 2006a, p. 14, sublinhados nossos).

O desafio da Assesoar, enquanto ator central no processo de formação e manutenção da rede, era o de incorporar esses novos agentes ao PVR, de modo que, na melhor das hipóteses, continuassem a desempenhar o papel da FACIBEL. Contudo, era necessário pensar um cenário mais adverso, em que seria necessário negociar novos papéis e funções na rede. Os novos docentes, por estarem descolados da história da entidade, não a tinham como o ator essencial no processo. Sua posição era muitas vezes relativizada pelos docentes; e, em outras, a ONG era vista como um empecilho para o desenvolvimento do projeto. Aliado a isso, muitos docentes viam como problema a metodologia adotada pela ONG para a tomada de decisões. Para eles, havia um assembleísmo e uma valorização excessiva do “senso comum”. As resoluções eram tomadas sem o necessário e devido aprofundamento. Outros docentes reclamavam que, mesmo quando eles argumentavam e convenciam o coletivo, algumas das decisões eram alteradas deliberadamente sem explicações.

Para minimizar as armadilhas que o novo cenário apresentava, era necessário que a Assesoar construísse outras leituras do PVR, olhando-o como um processo complexo e suscetível de ser influenciado pelos outros atores e não como uma extensão das decisões internas da entidade. Para isso, ela poderia compreender que estes projetos são espaços dinâmicos, em que há uma grande cadeia ou fluxo de eventos, nos quais os atores estabelecem complexas relações. Nesses locais, os atores disputam e transitam por uma enorme gama de fatores, como: crenças, recursos discursivos, formação teórica e experiências anteriores. Também são componentes da rede os recursos alocados, competências gerenciais e administrativas.

Dentro desta perspectiva, para garantir a transição da FACIBEL para a UNIOESTE de forma menos traumática, seria necessário à Assesoar fazer com que os atores aceitassem ver a realidade focada o mais próximo possível de sua ótica e pressupostos. Ou, na pior das hipóteses, convencê-los de que essa era a escolha mais aceitável para o cenário vivido naquele momento. A entidade não percebeu que atitudes arraigadas em posições ideológicas fixas,

contra um cenário de liberdade de opções, conduzem a rupturas nos acordos, abalando a rede. Isso ocorre quando os atores estão demasiadamente confiantes do seu papel e aprisionados à idéia de verdade única. Com a manutenção de posições fixas o ponto de passagem obrigatório criado para o PVR começa a ser deslocado.

Para os novos professores que ingressaram na arena do PVR, pela extensão da UNIOESTE, o discurso da Assesoar era apenas mais um discurso. Ou seja, não carregava a carga histórica reconhecida pelos professores ligados à antiga FACIBEL. A ONG não conseguiu antecipar, nem aceitar, que a introdução desses docentes no PVR, a saída adotada pela Assesoar muitas vezes eram os argumentos legais/institucionais, como por exemplo exigindo o cumprimento do convênio assinado entre a entidade e a FACIBEL em 1999 e convalidado pela UNIOESTE em 2002. Em reuniões de acompanhamento do PVR este convênio era constantemente invocado para tentar enquadrar os docentes às reivindicações da entidade. Embora todo esforço nesse sentido, a autonomia docente impossibilitava que as estratégias tivessem a eficácia desejada. Logo, ele poderia ser publicamente contestado sem maiores conseqüências. Isso fez com que a “autoridade” da ONG fosse questionada e, junto com ela, surgissem discordâncias quanto à validade da metodologia adotada no projeto. Para alguns docentes, esse era o “calcanhar de Aquiles” do PVR, pois era impensável propor uma intervenção de desenvolvimento com base apenas nas impressões dos agricultores, sem planejar e sem aprofundar os processos. Ainda que, obviamente, o que se considerava “impressões dos agricultores” fossem as idéias da Assesoar assumidas pelos agricultores...

Ao fazer a tradução da UNIOESTE, a Assesoar o fez por via de uma simplificação que procura definir o papel da universidade na sociedade. Essa simplificação conduz a armadilhas, como a de acreditar que a sociedade pode ser reduzida ao mundo da agricultura familiar e que a universidade, com toda sua complexidade, pode ser atada por um convênio.

Os docentes e a UNIOESTE seguiam sua própria trajetória, produzindo e reinterpretando o Projeto de acordo com suas visões. Tanto que a produção acadêmica sobre o projeto era muito maior que na fase da antiga faculdade. Segundo o relatório anual do projeto de extensão do PVR, no período de um ano, de maio de 2003 a abril de 2004, foram realizadas 54 atividades ligadas ao PVR e quinze publicações de trabalhos em congressos e encontros de nível regional e nacional. No ano anterior, além de alguns artigos foi publicado também o terceiro volume do PVR.



No início de 2005, a Assesoar se retira do Projeto. Com sua saída, o PVR assume seu lugar na agenda da UNIOESTE apenas como um projeto de extensão em que são desenvolvidas, principalmente, atividades na formação de professores em parceria com a Prefeitura Municipal. E, em junho de 2007, o coordenador do Projeto deu entrada no relatório final, propondo a extinção do Projeto Vida no Roça, encerrando o ciclo do Projeto. Na sequência dando continuidade à análise das interfaces, passaremos a analisar as relações ocorridas com a Prefeitura.

#### **5.4 - A interface com a prefeitura: a leitura da Assesoar sobre política pública**

O objetivo central do PVR, anunciado nos documentos de sua concepção, era a construção de políticas públicas que servissem de referência para os movimentos sociais. Nesse sentido, uma das interfaces privilegiadas para tal fim será com as administrações públicas. E, no caso do projeto, a interface mais imediata são as administrações municipais de Francisco Beltrão.

Pretendemos mostrar que, apesar de ser uma interface fundamental, a Assesoar pouco sabia sobre a construção de políticas públicas. Sua visão sobre esse tema estava presa à noção de que as questões relativas às políticas públicas dependiam apenas de vontade política.

A cronologia da interface do PVR com a prefeitura obedece a três estágios. O primeiro vai de 1997 a 2000, fase em que a prefeitura municipal era administrada por uma ampla coligação de partidos<sup>72</sup>, o prefeito era do PMDB e o vice do PT. O segundo estágio (2001 a 2004), fase em que a coligação PMDB/PT é derrotada e quem assume o governo municipal é a coligação PP/PSDB. O terceiro estágio (2005 e 2006) se inicia com a reeleição da coligação PP/PSDB. A marca dessa última fase será o aprofundamento do desgaste nas relações entre a Assesoar e a prefeitura (sobretudo com a secretaria de educação) e o rompimento das relações institucionais com a saída da Assesoar do PVR em 2005. A seguir, buscaremos discutir alguns aspectos inerentes a estas fases.

---

<sup>72</sup> Nas eleições de 1996 havia uma frente que unia PT, PDT, PSDB, PMDB, PSB, PPS e PCdoB, encabeçada, como vimos, pelo PMDB e PT. Esta frente disputou as eleições com a coligação “Beltrão no Rumo Certo”, da qual faziam parte PPB, PFL, PL, PTB. Essa coligação foi encabeçada por Vilmar Cordasso que, nas eleições de 2000, derrotaria o PT (ORTOLAN, 2006).

#### **5.4.1 Primeira fase: 1997 a 2000 – Boas relações e uma agenda positiva de trabalho**

Há, por parte de todos os atores ligados ao PVR, a percepção de que no período de 1996 a 2000 as relações entre a prefeitura e os parceiros foram bastante positivas para o desenvolvimento dos trabalhos. O PVR consegue se institucionalizar como um espaço de diálogo entre os técnicos da Assesoar e as diversas secretarias municipais, para as quais havia demandas da comunidade. Obviamente o diálogo também pressupunha alguns conflitos de concepção de políticas públicas que obstaculizavam nas estruturas burocráticas e no corpo funcional da prefeitura. Mas, no aspecto mais amplo, havia um entendimento de que o PVR deveria ser incorporado as atividades das secretarias.

Neste período, segundo estes atores, havia um espaço de contato e de debates sobre as necessidades da comunidade de Jacutinga. Os trâmites para o atendimento dessas demandas fluíam com relativa tranquilidade. Nesta fase foram implementadas diversas experiências, inclusive a abertura de espaço na escola local para a implantação de uma experiência educacional focada no método Paulo Freire; bem como outras questões, que iam além das atividades ligadas à produção agrícola. Houve ainda, algumas atividades vinculadas a princípios do desenvolvimento sustentável (educação ambiental, proteção de fontes de água e outros) e mesmo questões ligadas às políticas públicas, sobretudo na crítica às práticas clientelistas que as administrações da prefeitura desenvolviam na localidade. Para a Assesoar, era necessário que os agricultores fossem sujeitos destas políticas, e, para isso, o Projeto Vida na Roça deveria romper com as formas tradicionais de atendimento das questões locais, que geralmente eram realizadas pela intermediação de algum vereador. Na avaliação da Assesoar, havia, na comunidade uma, longa tradição clientelista na qual dois grupos político antagônicos se revezavam na obtenção de privilégios. Para romper com esse círculo vicioso, o PVR foi proposto como um projeto político não partidário pelo qual os agricultores seriam empoderados frente aos órgãos governamentais. A partir desse empoderamento, deveriam surgir propostas de políticas públicas autênticas e, com a vontade política, favorável, as necessidades dos agricultores seriam atendidas sem passar pelos gabinetes dos vereadores ou nos balcões do poder executivo.

Um membro do corpo técnico da Assesoar explicita o fato de terem ocorrido avanços importantes na época em que PMDB/PT governavam o município. Para este técnico, as facilidades criadas com a aproximação da Assesoar com administração do PMDB/PT foram essenciais para o avanço obtido no PVR:

[...] na prefeitura entrou o pessoal do PMDB numa coligação com o PT. Nessa época o grande avanço que a gente fez foi com a secretaria de educação [...] a gente conseguia trabalhar [...] com a entrada do governo do PMDB e do PT a gente conseguiu abrir um espaço onde se constitui esse debate, embora, teoricamente haja questionamento se educação do campo existe ou não existe do ponto de vista da abordagem acadêmica [...] (Dm, entrevista 1 ator-mundo, pesquisa de campo 2006, linhas 277-284).

Esta afinidade permitiu que a ONG atuasse no espaço público municipal, sobretudo na escola e, com o apoio da Secretaria de Educação, iniciasse uma experiência pedagógica em educação para o campo já em 1997.

O relato de uma técnica que trabalhava na prefeitura no início do PVR ilustra o caráter das boas relações entre a Assesoar e a administração municipal nesse período. Tendo trabalhado intensivamente no PVR entre os anos de 1997 e 1998, ela tem uma visão peculiar de como o processo de implantação do projeto se desenvolveu. Para ela, nessa época, não havia diferenciação entre os técnicos da Assesoar, CRESOL, Sindicato dos trabalhadores rurais e/ou mesmo da prefeitura. Quase todos eles eram vinculados a um mesmo grupo político e mantinham pontos de contato em comum, cujo eixo central, segundo ela, girava em torno da discussão de questões relativas a temas da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável.

[...] em 1997 e 1998, que foram os dois anos que eu fiquei intensivamente na secretaria de agricultura, a maioria de nós estava estruturando esse projeto. E nós éramos prefeitura na época e a Assesoar estava ali sempre. Nós trabalhávamos tanto com o PVR, que ainda não tinha esse nome, de uma forma tranqüila. Até porque, a maioria do corpo técnico da prefeitura tinha origem de trabalho de conhecimento tanto na CRESOL como na Assesoar, então, não existia muito a diferenciação [...] (Kf, entrevista 2 parceiro prefeitura, pesquisa de campo 2006, linhas: 102-113 sublinhados nossos).

A fala de Kf revela existência de relações, interesses e amizade, ligando os técnicos da prefeitura, Assesoar e outras entidades que formavam parte da rede. Essa rede vai permitir que o PVR se desenvolva de forma tranqüila, harmônica, e que ele, momentaneamente preencha o critério de hegemonia preconizado pela Assesoar (BOX 4).

Nessa época de 97 a 2000, a gente tinha uma visão assim muito esperançosa na agricultura familiar; tanto que a maioria da equipe tinha formação sociológica e social. Numa linha de desenvolvimento sustentável bem coesa. A gente viu e até ajudou a discutir o projeto dentro da prefeitura, dentro da secretaria da agricultura, com participação intensa tanto da Assesoar quanto do sindicato dos trabalhadores rurais. Buscando possibilidades de propiciar o desenvolvimento sustentável de forma harmônica entre os participantes e com possibilidade de captação de recursos via

prefeitura, ou via Estado, de uma forma ordenada. O projeto veio com essa intenção, a meu ver, de suprir essa carência [...] era uma visão romântica que a gente tinha de agricultura orgânica de produção sustentável de proteção de fontes e tudo mais aliado a uma política pública inexistente até então [...] (Kf, entrevista 2 parceiro prefeitura, pesquisa de campo 2006, linhas: 13-28).

Ao mesmo tempo em que essas relações eram boas para o andamento do PVR, ao menos do modo como queria e planejava a Assesoar, elas poderiam induzir à falsa idéia de que a construção de políticas públicas é um processo simples e que depende apenas da boa vontade e das decisões individuais dos técnicos. E, por conseqüência, dependeria de não enxergar que a construção dessas políticas envolve a ampliação das arenas de negociação, em que a boa vontade e as relações de amizade são elementos frágeis e insuficientes para a elaboração das referências que a Assesoar intenta com o PVR. Estes atores ainda não haviam experimentado os ácidos do cotidiano e das disputas de poder que se revelarão bastante corrosivos na execução do Projeto. Desse modo, se as bases sobre as quais a Assesoar se apóia para tentar estabelecer o PVR como uma política pública municipal, restringir-se apenas a um grupo de técnicos, ocupando posições políticas, cujo elo entre si é a adesão a um compromisso político difuso em torno da agricultura familiar, é de se esperar que problemas surjam. Não estamos com isso sugerindo que a Assesoar deveria abandonar esse grupo de apoio, pelo contrário. Entretanto, sua atuação e planejamento deveriam se pautar pela prospecção de cenários mais difíceis, como no acirramento dos embates, pois este era um cenário provisório, existiam incompatibilidades irreconciliáveis entre os critérios elencados pela Assesoar como necessários para uma “perfeita harmonia” na construção da interface com os parceiros. Quando as fronteiras do projeto começassem a se alargar, os desgastes políticos seriam inevitáveis, uma vez que as dinâmicas do espaço público são balizadas por outros princípios, que não os exclusivamente da Assesoar. Como sugere Guivant (1997), o espaço rural é heterogêneo em sua constituição, e, portanto, a tentativa de reduzi-lo a idealizações e dicotomias e a abordagens reducionistas dos papéis desempenhados pelos agentes, leva a desconsiderar a complexidade da construção do conhecimento em processos de desenvolvimento rural e isto compromete significativamente o sucesso de qualquer proposta de intervenção. As abordagens participativas, no geral, especialmente as populistas, têm dificuldades de lidar com as relações de poder entre os agentes e entre os próprios agricultores (Guivant, 2002).

A própria Kf, ao recordar do final desse período, fornece-nos algumas pistas do modo como os técnicos, no geral, e a Assesoar, em particular, viam o processo. Para isso, Kf se

utiliza dos termos esperançosa e visão romântica para definir a concepção vigente no período, apesar da construção coletiva dos conceitos que embasavam o PVR, a Assesoar se colocava no cenário como dona do Projeto, o cenário de harmonia é substituído por outro, em que se explicitam alguns conflitos:

A Assesoar sempre foi assim: uma mentora intelectual do negócio. Quando eu estava na prefeitura e a gente tava naquela construção ainda da proposta de uma política pública, [...] a Assesoar sempre se comportou como a dona das propostas [...] as críticas sempre foram da parte dela em relação aos outros. Nunca houve essa autocrítica e aí, quando a gente ou algum outro parceiro tentava, não botar o dedo na ferida, mas dizer, você também fez errado! Então é um processo enquanto existia na Assesoar algumas pessoas mais polidas ou mais políticas pra falar as coisas e tentar contornar não ficava tão evidente digamos (fala o nome) ele tem uma arte de conseguir apaziguar desviar e tal no momento em que ele saiu, e chega (fala o nome), chegam outras pessoas mais grosseiras, mais autoritárias, a evidência para mim foi até um dos motivos de eu ter pedido desligamento do projeto. Sabe que passam a ser donos do projeto. Eu sou, eu sei, eu estou zelando pelo bem e o mal! Você não está fazendo do que a gente propôs...então cai fora...sai [...] Então isso pra mim a Assesoar sempre ficou numa posição de jogar pedra no telhado dos outros [...] (Kf, entrevista 2 parceiro prefeitura, pesquisa de campo 2006, linhas: 286-313).

Nesta fala, podemos perceber que, antes do término do mandato do governo PMDB/PT, já havia um desgaste dentro do grupo político que dava sustentação ao PVR. A trajetória da crítica caminha do sonho coletivo à visão de que a Assesoar era a dona do processo.

Nessa fase, o mais próximo de uma política pública que o PVR conseguiu na interface com a prefeitura foi a aprovação da Lei 2803, assinada no dia 15 de dezembro de 2000, que institui o PVR como política pública municipal. Contudo, essa lei tem algumas peculiaridades que merecem ser analisadas. A primeira se refere à data de sua publicação. Ela foi publicada a 15 dias do final do mandato do governo do PMDB/PT e tinha a clara intenção de garantir a continuidade do Projeto durante a gestão do PP/PSDB. O modo como foi conduzida a aprovação dessa lei gerou diversas críticas por parte da nova administração municipal, e isso se constituiria num dos epicentros das críticas ao Projeto. Outro aspecto é que a Lei 2803 estabeleceria o PVR como política pública, mas não definiria verbas específicas no orçamento. Os recursos deveriam sair das rubricas orçamentárias das secretarias municipais de Educação e Cultura, do Interior e da Saúde, e isso dependeria da boa vontade dos secretários. Não se questionou, na época, que não havia política pública sem verbas, e que a não existência de recursos diretamente para o Projeto colocaria a Assesoar em rota de colisão

com essas secretarias, bem como a necessidade de passar novamente pelas negociações de gabinete. O mandato PMDB/PT estava chegando ao fim e, com a derrota do PT nas eleições de 2000, um cenário menos confortável se anunciava.

Desse modo, na nova administração, um dos únicos vínculos da prefeitura com o PVR seria a Lei 2083/2000. Na seqüência, passaremos a analisar alguns aspectos da nova configuração da interface com a prefeitura.

#### **5.4.2 - Segunda e terceira fases**

As eleições municipais de 2000 começariam, então, a mudar o cenário de boas relações entre a Assesoar e a prefeitura. A nova interface que surgirá destas alterações exigirá, por parte da ONG, um conjunto específico de habilidades políticas, que ela se mostrará inapta ou indisposta a usar. A entidade passará a ter de enfrentar um longo processo de tensionamento, no qual as relações com a prefeitura aos poucos sofrerão desgastes. Com este rompimento, a ONG abandonará a arena do PVR e um trabalho de quase dez anos, sem colher os frutos, acumulando críticas e pontos de atrito com os parceiros.

Os primeiros sinais da crise aparecem já em 2001, quando o relatório do PVR, que analisava os avanços e as dificuldades do Projeto, fazia a seguinte avaliação das relações da coordenação municipal do PVR com a prefeitura:

O principal desafio está em relação à prefeitura municipal, tendo em vista a força política que assumiu a administração. Apesar da fala pública de compromisso em nível operacional, outras demandas tornam-se prioridades. O que está interessante é que a Coordenação Municipal do Vida na Roça, composta neste início de ano com todas as entidades e representações de todas as comunidades, tem a tarefa de refletir mensalmente todos os encaminhamentos, avaliar os resultados e as responsabilidades assumidas. O controle político das ações planejadas no PVR, pelo conjunto de pessoas e entidades, é significativo em relação a outros processos já realizados, as contradições começam a aparecer com clareza e as tensões são sempre tratadas de forma aberta, sendo este o principal diferencial, que permitirá o crescimento da capacidade de análise e a diferenciação das concepções de desenvolvimento explicitadas pelas práticas das entidades e do governo (Relatório PVR, 2001, p. 20, sublinhado nossos).

Podemos perceber a explicitação das dificuldades encontradas mas, ao mesmo tempo que a Assesoar tinha a esperança de que o coletivo criado pelo Projeto poderia controlar politicamente as ações da prefeitura em suas responsabilidades assumidas com o Projeto. A Assesoar vai então insistir na lei como elemento essencial de ligação da Prefeitura à rede e, na

capacidade de coerção do coletivo do PVR, para garantir o seu cumprimento. Sm, um funcionário da secretaria de Educação, lembrando o PVR, tem outra leitura do processo. Para ele, a lei 2803/2000 foi uma articulação da Assesoar para manter o Projeto, numa clara tentativa de influenciar no novo mandato:

[...] sabemos que a Assesoar tem uma linha ideológica, e a secretaria tinha uma linha ideológica diferente, até pela própria administração municipal. E, aí no final do mandato, quando a gente assumiu a secretaria houve uma aprovação de um projeto na câmara a toque de caixa, nos últimos dias do mandato do prefeito anterior [...] para implantar uma política municipal estilo PVR (Sm, entrevista 1 parceiro prefeitura, pesquisa de campo 2006, linhas 195-201, grifos nossos).

Os desgastes políticos com o poder municipal e os argumentos que construídos pela prefeitura para contrapor às intenções da Assesoar tornavam praticamente inevitáveis o deslocamento da rede. Contudo, isso não poderia ser realizado de um momento para outro, a importância que o PVR havia assumido exigia movimentos lentos sem rupturas injustificadas. Era necessário esvaziar o Projeto deslocando o balcão de reivindicações novamente para a prefeitura.

#### **5.4.2.1 - Pontos de deslocamento da Rede**

Nessas fases, segundo dados obtidos em entrevistas com funcionários da prefeitura, duas questões principais pesaram para justificar o desgaste. A primeira foi o apoio que a Assesoar deu à candidatura da coligação PT/PMDB, que fez oposição ao PP/PSDB. A segunda se refere à utilização do método Paulo Freire na escola do Assentamento Missões<sup>73</sup>. O Missões é um dos 44 assentamentos do MST na região. Sua localização geográfica é próxima ao Jacutinga, e vários agricultores sem terra dessa localidade conseguiram terras nesse assentamento. A participação da Assesoar na mobilização e na organização do Missões

<sup>73</sup> O Assentamento Missões localiza-se a 30 km de Francisco Beltrão.. Sua origem está vinculada à Assesoar. A terra ocupada pertencia à “Fazenda Marrecas”, do Grupo Camilotti. Esta fazenda de 1.892 ha foi colocada em leilão em abril de 1996, e não houve comprador. A Assesoar e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais articularam junto ao MST a possibilidade de ocupação da área, o que ocorreu em 27 de maio de 1996. 150 famílias foram assentadas, das quais várias da localidade de Jacutinga. Em 2006, em comemoração dos 10 anos do assentamento, foram espalhados diversos outdoors pela região, convidando para uma grande festa. Este convite era assinado pelo deputado federal Assis do Couto e deputada estadual Luciana Rafagnin, ambos do PT, e pela Assesoar. Dessa forma o assentamento é efetivamente identificado como um espaço da Assesoar e do PT.

foi fundamental para sua constituição, além disso o presidente da Assesoar, na época da criação do PVR era Ademir Dalazem<sup>74</sup> que é também um dos assentados no Missões.]

#### **5.4.2.1.1 Tentativa de instrumentalizar politicamente o PVR**

Para a prefeitura, houve a tentativa da Assesoar de instrumentalizar o PVR e utilizá-lo como catalisador de votos para a candidatura do PT. Como o PVR não deveria ter um caráter político-partidário, a nova administração municipal se ressentiu dessa tentativa e passou a adotar medidas para conter as intenções da entidade:

[...] só que eles são muito complicados, eles são muito complicados! E eles misturavam as coisas. Porque uma coisa que ficou bem clara no começo do projeto, a própria Assesoar colocou isso com ênfase. E por isso que eu às vezes digo que eles pecaram e pecaram muito. Eles colocaram com uma ênfase muito grande nos primeiro encontros que a gente teve com todas as lideranças, que a gente sabe que, politicamente e ideologicamente político-partidariamente, cada um pensa da sua maneira e age de acordo com a maneira de pensar, então que não se misturasse política partidária dentro do Projeto. Mas não foi isso que aconteceu. Quem misturou política partidária foi a própria Assesoar. Depois porque, na última eleição (referindo-se a eleição municipal de 2004) eles misturaram tudo e daí eles quiseram forçar uma barra e não conseguiram, e acabaram se retirando (Sm, entrevista 1 parceiro prefeitura, pesquisa de campo 2006, linhas 303-313).

A Assesoar, por sua vez, nega a tentativa de utilização política do PVR. Diz que este sempre foi suprapartidário e que as posições dos agricultores deviam-se à transformação de sua consciência política; que alguns agricultores (membros ativos do PVR) eram também militantes do PT e atuavam politicamente dentro do Projeto, assim como agricultores que são militantes de outros partidos. Desse modo, a posição da Assesoar é a de afirmar que o PVR apenas contribuía para revelar as contradições já existentes na comunidade. Além do mais, para a Assesoar, que desde meados da década de 1980 vinha se posicionando politicamente com um constante trabalho de organização popular, não era segredo para os membros do PVR a sua proximidade com o PT, como demonstra a análise abaixo:

A Assesoar, na sua história, afirmou a necessidade da organização política dos trabalhadores, tanto que nos meados dos anos 80, apontava a filiação partidária como um dos instrumentos. Nos seus trabalhos de formação e na produção de material escrito tratava da história e das concepções de partido na sociedade brasileira.

---

<sup>74</sup> Atualmente, Dalazem é assessor parlamentar do deputado federal Miguel Assis do Couto (PT) e presidente da Seção Paraná da União nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), criada em 21 de julho de 2005. A UNICAFES-PR reúne aproximadamente 100 cooperativas da agricultura familiar e da economia solidária. Fonte: revista da UNICAFES, nº 1 – Julho de 2007, p.12.



Afirmava uma concepção de partido não apenas eleitoral, mas que deveria, além da frente parlamentar, ter uma forte ligação com os movimentos sociais populares e a organização de base. Na época, entre outras linhas de formação para seus associados, foi instituída a “formação político-partidária”. Inicialmente de forma tensa, com uma relação mais próxima com alguns setores da igreja e do sindicalismo “combativo”, este trabalho contribuiu para concretizar o que foi o PT do sudoeste do Paraná, nos seus primórdios (Assesoar, 2006a p. 14).

Para a ONG, o motivo dos desgastes políticos teria sido o retorno de práticas clientelistas na localidade, que passaram a conflitar com a coordenação do Projeto.

[...] nós trabalhamos para construir um espaço de reflexão coletiva que é coordenação local do PVR e que, indiscriminadamente ficou claro que não importa de que partido é. Vamos refletir o que o diagnóstico levanta e vamos discutir o encaminhamento das atividades. Então fomos construindo isso [...] nós vivemos um crescimento de colocar os projetos maiores da comunidade e de relativizar esse enfrentamento de sigla partidária. Houve um período forte. Agora, quando ganhou esse último grupo aqui da prefeitura (referindo-se à eleição de 1999) [...] porque a administração anterior (PMDB/PT) não se firmou na regra de exclusão por quem tinha votado ou não, eles foram mais abertos um pouco no trato da administração pública. Então, esse espaço ganhava força e a outra administração não se firmou nas tradicionais lideranças que vinham de lá. O coletivo do PVR a coordenação se transformou de fato no lugar de proposição e não via fulano ou sicrano dentro daquele partido. Agora quando essa administração entrou (PP/PSDB) ela retomou a prática anterior, quer dizer, os seus projetos passam pelas figuras antigas lá...os seus projetos. Então nós vivemos nesse momento, em relação à fase anterior um acirramento dessa situação (Dm, Assesoar entrevista a Marschner, fita 13 lado A 24”08” a 25”43” 25/05/2004, sublinhados nossos).

#### **5.4.2.1.2 - Os temas geradores no epicentro da crise**

O início dos problemas entre a Assesoar e a prefeitura também pode ser demarcado com a entrada do Assentamento Missões no PVR, e que tem seu epicentro na escola do assentamento. A título de comparação, podemos dizer que a comunidade de Jacutinga tinha um perfil mais conservador, muito ligado ao modo como se processou a colonização patrocinada pelo Estado. O assentamento, por sua vez, possui sua história articulada ao MST e à Assesoar. Nossa hipótese é a de que a escola de Jacutinga se constituía apenas em um *ensaio para testar* as teorias e pressupostos da Assesoar sobre o que ela entende por educação e desenvolvimento no campo. Estas teorias encontravam na Secretaria de Educação uma aceitação relativa até à fronteira em que os temas geradores estivessem circunscritos a assuntos relacionados à produtividade dos agricultores. Como acontecia em Jacutinga, em que, no geral, a metodologia de Paulo Freire contribuía apenas para aumentar o conhecimento

dos estudantes sobre suas propriedades e servia de apoio para o desenvolvimento e melhoria da produtividade da agricultura.

No momento em que os temas geradores passam a se configurar também como um instrumento político-ideológico, um processo de crise é instaurado. Tal configuração se inicia na escola do assentamento, espaço em que ocorre a explicitação e a radicalização da visão que a Assesoar tem da educação do campo. O deslocamento da pedagogia de Paulo Freire para o espaço do assentamento muda qualitativamente os aspectos trabalhados, e os temas geradores passam a se comportar não mais como um instrumento de ganho de produção, mas como um instrumento político. Isso começa a preocupar a prefeitura. A partir deste momento, a Secretaria Municipal de Educação inicia o desenvolvimento de um conjunto de medidas para modificar o rumo que as escolas rurais estão tomando com o PVR. Isto implicará marcar posições na discussão dos temas geradores, bem como iniciar um processo de descontinuação dessa agenda. Diversos foram os episódios identificados como problemas pela prefeitura municipal na escola do Assentamento Missões. Mas o episódio que se tornará exemplar foi o divulgado em uma nota publicada no site da prefeitura do dia 6/04/02 intitulada: “Administração municipal entrega computador no Assentamento Missões”:

[...] Administração municipal entrega computador com objetivo de melhorar a qualidade da educação nas escolas do interior e com isso despertar nos alunos e, conseqüentemente na comunidade onde ela está inserida, uma nova visão do mundo globalizado, na tarde da última segunda-feira, dia 25 [25/03/2002], uma equipe da secretaria de Educação de Francisco Beltrão, acompanhada do vice-prefeito Wilmar Reichembach estiveram na Escola Municipal Irmão Cirilo, na Fazendinha, conhecida como Assentamento Missões, entregando equipamento e conversando sobre as intenções da Administração Solidária. Foi entregue para a escola um microcomputador com impressora, bem como um banner com a logomarca comemorativa dos cinquenta anos de Francisco Beltrão. [...] Quanto ao aspecto pedagógico que envolve a escola, professora Emília de Castro Dorneles apresentou para os pais dos alunos a forma de como será aplicada. “Como é uma Escola do Campo temos um trabalho pedagógico diferente, voltado à realidade do local, sempre com objetivo de fomentar que o aluno permaneça no campo” [...] <http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br/noticias/default.asp?id=62&n=> (com supressões e sublinhado nossos).

Nessa nota, fica claro que, até aquele momento, a prefeitura mantinha, bem ou mal, uma política educacional orientada para o campo e que estabelecia conexões com alguns dos eixos nos quais o PVR havia se constituído, principalmente, no que se refere à qualidade da educação oferecida aos estudantes das escolas rurais. Contudo, é interessante observar que, para além de uma educação diferenciada para os jovens do campo, a nota faz referência a uma

nova visão do mundo globalizado; não no sentido de se contrapor à globalização mas, no de inserir os alunos nela. Tal referência é importante, pois conecta a prefeitura a um campo diametralmente oposto aos pressupostos políticos da Assesoar e do MST, para quem a globalização não é uma “janela de oportunidades”, mas a face de um inimigo a ser combatido. E cujo combate se faz com um intenso trabalho de preparação política no qual a metodologia educacional de Paulo Freire tem um papel relevante.

Entretanto, o mais interessante dessa nota não é o que ela diz, mas o que ela não explicita. Ela não menciona, por exemplo, que, no Assentamento Missões, as cerimônias oficiais que envolviam autoridades municipais ou deputados conservadores eram sistematicamente esvaziadas pelas lideranças do MST. Segundo fontes vinculadas à prefeitura, isso era feito, mesmo que o financiamento das obras fosse integralmente viabilizado por esses deputados. Por outro lado, nas atividades patrocinadas pela Assesoar e MST, com lideranças e políticos do PT, toda a comunidade era mobilizada, e essas cerimônias eram invariavelmente acompanhadas pela mística<sup>75</sup> do MST. Nestas místicas eram explicitados alguns aspectos ideológicos do movimento dos sem terra, muitos dos quais articulados ao conjunto de pressupostos defendidos pela Assesoar e materializados na proposta pedagógica do PVR.

No sentido de analisar como tais episódios impactavam internamente na administração PP/PSDB, a fala de Sm é bastante interessante. A pergunta síntese era o modo como a prefeitura se relacionava com a Assesoar na gestão de 2000 – 2004 e também na atual:

[...] era bem tenso, sobretudo com o pessoal do assentamento Missões, porque foi meio recente lá. Porque eles estavam recém se organizando a secretaria tinha implantado um núcleo no assentamento Missões. Foi nessa administração (referindo-se ao período de 2000 a 2004), eles não tinham uma escola lá decente, eles tinham um *barracãozinho* com três salas de primeira a quarta [...], e aí foi porque a ideologia do MST em relação à escola é formar líderes pro movimento. Eles não têm outro pensamento - formar líderes que possam conduzir ou manobrar os movimento - e a secretaria não achava que esse era o papel da escola . O papel da escola era colocar conhecimento ali à disposição ou ajudar construir conhecimento com os alunos, mas

<sup>75</sup> A mística envolve os momentos que antecedem eventos importantes e têm o objetivo de construir elos emocionais entre os presentes. Sua origem está vinculada à Teologia da Libertação. Desta forma, caracteriza-se como um elemento *religioso* do MST. A construção da mística exige um planejamento, no qual os líderes do movimento podem mobilizar diversos recursos materiais como: sementes, terra, bandeiras, livros, ferramentas de trabalho ou outros meios que permitam ligar os objetivos da mística a um conjunto hierárquico de valores interpretativos da realidade política e social no qual os membros participantes estão inseridos, bem como suas relações com os adversários políticos, com a terra e com o movimento ao qual pertencem. A mística no MST tem um papel central no processo de construção da sua prática social e se constitui como um fator de unidade e vivência de ideais.

não doutrinar aluno . Porque nunca foi ideologia da secretaria doutrinar os alunos. Porque o discernimento tem que ser do próprio aluno. Depois ele tem que ter uma base cultural boa para poder depois decidir o que é certo e o que é errado só que isso nunca foi aceito pelas instituições porque elas tinham uma outra ideologia. E isso acabou complicando, houve uns episódios de direções que eles não aceitavam a direção de escola. E batiam de frente com a direção da escola principalmente a comunidade do assentamento. Porque o núcleo não atende só o assentamento. O núcleo atende mais, acho que duas ou três comunidades em volta. Então houve certa briga interna dos alunos do assentamento que não aceitavam essa coisa que eles tinham muito de e eles tentaram passar isso para todas as escolas. E as outras escolas não tinham nada a ver com assentamento e não concordavam com isso de estar fazendo mística com bandeira do MST e etc, etc. As outras comunidades não aceitavam e eles queriam isso como lema da escola. Houve coisas até absurdas que aconteceram são assim, até parece piada, mas de substituir no hasteamento, no lugar da bandeira nacional, colocar a bandeira do MST até esse tipo de coisa aconteceu de ter a bandeira hasteada lá mas, a do Brasil não [...] (Sm, entrevista 1 parceiro prefeitura, pesquisa de campo 2006, linhas 270-289, sublinhados nossos).

A fala de Sm é reveladora do modo como a escola do Assentamento Missões impactou na forma como a prefeitura concebia o PVR. Na sua leitura, a educação proposta pela Assesoar, através do PVR, era um instrumento para “doutrinar alunos” e “formar líderes para o movimento”. Para ele, isso representava um desvio da função da escola, que deveria contribuir para construir conhecimento junto com os alunos, a fim de que esses pudessem decidir o que é “certo e o que é errado”. Além disso, um dos argumentos da prefeitura era de que a escola do Assentamento não atendia apenas os assentados, mas também outras comunidades que não comungavam dos valores do MST. As místicas geram protestos dos pais desses alunos. Este episódio, relatado por Sm, marca o momento em que ocorreu o descolamento definitivo da prefeitura em relação aos pressupostos do PVR, sobretudo no que se refere à educação.

Do ponto de vista da prefeitura, não houve retaliação sobre o Assentamento Missões. Pelo contrário, segundo a prefeitura, todas as demandas foram atendidas. O que houve foi um deslocamento do balcão, que deixa de ser o PVR e passa a se concentrar nos gabinetes do poder público municipal. Na concepção da Assesoar, isso era um retrocesso, pois com esse deslocamento os agricultores perderiam o poder que haviam conquistado com o PVR. As novas relações, segundo a visão da ONG, seriam as velhas, ou seja, era o retorno das práticas clientelistas. Além disso, a visão monolítica do Assentamento Missões, apresentada pelo técnico da prefeitura, deve ser relativizada. Em diversas reuniões de avaliação das quais participei, os professores da UNIOESTE relatavam a dificuldade de trabalhar nesse assentamento devido à falta de unidade dos assentados. No geral, estes relatos davam conta dos problemas enfrentados para promover trabalhos coletivos, pois as diferenças entre eles

eram muito grandes, e as brigas constantes. Uma evidência disso ficou registrada no relatório do PVR de 2001, explicitando que o Assentamento não conseguia constituir nem mesmo uma coordenação para o Projeto:

No caso do assentamento, fica patente a dificuldade da constituição de uma coordenação local, mesmo com o acúmulo de experiência advinda da luta pela terra, tendo em vista a complexidade da ação proposta pelo PVR em relação ao processo anterior. Na dinâmica interna ao assentamento, a história de cada família, vindas de diferentes lugares, parece ainda constituir-se num entrave para o estabelecimento de novos horizontes coletivos (uma vez que esgotou-se a luta pela posse da terra) que permitam o colocar-se em movimento: a fase ainda é de investimento e acompanhamento para que estabeleçam novas perspectivas comuns aos moradores (Relatório do PVR, 2001. p. 17).

De qualquer forma, mesmo não sendo o assentamento monolítico, a leitura que a prefeitura faz destes episódios explicita as diferenças ideológicas existentes dentro da rede, bem como a história e processos nos quais os atores estão envolvidos fora do PVR, tornando-se elementos de conflito. Os embates ficam mais intensos e desgastantes, a ponto de os conflitos ideológicos inviabilizarem a continuidade do Projeto do modo como idealizava a Assesoar. Os elementos ideológicos tomam conta do PVR e o conduzem a uma polarização definitiva.

É necessário destacar que o processo de tensão com a prefeitura foi iniciado dois anos antes. Com as eleições municipais e a derrota do PT nas urnas, as místicas e os episódios do hasteamento da bandeira desempenharam um papel central na crítica. Desse modo, um dos atores centrais do projeto começa a questionar e se deslocar do projeto inicial de atração de interesse (interessement). O papel específico e concreto na rede, em que a prefeitura havia sido fechada, é profundamente abalado. A identidade atribuída à prefeitura é completamente desestabilizada por esses episódios. Os mecanismos sobre os quais se baseavam as relações institucionais, leis e convênios, não se mostram suficientemente estáveis para continuar a atar a prefeitura ao projeto. O próximo passo da administração pública será implementar um projeto diametralmente oposto aos temas geradores, a chamada pedagogia empreendedora. A Pedagogia Empreendedora é uma metodologia de ensino de empreendedorismo para a Educação Básica [educação infantil e ensino médio] atingindo a faixa etária de 4 a 17 anos. O seu teste piloto foi feito em 2002, nas cidades de Japonvar, norte de Minas Gerais e outra em Belo Horizonte. No Paraná ela foi aplicada inicialmente em Guarapuava e em Jacarezinho. Em 2003 a Pedagogia Empreendedora foi implementada em 86 cidades do Paraná,

selecionadas pelo seu IDH, em um projeto do Sebrae-PR, dentre as quais se incluía Francisco Beltrão. Seu eixo orientador está organizado em tecnologias de desenvolvimento local; estimular a capacidade de escolha do aluno para que opte pelo empreendedorismo. O empreendedorismo é visto como um modo de ser e não somente de fazer. Procura ensinar para os estudantes alguns conceitos de organização empresarial. Deste modo, ao mesmo tempo em que os atores podem sujeitar-se e integrar o plano inicial, eles podem fazer o caminho inverso, reivindicando a sua própria identidade e sua autonomia no processo. Um pequeno episódio pode desviar os atores da rota estabelecida no processo de interessamento. Tanto, que o episódio do hasteamento da bandeira do MST foi fundamental para a mudança de atitude da prefeitura frente ao conjunto de atividades do projeto como um todo:

[...] não houve acerto e começou assim, vamos dizer, a animosidade a se acirrar um pouco mais. E coincidiu que em 2004 a secretaria, com as escolas urbanas, via SEBRAE, elas implantaram o programa da pedagogia empreendedora e essa foi a gota de água para o rompimento, porque eles (a Assesoar) não aceitavam de espécie alguma que a secretaria mantivesse dois trabalhos distintos um no campo com uma ideologia e outro no campo com outra ideologia e aí eles se retiraram (Sm: entrevista 1 parceiro prefeitura, pesquisa de campo 2006, linhas 251-257).

A ruptura com a prefeitura, por sua vez, é explicada como consequência da adoção da pedagogia empreendedora em todas as escolas do município, inclusive nas escolas do campo e não em relação a problemas políticos com a administração municipal. Para Dm, um dos idealizadores do PVR, alguns aspectos são inegociáveis e, para ele, esse era um desses aspectos. A insistência da prefeitura na pedagogia empreendedora teria feito com que a Assesoar se retirasse completamente do projeto. A carta que expressa os motivos da saída da Assesoar está transcrita no BOX 5.

Sem a participação da prefeitura, estava fechada boa parte das possibilidades de construção das referências em políticas públicas almejadas pela Assesoar. Obviamente, a Assesoar faz outra leitura desse processo, embora reconheça que a questão da educação foi o epicentro do desgaste (sobretudo no episódio da implantação da pedagogia empreendedora). Para ela, a questão estava colocada no campo ideológico e da disputa político-partidária. E ela tem razão. Na nossa avaliação, a proposta dessa pedagogia por parte da prefeitura é apenas transitória. A secretaria sabia até onde a Assesoar estava disposta a negociar. E este era um elemento inegociável. Uma evidência nesse sentido é dada por Dm.

[...] com a prefeitura o rompimento se deu aí, porque a grande questão no debate com a política pública é do quê que você abre mão e do que não, o que você negocia e o quê que não. Porque não significa que você não possa abrir mão de questões na estratégia, mas tem algumas delas se você abre mão você perde aquilo que seria a originalidade do projeto do trabalho que estava fazendo. [...] No caso da secretaria de educação, houve então um rompimento da Assesoar com a Secretaria de Educação. Trabalhamos com eles tranqüilo até que havia diferenças de possibilidade de abordagem. Nós íamos trabalhando com essas diferenças e com os limites mas, quando eles determinam enquanto secretaria que, daqui pra frente, todas escolas de Beltrão vão agora adotar a pedagogia empreendedora como modelo, é como camisa de força, e foram buscar assessoria que vieram fazer abordagem que desconsidera toda a história anterior, nós achamos que nós não tínhamos mais o que fazer, aí nós rompemos, na verdade o rompimento foi com a secretaria de educação não foi com a prefeitura...não foi com a prefeitura. (Dm: entrevista 1 Ator-mundo, pesquisa de campo 2006, linhas 312-325 sublinhados nossos).

### **Box 5: Posição a respeito do Convênio para a Formação de Professor@s do Campo de Francisco Beltrão**

A Assesoar, entidade de agricultor@s familiares que historicamente tem lutado pela autonomia da população do campo, diante do processo em curso no convênio assinado em 23 de outubro de 2000, e transformado em lei municipal conforme "Projeto de lei número 38/2000, (SIC) que instituiu o Programa Municipal Vida na Roça como o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Campo de Francisco Beltrão...", sente a necessidade de manifestar publicamente, neste momento, sua posição expressando seu compromisso com a Educação Pública, articulada a um Projeto de Desenvolvimento emancipador.

#### **Considerando que:**

1- A concepção da formação de professores, objeto do convênio já firmado entre a Assesoar, Unioeste e Prefeitura Municipal, aponta para uma conceituação determinada de escola pública e de desenvolvimento do campo, expressa no texto que está sendo entregue e que será publicado pela Assesoar na Coletânea "Cadernos da Assesoar" nº 04.

2- Considerando que no planejamento feito para 2001, os professores do campo teriam uma formação específica com semanas pedagógicas de 3 a 4 dias articulada às comunidades dos núcleos escolares, uma equipe pedagógica específica e com a função de encaminhar o processo na escola, uma equipe e assessoria das diferentes entidades acompanhando e assessorando o processo e se realizaria a ampliação do Projeto Vida na Roça para todas as comunidades do município, articulando com este trabalho o projeto das escolas:

3. Já no ano de 2001, as semanas pedagógicas foram transformadas em encontros de dois dias, sendo suprimida a equipe pedagógica das escolas composta anteriormente, levando a formação de professores a se desenvolver de forma difusa, onde cada entidade conveniada atuava de um jeito diferente, fragilizando o objetivo do convênio que era principalmente avançar na unidade político-pedagógica articulada ao projeto de desenvolvimento do campo, com base nos dados do diagnóstico da ampliação do PVR realizado neste ano, o que não ocorreu. No ano de 2002, a não disponibilização da estrutura para a ampliação do Projeto Vida na Roça gerou uma dificuldade operacional da formação de professores no que diz respeito à concepção original, pois o planejamento a partir dos temas geradores ficou inviabilizado, gerando confusão entre o Tema Gerador e a simples escolha de um assunto ou trabalho por projetos. Neste contexto, as assessorias ficaram apenas resolvendo problemas de cada escola ou de cada professor, não conseguindo realizar a abordagem teórico-metodológica proposta no Plano de Formação do ano;

4- Em 2003 e 2004, o plano de acompanhamento feito às escolas foi totalmente desarticulado pela Secretaria de Educação, na medida em que promovia outros eventos de formação, com temáticas esparsas e descontinuadas, não atendendo o que o convênio previa: espaço específico para formação de professores do campo. Nesta dinâmica as entidades conveniadas passaram a ser chamadas a participar com vagas, como se fossem simples convidadas, e não como parceiras que estavam propondo e contribuindo na condução do processo de formação, descaracterizando assim

o compromisso político e operacional do convênio;

5- A Assesoar contribuiu na formação de professores em relação ao DRS, mas esta não transformou-se no elemento articulador do planejamento com o Tema Gerador, conforme acordado no programa. A Assesoar só pôde participar efetivamente de atividades que abordavam as tecnologias e atividades pontuais a campo, ao que a disciplina ficou reduzida;

6- Este processo não garantiu a base para a reescrita do programa no ano de 2004, tampouco a realização do planejado quanto à formação continuada nas escolas, esvaziando o processo que deveria afirmar os novos conteúdos e diretrizes para a elaboração de um novo convênio. A tentativa de elaboração arrastou-se durante o ano como uma atividade apenas de escrita sem ação nas escolas como previa o planejamento. Por fim, no final de 2004, sem conversar com as entidades conveniadas, a prefeitura decide adotar como concepção a Pedagogia Empreendedora, encerrando assim, a nosso ver, a possibilidade de dar continuidade à concepção de formação conveniada originalmente.

7- A Assesoar continuará trabalhando com desenvolvimento e educação do campo em diferentes espaços: o acompanhamento às escolas a partir do PVR, desde que acordado com comunidade e o coletivo d@s professor@s, bem como acompanhamento ao DRS nestas escolas; será criado um grupo de estudo e sistematização das práticas em andamento nas escolas do campo, tanto para aquelas que tem o PVR, como também para @s professor@s de outras escolas, que estiverem desenvolvendo práticas com ênfase no contexto das comunidades e tiverem interesse de aprofundar-se; Formação de Professor@s do Campo no município de Dois Vizinhos e o espaço da Articulação Regional "Por uma educação do Campo" re-criado no Seminário Regional em Dois Vizinhos, em novembro de 2004.

8. Diante deste quadro, a Assesoar entende como encerrada a sua participação no Convênio de Formação de Professores do Campo de Francisco Beltrão, continuando articulada aos processos regional, estadual e nacional de Educação do Campo,  
Francisco Beltrão, 03 de março de 2005. Gelci Antonio Dutra, Direção da Assesoar

A Assesoar explicita por que a articulação com a prefeitura estava sendo cancelada. Nesse documento ela procura esclarecer os motivos do rompimento e reafirmar seus pressupostos teórico-metodológicos. Além disso, ela diz que, apesar do fim do convênio, continuará trabalhando com desenvolvimento e educação do campo em diferentes espaços. A saída encontrada foi a criação de um grupo de estudos com as escolas do PVR e com os interessados em se aprofundar no tema, contudo, o que está ocorrendo, na verdade, é que, a carta sepulta a expectativa de reação na defesa do PVR por parte dos parceiros, sobretudo das entidades da agricultura familiar (sindicato dos trabalhadores rurais, CRESOL, CAPA etc.), bem como da UNIOESTE e dos agricultores. A Assesoar esperava que sua permanência no projeto fosse defendida, ao menos pelos líderes dos movimentos populares, mas essa reação não veio, o que deixou a entidade sozinha e sem conseguir exercer uma maior pressão para garantir os espaços conquistados uma década atrás.

A questão que colocamos agora é: o que aconteceu com os agricultores? Por que eles não desempenharam o papel esperado pela Assesoar? Quais foram suas opções? É o que procuraremos responder na seqüência.



## **5.5 – A interface com os agricultores**

### **5.5.1 - O processo de interessamento dos agricultores**

O processo de interessamento dos agricultores passa necessariamente pela história de atuação da Assesoar na região, pelas suas articulações e por sua metodologia de trabalho. Dentre as articulações, destacam-se as mantidas com: dirigentes sindicais, lideranças políticas do PT, líderes do MST, padres, técnicos, professores, entre outros. Estas articulações são mobilizadas na defesa dos interesses do que ela identifica como agricultura familiar. Estes elementos geram um patrimônio intangível que facilita o acesso e o diálogo com os agricultores. Estes elementos creditam os membros da ONG de uma ação destituída de interesses particulares e os vincula diretamente aos interesses dos agricultores. No que se refere à metodologia de trabalho, até a época da criação do PVR, ela era direcionada para dois conjuntos de ações: o primeiro, focando a formação de lideranças para a própria Assesoar, as recém criadas organizações da agricultura familiar e para os quadros do PT; e o segundo, a produção agropecuária, diretamente na propriedade dos agricultores. Ambos são importantes para a ONG, mas para o interessamento dos agricultores comuns (os não militantes), a questão da produção tem um lugar central na sua motivação.

Para os técnicos, o PVR consistia num trabalho que extrapolava a arena da produção agrícola ou da geração de renda. O objetivo era alçar vôos na direção da criação de modelos que servissem de referências para os movimentos sociais e para as políticas públicas do campo. Entretanto, não havia recursos financeiros previamente alocados. Não havia garantias de investimentos para serem aplicados na solução dos problemas apontados pelos agricultores. A questão que procuraremos analisar no próximo tópico é a de como os agricultores foram atraídos para a arena do PVR; isto é, quais mecanismos foram utilizados para convencer uma parte significativa das 133 famílias da localidade de Jacutinga a participar de um projeto de desenvolvimento local ainda vago, sem uma metodologia de ação definida e, fundamentalmente, sem recursos garantidos para investimento.

#### **5.5.1.1 - Reconstruindo algumas etapas do interessamento**

Os contatos com os agricultores da localidade de Jacutinga ocorreram em meio ao processo de discussão sobre a necessidade de se implantar uma Casa Familiar Rural (CFR), no município. Nesse contexto, em 1995, durante as discussões para implantação da CFR a capacidade de mobilização e a identidade dos agricultores de Jacutinga chamaram a atenção dos técnicos da ONG. Como a CFR de Francisco Beltrão foi implantada em outra

comunidade, e a Assesoar foi descartada desse projeto por questões políticas, ela procura as lideranças e os agricultores de Jacutinga e lhes propõe iniciar outro processo, ainda sem uma configuração definida. Ao ser perguntado sobre por que a localidade de Jacutinga foi escolhida, Am, um dos técnicos que participaram desde o início desse processo, fornece a seguinte resposta:

Foi meio por acaso. Mas, em função de uma atividade anterior, a segunda turma de ECAs aconteceu aqui em Francisco Beltrão e a gente tava preocupado com a continuidade. Sentimos que era um problema, então começamos a dizer: Bom – na época se ventilava muito – vamos fazer uma casa familiar rural – estava por aí. Daí a gente imaginava: bom, a casa pode ser um instrumento, então vamos juntos pensar uma Casa, mas uma Casa diferente, uma Casa que tenha autonomia, não do jeito que elas estão por ai que, na maioria dos lugares, ela é controlada pelo governo. E começamos a mapear condições que o governo colocava que, para viabilizar recursos tinha que ter certas condições e coisa assim. Então Passamos a visitar um conjunto de comunidades, íamos num grupo de pessoas e, entre essas visitas estava o Jacutinga. Um dos lugares. E ao visitar Jacutinga a gente percebeu coisas que não se via em muitos lugares, que com os problemas que eles tinham eles tinham uma identidade clara enquanto grupo, enquanto comunidade. E tinham vontade de pegar algo pra tocar e, na hora de discutir estrutura, mobilizaram a igreja, o clube a associação o conjunto das entidades estava junto pensando – isso era novo. Então, quando o governo local decide, por outros critérios levar a Casa para outro local nós dissemos, propomos a gente sentiu em vocês aqui assim, assim, assim e estamos com a seguinte idéia: querem fazer uma aventura junto? Propusemos e ficamos meio ano discutindo e depois a turma decidiu. [Dm: entrevista Assesoar, Entrevista concedida a Marschner, fita 13 lado A 07”17” a 08”50” 25/05/2004. Sublinhados nossos).

O processo de interessamento foi iniciado em um encontro realizado em 08/04/1996. Para essa reunião, a Assesoar e o STR elaboraram um planejamento, no qual estabelecem as etapas e as formas de condução deste encontro para interessar os agricultores em um projeto de desenvolvimento comunitário. O encontro foi orientado, segundo a própria entidade, por quatro idéias: “a) A situação está difícil por falta de desenvolvimento; b) O Estado/governos fazem - nós esperamos; c) Só as grandes iniciativas são valorizadas e apoiadas; d) O mundo rural como fonte de recursos a serem transferidos para as cidades, para o grande setor industrial com benefícios concentrados nas cidades” (ASSESOAR, 1996 p. 1).

Com este conjunto de elementos orientando a reunião, os agricultores presentes foram provocados a pensar novos caminhos e questionados sobre a possibilidade de idealizar um cenário diferente da lógica de desenvolvimento apresentada até então. Após permitir que os participantes expusessem brevemente suas visões do problema, os agricultores estavam prontos a responder à questão central proposta pela entidade. Essa pergunta consistia no

seguinte enunciado: “É assim mesmo? Que efeitos esta forma de pensar provoca sobre as ações de desenvolvimento?” (ASSESOAR, 1996, p. 1). Obviamente, essa pergunta já havia sido previamente respondida. Este era o objetivo central da reunião. O restante do encontro consistiu em apresentar a nova forma de pensar o desenvolvimento. Concomitantemente com este “pensar”, um conjunto de ações possíveis foi proposta já naquele momento, com o objetivo de constituir uma agenda de trabalho em que o envolvimento dos agricultores pudesse ser iniciado imediatamente. No texto abaixo, retirado do documento que planeja os passos para esse encontro, podemos notar que, além dos objetivos para o encontro, possíveis ações já haviam sido antecipadas, e o nome de algumas entidades já apareciam no horizonte da Assesoar como futuros parceiros no projeto:

[...] 2.5- Ações que a nova forma de pensar indicariam como prioritárias no desenvolvimento comunitário. Ações Possíveis: 2.5.1- Iniciar uma caminhada visando repensar/complementar os caminhos do desenvolvimento local: tecnologias agropecuárias, sistema de ensino, saúde/saneamento... ; 2.5.2- A comunidade firmar um convênio com entidades para a execução do planejado (FACIBEL, Assesoar, CEFET); 2.5.3- A comunidade estabelecer os caminhos, negociando os apoios necessários (Governos/Secretarias...) (ASSESOAR 1996, p. 1, sublinhados no original).

Essa reunião atingiu os resultados esperados. Um pequeno grupo de agricultores se comprometeu a apoiar e dar continuidade a uma agenda de tarefas. Dentre as quais estava a realização de um diagnóstico da realidade local, que deveria levantar as condições de produção das propriedades, os usos do solo, os problemas de saúde e educação. Apenas dois dias depois, em 10/04/1996, outra reunião foi realizada na FACIBEL, onde membros da Assesoar, STR, FACIBEL e três agricultores (representantes da localidade de Jacutinga) se reuniram para que as entidades e os agricultores manifestassem seus interesses no projeto. A Assesoar informou que tinha interesse em participar do projeto, caso o diagnóstico apontasse iniciativas na área do ensino formal. Além disso, tinha interesse nas áreas das tecnologias agropecuárias e gestão das Unidades de Produção Familiar (UPF). Os representantes da FACIBEL manifestaram sua vontade de participar do projeto como uma das estratégias de construção de um Setor de Pesquisa e Extensão ainda inexistente. Os agricultores, em consonância com a Assesoar, manifestaram o interesse de construir um sistema de ensino

adequado à realidade da agricultura familiar<sup>76</sup>. Ao final, todos saíram comprometidos em empenhar esforços para a concretização do projeto.

Neste encontro ficou acertado que a FACIBEL faria o instrumento de diagnóstico e colaboraria na aplicação dos questionários junto aos agricultores. Durante a coleta dos questionários, a Assesoar começa a pensar a metodologia para a divulgação dos resultados do diagnóstico. A apresentação dos dados exigiu um planejamento específico para que os números, tabelas e gráficos surtisses o efeito esperado. Além de ilustrar a tradução que a Assesoar fazia da realidade vivida pelos agricultores, os dados deveriam também servir como instrumento político e pedagógico.

Em um documento intitulado “Discussão e encaminhamentos a respeito da metodologia de devolução dos dados do diagnóstico”, a entidade planejou detalhadamente o modo como os resultados obtidos seriam apresentados aos agricultores. A metodologia deveria assegurar simultaneamente a compreensão dos dados e a adesão ao projeto. Para garantir que a tradução fosse devidamente compreendida, e para sintonizar as vozes de apoio, dias antes da reunião com o conjunto dos agricultores, os líderes da comunidade já tinham conhecimento da metodologia a ser adotada, bem como o conteúdo que seria exposto. Este seria um momento fundamental na estratégia de interessamento dos agricultores por dois motivos básicos: primeiro, a coleta das entrevistas mobilizou todas as famílias da localidade; e, segundo, essa mobilização gerou uma forte curiosidade entre os agricultores, que queriam saber como estava sua produção agropecuária, bem como a dos vizinhos.

### **5.5.2 - Da coleta à divulgação dos dados: a tentativa de tradução da realidade dos agricultores de Jacutinga**

A devolução dos dados deveria contar com a participação efetiva dos líderes da localidade (representantes das linhas). Sua função era estratégica no processo de interessamento iniciado pela Assesoar. Os dados deveriam preencher algumas funções, como a de afinar a visão sobre o projeto. O afinar significava criar um elemento e uma linguagem comuns de onde se poderia falar e ser entendido. Além disso, os dados deveriam servir como um benchmark. Um ponto estático de comparação para justificar a existência do projeto, caso as intervenções obtivessem resultados positivos. Para a Assesoar a devolução era:

---

<sup>76</sup> O foco dos agricultores sobre a questão da educação devia-se ao fato de que todo o processo se inicia com discussões sobre a implantação de uma Casa Familiar Rural na localidade de Jacutinga.

[...] um sinal de respeito aos que se dispuseram a informar dados a seu respeito em nome de um projeto para toda a comunidade; devolução permite construir em cada um uma visão mais ampla do que as outras pessoas da comunidade vivem, sentem, pensam...; Permite decidir coletivamente as prioridades de ação para construir projetos específicos; Permite “afinar” a visão sobre o caráter do projeto: ele não é uma doação, mas uma construção a partir da participação; Ajuda a termos uma compreensão comum a respeito do sentido de determinadas palavras e conceitos, necessários para a comunicação eficiente no desenrolar do projeto; A devolução dos dados é parte de um processo educativo que ajuda a lidar melhor com a realidade que nos rodeia e ajuda a cada um assumir os passos que serão dados (ASSESOAR 1996, p 4, sublinhados nossos).

Mas os dados não eram apenas dados. Ao sintonizar em conteúdos, conceitos e papéis, ao atarem os líderes à tarefa de divulgar o relatório nas casas dos outros agricultores, ao assumirem uma dimensão pedagógica, ao servirem de instrumento no processo educativo para o modo como o Ator-mundo pensa o projeto e para serem convertidos em evidência de que a “verdade” da qual falamos no início do capítulo era “real”, eles se transformaram em instrumento político.

A realidade coletada deveria ser traduzida e sistematizada para confirmar as teses utilizadas para mobilizar os agricultores e os convencer definitivamente de que apenas a adesão ao projeto poderia mudar a realidade apresentada pelos dados. A realidade sistematizada em gráficos e tabelas permitia à Assesoar (se bem utilizados) um recurso didático-pedagógico essencial, pois com eles o discurso de exclusão, alienação e pobreza teria um “retrato” e não precisaria ser reafirmado a todo o momento.

A divulgação dos dados, coletados pelos alunos do terceiro ano do Curso de Geografia da FACIBEL<sup>77</sup>, e sistematizados por docentes da mesma entidade e técnicos da Assesoar, estava planejada para ser realizada o mais brevemente possível. A devolução ocorreu então em 03 de agosto de 1996, num sábado à tarde. Esta reunião contou com a presença de 115 agricultores, de um total de 133 famílias, o que era um indicativo de que a estratégia estava correta e de que havia uma predisposição para a adesão ao projeto. Estavam presentes, além dos agricultores, alguns professores da Escola da comunidade, membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, alguns professores e o diretor da FACIBEL, além de diretores e técnicos da Assesoar.

---

<sup>77</sup> A elaboração e aplicação dos questionários obedece o seguinte calendário: dia 17/04/1996 elaboração da primeira versão do questionário, em reunião com representantes dos agricultores, Assesoar, STR e FACIBEL. Dia 26/04/1996, o questionário final foi aprovado. Dia 15/05/1996 ocorreu uma reunião para acertar detalhes e mobilizar os agricultores para a aplicação do questionário. Dia 19/05/1996 foram aplicados 133 questionários em todas as propriedades.

A metodologia utilizada previa dois grandes momentos: no primeiro os agricultores seriam convidados a “sonhar” (imaginar) o que esperavam da sua vida para o futuro com as ações do projeto. Em segundo momento ocorreria a divulgação propriamente dita. A metodologia adotada previa que o processo de sistematização dos sonhos obedeceria a uma dinâmica bastante simples: inicialmente as pessoas presentes seriam separadas por sexo, idade e estado civil, de modo que se formassem quatro grupos<sup>78</sup>: dois grupos de adultos, composto exclusivamente por casados (um de mulheres e outro de homens), um grupo de crianças e um grupo de jovens<sup>79</sup>. Organizados os grupos, abrir-se-ia uma rodada de falas, em que os presentes seriam estimulados a revelar seus “sonhos”. Ou seja, dizer como gostariam que fosse sua vida, que recursos gostariam de ter na propriedade e na localidade etc. Na “metodologia dos sonhos” as regras já estão dadas normativamente. Era difícil escapar de suas conclusões óbvias, contudo há um conteúdo normativo não explicitado que procura conduzir os atores à ação. Um relator, escolhido entre os participantes, anotaria os resultados em um grande papel<sup>80</sup> (*flip chart*), que depois seria analisado pelo grupo. Posteriormente, o resultado dessa dinâmica seria apresentado em plenária aos outros grupos. Finalizada a apresentação, esse material seria organizado em um único conjunto de “sonhos” que se tornaria o resultado da dinâmica, que alimentaria o relatório final da reunião.

Ao serem convidados a sonhar os agricultores foram retirados do fluxo normal de suas vidas e deslocados para um experimento social de projeção do futuro. Isso pode criar a sensação de que um compromisso com a visão ou necessidade se estabelece, contudo, o cotidiano com suas regras e regularidades tende a se restabelecer como o eixo natural e os sonhos se perdem nesse fluxo. Desse modo, o tempo (ou a temporalidade) a permanência no projeto – define e redefine – o conteúdo da interpretação que os atores fazem dele. As expectativas não cumpridas.

Boa parte dos elementos surgidos nesse evento faria parte das demandas dos agricultores e iniciariam uma agenda positiva para o projeto. Nesta primeira reunião, a sistematização resultou no relatório abaixo:

---

<sup>78</sup> Essa metodologia foi adotada durante todo o processo do PVR, inclusive na expansão do projeto para outras localidades do município.

<sup>79</sup> Nessas dinâmicas, o indivíduo não é classificado pela idade. O critério utilizado é o casamento. É comum a presença de homens adultos com trinta anos ou quarenta nos que participam da dinâmica com adolescentes, pelo fato de não serem casados.

<sup>80</sup> O grupo de crianças é estimulado a desenhar como eles gostariam que fosse sua família e o lugar onde moram.

[...] Depois de 10 minutos de discussão, entre relatos e comentários, ficou estabelecido o seguinte quadro inicial dos sonhos: Viabilizar as propriedades agrícolas; Reconstruir o ânimo para que as pessoas fiquem nas propriedades; Desenvolver o espírito comunitário e de entre-ajuda: trabalhos coletivos, que proporcionam ainda um aumento de produtividade; Buscar o reconhecimento e a valorização da atividade agrícola, valorizando também as pessoas e superando a visão preconceituosa em relação ao mundo rural; Ter, na comunidade, um colégio de 2º grau voltado para a realidade da agricultura familiar; Agregar valor aos produtos através da agroindustrialização; Que os nossos filhos possam continuar na agricultura, mas com tecnologias mais adequadas e com mais conhecimentos. Há a necessidade de mudar o currículo escolar; Fortalecer o associativismo por ramo de produção, por atividade, etc...; Construir formas onde os agricultores se sintam felizes; Ter uma melhor qualidade de vida, com férias, poder viajar, passear...; Desenvolver um novo jeito de trabalhar e viver, onde o solo e a natureza possam ser vistos e cuidados como um bem para as gerações futuras (ASSESOAR, 1996b, p. 2).

Observa-se também que o relatório apresenta algumas bandeiras históricas da Assesoar, como associativismo, espírito comunitário, valorização do mundo rural, o que indica a existência de um processo de tradução do que era dito pelos agricultores para as categorias utilizadas e legitimadas pela ONG. O objetivo desta tradução era deslocar os sonhos dos agricultores e, a partir dos pressupostos da entidade, situá-los em um horizonte mais distante. Isto permitirá, que com o PVR, os elementos e preocupações pertencentes ao cotidiano dos agricultores passem a ser mediados por um conjunto de ações coletivas que incorporam agora uma visão a médio e longo prazos em detrimento de suas necessidades imediatas.

O processo de interessamento estava caminhando de forma tranqüila. Mas, para a efetivação da rede, a reunião de 03 de agosto de 1996 era decisiva, pois, sem a adesão voluntária dos agricultores ao projeto, ele perderia totalmente o sentido. Desse modo, o objetivo planejado para essa reunião não era apenas discutir com os agricultores os dados ou fazer um mapa dos seus sonhos. O real objetivo da apresentação era a introdução de novos recursos argumentativos na sua fala. Ou seja, da eficácia dessa reunião dependia a transformação dos agricultores em parceiros do projeto. E a transformação da localidade de Jacutinga no espaço experimental de geração de referências em políticas públicas que a Assesoar almejava. Sem o convencimento, essa transformação não se efetivaria. Os dados, gráficos, e tabelas, embora se constituam em instrumentos importantes, eram duros e frios demais. O convencimento não pode passar apenas por eles. Para a tarefa de motivar os agricultores a aderirem ao projeto, foi destacado o prof. Célio Steimbach<sup>81</sup>. Sua tarefa era mostrar aos presentes que era possível viver bem sem ter que migrar para as cidades, que era

---

<sup>81</sup> Professor da escola e agricultor, filho de pioneiros de Francisco Beltrão, um dos fundadores da localidade.

possível, a partir de “um pensar diferente”, trazer melhorias para a localidade. Para ilustrar o tom dessa fala escolhemos alguns trechos do seu discurso<sup>82</sup>.

Quem de nós não sonha com uma vida boa, com conforto, com uma casa boa, bons móveis, boa comida, bom carro! E quando sonhamos com essa vida digna onde sempre imaginamos construir essa vida boa? Até ontem, achávamos que isso só era possível nas cidades. Quantos já foram atrás desse sonho nas cidades e quantos ainda irão? Uns conseguem, mas a grande maioria engrossa as favelas e a estatística dos desempregados. A terra, o seu pedacinho de chão está acabado, os insumos estão caros, a produção é pequena, os custos são altos. Entra ano, sai ano e não sobra nada. O desânimo toma conta. O pedaço de chão é colocado a venda e rumo à cidade para melhorar de vida. De fato, num país sem planejamento agrícola esse parece ser o único caminho (FACIBEL/ASSESOAR, 1997, p.6).

O discurso se inicia com a idéia de que muitos pensam que uma vida boa só é possível nas cidades. Contudo, o mundo urbano é constituído de favela e desemprego. Por outro lado, o espaço em que os agricultores vivem suas propriedades, é mostrado como um lugar de trabalho duro, poucos resultados e custos de produção caros. As condições dos agricultores se entrecruzam com as políticas nacionais, fruto de um país sem planejamento agrícola. Na seqüência, o texto apresenta uma versão destes fatos. O cenário acima é um cenário de “fracos”, pois os que ficam na roça e lutam, enfrentam as dificuldades, procuram encontrar uma vida digna no espaço rural. Este são “fortes”.

Mas graças a Deus, nesse universo de gente da roça, sempre tem aqueles teimosos que não se entregam, que lutam, enfrentam as dificuldades, vão atrás das informações que nem sempre chegam até eles, buscam alternativas, porque gostam da terra e tem de haver um jeito de conquistar vida digna, aqui na roça (FACIBEL/ASSESOAR, 1997, p.6).

Logo após o enaltecimento das teimosias, há a explicitação do convite de construir na localidade de Jacutinga uma vida de conforto, saúde e boa educação escolar, em que tudo esteja ao alcance das mãos, e laços de amizade e solidariedade tornem a vida mais feliz e completa. Este é o momento da inflexão do discurso. É quando ele começa a assumir um caráter propositivo, no qual o único caminho apresentado aos agricultores, como solução para seus problemas, é a adesão ao projeto.

Minha gente, já pensaram que essa vida com conforto, com saúde, com boa educação pode se concretizar aqui? Isso depende só de nós. A nossa vontade de melhorar, o

---

<sup>82</sup> Este material está publicado integralmente no volume I do PVR.



nosso ânimo, o nosso trabalho, torna possível os nossos sonhos em qualquer lugar. E por que trocar de lugar se aqui, já temos quase tudo e não sabemos? A amizade com os vizinhos, a segurança, a solidariedade, saber-se entre amigos, isso vale muito, mas muito mesmo. Vamos plantar nossos sonhos nessa nossa terra e buscar a felicidade que está ao nosso alcance (FACIBEL/ASSESOAR, 1997, p.7, sublinhados nossos).

A seguir, utilizando-se do coletivo comunidade, o discurso menciona que Jacutinga é uma comunidade de sorte, pois, com a ajuda das entidades, a produção vai melhorar, e, com sua melhora, novos horizontes se abrirão. A possibilidade de ficar na terra, continuar com os laços de amizade comunitária e com as tradições locais são recursos utilizados no processo de convencimento.

E nós somos uma comunidade de sorte, pois a ajuda que essas entidades darão é de extrema importância para o êxito do projeto. E como o projeto está sendo construído junto com a comunidade, começamos por discutir a área da produção. É dela e da melhoria dela, que novos ânimos surgirão e nos abrirão os olhos para enxergar como podemos ficar na terra e conquistar vida digna. A realidade do solo mostra que algo não está certo. A produtividade está baixa, os custos estão altos. Todos sentem necessidade de fazer alguma coisa para reverter este quadro. A nossa chance está neste Projeto Vida na Roça. Vamos acreditar nele. Só não pensemos que num passe de mágica, num ano nós vamos resolver tudo. Quantos e quantos anos nós emagrecemos nosso solo. Ele não vai engordar num ano. Devemos tratá-lo, primeiro para recuperá-lo, e isto leva pelo menos três anos e depois conservá-lo gordo, para que sempre possa produzir alimentos e vida. Nossa vida depende da vida do solo (FACIBEL/ASSESOAR, 1997, p.8, sublinhados nossos).

A dinâmica dos “sonhos” e a divulgação dos dados, traduzindo a realidade da localidade, aliadas a esse discurso incisivo, convenceram a maioria dos agricultores. A partir daquele momento, o processo de interessamento estava concluído. Todas as etapas planejadas foram executadas com êxito. Em 20 de agosto de 1996, foi assinado, no auditório da FACIBEL, o convênio que oficializou a criação do Projeto Vida na Roça. O auditório, para aproximadamente 600 pessoas, estava totalmente ocupado por agricultores, lideranças políticas, técnicos e diretores da Assesoar, estudantes e professores da FACIBEL. Naquele momento, diversos recursos foram utilizados para mostrar que o PVR já tinha força política: as apresentações das autoridades e dos agricultores, os discursos, uma peça de teatro, os dados e o primeiro Volume publicado pelo convênio.

O PVR estava oficialmente criado e também desafiado a cumprir suas promessas de harmonia e prosperidade. Na seqüência, passaremos a analisar as fases do PVR que se seguiram com o alinhamento dos parceiros.

### **5.5.3 – A prioridade será a produção – a geração de renda como o desafio central para consolidação do Projeto Vida na Roça**

Estrategicamente, a consolidação do PVR precisa passar pela melhoria da produção para depois *ir avançando* para outras dimensões. Pelos discursos de 03 de agosto de 1996 e pelas matérias no Jornal da cidade, a centralidade dos interesses dos agricultores não passa pela educação ou cultura, mas pela questão da produção agropecuária. Deste modo, o salto qualitativo que os técnicos da Assesoar pretendiam efetuar com o PVR necessitava ser diluído no objetivo da produção. Se os agricultores fossem convidados para discutir apenas os temas da educação, provavelmente não se sentiriam estimulados e atraídos. Em diversas matérias publicadas no Jornal de Beltrão, há a explicitação de que a questão da produção agropecuária terá um papel central no PVR, como na matéria publicada 27/11/1996 (figura 8), em que Ademir Dalazem, na época presidente da Assesoar, dizia: “A prioridade será a produção”.

Havia o desafio de manter o interesse dos agricultores no Projeto, não apenas os manifestos pelas lideranças, mas sobretudo as expectativas dos *agricultores silenciosos*: “os pragmáticos” (que se mantinham próximos do projeto, mas eram desconfiados da sua eficácia) Para procurar implementar as metas na produção, nos dois primeiros anos do PVR foram abertas áreas experimentais em várias propriedades com o objetivo de mostrar que as metodologias vinculadas à agroecologia, propostas pelos técnicos da Assesoar, eram adequadas e eficazes.

## Parceria

## Facibel, Assesoar e Sindicato Rural vão priorizar a produção em Jacutinga

“A prioridade será a produção”, resumiu Ademir Dalazen, presidente da Assesoar (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural), e um dos autores do projeto *Vida na Roça*, assinado ainda pela Facibel (Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, e entidades — escola, igreja, associação de moradores e o time de futebol — da comunidade de Jacutinga (50 km de Francvioso beltrão). A solenidade foi sábado, 23.

O projeto abrange um desenvolvimento global da comunidade, incluindo além da produção, as áreas de educação, qualidade de vida, lazer e cultura.

“A comunidade estava lá em peso”, constatou Sérgio Kaupca, secretário geral do sindicato.



Bom público prestigiou a assinatura do projeto *Vida na Roça*, sábado em Jacutinga, Francisco Beltrão.

### Figura 8: Prioridade na Produção

Fonte: Jornal de Beltrão, 27/11/1996)

Do mesmo modo, o projeto investiu na promoção de atividades coletivas de melhoria da vida dos agricultores, como a proteção de fontes, cursos para aproveitamento dos recursos das propriedades, cursos de panificação, de aproveitamento de alimentos para as agricultoras, produção leiteira, dentre outras atividades já vistas no capítulo 2.

Na pesquisa de campo, percebemos que a atividade de maior impacto lembrada pelos agricultores, como uma contribuição do PVR na questão da produtividade local, foi o aumento da produção de leite<sup>83</sup>. Essa identificação positiva com o PVR está, na nossa análise, vinculada ao trabalho realizado pelo PVR (pois ele foi o pioneiro nesse trabalho) mas, também e fundamentalmente, à dificuldade de acesso à informação de qualidade, que o PVR efetivamente forneceu aos agricultores. De qualquer forma, na percepção da maioria dos entrevistados, houve um aumento significativo na produção leiteira, e isso lhes garantiu uma

<sup>83</sup> Embora o PVR tenha sido o primeiro a trabalhar com a questão do leite, o aumento da produção não pode ser atribuído exclusivamente a ele. Nos últimos dez anos a produção leiteira vem aumentando em todo o Sudoeste do Paraná. E isto se deve a políticas mais amplas, nas quais estão envolvidos grandes laticínios como Parmalat, Latco, Frimesa e mesmo a Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (CLAF), bem como às políticas públicas de melhoramento genético em toda a região. Na pesquisa de campo ficou evidente que os agricultores do Jacutinga atribuem a melhoria na produção do leite como um dos aspectos positivos do PVR, talvez porque esse foi um dos trabalhos mais intensos do Projeto (sendo inclusive assunto de temas geradores na escola local).

fonte mensal de renda. Esta questão também foi observada por Canterle<sup>84</sup> (2000). Para ele, isso se deveu ao trabalho dos técnicos, à metodologia participativa e à utilização de uma linguagem vinculada à cultura dos agricultores. Na sua análise, são apontadas ações como as ligadas às técnicas de pastoreio, piqueteamento, diversificação das pastagens, melhorias genéticas, inseminação e silagem.

Este era o resultado dos primeiros anos do projeto, sobretudo das diversas atividades de produção iniciadas em 1997, como: plantio de áreas experimentais nas propriedades; visitas técnicas nas propriedades com participação do IAPAR; correção dos solos; discussões focadas na produção de leite; capacitação participativa dos agricultores e proteção de fontes. Devido à baixa produtividade obtida pelos agricultores de Jacutinga, nos anos anteriores ao PVR, os reflexos no aumento da produção foram quase imediatos, sobretudo nas propriedades dos que acreditaram e investiram no Projeto. Havia um segundo grupo de agricultores que participavam marginalmente do PVR e que aguardaram os resultados das experiências para ingressar no Projeto. O traço mais significativo destes agricultores é que eles viam o Projeto com desconfiança e preferiram esperar os resultados obtidos pelos vizinhos, antes de investirem seus poucos recursos nas experiências sugeridas. Como aponta esse relato feito a Canterle:

A gente tá acompanhando aí, já faz uma porção de anos, e uma porção de melhoramentos tem acontecido. E, mas a gente nota que os vizinho [...] não tão assim muito a fim de, [...] não tão muito acreditando. Um faz fogo pro outro, um acha que não tem futuro, e assim tem um pouco de desânimo. Mas [...] a gente ao mesmo tempo não dá bola pra tudo o que sai de conversa errada. A gente vai acompanhando aos poucos [...] e vê que alguma coisa já melhorô, ainda tem mais a melhorá, mais temo aí peleando. Futuramente o que a gente espera desse projeto é que ele venha mais reforçado financeiramente, porque eu sou um desses que acha assim que conversa é bom, mas também tem que agi e prá agi tem que tê alguma coisa que venha a beneficia. Se eu quero, enfim, realiza alguma coisa, sem dinheiro não faz nada, ai então eu sempre digo que só de conversa ninguém vive. Então, depende de esse projeto ele pode sê bom, só que ainda nós tamo esperando financeiramente pra vir, sei lá donde, como uma verba que favoreça. Porque se não chega, isso, eu acho que não sei se vai dar certo (CANTERLE, 2000 p. 77, entrevista com Agricultor M. Sublinhados nossos).<sup>85</sup>

---

<sup>84</sup> João Sérgio Canterle, na época da implantação do PVR, era professor da FACIBEL e trabalhou como engenheiro agrônomo na implantação do PVR. Sua dissertação de mestrado, defendida em 2000, reflete essa atuação junto aos agricultores. Na metodologia utilizada, dividiu a participação dos agricultores em três categorias: participantes, participantes eventuais e não participantes.

<sup>85</sup> Embora Canterle se utilize de uma categorização diferente da adotada por essa tese, suas anotações estão inseridas em um momento crucial do PVR, por revelarem alguns elementos de deslocamento dos agricultores do PVR. Contudo, Canterle analisa essas questões à luz dos mesmos paradigmas defendidos pela Assesoar

Para esses agricultores acreditarem e aderirem de forma ativa ao Projeto, era fundamental que ele viabilizasse o acesso a recursos financeiros. Contudo, havia agricultores que não aderiram de forma alguma ao Projeto; mantinham-se distantes das atividades e viam nas reuniões “uma perda de tempo”. A análise de Canterle sobre os não participantes do Projeto tem o mesmo eixo discursivo da Assesoar: de sujeitos passivos e ativos. Vinculado a essa idéia ele explica a adesão ou a não adesão ao Projeto pela visão de consciência de classe:

Interpretando as falas destes não participantes verifica-se que os mesmos possuem uma visão de mundo centrada na dependência assistencialista. Para eles, um projeto para ser viável deve vir precedido de recursos financeiros e que estes recursos sejam uma “ajuda” de alguém (governo, entidades, etc). Certamente, pela história de vida que tiveram, marcada pela exclusão social e dominação, ainda não se deram conta que eles são sujeitos de sua história, que as mudanças verdadeiras tem de partir deles mesmos. [...] Além disso, possuem uma dificuldade enorme de fazerem parte de um grupo, de um coletivo. Não se deram conta que pertencem a uma classe social em que os problemas são de todos, que todos tem um interesse específico e comum e que diante de tantas dificuldades é impossível lutar sozinho, individualmente. Esta consciência do coletivo é um desafio que eles não conseguiram superar. Outro ponto que eles não aceitam do PVR são as reuniões. Para eles as reuniões são conversas vazias, uma espécie de “discurso” que de nada adianta. Estão “presos” a uma visão de mundo radicalmente pragmática (só se faz o que for prático, útil e imediato), assim separam o pensar do fazer. Fazendo isso não conseguem romper a lógica de dependência assistencialista, da qual são vítimas. Porque quem não pensa é pensado pelos outros, e os outros nem sempre possuem boas intenções. Geralmente estes outros são determinados grupos econômicos e políticos que até desejam que estas pessoas fiquem nesta situação (CANTERLE, 2000 p. 83, entrevista com Agricultor M - sublinhados nossos).

A advertência feita por Long (2002) sobre a dificuldade de limitar as relações sociais às categorias gerais da sociologia (como noção de classe, gênero, estado, etnicidade etc.) pode conduzir a uma leitura equivocada dos processos sociais. As análises dessas relações devem privilegiar os contextos específicos de sua criação, bem como às arenas e campos em que a ação social tem lugar. Contudo, a análise realizada por Canterle não era um mero discurso isolado. Ela estava disseminada nas análises que muitos técnicos e professores faziam dos agricultores era tributária do conjunto de elementos, nos quais a Assesoar acreditava, militava e defendia. Canterle era um exemplo do técnico militante que aderiu aos princípios de forma integral e, diferentemente de Dm, não se descola dos pressupostos defendidos pela ONG, mantendo-se fiel aos princípios da entidade. O problema que observamos é que essa forma de interpretar os agricultores não participantes não permitia verificar que este era o perfil mais

---

[sobretudo: o da luta de classes e da alienação]. Ao conduzir sua análise desse modo, ele deixa escapar elementos considerados importantes pelos agricultores para a adesão ao Projeto.

comum da localidade, e cujas características comuns eram: freqüentavam algumas reuniões, participavam de algumas atividades, chegavam a acreditar que o PVR poderia colaborar, mas precisavam ver resultados concretos e, mais do que isso, necessitavam de recursos para se viabilizarem econômica e socialmente<sup>86</sup>.

Na pesquisa de campo que realizamos, diversos agricultores se enquadram nesse perfil. Um, particularmente, chamou-nos a atenção: católico, casado e sem filhos, atualmente com 38 anos, trabalha em 50 hectares de terra que arrenda do pai. A propriedade está totalmente viabilizada, a principal fonte de renda é proveniente da produção de leite. A renda bruta obtida na propriedade é de oito salários mínimos mensais. É membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e sócio da Associação de Jacutinga. Na época de implantação do PVR tinha 28 anos. Disse ter participado por um ano das atividades do Projeto. Em sua opinião, a maioria dos agricultores achava que o PVR traria recursos para os agricultores e que, sem dinheiro para investir na produção, do modo como o Projeto era apresentado, não haveria como se viabilizar nele: “a maioria achou que vinha a parte financeira mas não houve incentivo, tudo tinha de ser por conta própria. Quem não tinha dinheiro não tinha condições de participar do projeto. Para quem está começando é difícil [...] o projeto deveria pensar em financiamento” (Jm, entrevista 1 Agricultores, pesquisa de campo, 2006).

Nos anos iniciais da implantação do Projeto, os maiores desafios, na perspectiva dos agricultores, não era a consciência de classe. O desafio era provar que o projeto era viável economicamente. A Assesoar, ao reduzir a ação à visão de classe social, limitava não apenas o caráter desejado pelos agricultores, mas também dificultava a permanência dos que discordam dessas premissas. Lembremos que, para Long, “seria enganoso assumir que os limites, os constrangimentos sociais e institucionais podem ser reduzidos a categorias gerais da sociologia, hierarquizadas e baseadas apenas na noção de classe, gênero, Estado, etnicidade etc” (LONG, 2002). Com isso, ele quer chamar a atenção para o perigo de fazer julgamentos generalizantes, sem a devida análise das particularidades e especificidades das arenas e campos em que ocorre a ação social.

Na contramão da avaliação desses agricultores, em 1999, a Assesoar publica em sua revista uma matéria, fazendo supor que o PVR já teria atingido um grau de maturidade interna

---

<sup>86</sup> O que a Assesoar propõe é uma idealização dos agricultores. Em lugar do *sujeito histórico real*, havia a criação de um agricultor *ideal-típico*, inalcançável, pois, para atingi-lo seria necessário *destruir* os agricultores reais formados pelo processo de colonização, articulado ao mercado e politicamente dócil (visto no capítulo I) para, em seu lugar, criar algo *novo*, possivelmente à imagem e semelhança dos dirigentes da entidade.

que permitia afirmar que os trabalhos ali desenvolvidos conseguiram imprimir uma *cara própria* que permitia a ampliação do modelo para outras comunidades do município.

Jacutinga viveu no sábado, 29 de maio, um momento de alegria e reconhecimento. Depois de 03 anos de trabalhos, o Projeto Vida na Roça já tem sua própria cara, já é reconhecido como um jeito viável e democrático de dar rumo ao desenvolvimento no campo, ao dar conta da produção, da saúde e saneamento, da educação e do lazer e cultura. Na noite do dia 29, com a presença da população da comunidade, entidades convidadas, a Assesoar, a FACIBEL e a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão firmam um acordo de trabalho (convênio) que amplia para mais 300 famílias do município (desde Piracema até Rio 14) o jeito de trabalhar do Vida na Roça. [...] Pelos produtos, pela música, pelo teatro, pelas falas, pela alegria, os moradores, agentes principais do projeto, manifestaram o seu desejo de continuar crescendo na autonomia para direcionarem suas vidas e criarem as demandas para as políticas governamentais que lhes interessa. Querem uma relação duradoura com os governos que não dependa de cada mudança de prefeito, querem ser respeitados nos seus projetos e sonhos [...] (REVISTA CAMBOTA Ano XXVII – 1999 - Nº 246. Sublinhados nosso).

Este texto explicita a forma como, naquele momento, a entidade compreendia o PVR e como manifestava sua esperança nele. Havia a crença de que o PVR já havia atingido sua maturidade e que conseguia dar conta das diversas dimensões da vida dos agricultores. Além disso, a ONG via a ampliação do PVR como um fato positivo e desejado para o Projeto. Entretanto, era necessário perceber que havia uma camada de tempo de mais de quarenta anos, que era preenchida por instituições, costumes e relações arraigadas na dinâmica local. Desse modo, os três anos do projeto poderiam ser insuficientes para que os *novos valores* que o Projeto procurava implantar substituíssem os processos e os atores tradicionais. A introdução de conceitos como: desenvolvimento sustentável, políticas públicas, geração de referência, de fato, têm o poder de movimentar o cotidiano dos agricultores. Mas sua consolidação exigia a internalização desses conceitos e a construção de novas instituições de poder. Essas novas redes estavam apenas nascendo e disputavam espaços com lideranças e formas culturais já consolidadas. Em meados de 2003, as entidades parceiras do PVR realizaram um diagnóstico na comunidade, no qual foram utilizadas técnicas do Diagnóstico Rural Rápido (DRR) resultados desse processo de avaliação mostravam que o Projeto enfrentava diversos problemas em todas as linhas da comunidade. Para fazer a análise, foram montadas equipes que percorreram as quatro linhas da localidade, fazendo anotações do que viam e do que conversavam com os agricultores. Em uma das conversas transcritas, por exemplo, um agricultor relata a evolução do uso de defensivos agrícolas entre os vizinhos.

Esse agricultor é um militante do PVR<sup>87</sup> e da Assesoar. Ele relata para os entrevistadores que sua família vem sofrendo rejeição por parte dos vizinhos por que não utiliza insumos agrícolas do pacote tecnológico. Na sua visão o PVR se apropriou de práticas agroecológicas já existentes na localidade como sendo suas e aponta ainda que o projeto não conseguiu barrar o avanço das práticas convencionais:

Há um entendimento que o Projeto Vida na Roça precisa ser mais real e menos fictício. A reflexão que é feita pela família é a de que existe um discurso irreal sobre as práticas agroecológicas, pois antes do Projeto Vida na Roça ser construído a maioria das famílias não praticava a agricultura convencional, o que passou a ocorrer de uns tempos para cá. [...] Segundo (esta família), na comunidade de Jacutinga, estima-se que apenas 5 famílias praticam uma agricultura alternativa e os demais praticam a agricultura convencional. Ressalte-se que a família sente uma rejeição por parte da comunidade e em algumas situações são provocados pelos demais com abordagens pejorativas do tipo: “Qual defensivo você usa na sua propriedade?” Resposta: “Tramontina”. Os comentários aludem ao suposto atraso que a família se mantém por optar em não usar defensivos, tendo assim mais trabalho do que precisariam ter se usassem os defensivos (Relatório agricultor Linha Korbi, p. 8 e 9, 2003. Grifos nossos).

É possível observar, na fala desse agricultor, que, como diz Mannheim a visão de mundo se localiza em diversos campos (campo teórico, campo da cultura, campo da técnica, campo dos valores etc.). O desafio que se lança para a análise de sua fala é perceber que, na captura da vida cotidiana, é possível encontrar elementos da estrutura discursiva, da racionalidade e do mundo tecnicamente construído pelas ciências. Os elementos de conexão entre a visão de mundo e estas estruturas estão distribuídos de modo assimétrico na sua fala, e demonstram as complexas conexões que ele e os vizinhos estavam vivenciando naquele momento.

Nota-se que sua análise do cotidiano da comunidade em 2003 é bem diferente do cenário publicado em 1999, que apontava para a consolidação do Projeto. Este agricultor evidencia também a ocorrência de profundas transformações na comunidade em decorrência da adoção de pacotes tecnológicos. Além disso, ele dirige ao Projeto pesadas críticas. No seu entendimento, o PVR se “transformou em um projeto fictício”, o que significa, na sua visão, que ele perdeu a ligação com os fundamentos da agroecologia. A alusão desse agricultor sobre as práticas agroecológicas antes do PVR é coerente. Ao analisarmos os dados do diagnóstico realizado no início do Projeto, percebemos que ele revelava o seguinte quadro:

---

<sup>87</sup> A prática de entrevistar apenas agricultores próximos ou militantes é uma prática recorrente da entidade. Suas publicações e vídeos costumam trazer sempre os mesmos personagens. Esse diagnóstico não fugiu a regra.



**Quadro 14: Realidade agropecuária (localidade de Jacutinga 1996)**

<b>Agrotóxico e uso do solo</b>
74 famílias não fazem análise (63%);
43 fazem análise (37%);
63 famílias usam adubo químico (58%);
95 famílias usam adubo orgânico (79%);
68 famílias usam venenos (59%);
47 famílias não usam venenos (41%);
38 famílias fazem correção de solo (33,5%);
77 famílias fazem rotação de cultura: (68%);
65 famílias fazem adubação verde (59,5%);

Fonte: Volume I do PVR<sup>88</sup> (1996).

Neste quadro podemos perceber que havia, em 1996, a convivência de diversas práticas produtivas convencionais, disputando espaço com práticas não-convencionais. Em 1996, mais de 40% dos agricultores não usavam venenos, 79% usavam adubo orgânico, apenas 33,5% faziam a correção do solo, 78% faziam rotação de cultura, 59,5% se utilizavam de adubação verde, dentre outras. Sendo assim, discurso agroecológico da Assesoar, teoricamente, deveria ser bem recebido pelos agricultores; contudo, pela fala desse agricultor e pelo que também observamos em campo, não foi isto o que ocorreu. Além de não aprofundar ou popularizar os conhecimentos agroecológicos o PVR não conseguiu conter os avanços do sistema produtivo convencional.

Se compararmos o cenário visto em 1996, com o apontado pelo agricultor no relatório de 2003, percebemos uma alteração no quadro da produção agrícola, com a perda de terreno para a produção convencional. Na pesquisa de campo que realizamos, entre 16/12/2006 e 21/04/2007, constatamos um quadro similar ao apontado em 2003. Em 2007, 80% dos entrevistados utilizam herbicida para produzir, apenas quatro não utilizam insumos químicos. Um deles é este agricultor a que se refere o relatório; dois possuem uma área muito pequena de terra, são aposentados e produzem para o consumo; um entrevistado desenvolve atividade industrial no setor madeireiro (serraria). Ou seja, se desse universo retirarmos as duas entrevistas em que a agricultura têm apenas um caráter de subsistência e o das atividades industrial o índice sobe para 94,11%, em 2007 contra 59% em 1996.

Nas outras linhas da comunidade, o diagnóstico apresentou um quadro semelhante. O relatório apontava que, em 2003, na linha da Gruta, apenas duas famílias produziam de forma agroecológica. Esta constatação faz os relatores questionarem a capacidade da metodologia

<sup>88</sup> Este quadro reúne algumas informações divulgadas na reunião de 03/08/1996.

adotada no PVR em promover alterações na realidade local, sobretudo no limite do trabalho pedagógico.

A idéia dos sonhos mexeu com as pessoas, mas os avanços tidos podem ser atribuídos ao projeto Vida na Roça? Quais ganhos podem ser atribuídos ao trabalho feito nas escolas. A agroecologia não se faz presente. Somente em duas famílias (RELATÓRIO LINHA DA GRUTA, p. 4, 2003).

Na linha Macaco, a outra equipe encontrou um cenário similar, em que o aumento do uso de agrotóxicos e insumos químicos e a utilização de esterco (cama de aviário<sup>89</sup>) era o aspecto mais visível dos limites do PVR :

Não há indicação clara da intenção de parar com o uso de venenos e químicos nas lavouras, passo que já começaram a dar na produção de leite (controle de parasitas). O uso menor de adubos químicos está associado à disponibilidade de cama de aviário ou esterco de suíno (RELATÓRIO LINHA MACACO, p. 6, 2003).

A análise deste relatório tem o mesmo eixo utilizado por Canterle em 2000 e traduz a mesma dificuldade em compreender o processo que estava ocorrendo na comunidade. Essa dificuldade é, como vimos, vinculada à adoção de posições ideológicas fixas. A forma de abordar os problemas que estavam ocorrendo no PVR são indicativos disso:

[...] 1) No que se diferencia a lógica do PVR da lógica capitalista imperialista? 2) O projeto prevê a sustentabilidade, mas não consegue cumprir o proposto; 3) Por quê as pessoas não avançam quando têm suas conquistas? 4) Elas se acomodam com a satisfação das necessidades individuais que prevalecem sobre o coletivo; 5) Como transformar as conquistas individuais em conquistas coletivas? 6) E porque há um atrelamento com a capitalização de algumas famílias? (RELATÓRIO LINHA KORBI, p.11 e 12, 2003. Sublinhados nossos).

Percebe-se, nas perguntas feitas, uma série de elementos conectados a ideologia das lideranças da Assesoar. Podem identificar-se a manifestação e a preocupação pelo fato dos agricultores não compreenderem que as questões coletivas deveriam prevalecer sobre as individuais, e que o Projeto não se diferenciaria da lógica capitalista imperialista, por isso não obteria os resultados esperados. Este conjunto de questões desconsidera uma pergunta central: o que querem os agricultores? Ao invés disso o que se produz como resultado da

---

<sup>89</sup> O objetivo do uso da cama de aviário é evitar o contato direto da ave com o piso, servir de substrato para a absorção da água, incorporação das fezes e penas e contribuir para a redução das oscilações de temperatura no galpão (<http://www.cnpsa.embrapa.br/resultados/2003/aves01.htm>). Após o seu uso nos aviários, a cama de aviário é utilizada para fertilizar os solos.

análise é a tentativa de fortalecimento do modelo ideal-típico de agricultor que se aproxima do perfil do sócio da entidade visto no capítulo IV:

[...] é fundamental que o associado da Assesoar compreenda que, devido à natureza da entidade, de ser um laboratório de novas propostas, o sócio é muito mais um prestador de serviços do que um receptor de benefícios imediatos. Ou seja, é necessário que o associado não tenha uma postura clientelista em relação à entidade do tipo “toma lá, dá cá,” mas se perceba como agente histórico de um processo muito mais amplo (Sistematização institucional da Assesoar s/d p. 120).

**JORNAL DE BELTRÃO** **Geral** P. 15

FRANCISCO BELTRÃO

## Últimos 200 cheques do Pronafinho começam a ser entregues amanhã no Km 20 e Jacutinga

Os últimos cheques do Pronafinho — linha de crédito no Banco do Brasil para pequenos agricultores — começam a ser entregues amanhã em Francisco Beltrão.

As 8:30 será na comunidade do Km 20; e à tarde, às 14 horas, na comunidade de Jacutinga, totalizando 100 cheques.

Segunda-feira a entrega será às 8:30 na Linha Hobold, e na terça-feira, também às 8:30, na Linha Formiga, totalizando 94 cheques, encerrando a primeira fase de distribuição de cheques. Com mais alguns poucos cheques que tem de ser pegos na Secretaria, o Pronafinho distribuído em Beltrão alcança a cifra de R\$ 496 mil (500 cheques).

“É um valor excelente, que vai ajudar na produção do pequeno agricultor de nosso mu-

nício”, avaliou Claudemir Freire, secretário municipal da Agricultura, que sempre tem participado das entregas acompanhado do gerente do Banco do Brasil Roberto Rodrigues.

Claudemir adianta que em setembro uma nova etapa de Pronafinho terá vez no município. “Queremos dar nova oportunidade a agricultores que nesta primeira etapa não puderam pegar o cheque”, disse Claudemir.

O que aconteceu “de surpresa” nesta primeira etapa foi o fato do cheque ser entregue na mão do agricultor em poucos dias — cerca de dez dias depois do cadastro aprovado — através de um sistema praticamente sem burocracia.

“Acredito que em setembro, vendo o resultado dessa pri-



**Claudemir Freire, secretário da Agricultura: em setembro, mais Pronafinho.**

meira etapa, muitos outros pequenos agricultores virão se cadastrar no Pronafinho”, aposta o secretário.

**FUNDO DE AVAL**

O Pronafinho só foi possível porque o município colaborou na criação do Fundo de Aval, que é uma espécie de garantia sobre o crédito distribuído, e é formado com 6% do valor bancado pela administração municipal e 4% de cada agricultor que pega cheque.

O pagamento do Pronafinho será só no ano que vem, com juros de 5,75% ao ano; e se o pagamento for feito em dia, o agricultor recebe à vista, como desconto, R\$ 200, independente do valor de seu empréstimo — de R\$ 500 a R\$ 1.500, para plantar mandioca, milho, feijão etc.

Jornal de Beltrão 20/08/1998 - p 15

### Figura 9: Entrega de cheques do Pronafinho Comunidade de Jacutinga

Os relatores se esquecem que o agricultor da comunidade não é um *militante* da Assesoar. Ele deseja que as promessas de uma vida de conforto e renda se realizem o mais rápido possível. Seus interesses no projeto estavam nas questões de produção e aumento de renda, não na construção de um laboratório para políticas públicas ou para os movimentos sociais. Esta agenda era da Assesoar e não deles. Este descolamento do PVR em relação aos pontos de vista dos produtores provoca que estes, aos poucos, esvaziem o PVR em busca de outras alternativas para seus problemas, como as apresentadas pela Sadia, laticínios, CRESOL e Pronaf<sup>90</sup>. Os agricultores estão à procura de viabilidade econômica. É necessário lembrar

<sup>90</sup> O Pronaf atende aos agricultores familiares, pescadores artesanais, aqüicultores, silvicultores, extrativistas, remanescentes de quilombolas e indígenas. Existem cinco grupos de beneficiários — grupos A, B, C, D e E. O grupo A é constituído por agricultores familiares assentados pelos programas de reforma agrária. Os grupos B, C, D e E obedecem a critérios comuns, o que os diferencia são, especialmente, o limite da renda familiar. No

que o Pronaf vem, desde 1996, firmando-se como política de crédito para os agricultores familiares e eles começarão a procurar essa modalidade de financiamento, como demonstra a matéria publicada no Jornal de Beltrão em 20/08/1998.

Nela, há a referência de que os duzentos últimos cheques do Pronafinho<sup>91</sup>, daquele ano, serão entregues na localidade de Jacutinga e no Km 20. Na época, o Pronafinho fornecia crédito, que variava de R\$ 500,00 até R\$ 1.500,00, com juros de 5,75% ao ano e com bônus (rebate) de R\$ 200,00, independente do valor contratado. Dessa forma, com o Pronaf, o crédito começa a chegar aos agricultores de forma simples e barata, resolvendo parte dos problemas dos participantes eventuais do PVR. Isso impactou negativamente na motivação dos agricultores para atuarem junto ao PVR. O secretário de agricultura anunciava: em “setembro ano mais Pronafinho”. Juntamente com o PRONAF o Sistema CRESOL (criado com o apoio decisivo da Assesoar em 1994/95<sup>92</sup>) cresce em importância para os agricultores e supera a ONG, mesmo em Jacutinga ela, através do PVR, atuou por mais tempo. No quadro abaixo podemos observar a evolução do número de sócios da CRESOL, na localidade de Jacutinga, desde 1995:

**Quadro 15: ingresso de membros da localidade de Jacutinga no sistema CRESOL<sup>93</sup>**

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ingresso Anual	1	4	2	1	4	5	10	41	14	7	5	5	6

Fonte: CRESOL/Baser. Organizado por ALVES, A.F. (2007)

Embora não haja dados precisos sobre a redução do número de participantes do Projeto nas suas diversas fases, a diminuição da participação dos agricultores pode ser constatada nos relatos das entidades parceiras do Projeto. Por outro lado, nota-se o aumento

---

grupo B, o limite da renda familiar é de R\$ 2.000,00 no ano, excluindo-se os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais; no mínimo, 30% devem ser obtidos na unidade de produção. Os agricultores enquadrados nos grupos C, D e E devem obter, no mínimo, 60%, 70% e 80% da renda familiar da exploração da unidade de produção, respectivamente. No grupo C, a renda deve ficar entre R\$ 2.000,00 e R\$ 14.000,00 anuais; no grupo D, em um intervalo entre R\$ 14.000,00 e R\$ 40.000,00, e o grupo E contempla os agricultores com renda bruta anual entre R\$ 40.000,00 e R\$ 60.000,00 (SCHRÖDER, 2005).

<sup>91</sup> O Pronafinho foi instituído pela Resolução nº 2436/97 do Banco Central. Essa modalidade também conhecida como PRONAF C na época visava atender os agricultores com uma renda bruta (faturamento) de até R\$ 8 000,00. Os agricultores enquadrados nesse critério tiveram acesso a um crédito entre R\$ 500,00 e R\$ 1.500,00 e na liquidação do empréstimo teriam direito a um desconto de R\$ 200,00 (ABRAMOWAY; VEIGA, 1999).

<sup>92</sup> O apoio da Assesoar foi decisivo para a constituição da CRESOL. Cedeu para essa cooperativa os recursos oriundos do MISEREOR, abrindo mão de um dos seus financiadores mais importantes e por isso que ela se coloca como *entidade mãe* inclusive da CRESOL. Contudo essa cooperativa tem superado em importância a Assesoar, por não carregar a carga ideológica da entidade.

<sup>93</sup> Os números representam apenas o ingresso de sócios na CRESOL. Portanto, o número de sócios ativos atualmente pode ser diferente da simples somatória dos ingressos.

da importância da CRESOL para os participantes do PVR. As cooperativas de crédito vêm desempenhando um papel importante também em toda a região sul do Brasil, fundamentalmente na expansão do crédito agrícola. Em parte, isso ocorreu porque o governo federal facilitou o repasse dos recursos do Pronaf por intermédio destas cooperativas. O Sistema CRESOL, por exemplo, anualmente tem negociado com Banco do Brasil a operacionalização destes recursos (SCHRÖDER, 2005). Por outro lado, as facilidades oferecidas pela CRESOL para a aquisição do crédito do Pronaf, como: a disponibilização de técnicos para montar os processos, o fato dos funcionários (caixas, técnicos etc.) serem filhos de agricultores, o processo simplificado e o atendimento dirigido exclusivamente aos agricultores permitiram que ao sistema um crescimento em número de sócios e em credibilidade junto aos agricultores.

Na nossa análise, a rápida expansão do Pronaf para todas as localidades do município e as facilidades para sua aquisição o tornarão um inimigo inesperado para a Assesoar<sup>94</sup> na sua proposta de desenvolvimento rural. Se atentarmos para o cenário inicial da criação do Projeto, perceberemos que um dos elementos centrais do discurso de interessamento passava pela constatação de que o Brasil era um país sem política agrícola específica para a agricultura familiar. Já em 1998 este cenário começa a se alterar, inclusive na comunidade de Jacutinga.

A inclusão do Pronaf como ator não era necessariamente algo ruim para os objetivos PVR. Isso dependeria do modo como ele fosse percebido e interligado às práticas dos agricultores no Projeto. Contudo, se mantida a tendência da leitura da Assesoar sobre o desenvolvimento rural orientado pela luta de classes, era grande a possibilidade de que o Pronaf fosse visto como inimigo dos agricultores e passível de ser combatido. Essa era a leitura possível e foi o caminho adotado pela Assesoar. Como vimos no capítulo 4, a crítica à Revolução Verde era parte do discurso fundador da Assesoar. Este discurso estava vinculado à sua tradição histórica de combate à modernização da agricultura patrocinada pelo Estado através do crédito agrícola. A Assesoar verá no Pronaf a continuidade dos pacotes adotados na década de 1970. Outro fator importante que pesou na crítica dirigida ao Pronaf é que este programa foi criado durante o governo FHC, inimigo político do PT, e que, por isso deveria

---

<sup>94</sup> Mas não somente para a Assesoar, as outras entidades da agricultura familiar precisarão reorganizar o seu discurso para *competir* com a CRESOL (cooperativas de crédito). No Sudoeste do Paraná essa reorganização tende a tomar dois rumos: o primeiro uma luta contra a CRESOL e contra o crédito agrícola, e a segunda com a incorporação de alguns elementos vinculados ao crédito. Há uma tendência por parte da Assesoar de adotar o primeiro caminho, o que pode ocasionar um maior *deslocamento* da entidade dos anseios e desejos dos agricultores. Além deste fator, a questão das aposentadorias deve ser levada em consideração 52,37% das propriedades visitadas durante a pesquisa de campo tinha um ou mais membros da família que recebiam aposentadoria, das propriedades restantes 33,34% não recebiam e 14,29 não responderam à questão.

ser analisado com um cuidado ainda maior. Contudo, no espaço simbólico, geográfico, social e econômico, para o agricultor médio (aqui entendido o não militante da Assesoar<sup>95</sup>), o Pronaf era, sem dúvida, uma alternativa não desprezível, e, se fosse necessário trocar as promessas de autonomia do PVR pelos recursos do Pronafinho, ele o faria. Essa tendência está apontada no relato do Agricultor M: “Então, depende de esse projeto ele pode sê bom, só que ainda nós tamo esperando financeiramente pra vir, sei lá donde, como uma verba que favoreça. Porque se não chega, isso, eu acho que não sei se vai dar certo” (CANTERLE, 2000, p. 77). A fala desse agricultor foi confirmada na pesquisa de campo que realizamos, pelo qual o PVR é identificado como bom ou importante para a maioria dos agricultores, contudo, a inexistência de recursos é apontada como o principal motivo para a saída do Projeto.

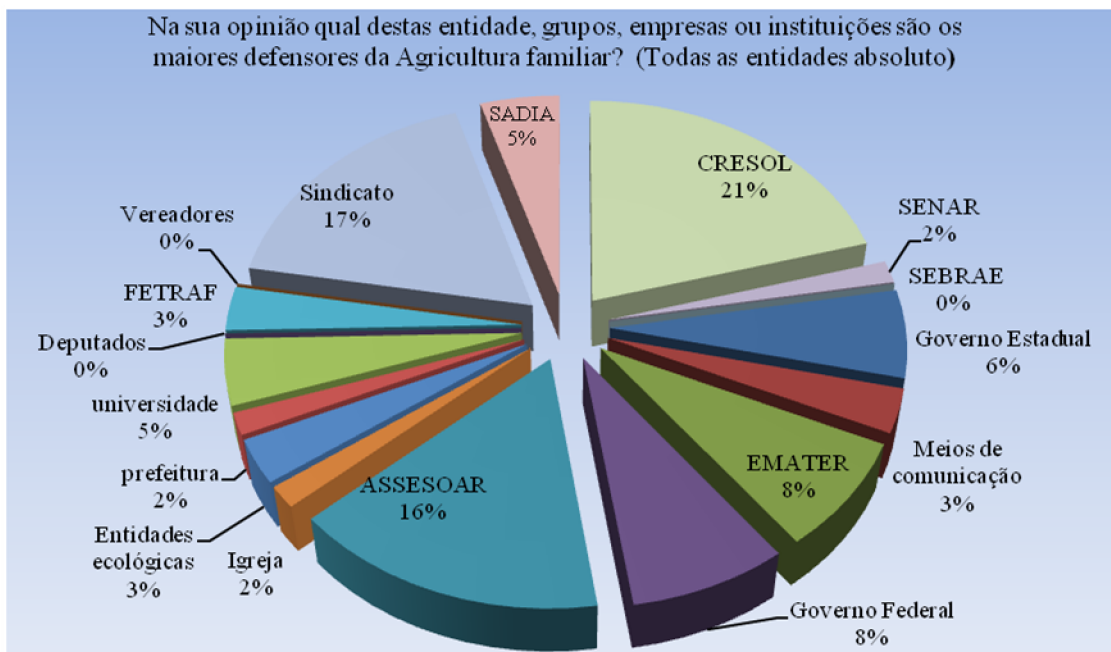
Outro fator relevante, observado na pesquisa de campo, é que, além do Pronaf, houve uma ampliação do leque de opções para disponibilizar renda aos agricultores. Se em 1996 o PVR era apontado como a única saída para o desenvolvimento de Jacutinga, e as entidades parceiras, como as únicas defensoras da agricultura familiar, em 2007, durante a pesquisa de campo, os agricultores identificam diversas outras, como podemos observar no gráfico abaixo. De um total de 17 entidades, grupos, empresas, ou pessoas, os agricultores destacaram 14. Dentre as mais importantes, em números absolutos de citação, estão a CRESOL, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Assesoar. É possível observar também o crescimento do Estado que, nas suas três esferas, aparece com 26% das lembranças, além disso, se a essa categoria adicionarmos a EMATER e a universidade (ambas estatais), esse percentual subiria para 39%. Também chamou a atenção a presença da Sadia, que aparece com 5% das citações.

Desse modo, no auge do PVR, quando ele começa dar seus primeiros frutos, iniciam também os maiores desafios, contudo, eles não são apenas reflexos da crise institucional entre os parceiros, pois essa crise não atinge diretamente os agricultores o processo é mais amplo e revela profundas mudanças ocorridas na agricultura familiar do sudoeste do Paraná nos últimos dez anos. A questão a ser respondida é por que os agricultores vão aos poucos esvaziando o PVR? Sua resposta revela um processo em que múltiplos elementos se interconectam. A hipótese defendida pela Assesoar é que a disputa entre os parceiros, sobretudo com a prefeitura, e depois a dificuldade de diálogo com a UNIOESTE desestabilizou os trabalhos do Projeto, contudo, segundo os dados da pesquisa de campo, a

---

<sup>95</sup> É necessário observar que nem todos os dirigentes e sócios da Assesoar se posicionam contra o crédito ou contra a Cresol. Muitos deles são sócios das duas entidades e se utilizam do crédito. A disputa se dá atualmente mais no nível político.

grande maioria deles não soube diretamente da existência de conflitos entre as entidades que compunham o projeto.



**Gráfico 1: Defensores da agricultura familiar segundo os agricultores de Jacutinga**

Fonte: pesquisa de campo. Organização ALVES, A.F. 2007.

Em entrevistas realizadas com vinte e uma famílias, tivemos a nítida percepção de que os agricultores foram poupados destas disputas. Com exceção das lideranças, nenhum agricultor manifestou que havia conflitos entre os parceiros. Quando houve, os relatos de conflitos ficavam restritos a problemas de vizinhança ou com as lideranças. O que demonstra também que houve uma marginalização dos agricultores nas questões de poder que eram tratadas nas esferas superiores do Projeto o que revelava relações assimétricas também no PVR.

Embora as disputas internas entre os parceiros tenham se comportado de modo a dificultar as ações no projeto, sozinhas elas não explicam a saída dos agricultores do Projeto, esse não foi o motivo da sua saída. Nossa hipótese é diferente, ela é composta de quatro elementos básicos:

(A) ao fazer a transposição de sua metodologia ação, antes focada no trabalho com os seus sócios e com agricultores alinhados ideologicamente com a Assesoar, para um espaço ampliado, onde atuavam outras forças políticas e sociais, a entidade não conseguiu construir

uma rede, mas *ilhas* dentro comunidade onde apenas algumas famílias conseguiram avançar de acordo com os pressupostos do projeto.

(B) os agricultores se afastam do projeto por não encontrarem o respaldo que acreditavam necessário para os seus problemas, principalmente na questão de geração de renda pois, o PVR não dispunha de recursos financeiros que os agricultores acreditavam que existiam. O que mediava a relação dos agricultores com o Projeto eram suas propriedades, isso implica dizer que as questões ideológicas eram totalmente relativizadas.

(C) a entrada em cena do Pronaf, vai aos poucos desestabilizando o PVR, por dois motivos: o primeiro é que o Pronaf oferece recursos para o financiamento da produção sem a necessidade de longos processos de discussão coletiva; segundo, o sistema financeiro, ao emprestar dinheiro para os agricultores, procura se cercar de garantias de retorno do capital, uma destas garantias está assentada no conhecimento gerado pela ciência e não pelo conhecimento empírico dos agricultores, desse modo o seguro agrícola é condicionado à compra de insumos do pacote tecnológico (sementes certificadas, fertilizantes, aplicação de herbicidas etc.) o que amplia a presença de representantes e técnicos das redes longas vendedores de insumos convencionais e das assistências técnicas dessas empresas. A Assesoar, por sua vez, procura priorizar a redução do uso de insumos através do incentivo à agroecologia como forma de aumentar a autonomia dos agricultores frente ao mercado. Desta forma o Pronaf se abriu como uma alternativa econômica para os agricultores mas, para os líderes e suas entidades ele se comportou de forma a desestruturar sua leitura e sua militância.

(D) O último fator que queremos considerar é a expansão das atividades das empresas integradoras na região de Francisco Beltrão, sobretudo a SADIA<sup>96</sup>. Essas empresas atuarão como mais um elemento desestabilizador no PVR, pois os agricultores vão buscar nessas empresas alternativas para aumentar sua renda e viabilizarem suas propriedades<sup>97</sup>.

Para concluir, gostaríamos de salientar que este quadro não apenas revela que a introdução de novos atores no cenário impactou na percepção dos atores envolvidos no PVR, mostrando a complexa rede com a qual este projeto precisou disputar espaços, mas, lhe deu a tônica central: o esvaziamento que ocorreu com a saída paulatina dos agricultores do Projeto. Este processo revelou a existência de um descolamento cognitivo das lideranças em relação às suas bases. Enquanto os agricultores estão ampliando suas opções, e incorporado novas

---

<sup>96</sup> A Sadia tem atualmente (setembro de 2007) 16 aviários na localidade do Jacutinga.

<sup>97</sup> A discussão do impacto das agroindústrias no Sudoeste do Paraná foi discutida por nós em um capítulo publicado em 2005.



possibilidades e elementos na sua agenda de opções as lideranças da ONG têm procurado combatê-las como “inimigos” da agricultura familiar. O esvaziamento do PVR deve ser observado, então, como o resultado da conexão de diversos fatores concorrentes. Estes entrelaçamentos formam, ao invés de uma estrutura linear e lógica, processos descontínuos e ambíguos e, desse modo, embora ocorram nas interfaces, tais processos não são explícitos e correm *emaranhados* nas diversas dimensões das arenas sociais, cujos atores participam. É necessário lembrar a observação de Long sobre questões relativas às escalas dos projetos de desenvolvimento. Na sua concepção, com a qual concordamos inteiramente, há a interação entre a micro e a macro escalas. Ele procura romper com a visão de que o local é emoldurado pelo global ou o global como acúmulos do local. Para ele, há uma intersecção desses dois espaços, como o demonstrou a dinâmica vivida pela localidade de Jacutinga durante a execução do PVR, com a ampliação das opções ocorridas na última década. Finalmente, é necessário observar que essas alterações têm uma característica central, que é a ambivalência, de modo que, com a ampliação das opções, os atores vivem o aumento da complexidade em todas as dimensões de suas relações sociais, de modo que, ao tomar a decisão de se retirar do Projeto os agricultores criam e fortalecem novas entidades e lideranças mas, ao mesmo tempo, enfraquecem suas representações tradicionais, estas, por sua vez, precisarão se reinventar se quiserem continuar a enfrentar os novos desafios que surgirão das decisões tomadas pelos agricultores.

## 6 - Considerações finais

A questão central que orientou esta tese foram as relações de poder existentes nas interfaces do Projeto Vida na Roça. Com essas interfaces se estabeleceu um novo conjunto de elementos e visões sobre o desenvolvimento rural e a agricultura familiar do sudoeste paranaense que colocou os atores envolvidos diante de problemas e questões que os conectavam a redes mais amplas. Quando iniciamos a pesquisa, no horizonte explicativo sobre esse processo havia duas respostas, e ambas ofereciam um roteiro muito conhecido, mas pouco esclarecedor. A primeira apontava para a leitura de que os agricultores são vítimas passivas de relações assimétricas de poder. Contudo, o processo de desenvolvimento que optamos por analisar era um projeto em que os protagonistas centrais são os próprios agricultores “sintetizados” em uma ONG. Mas não era uma ONG qualquer. A entidade que se lançava na construção deste projeto era a Assesoar, cuja trajetória se confundia com a constituição do sudoeste paranaense, com as lutas históricas da agricultura familiar e com a formação de dezenas de organizações de defesa dos interesses dos agricultores familiares.

Uma segunda resposta poderia levar à idéia de que o fato de o PVR ter sido proposto e implementado por uma organização dos próprios agricultores, formulada e gerida por eles, garantiria que ele seria conduzido, necessariamente, de “forma harmoniosa”. Ou seja, a idéia seria que os interesses dos “implementadores e beneficiários” seriam similares ou com poucos pontos de atrito. Nesse cenário, os discursos, expectativas e práticas dos agricultores estariam em harmonia com as entidades que os representavam, e que os desvios, quando ocorressem, seriam em função que questões externas ao grupo. Entretanto, o desenvolvimento do Projeto mostrou que as relações nas interfaces dos projetos de desenvolvimento são bem mais complexas e dinâmicas, e que uma opção metodológica dicotômica do tipo ou/ou não teria condições de propiciar uma análise da complexidade do processo e dela extrair respostas convincentes.

Como evidenciado no desenvolvimento da tese, o comportamento da maioria dos agricultores não se pautou por essa visão dicotômica de mundo. Ao invés disso, o que se observou foi uma interação do patrimônio (no sentido de sua história e possibilidades) local/familiar/individual com as possibilidades abertas pelo mercado, pelas políticas públicas e pela organização política das entidades e, obviamente, esse cenário não é harmonioso. Dele não desaparecem as assimetrias, as subordinações as relações de poder, os problemas com o mercado etc. Vemos dois cenários como possíveis. No primeiro, a interação e dependência de “redes longas” – aqui entendidas as redes com capacidade de gerar reproduções à distância,

como, por exemplo, as políticas públicas nacionais, as empresas de insumos agrícolas etc. – pode conduzir à diminuição do protagonismo dos atores locais na resolução de seus problemas, uma vez que há uma estandardização dos problemas e das soluções. Contudo, esse é um cenário cada vez mais comum atualmente. A abertura econômica desloca os atores de seus *lugares tradicionais*, colocando-os em competição com outras localidades, e este processo torna inevitável *certo nível* de integração com o mercado. Ao mesmo tempo, o foco excessivo em programas e soluções locais pode enfraquecer a capacidade dos agricultores de enfrentar a competição em um mundo cada vez mais dinâmico e globalizado. Guivant (1997), ao analisar a heterogeneidade da construção do conhecimento para o desenvolvimento sustentável, e Mior (2003), ao estudar o processo de desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina, chegam a conclusões similares.

A tentativa de enclausuramento dos agricultores familiares em “modelos ideais” sobre como deveriam ser sob o ponto de vista da ONG não correspondeu com o ponto de vista dos produtores, pouco considerados por ela nas suas propostas de desenvolvimento. Os “propositores” do projeto de desenvolvimento em análise mostraram limites não só para entender estes pontos de vista, em grande parte divergentes de suas propostas, mas também para avaliar o desempenho do Projeto. Nesses processos, os atores mudam os significados e as estratégias traçadas, o que exige constantes releituras dos objetivos e possibilidades destes projetos.

Um cenário ideal seria constituído por um processo interativo entre os elementos endógenos e exógenos, em que as forças locais se potencializariam em contato com as forças extra-locais. Contudo, o que se observa é que estes projetos não são uma balança em que se depositam os custos de um lado e os benefícios de outro; muito menos são eles uma equação algorítmica cujos resultados são previsíveis. Ao invés disto, temos algo bem mais complexo, que exige, para o sucesso, a sinergia entre agendas diversas cuja compatibilização é processual e complexa.

Os agricultores, obviamente, também faziam leituras das possibilidades do Projeto e as comparam com outras opções. Com isso percebem suas potencialidades e limites, de modo que o processo de protagonismo na geração de referência a que foram convidados a participar será substancialmente modificado pelas necessidades econômicas, pelos laços anteriores ao Projeto, pelas disputas entre vizinhança, políticas agrícolas nacionais, atuação de empresas integradoras dentre outros. Qualquer um destes fatores em suas múltiplas possibilidades de interação poderia alterar a disposição dos agricultores e impactar diretamente no

desenvolvimento das metas propostas para o PVR. Não era difícil prever que isto apontava para complexas relações que extrapolavam o cenário local, e que tais questões são partes integrantes da realidade social. Contudo, isso passa a ser um problema quando é negado ou ignorado pelos implementadores. Portanto os processos desenvolvidos no PVR não é um jogo de soma zero em termos de relações de poder.

Os agricultores de Jacutinga possuem especificidades, necessidades e interesses que, na maioria das vezes, escapam às leituras que a Assesoar ou outras entidades fazem deles. Isto não é uma característica exclusiva desta ONG, mas parte de um fenômeno muito mais generalizado.

Neste cenário, a Assesoar, ao pressupor que sua importância regional seria suficiente para se lançar na arena do desenvolvimento local, conduz à percepção errônea de que as decisões internas e sua “vontade política” bastariam para construir a rede e aderir definitivamente os atores nela. Mas isto se revelou inconsistente, no decorrer do Projeto, uma vez que qualquer decisão política nas interfaces, ou fora delas, não era aceita passivamente e internalizada pelas outras entidades do projeto e, em muitos casos, nem pelos agricultores. Um dos problemas iniciais enfrentados para a análise do tema foi a indefinição do papel da Assesoar no processo, que pode ser traduzida na dificuldade de determinar que tipo de ator ela era. Resumidamente, podemos dizer que existiam três possibilidades para definir seu perfil: (1) a Assesoar como uma ONG, nesse caso, como as outras Ongs, deveria atuar por projetos, com prazos e objetivos determinados, gerir recursos e prestar contas aos financiadores; (2) a Assesoar como movimento social da agricultura familiar. Se este fosse o caso, qual seria o seu papel dentro desse grande campo de atuação pulverizado por diversas visões de mundo e disputado por outras instituições; e, (3) a Assesoar como uma associação de agricultores e, nesse caso, ela deveria prestar serviços apenas aos seus associados. A conclusão a que chegamos é que essa entidade tem um caráter híbrido, no qual os papéis foram simultaneamente assumidos por si nas etapas do Projeto. Contudo, a questão da indefinição era um dos componentes potencializadores da geração de conflitos no PVR, porque, apesar dessas indefinições e sobreposições de papéis, na interação com os parceiros, a Assesoar exigia que eles adotassem uma abordagem do tipo “ou-ou” - ou o parceiro defendia uma posição muito próxima aos seus pressupostos *ou* se posiciona no campo oposto.

Os obstáculos ideológicos impediram a Assesoar de entender este elemento, tal o nível de convencimento sobre sua verdade e missão. Sempre considerando que suas ações eram o

*melhor* para os produtores familiares, não conseguiu ver que estes podem ter outros interesses e que poderiam se afastar da rede a qualquer momento.

Portanto, a tentativa de submeter os atores a posições/interesses/necessidades fixas e inegociáveis, no geral, é mal sucedida, como vários trabalhos já têm demonstrado (Long, 1992, 2002; Guivant, 1997, 2002; Mior, 2004, Gerhardt, 2002; Brenneisen, 2002 dentre outros). As interpretações e conhecimentos dos diversos atores são mediadas pela sua história. O sucesso no convencimento inicial da importância do projeto pode não ser suficiente para levar a aderir os sujeitos aos objetivos traçados, uma vez que a percepção e o comprometimento são circunstâncias mutáveis e, portanto, passíveis a outras fontes de influência, ou mesmo de processar sua própria crítica. Os conhecimentos dos atores, sua história e seus interesses mediavam as relações na interface. Assim, o comprometimento é passível de mudar. Em outras palavras, o patrimônio histórico da Assesoar não tinha o poder de sancionar o seu futuro. Embora esse patrimônio permitisse, no momento inicial do PVR, que ela se deslocasse e propusesse formas de intervenção na comunidade, tais processos exigirão, no andamento do Projeto, leituras mais conectadas com as expectativas dos agricultores e com as outras opções que começavam a surgir na década de 1990. O desafio constante seria o de manter os atores interessados no projeto, o que demandaria outra estratégia participativa.

No que se refere aos desafios do trabalho de pesquisa para dar suporte à tese, observamos que, para responder a essas questões, seria necessário, primeiramente, definir um aporte teórico que desse conta de olhar para o problema de uma forma mais ampla. E, num segundo momento, fazer uma aproximação entre estas teorias e as práticas desenvolvidas no PVR. No que se refere à questão teórica, nosso contato inicial foi com o método documentário de Karl Mannheim (1952), cuja leitura nos possibilitou um modo de acessar a visão de mundo dos atores, sem que uma hierarquia de valores sobrepujasse as outras. Esse método nos permitiu observar que cenários mais amplos e ricos se escondiam nas “dobras” do tecido argumentativo dos atores e que, na maioria das vezes, nas respostas, não havia uma escala valorativa explícita, revelando que as visões de mundo dos atores era constituída não por camadas, mas por um fluxo interconectado por argumentos e discursos oriundos de várias fontes (científico, religioso, político etc.). Além disso, todos os atores circulavam também por áreas cinzas, de incerteza. Ou, em outras palavras, opinavam sobre temas que pouco conheciam, cujas respostas eram dadas pelo conhecimento *ateórico* ou por “traduções” que

colonizavam suas falas. Essa observação nos fez perceber que havia um fio condutor que ligava os atores, mas que poucos dominavam as todas as dimensões do Projeto.

Esse acesso ao conhecimento *ateórico* dos atores revelou uma estrutura organizativa, um “lôcus objetivo e objetivado” pelo espaço institucional do PVR, mas que carecia ser compreendido. Era necessário entender como ele se constituiu. Para isso, a obra de Norman Long (2002), sobretudo nos conceitos de “campos de batalha do conhecimento” e “interface”, foram fundamentais. Eles permitiram “juntar as peças” dispersas nas falas de muitos atores. A imagem de que os projetos de desenvolvimento são campos de batalha onde visões de mundo diferentes lutam entre si para conquistarem privilégios foi fundamental para compreender o fluxo de eventos do PVR. Além disso, a noção de interface nos permitiu entender as relações entre os atores e seus interesses e, depois, entre os seus interesses e suas estratégias de ação. O conceito de interface nos possibilitou conectar discursos e traçar o caminho desenvolvido pelos atores durante o desenvolvimento do Projeto. Permitiu, também, perceber as transformações discursivas e as estratégias para a ação, desenvolvidas pelos atores, que implicavam reposicionamentos *da/na/para* e fora da rede, e, ainda, como essas relações conectam mundos internos e externos que se influenciam mutuamente.

Contudo, em nossa avaliação, faltava ainda um subsídio para compreender o PVR, que se traduzia nas seguintes perguntas: quais elementos davam à Assesoar o poder para propor e organizar o PVR e porque ele não foi suficiente para garantir sua continuidade. A resposta as essas questões apontavam em parte para a história da entidade e sua interpenetração do processo de colonização do sudoeste paranaense. Entretanto, isso não era suficiente para justificar esse poder, e o aporte teórico para essa resposta veio da Teoria ator-rede (TAR), sobretudo de Michel Callon (1996). Da TAR foram utilizados fundamentalmente os conceitos de rede, tradução e Ator-mundo. Estes três conceitos nos permitiram entender os “materiais” mobilizados pelos atores para a construção da rede e para seu posicionamento nela. Os conceitos de Ator-mundo e de tradução, em especial, foram fundamentais para a compreensão do projeto.

Obviamente, esse processo não foi tão linear, como faz supor a descrição anterior. Foi, antes, permeado por muitas dúvidas e angústias, das quais algumas ainda permanecem. Todavia, de modo geral, o conjunto teórico reunido permitiu não apenas compreender o processo de forma bastante profunda, mas se mostrou apto para a análise de projetos de desenvolvimento rural. Estes projetos, muitas vezes, são produto de modelos ideais típicos, mesmo no caso da Assesoar que, tendo uma longa experiência de intervenção empírica,

transpôs para o Projeto expectativas teoricamente construídas e descoladas das necessidades e interesses dos agricultores, o que sinalizava para jogos mais complexos.

As respostas a estas questões exigiam, portanto, um novo olhar sobre o processo e, mais do que isso, um aporte teórico e conceitual que possibilitasse olhar as complexas relações que surgiram da interação com os agricultores e suas lideranças. Ao focar o PVR, em suas especificidades, a pesquisa foi aos poucos revelando facetas que mostravam um amplo processo de mudanças que estavam ocorrendo no cenário mais ampliado, enquanto o Projeto se desenvolvia.

Estes projetos necessitam de instrumentos de análise e de aprofundamento que explorem as discontinuidades e ambigüidades processuais encontradas nas suas arenas sociais, e, como aponta Long (2002), as arenas não se limitam à cena local. Outros atores localizados fora da arena local podem estabelecer programas mais amplos, que entram em disputa (direta ou indireta) com o projeto desenvolvido. Como exemplo, podem-se citar as políticas públicas estaduais e nacionais, a atuação de empresas, cooperativas, os rumos da economia etc., que podem impactar diretamente no desenvolvimento do trabalho. Neste cenário, os objetivos e metas de projetos de desenvolvimento são apenas *mais uma* dimensão, e não a dimensão privilegiada, como os implementadores gostariam que fossem. Assim, o fato do agricultor estar presente em reuniões, de participar de atividades, responder a questionários, receber cordialmente os agentes dos projetos não significa a adesão a seus princípios. Tanto que a saída dos agricultores do projeto era vista pela Assesoar como uma estratégia individualista para seus problemas. Essa leitura, antes de fazer uma crítica dos problemas, procura reforçar seus próprios pressupostos e acaba executando um movimento tautológico sobre o conjunto ideológico que enfeixava a tradução que ela fazia da agricultura familiar. Todavia, na dinâmica do projeto, o cenário é outro. As visões de mundo dos agricultores, suas leituras da realidade, bem como as ações de outros agentes, passam a atuar no espaço do PVR e o reconfiguram profundamente. A ponto de, nessa ressignificação, esvaziar de sentido boa parte dos conteúdos e pressupostos apresentados no início do processo de interessamento. As idéias de necessidades coletivas, consensos e agroecologia utilizadas no âmbito do Projeto como *cola* pela Assesoar são ressignificadas no processo de interação entre as necessidades cotidianas dos agricultores e as possibilidades abertas entre 1996 e 2006. Para quem participou de processos de desenvolvimento como o proposto pelo PVR, fica o patrimônio às vezes intangível, outras vezes materializado no espaço social em que ele se deu. Esse patrimônio está localizado no espaço entre as permanências e as lembranças. Nas

interpretações que os atores fazem deles e no acúmulo de experiências que a intervenção em uma realidade complexa pode, no limite, propiciar. Os agricultores, do mesmo modo que professores, políticos e técnicos têm suas próprias redes, suas intenções e suas estratégias. O desafio constante para quem quer manter “a rede” em funcionamento é decifrar os sinais emitidos pelos atores nos seus deslocamentos. O que é muito complexo, pois geralmente se confia apenas nas interpretações dos líderes e representantes ou nos seus próprios filtros, que nunca são desprovidos de interesses. A tentativa de construção de um processo de intervenção fechado em um espaço de atuação super focado, em que as questões locais assumem uma dimensão em “si mesma”, mostrou-se inviável no decorrer do PVR. As relações dos atores com outras redes, as políticas nacionais, os processos de expansão de empresas agropecuárias, a atuação da extensão agrícola estatal e não estatal, a atuação do Estado, sobretudo através da política de crédito, dentre outros fatores, tornam o espaço rural cada vez mais complexo e irreduzível a apenas algumas categorias sociais e políticas. Contudo, as experiências desenvolvidas no Projeto e os seus desdobramentos lançam luzes sobre os limites e as possibilidades de processos de desenvolvimento rural sustentável. Revelam que ainda temos muito que avançar nas pesquisas para que possamos construir modelos de análise de tais intervenções.

A pesquisa mostrou ainda a complexificação das relações sociais, políticas e econômicas na agricultura familiar no Sudoeste do Paraná. As redes que se desenharam neste período, durante a execução do PVR, apontam para a existência de uma maior heterogeneidade de atores disputando a hegemonia no espaço rural. E elas atuam em grandes frentes: (i) oferta de crédito agrícola a baixo custo apoiado em políticas públicas mais perenes; (ii) aumento das redes conectadas ao espaço local; (iii) maior presença do Estado na promoção do desenvolvimento; (iv) diversas formas de inserção nas redes sociais e produtivas; (v) presença das agroindústrias integradoras como elemento de conexão com o mercado externo; (vi) consolidação e ampliação das entidades representativas dos agricultores agora segmentados por áreas (produção, comercialização, crédito etc.); e (vii) a ampliação da presença da ATER de redes longas na comunidade.

Estes diferentes modos de articulação dos agricultores com as políticas públicas e com o mercado apontam, em nossa visão, para um processo heterogêneo de transição nas relações das entidades representativas deles, em que a mediação/representação/tradução deverá ser repensada.



## 7 - Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. (1999) O tortuoso caminho da sustentabilidade: tendências recentes da agricultura na região Sul. Agricultura Sustentável- AGENDA 21. São Paulo.
- ABRAMOVAY, Ricardo. (1981) Transformações na Vida Camponesa: O Sudoeste Paranaense. 288p. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo - Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo.
- ABRAMOVAY, Ricardo e Veiga, José Eli da. (2006) Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Texto para discussão nº 641 Convênio FIPE/IPEA 07/97 Brasília, abril de 1999. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td\\_0641.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0641.pdf) Acesso: 06/06/2006.
- ALMEIDA, Jalcione. (1999) A construção social de uma nova agricultura: tecnologias agrícolas e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- ALVES, Adilson F. (2001) Silêncio gritante: lei e Natureza em Londrina – PR. Dissertação de Mestrado, 130 p. UNICAMP, Instituto de filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.
- ALVES, Adilson F, et. alli. (2004) Sudoeste paranaense: colonização, estrutura fundiária e indicadores da modernização agrícola (pp. 149-170). IN: RIBAS, Alexandre Domingues; SPÓSITO, Eliseu Savério e SAQUET, Marcos Aurélio (Orgs). Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. (2ª edição) Francisco Beltrão: Editora da UNIOESTE.
- ALVES, Adilson F. (2005) Análise de propostas de desenvolvimento, na perspectiva de Norman Long.(pp. 96-106) IN: ALVES, Adilson Francelino; FLÁVIO, Luiz Carlos e Santos, Roseli Alves dos (Orgs). Espaço e território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento. Francisco Beltrão: Editora da UNIOESTE.
- ALVES, Adilson F, et alli. (2005) Impactos da agroindústria integradora na agricultura familiar do sudoeste do Paraná (pp. 141-164). IN: ALVES, Adilson Francelino; FLÁVIO, Luiz Carlos e Santos, Roseli Alves dos (Orgs). Espaço e território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento. Francisco Beltrão: Editora da UNIOESTE.
- ASSESOAR. (1996a) Desenvolvimento Comunitário. Encontro com a Comunidade de Jacutinga - 08/04/96 (jacut1.doc) [S.l; s.n].
- \_\_\_\_\_. (1996b) Metodologia de devolução de dados (Sonhos) – 20/06/1996. [S.l; s.n].
- \_\_\_\_\_. (1998) Avaliação Final Projeto Vida na Roça 1998. [S.l; s.n].
- ASSESOAR (História da ASSESOAR) (1998a): Disponível em: <http://sistema.assesoar.org.br/arquivos/TAP000051.htm> # acesso 15/03/2006.
- ASSESOAR (1999) Relatório da reunião do dia 20 de agosto de 1999 realizado com o grupo de mulheres do PVR. [S.l; s.n].
- \_\_\_\_\_. (1999b) Debate para avançar a cooperação [S.l; s.n], ( 06 de maio de 1999). [
- \_\_\_\_\_. (2000a) Avaliação PVR . [S.l; s.n], 2000.
- \_\_\_\_\_. (2000b) Bases para o planejamento 2000: Texto de referência para uso institucional da Assesoar. [S.l; s.n].
- \_\_\_\_\_. (2001) Relatório semestral da Assesoar janeiro a julho de 2001. [S.l; s.n].

\_\_\_\_\_ (2002) Orientações para a assessoria ao desenvolvimento nas comunidades do PVR em Fco. Beltrão. [S.l; s.n].

\_\_\_\_\_ (2005) Projeto de extensão: Vida na Roça. [S.l; s.n].

\_\_\_\_\_ (2006) Projeto vida na roça: resgatando valores. Dois Vizinhos, Mastergraf.

\_\_\_\_\_ (2006a) Assesoar: Referências e Impactos um olhar sobre a década de 90 do século XX. Avelino Calegari e Valdir Duarte (org) Disponível em: <http://sistema.assesoar.org.br/arquivos/TAP000441.htm>: Acesso 7/08/2007.

Assesoar/FACIBEL (1997b) Projeto Vida na Roça – Volume II: da produção Agropecuária ao plano da educação participativa. Francischett, Mafalda Nesi; Saquet, Marcos Aurélio e Duarte, Valdir P. (Orgs). Francisco Beltrão: Grafite editora.

Assesoar, UNIOESTE. (2003) Relatos da primeira etapa do novo diagnóstico na comunidade de Jacutinga do PVR – 07/04/2003. [S.l; s.n].

Assesoar, UNIOESTE e CRESOL (2004). Projeto Vida na Roça: ações do ano de 2004. Avaliação, limites e perspectiva. Publicação coletiva dos parceiros do PVR. [S.l; s.n].

BASSO, Dirceu. (2003) A produção e a gestão das políticas de desenvolvimento rural pelos agricultores familiares de Dois Vizinhos – PR. Dissertação de mestrado, 198p. UFRGS, Faculdade de ciências econômicas Programa de pós-graduação em desenvolvimento rural. Acesso em 12/08/2005. Disponível em [http://www6.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes/mestradopgdr/mpgdr\\_basso\\_n026.pdf](http://www6.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes/mestradopgdr/mpgdr_basso_n026.pdf)

BECK, U. (1992) Risk Society: Towards a new modernity. Londres: Sage Publications.

BOHNSACK “Karl Mannheim”. (2000) Conferência de abertura do seminário de leitura sobre Karl Mannheim. Universidade Livre de Berlim, semestre de inverno 1999/2000 (mimeo).

BONETI, L. W. (2005) Formação e Apropriação do Espaço Territorial do Sudoeste do Paraná. In: Adilson Francelino Alves; Luiz Carlos Flávio; Roselí Alves dos Santos. (Org.). Espaço e Território - Interpretações e Perspectivas do Desenvolvimento. 01 ed. Francisco Beltrão: Editora da UNIOESTE, v. 01, p. 109-124.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. (2002) Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais. Cascavel: Edunioeste.

BUTTEL, F. (1992) A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana. In: Perspectivas, São Paulo, 15, 1992.

BUTTEL, F. & HUMPHREY, C. (1982) Environment, energy and society. Belmont, Wadsworth Publishing Co.

BUTTEL, Frederick. (1994) Agricultural change, rural society and the state in the late twentieth century. Some theoretical observations. In Symes, David e Jansen, Anton (eds), Agricultural restructuring and rural change in Europe. Wageningen: Wageningen Agricultural University Press. Págs. 13-31.

BUTTEL Frederick H.; Larson, Olaf F.; Gillespie, Gilbert W. (1990) The Sociology of Agriculture. Westport : Greenwood Press.

CALLON, Michel. (1986) Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Briec Bay First published in J. Law, Power, action and belief: a new sociology of knowledge? London, Routledge, 1986, pp. 196-223. Disponível

em: [http://www.vub.ac.be/SOCO/tesa/RENCOM/Callon%20\(1986\)%20Some%20elements%20of%20a%20sociology%20of%20translation.pdf](http://www.vub.ac.be/SOCO/tesa/RENCOM/Callon%20(1986)%20Some%20elements%20of%20a%20sociology%20of%20translation.pdf)

CALLON, M. (1987) *Society the making: the study of technology as a tool for sociological analysis*. In: BIJKER, W. J., HUGHES, T. E PCH, T. (ed.). *New Directions in the Social Studies of Technology*, Cambridge: MIT Press.

CALLON, M. (1986) *The sociology of an actor-network: the case of electric vehicle*. In: CALLON, M.; LAW, J.; RIP. A. (eds.) *Mapping the dynamics os science and technology. Sociology of science in the real world*. London: The Macmillan Press.

CLARK, Judy e LOWE, Philip (1992), *Cleaning up agriculture: environment, technology and social sciences*. In *Sociologia Ruralis*, vol.XXX (1): págs. 11-29.

CORREA, R. L. (1970) “O Sudoeste Paranaense antes da Colonização” – in *Revista Brasileira de Geografia*, nº 32, jan./mar 1970.

CHAMBERS, Robert (2002). *Relaxed and Participatory Appraisal: notes on practical approaches and methods for participants in PRA/PLA-related familiarisation workshops*. Participation Group, Institute of Development Studies, University of Sussex, Brighton BN1 9RE, United Kingdom Jan 2002.

DESER. (1997) *Agricultura familiar e desenvolvimento local: municipalização diretrizes de desenvolvimento e propostas de políticas públicas*. Acesso em 23/05/2000 - [http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/artigos\\_trabalhos.html](http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/artigos_trabalhos.html).

DOWBOR, L. (1997) *Globalização e tendências institucionais*, In; IANNI O; DOWBOR L; RESENDE, P. E. (Orgs.). *Desafios da globalização*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 9-16.

DOWBOR, Ladislau. (1997a) *A reprodução Social*. Petrópolis:Vozes,1997.

DUARTE, Valdir. (2002) *Histórico e fundamentos do Projeta Vida na Roça*. In:Projeto Vida na Roça Volume III. Francisco Beltrão: Unioeste.

DUARTE, Valdir. (2003) *Escolas Públicas no campo*. Francisco Beltrão: Grafit.

ELLIS, Frank; BIGGS, Stephen. (2001) *Evolving Themes in Rural Development 1950s-2000s* *Development Policy Review* 19 (4), 437-448. Blackwell Publishing Ltd. Disponível em: <http://www.blackwell-synergy.com/toc/dpr/19/4> # Acesso:15/02/2005.

FERES, João Bosco. (1990) *Propriedade da Terra: opressão e miséria: o meio rural na história social do Brasil*. *Latin American Studies*, 56. CEDLA Amsterdam.

FERT NETO, J. e GUIVANT, J. S. (2005) *Conflitos ambientais na formação de uma rede sócio-técnica: o caso da piscicultura orgânica*. In: GUIVANT, J. S.; SCHEIBE, L. F.; ASSMAN, S. (orgs.) *Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural*. Florianópolis, SC: Editora Insular.

FRANZ, Paulo Renato Ferreira. (1998) *Sondagem econômico-ambiental do sudoeste paranaense*. Brasília: MA/SDR/PNFC 73p.

GERHARDT, Cleyton Henrique. (2002) *Agricultores familiares, mediadores sociais e meio ambiente: a construção da “problemática ambiental” em agro-eco-sistemas*. Dissertação de mestrado, 548p. UFRGS, Faculdade de ciências econômicas Programa de pós-graduação em desenvolvimento rural. Disponível em [http://www6.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes/mestradopgdr/mpgdr\\_gerhardt\\_n020.pdf](http://www6.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes/mestradopgdr/mpgdr_gerhardt_n020.pdf) # Acesso em 01/12/2005.

GIDDENS, A . (1991). *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Ed Unesp.

\_\_\_\_\_. (2003) *A constituição da Sociedade*. São Paulo, Editora Martins Fontes.

- GUIVANT, Julia S. (1993) Parâmetros teóricos para análise da difusão e adoção de uma agricultura sustentável. Pag. 277-298 in P.F. Vieira e D. Daimon (orgs), *As Ciências Sociais e a Questão ambiental*. Rio de Janeiro, APED/NAEA: 1993.
- GUIVANT, Julia S. (1998) A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. *Cadernos de pesquisa*, 14, julho de 1998.
- GUIVANT, Julia S. (1998b) *Conflitos e negociações nas políticas de controle ambiental*. *Ambiente & Sociedade*, v.1, n. 2, 1998.
- GUIVANT, Julia S. (2000) Reflexividade na Sociedade de Risco: Conflitos entre Leigos e Peritos sobre Agrotóxicos. In. *QUALIDADE de Vida e Riscos Ambientais*. (2000). Selene C. Herculano, Marcelo Firpo de Souza Porto, Carlos Machado de Freitas (orgs). Niterói: EdUFF.
- GUIVANT, Julia S. (2002) *Sustentabilidade e métodos participativos: os riscos dos pressupostos realistas*. Anais do Congresso Mundial da International Sociological Association. Brisbane, Austrália. Julho, 2002.
- GUIVANT, Julia S. (2002b) Contribuições da sociologia ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: , v.19, p.72 - 88, 2002.
- HERITAGE, John C. (1999) “Etnometodologia” In: Anthony Giddens e Jonathan TURNER (orgs.), *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora da UNESP, p. 321-392.
- HERNÁNDEZ, Antonio Arellano. (2003) La sociología de las ciencias y de las técnicas de Bruno Latour y Michel Callón. *Cuadernos Digitales: publicación electrónica en historia, archivística y estudios sociales*. V. 8, n. 23. Noviembre, 2003. Universidad de Costa Rica. Escuela de Historia.
- IPARDES (2002) Diagnóstico da base silviagropecuária e da estrutura agroindustrial do Paraná. Curitiba 90 p. 2002.
- JACOBS, Michael. (1999) Sustainable Development as a Contested Concept. In *Fairness and Futurity: Essays on Environmental Sustainability and Social Justice*. Edited by Dobson, A. Oxford University Press, 1999.
- Khatounian, Carlos Armênio e Gehlen Ivaldo.(1996) Relatório de avaliação da Assesoar. Francisco Beltrão, dezembro de 1996. MIMEO
- LAMARCHE, Huges. (1998) *A Agricultura familiar: Comparação internacional*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- LATOUR, B. (1994) *Jamais fomos modernos. Ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- LATOUR, B. (2000) *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade a fora*. São Paulo: Editora Unesp.
- LAZIER, Hermógenes. (1998) *Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense*. Francisco Beltrão:Grafit.
- LAW, John (1994) *Organizing Modernity*. Oxford: Blackwell Publishers.
- LAW, John (1999) After ANT: complexity, naming and topology. In: Law, John e Hassard, John. *Actor Network Theory and After*. Oxford: Blackwell Publishers.
- LAW, Jon e Mol, Annemarie (1995). Notes on materiality and sociality. *The Sociological Review*, 43(2): 274-294.

\_\_\_\_\_, (1989) “O Laboratório e suas Redes”. In CALLON, Michel (org), *La Science et ses reseaux*, Paris, La Découverte.

\_\_\_\_\_, (1992) “Notes on the Theory of the Actor-Network: Ordering, Strategy, and Heterogeneity”. *Systems Practice*, v. 5, n. 4.

\_\_\_\_\_, (1996) “Notes on the Theory of the Actor Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity”, published by the Centre for Science Studies, Lancaster University, Lancaster LA1 4YN, at <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Notes-on-ANT.pdf>

LONG, Norman e Long, Ann. (1992) *Butterfields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development*. London: Routledge.

LONG, Norman. (1997). *Agency and constraint, perceptions and practice. A theoretical position. En images and realities of rural life*. Wageningen Perspectives on Rural Transformations. Van Gorcum, The Netherlands, 1997.

LONG, Norman (2002) *An Actor-oriented Approach to Development Intervention*. In: *Rural Life Improvement in Asia: Report of the APO Seminar on Rural Life Improvement for Community Development*. Japan, 22–26 April 2002 .APO 2003, ISBN: 92-833-7024-4 Edited by Dr. D.A. Cruz, Technical Editor, California, USA.

LONG, Norman. (2001) *Development sociology. Actors perspectives*. Routledge Taylor & Francis Group London and New York, 2001.

LOWE, P.; MURDOCH, J., WARD, N. (1995) *Networks in rural development: beyond exogenous and endogenous models*. Centre for Rural Economy. University of Newcastle upon Tyne, 1995.

LOWE, P.; CLARK, J.; SEYMOUR, S. E WARD, N. (1993) *Officials, advisors and farmers: the local construction of agricultural pollution and its regulation*. In: VAN DER PLOEG Et Al. *On the impact of endogenous development in rural areas*. Proceeding of a Seminar held in Umbria, Itália, october, 1993.

MANNHEIM, Karl. (1952) “On the interpretation of Weltanschauung” In *ibid*, *Essays on the sociology of Knowledge*. London: Routledge & Kegan Paul: 33-83.

\_\_\_\_\_. (1993) “Karl Mannheim: El problema de las generaciones.” *Revista española de investigaciones sociológicas*, Nº 62: 193-242.

MARTINS, Rubens S. (1986). *Entre jagunços e posseiros*. Francisco Beltrão: Edição do autor.

MIOR, Luiz Carlos. (2003) *Agricultoras Familiares, Agroindústrias e Território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense*. 316 p. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas.

MIOR, L. C.; GUIVANT, J. S. (2005) *Redes sócio-técnicas: uma abordagem para o estudo dos processos de mudança social e desenvolvimento rural*. In: GUIVANT, J. S.; SCHEIBE, L. F.; ASSMAN, S. (orgs.) *Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural*. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2005.

MURDOCH, Jonathan. (1998) *The Spaces of Actor-Network Theory*. *Geoforum*, Vol.29, No. 4, pp. 357-374. Elsevier Science. Disponível em: [http://www.sciencedirect.com/science?\\_ob=ArticleListURL&\\_method=list&\\_ArticleListID=656365135&\\_sort=d&view=c&\\_acct=C000050221&\\_version=1&\\_urlVersion=0&\\_userid=10&md5=7115f52ef47549dc1dd898b9ce91c95f](http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleListURL&_method=list&_ArticleListID=656365135&_sort=d&view=c&_acct=C000050221&_version=1&_urlVersion=0&_userid=10&md5=7115f52ef47549dc1dd898b9ce91c95f) # Acesso: 15/05/2006.

NOSSO FUTURO COMUM. (1988). *Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

ORTOLAN, Adriana Aparecida. (2006): FRANCISCO BELTRÃO-PR: ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO E PODER. Dissertação de mestrado, 162 p. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

PROJETO VIDA NA ROÇA VOL I: Da concepção ao plano agropecuário.(1997). Francisco Beltrão: FACIBEL/Assesoar.

\_\_\_\_\_. (1997) VOL II: Da produção agropecuária ao plano de ação participativa. Francisco Beltrão: FACIBEL/Assesoar.

\_\_\_\_\_. (2002) Vivenciando e refletindo sobre as bases do desenvolvimento no campo. Cascavel: Ed. UNIOESTE.

REGO, Rubem Murilo Leão (1979) Terra de violência - estudo sobre a luta pela terra no sudoeste do Paraná. São Paulo: USP/FFLCH.

REVISTA CAMBOTA a ANO XXVII - N 246 - maio/junho 1999. Disponível (<http://sistema.assesoar.org.br/arquivos/ART000191.htm#inicio>)

REVISTA CAMBOTA: Ano XXX N° 255 DEZEMBRO DE 2004. Assesoar. Francisco Beltrão.

SAQUET, Marcos Aurélio. (2003) OS tempos e territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre, Edições EST.

SCHRÖDER, Mônica. (2005) Finanças, comunidades e inovações: organizações financeiras da agricultura familiar — o sistema CRESOL (1995 – 2003) 215 p. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Economia, 2005.

SCHNEIDER, Sergio. (2003) A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath e MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (org.) (2005) Políticas públicas e participação social no Brasil Rural. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, Sergio; Mattei, Lauro e Cazella, Ademir Antonio (2004) Histórico, caracterização e dinâmica recente do pronaf –Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Publicado em SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004, p. 21-50. Disponível em: [http://www.ufcg.edu.br/~cedrus/downloads/schneider/historico\\_pronaf.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~cedrus/downloads/schneider/historico_pronaf.pdf) Acesso: 08/06/2006.

SOUZA, Marcelino de. (2000) Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná. 320 p. 2000. (Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Engenharia Agrícola Campinas.

SIMON, Álvaro Afonso, SCHEIBE, Luiz Fernando e POMPÊO, César Augusto. (2005) (Fases da extensão rural catarinense em relação ao uso dos recursos naturais. In: GUIVANT, Julia silvia , Scheibe, Luiz Fernando e Assmanann, Selvino José (orgs) desenvolvimento e conflitos no ambiente rural. Florianópolis, SC: Editora Insular.

TEDESCO, João Carlos. (1999). Terra, trabalho e família: Racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo, EDIUPF.

TOMAZI, Nelson Dacio. (2000) Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias. Curitiba: Aos Quatro Ventos.

Wachowicz, Ruy. (1987) Paraná: sudoeste, ocupação e colonização. Gráfica Vicentina Curitiba, PR.

WARD Neil et. All. (2005). Universities, the Knowledge Economy and “Neo-Endogenous Rural Development”. Centre for Rural Economy, University Of Newcastle Upon Tyne Discussion Paper Series No. 1 November 2005.

WELLER, Wivian et al. (2002) Karl Mannheim e o método documentário de interpretação: Uma forma de análise das visões de mundo. Estado e Sociedade. Revista do Departamento de Sociologia da UnB, v. XVII, n. 02 [Inovações no Campo da Metodologia das Ciências Sociais], p. 375-396, Jul./Dez. 2002.

\_\_\_\_\_. (2002) Práticas Culturais e Orientações Coletivas de Grupos Juvenis: um estudo comparativo entre jovens negros em São Paulo e jovens de origem turca em Berlim. Disponível em: [www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com\\_JUV\\_ST32\\_Weller\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_JUV_ST32_Weller_texto.pdf). Acesso: 15/12/2004.

\_\_\_\_\_. (2005) Karl Mannheim's contribution to qualitative research: theoretical and methodological aspects. Sociologias. [online]. Jan.Jun 2005, no.13 [cited 07 March 2006], p.260-300. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222005000100011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222005000100011). Acesso: 15/1/2006.

VERSCHOOR, Gerard. Identity, network, and space new dimensions in the study of small-scale enterprise and commoditization (1992). In: Long, Norman e Long, Ann. Butterfields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development. London: Routledge.

## 8 - Bibliografias consultadas

ABREU, Lucimar Santiago de. (2002) A construção social da relação com o meio ambiente: Análise das percepções e representações sociais de risco ecológico em um município da Mata Atlântica brasileira. Tese de doutorado, 374 p. UNICAMP, Instituto de filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP.

BIN, Adriana. (2004) Agricultura e meio ambiente: Contexto e iniciativas da pesquisa pública. 169 p. (dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Geociências. Campinas.

BITTENCOURT, Gilson Alceu (2003). Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil. 243 p. Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Economia. Campinas.

BEZERRA, Maria do Carmo; LIMA, José Eli da Veiga (Coord).(2000) Agricultura sustentável. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.

BRANDENBURG, Alfio. (1999) Socioambientalismo e novos atores na agricultura. IX Congresso Brasileiro de Sociologia. Porto Alegre; UFRGS, 30 /08 a 3/09/99.

BRUZEK, Franz Josef . (1997) Risco social, risco ambiental, risco individual. Ambiente e Sociedade, Campinas -UNICAMP. Ano I, n.1, p 117-133, 2 sem.

CARNEIRO, Maria José Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. (2006) In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, 8, abril 1997: 70-82. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/carneiro8.htm> Acesso: 15/06/2006.

CASTILHOS, Dino Sandro Borges de. (2002) Capital social e políticas públicas: um estudo da linha infra-estrutura e serviços aos municípios do programa nacional de Fortalecimento da agricultura familiar. 173. p (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Faculdade de Ciências Econômicas - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre.

DAMO, Daniela; EDUARDO, Márcio Freitas e SAQUET, Marcos Aurélio. (2005) Agroindústria familiar no sudoeste do Paraná: recortes de Francisco Beltrão e Planalto. In: Adilson Francelino Alves; Luiz Carlos Flávio; Roseli Alves dos Santos. (Org.). Espaço e Território - Interpretações e Perspectivas do Desenvolvimento. 01 ed. Francisco Beltrão: Editora da UNIOESTE, 2005, v. 01, p. 125-139.

DOWBOR, Ladislau. (1994) Governabilidade e Descentralização. São Paulo, mimeo.

DUTRA, Delamar J. Volpato. (2004) Dominação da natureza e dominação do homem: verso e anverso do iluminismo. In: Modernidade crítica e modernidade acríica. Florianópolis,SC: Cidade Futura, 2004.

FERREIRA, A. A. L. (2001/2002) Cruzando as redes: o empirismo radical e a teoria do ator-rede enquanto monismo pluralista". *Revista Série Documenta*, 12/13, 71-96. Disponível em: <http://www.cebela.org.br/pragmatismo/textos/Latour&JamesLivro.pdf>. Acesso: 25/02/2006.

FERREIRA, Leila. F. C. (1992) Estado e ecologia: novos dilemas e desafios (A política ambiental no Estado de São Paulo). Tese de Doutorado, Unicamp. Campinas.

\_\_\_\_\_. (1998) A Questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Boitempo.

FREY, Klaus. (2001) Teorias de desenvolvimento sustentável e gestão local. *Ambiente e Sociedade*, Campinas -UNICAMP. Ano IV, n.9, p 115-148, 2 sem. 2001.

GIOVANNINI, Fabio. A. (1997) Democracia é boa para o ambiente? *Ambiente e Sociedade*. UNICAMP. Ano I, n.1, 2 sem.

GOMES, Iria Zanoni. (2001) Terra e subjetividade: a recriação da vida no limite do caos. Curitiba: Criar edições.

GRAZIANO da Silva, José (1996). A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas, SP. UNICAMP.IE.

GUIMARÃES, Roberto P. (1997) Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In Becker, Bertha K., Miranda Mariana. A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ :1997.

IANNI, Octavio. As ciências sociais na época da globalização. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Jun. 1998, vol.13, no.37, p.33-41.

JACOBI, Pedro. (1993) Movimentos Sociais e Políticas Públicas: demandas por saneamento básico e saúde. São Paulo: Cortez.

LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. (2001) São Paulo: Cortez Editora.



\_\_\_\_\_. (1994) *Cultura Democrática, Gestion Ambiental y desarrollo Sustentable en América Latina*. Cap. 15 in *Ecología y Capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable*. México, Siglo XXI: 1994.

LEIS, H. R. (1999) *A Modernidade Insustentável. As Críticas do Ambientalismo a Sociedade Contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes; Florianópolis: Ed. UFSC.

NEDER, Ricardo T. (1997) *Figuras do espaço público contemporâneo: associações civis, fundações e ongs no Brasil*. – Série Primeira Versão, 70 IFCH/UNICAMP Maio/1997.

NERDER, Ricardo Toledo. (1999) *Para uma regulação pública ambiental pós-desenvolvimentista no Brasil*. In: *Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. Clóvis Cavalcanti (org) – 2 Ed. – São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco.

PAEHLKE, R. (1989). *Environmentalism and the Future of Progressive Politics*. New Haven/London: Yale University Press.

PERES, Frederico, Rozemberg, Brani, Alves, Sérgio Rabello (et. Al). (2001) *Comunicação relacionada ao uso de agrotóxicos em região agrícola do Estado do Rio de Janeiro*. *Rev Saúde Pública* 2001;35(6):564-70

PUGLIESE, Patrizia (2001) *Organic Farming and Sustainable Rural Development: A Multifaceted and Promising Convergence*. *Sociologia Ruralis* Volume 41, Issue 1, Page 112-130, Jan 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. (1996) *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Ed. Loyola.

\_\_\_\_\_. (2002) *A atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial*. In: SCHERER-WARREN, Ilse e FERREIRA, José Maria Carvalho (orgs.) *Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal*. São Paulo: Cortez editora. p. 243-257.

SILVA, Osvaldo Heller. (1999) *Agricultura familiar: diversidade e adaptabilidade*. *Revista de Sociologia e Política* N° 12: 161-167 JUN. 1999. Acesso em: 23/10/2005 disponível <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/238/23801212.pdf>.

SILVA, Newton José Rodrigues da. (2005) *Dinâmicas de desenvolvimento da piscicultura e políticas públicas no vale do ribeira / sp e alto vale do Itajaí / sc*. – Tese de doutorado. 366p. École Nationale Supérieure Agronomique de Rennes e UNESP - Centro de Aqüicultura – CAUNESP.

VIG, Norman J. and KRAFT, Michael E. (1994) *Environmental Policy in the 1990s: Toward a New Agenda*. Washington: Congressional Quarterly Inc.

YEARLEY, Steven. (1996) *Sociology Environmentalism Globalization*. London: Ed. Sage Publications.

GOHN, Maria da Glória. (1995) *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. São Paulo: Loyola.

## 9 - Sites

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/>

<http://www.assesoar.org.br/>

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>

<http://www.cebela.org.br/>  
<http://gipaf.cnptia.embrapa.br>  
[http://www.dolabela.com.br/oferecidos/s\\_1.htm](http://www.dolabela.com.br/oferecidos/s_1.htm)  
<http://www.ipea.gov.br>  
<http://www.ncl.ac.uk/cre/#/>  
<http://www.nisra.ufsc.br/>  
<http://www.rits.org.br>  
<http://www.sciencedirect.com>  
<http://www.scielo.br/>  
<http://www6.ufrgs.br/pgdr/dissertações/>  
<http://www.unicamp.br/bc/>  
<http://www.ufcg.edu.br/~cedrus/>  
<http://www.vub.ac.be>